

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**  
**DOUTORADO**

**O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO**  
**GAÚCHO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO:**  
**AS TENDÊNCIAS ESTUDANTIS E SEU PAPEL**  
**(1977/1985)**

**RENATO DA SILVA DELLA VECHIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**  
**DOUTORADO**

**O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO  
GAÚCHO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO:  
AS TENDÊNCIAS ESTUDANTIS E SEU PAPEL  
(1977/1985)**

**RENATO DA SILVA DELLA VECHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. César Marcelo  
Baquero Jacobe

**PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2011**

### CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Della Vechia, Renato

O ressurgimento do movimento estudantil  
universitário gaúcho no período da redemocratização:  
As tendências estudantis e seu papel (1977/1985) /  
Renato da Silva Della Vechia. -- 2011.  
411 f.

Orientador: Cesar Marcello Baquero Jacome.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Movimento Estudantil. 2. Tendências  
Estudantis. 3. Redemocratização. I. Baquero Jacome,  
Cesar Marcello, orient. II. Título.

Tese defendida e aprovada, em 18 de março de 2011, pela

banca examinadora constituída pelos professores:

.....  
Prof. Dr. César Marcelo Baquero Jacobe (Orientador)

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosângela Marione Schulz

.....  
Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Izabel Noll

.....  
Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	6
<b>RESUMO</b> .....	10
<b>ABSTRACT</b> .....	11
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 – PARTIDOS, TENDÊNCIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	36
1.1. Introdução do capítulo.....	36
1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva marxista.....	37
1.3. O Partido Comunista Brasileiro e suas dissidências.....	48
1.4. As Organizações de Esquerda e as Tendências Estudantis do período.....	55
1.5. O Movimento Estudantil enquanto Movimento Social.....	65
1.6. Situando Direita e Esquerda.....	82
<b>CAPÍTULO 2 – BREVE RETROSPECTIVA DAS LUTAS ESTUDANTIS NO BRASIL</b> .....	87
2.1 O surgimento das lutas estudantis e a construção da UNE.....	87
2.2. A UNE no Estado Novo.....	91
2.3 A UNE e suas diferentes fases.....	95
2.4 O Surgimento da Ação Popular no M.E.....	99
2.5 A UNE e a questão cultural: O CPC da UNE.....	107
2.6 A UNE e o Golpe Civil-Militar no Brasil.....	113
2.7. O Calabouço.....	125
2.8. A UNE no contexto da luta armada e da Ilegalidade.....	133
<b>CAPÍTULO 3 – O GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL:</b> .....	142
3.1. Algumas possibilidades sobre seu significado histórico.....	142
3.2. Da Ditadura ao processo de redemocratização.....	160

<b>CAPÍTULO 4 – A RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS.....</b>	<b>172</b>
4.1. Os Estudantes voltam às ruas.....	172
4.2. Da Reconstrução da UNE à Nova República.....	175
<b>CAPÍTULO 5 – TENDÊNCIAS ESTUDANTIS QUE ATUARAM NO MOVIMENTO ESTUDANTIL GAÚCHO.....</b>	<b>194</b>
<b>CAPÍTULO 6 – MOVIMENTO ESTUDANTIL GAÚCHO.....</b>	<b>205</b>
6.1 O Papel desempenhado pelo DEE no RS .....	205
6.2. Reconstrução da UEE e seu papel no RS .....	217
6.3. Trajetória dos principais DCEs no Estado do RS.....	239
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>288</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>300</b>
<b>NOMES ENTREVISTADOS/CONTATADOS.....</b>	<b>308</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>311</b>
1. Número de delegados por estado que participaram do Congresso de Reconstrução da UNE.....	312
1. Nominatas de chapas para a UEE/RS (1980/85).....	313
2. Nominatas de chapas para a UNE (1979/81).....	332
3. Leis e Regulamentos relacionados do regime militar relacionados às entidades estudantis.....	347
4. Regimento Interno do DEE.....	368
5. Documentos de DCEs.....	373
6. Cronologia Movimento Estudantil gaúcho.....	377

## PREFÁCIO

O trabalho de elaborar uma tese sempre é árduo. Não há dúvidas.

Mas talvez mais difícil seja expressar a gratidão àqueles que contribuíram com o trabalho.

Isto porque um trabalho desse tipo envolve inúmeras pessoas que contribuem de diversas formas, muitas vezes sem nem sequer ter noção do significado de seus atos. Mais do que isto, esse é um trabalho acadêmico mas que é fruto da experiência de muitos anos de militância. Significa, portanto, que é fruto de um acúmulo histórico de experiências e aprendizados coletivos.

Desde as bibliotecárias que em momentos e locais diferentes foram atrás de informações necessárias, até aqueles militantes e ex militantes sociais que em diversos momentos cruzaram minha vida. Seja aqueles que de alguma forma serviram como exemplo a ser seguido, seja àqueles que serviram justamente como exemplo a não ser seguido.

Portanto a única certeza que tenho é que os agradecimentos sempre serão injustos, seja por omissões, seja por serem incompletos ou no mínimo insuficientes para expressar o significado exato que cada um teve.

No entanto, mais injusto seria não referenciar alguns espaços coletivos de militância e algumas pessoas chaves em minha vida e para o resultado desse trabalho.

Agradeço, portanto, em primeiro lugar a meus pais, Wilson Della Vechia e Maria Eulina Della Vechia (in Memoriam), os quais devo as bases de minha formação e de meus valores.

À meu pai com sua sabedoria e senso de justiça, que na época em que eu ainda fazia segundo grau, sendo ele um servidor público em pleno regime militar, e portanto, sempre sujeito às perseguições da época (as quais também sofreu em determinado momento de sua vida), me apoiou quando comecei a militar no movimento secundarista, inclusive financiando minhas viagens e me

ensinando que devemos sempre defender nossas convicções independente de pressões e represálias.

À minha mãe, literalmente também minha primeira professora (no jardim de infância) que com sua doçura e simplicidade, embora com os medos naturais das mães, sempre me acompanhou e me incentivou em minha vida. Com toda sua fragilidade, sempre foi uma grande fortaleza para mim.

À Solaine (Mana), minha querida companheira das horas boas e ruins, que me incentivou e ao mesmo tempo me sustentou em momentos de crise e de desesperança com a militância e com a vida. Possivelmente não chegaria até o final dessa tese sem sua compreensão e incentivo. A ela meu amor sincero.

À meus filhos (Shana, Théo e Thais) que inúmeras vezes foram prejudicados pela minha falta de tempo e atenção. Seja nos períodos de minha vida de intensa militância, seja nos períodos de pressão típicos e cada vez mais freqüentes deste modelo de competitividade e de produtividade pela qual a vida acadêmica é avaliada. Souberam compreender (talvez com algumas mágoas pelo caminho) que o tempo que dediquei à militância quando eles eram pequenos tinha um significado importante dentro de minha concepção de mundo. Vocês são maravilhosos.

À Cristina, mãe de meus filhos, minha gratidão e reconhecimento pelo período que convivemos e por ter assumido a parte mais pesada da formação deles.

Ao João Junior, agora incorporado à família, fique sabendo que será sempre lembrado. João Genro está gravado em meu celular.

À Olímpia, minha segunda mãe, que frequentemente me chama a atenção como se ainda fosse um menino, mas que sei que fez e fará todo o possível para me ajudar quando necessitar. O mesmo sempre farei por ela.

A meu irmão, Rogério, a quem amo e admiro, embora nunca o tenha dito. Gostaria de poder ajudar muito mais do que o fiz. Mas também espero que ele se ajude, pois é importante para muitas pessoas.

A meu orientador, Marcelo Baquero, que pela segunda vez aceitou os riscos de me orientar sabendo que muitas vezes sou indisciplinado no que diz respeito ao estabelecimento dos limites da academia com a militância.

À banca (Rosângela, Rodrigo, Maria Izabel) que se dispuseram a interromper as férias para participarem da qualificação em função de minhas

necessidades e que muito contribuíram com sugestões. Bem como ao Hemerson que aceitou compor a banca final mesmo com tempo exíguo.

À Alessandra Gasparotto e Silvana Tillmann, que leram e ajudaram com sugestões e correções ao texto apresentado.

A todos os militantes sociais que acreditaram na possibilidade de transformações e dedicaram muito de suas vidas, e em alguns casos literalmente a própria vida para que os sonhos se tornassem realidade.

Aos militantes de gerações anteriores por servirem de exemplo para que um dia também pudéssemos participar da militância. Aos de minha geração por toda a troca de experiências e conhecimentos que permitiu que crescêssemos juntos.

Representando a minha geração e meu contexto de militância no movimento estudantil, uma homenagem à Gilse Pedroso, companheira de chapa para o DCE/UCPEL e na militância, que faleceu em acidente indo para um encontro da UEE.

Ao PT, no qual militei por 18 anos e no qual tive a honra de representar os setores de esquerda do partido em dois processos de disputa interna. Muito do que sou devo aos aprendizados desse período. Embora divergindo, respeito a opinião dos que ficaram. Entre outras coisas aprendi a separar amizades de opções políticas distintas.

Aos militantes da corrente Brasil Socialista, na qual militei durante minha atuação dentro do PT. O que pensamos, elaboramos e defendemos ainda está presente em minhas concepções de mundo e de revolução.

Ao “núcleo duro”, com o qual aprendi a pensar a política muito além da institucionalidade e que é necessário ir além da vontade e dos limites que a vida nos coloca. Prestes de Paula e Paulo Ávila (in memoriam) com seus exemplos de dedicação. Rubens Lemos (in memoriam) com a capacidade de ver a política de forma poética. Walmir Barbosa e David Maciel com a preocupação com o acúmulo teórico. Bruno Maranhão com a capacidade de transformar vontade em realidade. Suzana Maranhão e Cido com a sensibilidade no trato interno. Aldemir Lemos e Arruti com a ousadia. Vânia com sua alegria. Luis Alves (o velho) com sua experiência. Zé Roberto (in memoriam) e Rogério Dorneles, meus “capas” com quem comecei a militar na organização e aprendi que dureza no embate não pode se confundir com ternura na relação. E que ética não se negocia. Enfim, muitos outros que

faziam com que o “time” participasse do jogo mesmo em momentos de grande dificuldade. Se hoje a vida nos colocou em espaços distintos, saibam que minha convivência com vocês foi determinante em minha vida.

Aos companheiros de construção do Instituto Mário Alves, que ajudaram a pensar e viabilizar um espaço de debates democrático e comprometido com as transformações sociais. Ajudamos a demonstrar que os embates ideológicos também podem acontecer por fora das estruturas partidárias

Aos companheiros da UCPEL, notadamente à Escola de Serviço Social, ADUCPEL e NESIC, espaços em que sempre foi possível a defesa de ideais de solidariedade, democracia e construção de uma universidade voltada aos interesses populares.

Aos atuais militantes por continuarem apostando na luta embora muitas vezes em condições adversas.

Enfim, agradeço a todos com os quais convivi em algum momento de minha vida. Afinal, de alguma forma todos nós somos o resultado e a síntese de toda nossa vida e convivência.

## RESUMO

O presente trabalho busca resgatar o papel que as tendências estudantis tiveram no processo de rearticulação do movimento estudantil durante a redemocratização do Brasil. Ao longo dos anos os estudantes vivenciaram inúmeros momentos de protagonismo, como na luta contra a implantação da ditadura militar em nosso país e posteriormente no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Durante os períodos mais duros da repressão, muitos militantes juvenis foram para o enfrentamento armado com o regime, o que levou à uma fragmentação e posterior extermínio físico de centenas de militantes, afora as prisões, exílios e outras medidas punitivas. No entanto, na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980 os estudantes voltaram às ruas para questionar o regime. Nesse momento, a organização dos estudantes em tendências estudantis (estruturas para-partidárias e semi-clandestinas) foi o que possibilitou o reencontro e articulação de lideranças estudantis no país inteiro, viabilizando o ressurgimento da União Nacional de Estudantes, das Uniões Estaduais de Estudantes e a retomada dos DCEs das mãos de setores ligados ao regime dentro do movimento estudantil. Esse novo movimento estudantil que ressurgiu pode ser descrito como um importante movimento social da época, visto que respondeu aos critérios utilizados por Alan Touraine para classificá-los como tal. Através de pesquisa bibliográfica, busca à jornais e bibliotecas, bem como entrevistas de ex militantes, procuramos reconstituir um panorama do movimento estudantil gaúcho no período compreendido entre 1977 e 1985.

Palavras-chave: Movimento Estudantil - Tendências Estudantis – Redemocratização

## ABSTRACT

This paper intends to analyze the role played by the political tendencies in the students movement rearticulation process during the Brazilian redemocratization period. Along the years students have experienced several moments of protagonism, such as in the struggle against the imposition of the military dictatorship and subsequently in Brazilian redemocratization process. During the hardest moments of repression many young militants joined the armed struggle against the regime which led to the movement fragmentation and a subsequent physical extermination of hundreds of militants, apart from the imprisonments, exiles and other punitive measures. However, in the second half of the seventies and beginning of the eighties students went back to the streets to question the regime. At this moment, student's organization in political tendencies (para-partizan and semi-clandestine) allowed the reencounter and articulation of students leaderships in the whole country permitting the resurgence of the Students National Union, the Students State Unions and the re-seizing of universities students unions from the hands of groups inside the students movement which were linked to the regime. The resurgence of this new movement can be described as an important social movement of that period, since it matches the criteria used by Alan Touraine on this matter. Through bibliographical research, newspaper and archives investigation, as well as ex-militants interviews, we intend to reconstitute a view of the Rio Grande do Sul student's movement between 1977 and 1985.

**KEYWORDS:** Students Movement – Students Political Tendencies – Democratization

## GLOSÁRIO

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
AI	- Ato Institucional
AIE	- Associação Internacional dos Estudantes
AI-5	- Ato Institucional Nº 5
ALN	- Aliança Libertadora Nacional
ANDES	- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
AP	- Ação Popular
APML	- Ação Popular Marxista Leninista
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
AVALU	- Avançar a Luta
CA	- Centro Acadêmico
CBDU	- Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CC	- Comitê Central
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CEB	- Casa do Estudante do Brasil
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CEE	- Conselho Estadual de Entidades
CLTB	- Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros
CNBB	- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	- Companhia Brasileira de Alimentos
COLINA	- Comando de Libertação Nacional
CONEB	- Conselho Nacional de Entidades de Base
CONEG	- Conselho Nacional de Entidades Gerais
CONUNE	- Congresso Nacional da UNE
CPC	- Centro Popular de Cultura
C.S.	- Convergência Socialista
CVEC	- Comitê de Vigilância dos Estudantes do Calabouço
DA	- Diretório Acadêmico
DCE	- Diretório Central dos Estudantes

DEE	- Diretório Estadual dos Estudantes
DNE	- Diretório Nacional dos Estudantes
DS	- Democracia Socialista
ENE	- Encontro Nacional de Estudantes
EUA	- Estados Unidos da América
DL/RS	- Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul
DI-GB	- Dissidência da Guanabara
FAT	- Fundação Átila Barbosa
FASUBRA	- Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FBT	- Fração Bolchevique Trotskista
FEAB	- Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FUnBA	- Fundação Universidade de Bagé
FURG	- Fundação Universidade de Rio Grande
FAP	- Federação Acadêmica de Pelotas
GPP	- Guerra Popular Prolongada
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
JOC	- Juventude Operária Católica
JS	- Juventude Socialista
JUC	- Juventude Universitária Católica
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBELU	- Liberdade e Luta
LIT	- Liga Internacional dos Trabalhadores
MAC	- Movimento Anti Comunista
MCR	- Movimento Comunista Revolucionário
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
ME	- Movimento Estudantil
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MEP	- Movimento de Emancipação do Proletariado
MRT	- Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MR-8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	- Operação Bandeirantes
ORML – AP	- Organização Revolucionária Marxista Leninista Ação Popular
ORML-DS	- Organização Rev. Marxista Leninista Democracia

	Socialista.
ORM – POLOP	- Organização Revolucionária Marxista Política Operária
OSI	- Organização Socialista Internacionalista
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PCR	- Partido Comunista Revolucionário
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Brasileiro
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	- Partido Operário Comunista
POLOP	- Política Operária
POR	- Partido Operário Revolucionário
POR(T)	- Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRC	- Partido Revolucionário Comunista
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
RU	- Restaurante Universitário
SU	- Secretariado Unificado
UCPEL	- Universidade Católica de Pelotas
UCS	- Universidade de Caxias do Sul
UEE	- União Estadual dos Estudantes
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL	- Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UGES	- União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UIE	- União Internacional dos Estudantes
UJS	- União da Juventude Socialista
UMESPA	- União Municipal de Porto Alegre
UNB	- Universidade Nacional de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes

UNISINOS	- Universidade do Vale dos Sinos
UPF	- Universidade de Passo Fundo
URCAMP	- Universidade Regional da Campanha
URG	- Universidade de Rio Grande
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	- United States Agency for International Development
USP	- Universidade de São Paulo
VAL PALMARES	- Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

## INTRODUÇÃO

### 1.1. JUSTIFICATIVA

Em vários momentos de nossa história, o movimento estudantil apresentou-se como um dos segmentos sociais melhor organizados do país. Por diversas vezes foi ele o porta-voz, não só das reivindicações estudantis, como também das dos demais setores explorados e oprimidos da sociedade. A exemplo de todos os outros movimentos sociais, o M.E. passou por momentos de refluxo e momentos de grande ascenso em suas lutas, como foi o caso da luta pela estatização do petróleo e criação da Petrobrás; da greve de 1962, que paralisou cerca de 40 universidades por quase quatro meses - movimento esse que questionava as estruturas de poder da universidade brasileira e reivindicava 1/3 de participação discente nos órgãos decisórios-; na luta contra o nazi-fascismo; pela reforma educacional e reformas de base do governo Jango, além de diversas outras mobilizações nas quais os estudantes e a juventude em geral tiveram um papel destacado.

Também merece um destaque especial o papel desempenhado pelos estudantes após o golpe de 1964, quando o arbítrio, o autoritarismo e o terror político tomaram conta da nação. Principalmente após 1968, com o AI-5 e com os decretos-leis 477 e 228<sup>1</sup>, quando a intensificação da repressão fez com que os estudantes tivessem de aprender novas formas de manifestação para

---

<sup>1</sup> O Decreto Lei 477 (em anexo) tratava de punições a estudantes e professores por participar ou manifestar opiniões políticas, podendo ir da simples suspensão à demissão de professores e funcionários ou à perda do direito de estudar em qualquer instituição (pública ou privada) no país pelo período de até 10 anos. Já o Decreto Lei 228 regulamentava as eleições para DAs e DCEs. As eleições para DAs eram obrigatórias, sendo que o aluno que não participasse e não comprovasse poderia ser suspenso por até 30 dias. Já as eleições para os DCEs eram eleitos apenas o presidente e vice com os votos dos presidentes dos DAs, extinguindo eleições diretas para os mesmos.

escapar da violência militar, que transformava pacíficas manifestações em verdadeiros campos de batalha. Apesar dessa repressão os estudantes não se intimidaram e continuaram seu processo de luta, utilizando-se de outras formas de organização e expressão - comícios relâmpagos, passeatas organizadas a partir de inúmeros locais diferentes culminando em um ponto de encontro final, lançamento de bolinhas de gude para neutralizar a repressão pelos destacamentos de cavalaria, passeatas organizadas no meio das ruas e em sentido contrário ao tráfego, para evitar tiros de policiais, etc. -. Enquanto a sociedade brasileira estava amordaçada e desarticulada, os estudantes é que foram às ruas para denunciar o regime militar.

O chamado período militar no Brasil, (1964-1985), possui diferentes definições que divergem sobre seu significado e sobre as justificativas que explicam sua implantação e manutenção. Não nos cabe nesse momento fazer um exaustivo estudo sobre o período. Nesta tese o objetivo é trabalhar com a idéia de que se constituiu em um momento de exceção política onde as liberdades democráticas não existiam em sua plenitude; mantinha-se apenas um simulacro de democracia, com controle da imprensa, do judiciário, dos partidos políticos e dos chamados “movimentos sociais”, que na sua maioria eram apenas entidades controladas pelo regime. Como exemplo, podemos destacar a atuação dos sindicatos, que geralmente contavam com direções impostas pelo regime, cumprindo um papel assistencialista.

Da mesma forma que as lideranças sindicais foram caladas através de inúmeros artifícios (prisões, cassações, desemprego e outros tipos de ameaças), também houve a tentativa de calar definitivamente toda a reação da juventude, especialmente do movimento estudantil, principalmente através do fechamento de suas entidades representativas. A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, foi colocada na ilegalidade, e sua sede foi incendiada. Além da UNE, as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) foram fechadas, e em seu lugar foram criados o DNE (Diretório Nacional de Estudantes) juntamente com os DEEs (Diretórios Estaduais de Estudantes). O DNE tinha sua diretoria escolhida pelo Ministro da Educação, enquanto as diretorias dos DEEs eram escolhidas pelos Secretários de Educação de cada estado. Similarmente, houve o controle dos DCEs e DAs. As reitorias é que

indicavam as diretorias de DCEs<sup>2</sup>, e os diretores de cursos tinham controle sobre a atuação dos DAs. Contudo, a despeito da criação dessas entidades, que na prática se tornaram “fantasmas” perante os estudantes (DNE e DEEs), e da criação de Decretos-lei que objetivavam amedrontar as lideranças estudantis (Decretos-lei 477 e 228), a reação por parte da juventude ao regime militar foi bem maior do que em outros segmentos.

A partir de um contexto mundial em que a juventude “explodiu” enquanto força política em dezenas de países no mundo todo, no Brasil a repressão política e as reformas educacionais impostas pelo regime através dos acordos MEC-USAID<sup>3</sup> foram o estopim que provocou um crescente aumento dos movimentos de massas contra o regime e seu projeto educacional.

A juventude foi uma força expressiva na luta contra a ditadura no Brasil, como também foi determinante no plano internacional em um conjunto de lutas de caráter democratizante, pacifista e até mesmo de cunho revolucionário nos anos 1960/1970. Podemos citar a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, bem como os movimentos pacifistas (hippies); as manifestações contra a guerra do Vietnã; a participação no movimento feminista e nas mobilizações pelo que veio a ser conhecido como a revolução sexual. Na França, por muito pouco o governo não chegou a ser derrubado pelo movimento de Maio de 68. No México, quase 500 estudantes foram assassinados em praça pública pelas forças policiais. Também no chamado “bloco socialista” a juventude teve uma participação fundamental. Na Tchecoslováquia, é a juventude que foi às ruas contra a ocupação soviética. Mais de 70 países em diversos continentes viveram fortes manifestações da

---

<sup>2</sup> Na prática o controle das reitorias sobre os representantes de DAs era muito grande, sem falar na possibilidade legal da reitoria não homologar as candidaturas quando não considerasse adequado. A obrigatoriedade de voto dos estudantes para eleição das diretorias dos DAs partia da idéia de que havia uma “maioria silenciosa” que eram os estudantes que não militavam e que estes constituiriam uma base de apoio às políticas mais conservadoras.

<sup>3</sup> Os acordos MEC-USAID foram firmados entre o governo brasileiro e a agência governamental norte-americana **United States Agency International for Development** (USAID) a partir de 1964. Estes tinham como objetivo a reordenação da educação nacional e abrangiam tanto o ensino básico quanto o ensino superior, prevendo uma reforma administrativa, o treinamento de professores e a produção de livros didáticos. No caso do ensino superior, os acordos direcionavam a chamada “*modernização da universidade*” brasileira, segundo o modelo norte-americano. Para mais informações ver: CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

juventude a favor de mudanças estruturais e na defesa de liberdades democráticas.

No Brasil, as manifestações políticas ocorridas ao longo de 1968 representaram o ápice e, ao mesmo tempo, marcaram o final das lutas massivas de rua contra a ditadura. A partir da instauração do Ato Institucional Nº 5, houve um aumento significativo na repressão. A nova realidade que se impôs foi interpretada por alguns setores como um sinal de debilidade do regime, que não conseguiria mais governar através do consenso e teve de partir para a coerção. Tal concepção levou parcelas importantes dos estudantes a adotar a via armada como forma de derrubar o regime.

A influência do conceito “foquista” da revolução cubana e a crítica à postura pacifista e defensiva por parte da direção do PCB - que na época era o setor que aglutinava parcela significativa da esquerda brasileira - foi determinante para o surgimento de cisões dentro do PCB, propondo a luta armada nos moldes cubanos. A brutal desproporção existente entre a estrutura profissional das Forças Armadas e demais instituições repressivas, que contavam com os recursos provenientes de grandes grupos econômicos patrocinando a repressão no Brasil e, de outro lado, o idealismo de uma juventude que literalmente jogou a vida na busca da construção de um país livre e democrático, foi determinante no “esmagamento” da resistência através de prisões, assassinatos, torturas e longos períodos de exílio. 1973 é o ano que de certa forma simboliza a derrota dos que resistiram ao regime militar pela via armada.

Porém, como nenhum regime autoritário se mantém indefinidamente, já em 1976 recomeçaram as reações estudantis. Manifestações públicas de repúdio ao regime em solenidades públicas de formaturas, encontros nacionais de cursos, retomada de mobilizações dentro de escolas e faculdades apontavam para a reorganização do movimento estudantil. Ao final de 1978 e início de 1979 começavam a surgir os encontros estaduais que rearticularam as chamadas UEEs Livres e em 1979 a UNE, desafiando o regime, organizou seu primeiro congresso público após a extinção legal da entidade. A partir desse período, o movimento estudantil passou a desempenhar um papel importante na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Juntamente

com outros segmentos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a UNE e o conjunto das entidades estudantis no país, foram fundamentais na organização e mobilização de campanhas como as Diretas Já, no combate às tentativas de privatização e sucateamento das universidades públicas; na luta pela democratização das instâncias de decisão nas universidades, etc. Parcela importante desses jovens, ao entrar para o mercado de trabalho, desempenhou significativo papel na articulação de oposições sindicais, nos partidos políticos populares e outros espaços de organização popular, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e centros de formação política.

Em que pese a citação sistemática do Movimento Estudantil em praticamente todos os estudos sobre o processo de redemocratização e/ou sobre as lutas sociais em nosso país, este ainda é marginalizado no que diz respeito a um estudo mais sistematizado sobre seu papel, bem como no que diz respeito à organização de espaços de pesquisa e memória sobre esse tema. Neste sentido, esta tese tem como objetivo contribuir para as discussões acerca da atuação do movimento estudantil ao longo deste processo. De forma mais específica, se propõe como tese analisar o movimento estudantil universitário no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1977 e 1985. Traçar um panorama geral sobre as lutas políticas do movimento, a atuação de algumas de suas principais entidades e o papel desempenhado pelos estudantes ao longo da chamada democratização do país, notadamente as tendências estudantis, sem as quais não existiria um movimento nos moldes em que se consolidou.

A bibliografia que existe no Brasil sobre o movimento estudantil em geral, mais precisamente sobre o período de 1968 é razoavelmente extensa. No entanto, esse material centra-se basicamente em dois eixos: ou busca resgatar o papel histórico e sociológico que a juventude exerceu em determinado período no país, notadamente nos chamados “anos de chumbo”, (Foracchi 1972, 1975; Albuquerque 1977); ou então caracteriza-se enquanto análise, que busca dar conta de explicar o desenvolvimento histórico das entidades estudantis (notadamente da UNE) e dos grandes confrontos durante

o período militar (Poerner, 1979; Valle, 1999; Fávero, 1995; Bortot, 2007, Martins, 1987, 1996, etc).

Na medida em que a juventude teve um papel destacado na constituição de grupos de esquerda que participaram ativamente da luta armada, há várias obras em cuja discussão sobre o movimento estudantil está imbricada a questão da luta armada. (Gorender, 1987; Ridenti, 1993; Dreifuss, 1981, Caldas 1981).

Outro tipo de produção mais recente é aquela focada na cultura e na socialização da juventude (Schmidt, 1996, 2001; Zanetti, 2001; Baquero, 2004).

Raras são as obras que procuram analisar aspectos particulares (gênero, organizações estudantis, etc) ou regionais. *A Rebelião dos Estudantes*, de Antonio de Padua Gurgel é uma das poucas exceções ao analisar especificamente o contexto de Brasília, embora não fugisse ao tema de 68.

A existência de bibliografia ainda está muito centrada no “fenômeno” de 68, sendo muito pobre a busca de informações mais específicas sobre os movimentos ocorridos em regiões localizadas fora do eixo Rio - São Paulo. Notadamente no que diz respeito à redemocratização, a bibliografia existente foca seus estudos no papel do movimento sindical em ascensão (novo sindicalismo, greves do ABC, etc.) e no papel desempenhado pela Igreja Católica (nos progressistas através das CEBs) e, de forma genérica, nos chamados Novos Movimentos Sociais (movimento contra a carestia, movimento de mulheres, associações de bairros, etc). Apesar do peso efetivo exercido por estes setores, ainda é marginal o protagonismo dado ao Movimento Estudantil no período.

Esse trabalho, portanto, visa contribuir com o resgate do papel que os estudantes tiveram no processo de luta pela redemocratização do país e, mais especificamente, no Rio Grande do Sul. A análise da bibliografia aponta para o ineditismo do tema, uma vez que não há outras obras que se debruçam sobre o movimento estudantil universitário gaúcho no período. Ao longo do trabalho de pesquisa, buscamos coletar e sistematizar informações que dizem respeito

à trajetória do M.E. no estado e que se encontravam fragmentadas e dispersas. Acreditamos que este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas de análise, na medida em que conseguimos juntar e dar sentido a um conjunto de informações dispersas, notadamente no que se refere a nomes de pessoas, forças políticas e datas referenciais.

## 1.2. HIPÓTESES

Em geral, quando os novos agentes ou novos movimentos sociais que surgiram no início dos anos 80 são analisados, a perspectiva muitas vezes é centrada na idéia de movimentos espontâneos, desvinculados de partidos políticos ou grupos articulados. Talvez com exceção dos movimentos de bairros e contra a carestia, debitados ao papel da igreja progressista (às CEBs), os demais movimentos, notadamente o movimento sindical são vistos como uma “explosão” de descontentamento espontâneo. Também as análises sobre o movimento estudantil mantém essa perspectiva.

Em alguns estudos, principalmente no contexto de 1968, são constatados vínculos entre dirigentes importantes desses movimentos com grupos políticos. No entanto não avançam nesse debate. Em geral, de parte dos estudantes não vinculados a nenhuma corrente política, era bastante comum a percepção de que as tendências estudantis tinham um papel negativo no movimento na medida em que criavam uma disputa muito acirrada o que dificultava uma maior “unidade” do movimento. Essa percepção não era restrita ao ME. Dentro dos partidos políticos (especialmente dentro do PT) e do movimento sindical essa crítica também se manifestava.

A principal hipótese do trabalho apresentado vai no sentido contrário a essa opinião. Busca analisar a importância que as tendências estudantis tiveram no processo de reorganização do movimento estudantil, principalmente a partir de 1977. Parte-se do pressuposto que se não houvessem tendências organizadas no período estudado, o movimento estudantil muito dificilmente conseguiria organizar-se nacionalmente, ao menos nas condições em que o fez.

A reorganização do ME dentro do período de redemocratização impulsionou mobilizações por parte dos estudantes que reivindicavam muito além de questões corporativas, defendendo bandeiras de lutas como fim do regime militar, anistia, liberdades democráticas e questionavam o caráter de classes como estavam estruturadas as universidades brasileiras.

A existência das tendências estudantis foi o que possibilitou a reconstrução do movimento estudantil e suas entidades gerais, (particularmente UNE e UEEs), em um período de repressão política. Ao mesmo tempo possibilitou que esse ressurgimento tivesse um caráter de movimento social, sendo um importante instrumento de oposição ao regime militar no período da redemocratização.

Na definição de Alan Touraine para movimentos sociais, está presente a necessidade de que esteja presente ao menos um dos três elementos constitutivos da ação coletiva: classe, nação e modernização. Ao analisarmos o ressurgimento das ações de massa dirigidas pelo movimento estudantil a partir principalmente de 1977, podemos observar que esses elementos estão presentes no discurso dos estudantes. No entanto, tanto o movimento estudantil como o discurso que este irá adotar não surge de forma espontânea, mas dos grupos políticos de esquerda que atuavam nas universidades, mesmo nos períodos mais repressivos do regime militar. Portanto, a existência das tendências estudantis é que permitirá a reaglutinação do movimento estudantil e a reconstrução de suas entidades gerais (UNE e UEEs), bem como criará as condições para que o movimento estudantil ocupe o espaço característico de um movimento social.

No RS existia uma outra entidade estudantil (DEE) vinculada ao regime militar e que tinha sua atenção voltada à disputar ideologicamente a juventude universitária através de inúmeros seminários e cursos onde os palestrantes em geral eram pessoas claramente vinculadas ao regime da época. Além disso, buscava manter as entidades estudantis enquanto instrumentos de apoio ao Estado, mantendo estruturas assistencialistas (dentistas, médicos, bolsas de estudo, etc) e evitando que as mesmas assumissem a condição de movimentos sociais de oposição ao regime. A existência do DEE dificultou o processo de reorganização do movimento estudantil gaúcho na medida em que

tinha a necessidade de não apenas organizar os estudantes e entidades, mas também de fazer um confronto político e ideológico com setores de direita do movimento estudantil. Talvez esse confronto tenha contribuído positivamente na medida em que tenha estimulado o debate e a clarificação de projetos distintos, forjando a politização do movimento. Mas esse é um trabalho a ser desenvolvido em um outro momento.

A discussão sobre o movimento estudantil perpassa outra questão importante: a juventude e suas possibilidades de mobilizar e transformar a sociedade. Há algumas afirmações que caracterizam a juventude como uma força revolucionária de esquerda. No entanto, essa afirmação não é verdadeira no seu todo. Se analisarmos o fenômeno do nazismo, também perceberemos a juventude como força determinante de um regime racista, militarista e de extrema direita. Talvez quem tenha analisado com justeza essa questão fosse o sociólogo Karl Mannheim. Para ele, “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova possibilidade” (MANNHEIM, 1968, p. 74,74).

Essa condição de força política potencialmente disponível para lutar pelo novo, em geral, é decorrente do fato de que a juventude vive uma condição muito especial na sua relação com o tempo e espaço. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu,

os estudantes vivem, e o sabem, num tempo e num espaço originais. O parêntese aberto pelos estudos os exime momentaneamente dos ritmos da vida familiar e pouco profissional. Cercados dentro da autonomia de tempo universitário, eles escapam ainda mais completamente que seus professores aos horários da sociedade global. Não conhecendo outro dia de prestação de contas que o *dies irae* do exame e outro horário que não o dos cursos tão pouco coercitivos (BOURDIEU, 1968, p. 61).

Ainda segundo Bourdieu, para os estudantes as datas e os horários não existem, e sua condição “permite quebrar os padrões temporais da vida social ou mudar-lhes a ordem”, pois “não é o espaço, mas um uso do espaço, regulado e ritmado no tempo, que dá a um grupo um quadro de integração” (BOURDIEU, 1968, p. 61).

Embora seja comum a classificação do movimento estudantil enquanto um movimento social, é necessário fazermos algumas observações a esse respeito. A simples existência de entidades estudantis que agreguem estudantes e que defenda interesses estudantis não é suficiente para a caracterização de movimento social. Normalmente em momentos de crise é que ele se assume enquanto um movimento social. Segundo a classificação do sociólogo francês Alain Touraine, “Entendo, em princípio, por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1977). A idéia de conflito vinculado a movimentos sociais é explícito em Touraine, para ele, um movimento social não é a expressão de uma contradição; ele faz explodir um conflito. É uma conduta coletiva não para os valores da organização social ou para a participação num sistema de decisões, mas para o objeto do conflito de classes que é o sistema de ação histórica (BOBBIO, 1994, p. 789).

Ainda segundo Touraine, um dos princípios básicos para a existência de um movimento social é o da identidade, ou seja, o agente dá uma definição de si mesmo, caracterizando-se em confronto com outros agentes em meio de um conflito que os contrapõe no campo da ação social. Nesse sentido é possível caracterizarmos as lutas estudantis do final dos anos 70 e início dos anos 80 enquanto ação organizada de um movimento social. A existência do regime militar criava um inimigo comum que dava identidade às lutas estudantis, condição não existente hoje, a não ser em períodos muito curtos de determinadas conjunturas, como por exemplo o “fora Collor” . No entanto, embora possamos defini-lo como movimento social, também é importante analisarmos as diferenças decorrentes de conjunturas distintas.

Existe, como é natural, uma relação entre os agentes da mobilização e os tipos de movimentos daí resultantes. Seguindo basilamente as indicações de Touraine, Melucci propôs uma distinção entre movimentos reivindicativos, movimentos políticos e movimentos de classe, baseada nos objetivos perseguidos. No primeiro caso, trata-se de impor mudanças nas normas, nas funções e nos processos de destinação dos recursos. No segundo, se pretende influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudança das relações de força. No terceiro, o que se visa é subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. A passagem

de um tipo a outro depende de numerosos fatores, dentro os quais não é de somenos importância o tipo de resposta que o Estado agente pode dar, bem como da capacidade dos movimentos em aumentar seus seguidores e em incrementar suas exigências. (BOBBIO, 1994, p. 789).

Seguindo essa classificação, parece-nos que o movimento estudantil analisado neste estudo seguiu uma linha inversa à apresentada acima. A luta da juventude contra o regime visava disputar o poder político a partir de concepções socialistas predominantes dos diversos agrupamentos políticos constituídos basicamente por lideranças estudantis (movimento de classe, representando uma pequena burguesia politizada que buscava se aliar aos setores marginalizados da sociedade). Ao final da ditadura, a preocupação maior era a reaglutinação do movimento a partir de lutas mais gerais, articuladas com lutas por reformas nas universidades (movimento político) e, finalmente, a partir do final dos anos 80 o movimento ficou restrito ao limite das reivindicações mais específicas (movimento reivindicativo). A crise de identidade que o movimento sofreu a partir do surgimento de novos atores sociais (principalmente os partidos políticos e o chamado novo sindicalismo), notadamente a partir do final dos anos 80, irá encerrar um ciclo, e as entidades que sobreviverem, em sua maioria, ficarão restritas à pequenas reivindicações corporativas dentro das universidades. A parcela de jovens que militou ativamente nas lutas estudantis, enquanto as mesmas tinham um caráter político, ao terminarem seus estudos, atuaram em inúmeros espaços (públicos e privados), que de alguma forma contribuíram com a transformação da sociedade e com a redemocratização do Estado brasileiro, participando das lutas políticas que se seguiram.

## **METODOLOGIA**

Conforme apontamos anteriormente, nosso objeto de análise é a constituição e a atuação do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização (1977-1985). Em pesquisa, a própria escolha do

tema a ser trabalhado já é um elemento subjetivo que de alguma forma interfere no resultado final. No caso específico, o fato de ter sido um militante do movimento estudantil no período analisado, ao mesmo tempo que pode dificultar uma análise mais isenta por um lado, por outro auxilia na busca das fontes na medida em que convivi com inúmeras das pessoas entrevistadas e ou analisadas. O fundamental num trabalho desta natureza é manter um distanciamento científico que possibilite uma análise objetiva dos dados. De qualquer forma, não é possível negar que essa visão “subjetiva” da importância do movimento estudantil na hora da definição do objeto a ser pesquisado, é fruto em grande parte de um envolvimento muito forte que tive nesse período.

Em relação ao recorte temporal, optei por analisar o período compreendido entre 1977 e 1985. Embora não exista uma data “mágica” que possa sinalizar o início ou o fim de um processo histórico, existem referências que podem delimitar com maior precisão um período a ser estudado. O processo de redemocratização no país tem como uma de suas características o fato de ter se desenrolado em um período de tempo muito longo, sendo inclusive considerado por alguns como inconcluso na medida em que possuímos resquícios da ditadura atualmente (MACIEL, 2004).

No entanto, se tivéssemos que delimitar uma data para um estudo mais sistemático, poderíamos considerar o ano de 1977 como um marco importante do início desse processo. Embora ainda em 1976 alguns movimentos tenham ocorridos, inclusive o I e II Encontro Nacional de Estudantes, é no ano seguinte que uma série de manifestações irão acontecer, sendo que na sua imensa maioria não tiveram continuidade em função da falta de uma articulação maior. O Pacote de Abril de 1977<sup>4</sup> encaminhado por Geisel ao Congresso Nacional e seu posterior fechamento foi um estopim importante nesse processo. A partir de um chamamento do DCE Livre da PUC SP inúmeras manifestações

---

<sup>4</sup> O Pacote de abril consistiu no fechamento do Congresso Nacional e a imposição de medidas que o mesmo não tinha se submetido a aprovar. Basicamente tinha como alvo a modificação dos critérios de representação na Câmara dos Deputados e Senado de forma a que a ARENA mantivesse a maioria nas eleições de 78. Um terço do Senado passou a ser indicado de forma indireta; aumentou-se a quantidade de deputados nos pequenos estados controlados pela ARENA na mesma proporção que limitava a quantidade de deputados eleitos nos maiores estados, onde a oposição era mais forte. No mesmo processo foram criados os estados do Amapá, Acre, Roraima e Rondônia, além de conferir ao Distrito Federal o status de estado da federação.

aconteceram no país. Nesse mesmo ano é realizado o III Encontro Nacional de Estudantes que define pela constituição de uma Comissão Nacional Pró UNE.

A mesma dificuldade que temos para delimitar um “início”, também existe para estabelecermos um “final”, na medida em que o processo de transição ocorreu lentamente. Mas um marco importante é a mobilização por eleições diretas para presidente da República (Campanha das Diretas Já) e seus desdobramentos, notadamente a eleição via Colégio Eleitoral, de um novo presidente. Mesmo que mantidas as regras inalteradas do processo de escolha indireta, o que objetivamente significava uma derrota à campanha de ruas por eleições, não podemos desconsiderar uma variante nova no processo. A partir desse momento os militares formalmente são afastados da intervenção direta no controle do país. Os dois candidatos que irão se enfrentar no Colégio Eleitoral serão civis: Paulo Maluf representando o partido governista (antiga Arena e agora PDS, com apoio do PTB) e Tancredo Neves representante da oposição (PMDB, PDT e Frente Liberal)<sup>5</sup>. A única exceção foi o PT que se negou a participar do Colégio Eleitoral denunciando o mesmo como ilegítimo e denunciando os setores que abandonaram as lutas de ruas para aceitar a participação em um “pacto” político.

Mesmo considerando que o Movimento Estudantil sempre carregou inúmeras divergências em seu debate interno, a divisão do país entre apoiadores da ida ao Colégio Eleitoral ou boicote ao mesmo; e posteriormente o apoio ao governo constituído ou oposição ao mesmo, irá aprofundar as diferenças. Essa situação trará desgastes ao movimento e será o início de um processo de desmobilização estudantil.

Sem entrar no mérito das políticas implantadas pelo novo governo, podemos perceber a construção de um novo imaginário social: não havia mais uma ditadura que unificasse o discurso e as lutas. Agora havia uma polarização entre os que continuavam denunciando o caráter de classe do sistema educacional e os limites das transformações advindas da chamada Nova República, e aqueles que entendiam que estávamos vivendo um processo de transição, e que portanto, era necessário uma “trégua” até que as mudanças

---

<sup>5</sup> A Frente Liberal ainda não havia se constituído enquanto partido (PFL), mas sim como dissidência do PDS. Também houve apoio do PCB e PC do B, embora ainda clandestinos.

pudessem surgir. Junto a esse processo de desgaste, ainda podemos considerar o aumento da importância de outros movimentos sociais como protagonistas, notadamente o movimento sindical, sendo que uma expressiva base social dos mesmos advém de ex-militantes estudantis, e um segundo fator que entendemos que ajudou a “esvaziar” o M.E. foi o crescimento da importância dos partidos políticos, também atraindo militantes e ex militantes do M.E. para funções dirigentes.

A “abertura”, “descongelamento”, “descompressão”, qualquer que seja seu nome, do regime autoritário normal engendra um agudo e rápido aumento da politização geral e da ativação popular – “a ressurreição da sociedade civil”. Todavia esta onda se encrespa mais cedo ou mais tarde, a depender do caso. Uma certa normalidade é subsequente assegurada, conforme alguns indivíduos e grupos se despolitizam outra vez, após terem seus recursos esgotados ou após terem se desiludido, e conforme outros se desradicalizam, tendo reconhecido que suas esperanças maximalistas não se concretizaram. Outros, ainda simplesmente ficam cansados da constante mobilização e de sua intrusão na vida privada de cada um deles (O’DONNEL, 1988, p. 51).

Assim, conforme buscamos evidenciar nos parágrafos acima, o movimento estudantil experimentou um momento de desmobilização a partir do fim da ditadura. Nossa análise, portanto, vai estender-se somente até o ano de 1985, quando os estudantes ainda encontravam-se bastante mobilizados.

Em relação à metodologia utilizada para fins desta investigação, esta abarcou tanto a análise bibliográfica quanto a pesquisa empírica. Num primeiro momento, visamos situar o desenvolvimento das lutas estudantis no país e refletir sobre a história do movimento estudantil no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir de um estudo aprofundado da bibliografia existente sobre o tema.

Partimos então em busca de diferentes tipos de fontes que pudessem auxiliar a investigação, além de contatar ex-militantes que participaram do movimento estudantil no período. Esta busca permitiu-nos acessar uma série de documentos da época, como panfletos, jornais acadêmicos, atas, notas publicadas em periódicos, entre outras.

Vale destacar que, em relação à guarda e organização da documentação, as entidades estudantis, apresentam algumas especificidades.

Diferentemente dos partidos políticos e sindicatos que possuem um controle externo e que, portanto, necessitam da manutenção de uma estrutura burocrática profissional, (guarda de atas e documentos em geral), a não institucionalização do movimento estudantil, principalmente no período atual,<sup>6</sup> bem como a grande rotatividade de direções<sup>7</sup> faz com que normalmente muitas decisões se dêem formalmente nas instâncias legais, mas nem sempre fiquem registradas.

Ao longo da pesquisa, visitamos as sedes dos Diretórios Centrais da UCPEL, UFPEL, UFSM, FURG, UCS e UNISINOS em busca de documentação. Destes, apenas o DCE da FURG possui livro de atas, e mesmo assim o livro vai até 1981. O livro de atas do DCE UFPEL foi encontrado no Núcleo de Documentação Histórica, ligado ao curso de história da UFPEL (englobando o período de 1973 a 1979).

A não existência de espaços que se preocupem em juntar e organizar material oriundo do movimento estudantil, fez com que a imensa maioria dos ex-militantes, ao desejarem se desfazer de material antigo e não tendo para onde encaminhá-los, tenham destruído tudo. No estado identificamos a princípio apenas 4 (quatro) lugares em que algum tipo de material vinculado ao tema estava organizado, e mesmo assim normalmente um acervo muito pequeno e específico. São eles: Arquivo Público de Caxias do Sul; Núcleo de Documentação Histórica/UFPEL; Instituto de Estudos Políticos Mário Alves e Arquivo Histórico do RS. É possível que existam outros locais, mas a princípio não foi localizado a existência de documentação sobre o tema, ou havia a informação de que possivelmente o material existisse mas precisariam de mais tempo para localizar (foi o caso, por exemplo das Biblioteca da UCS e da FURG e da Reitoria da UNISINOS).

A investigação em fontes de imprensa também ajudaram bastante na busca de informações, notadamente o jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul que se encontra on line; o jornal *A Razão* de Santa Maria, que se encontra disponível no Arquivo Público Municipal, os jornais *Diário Popular* e *Diário da*

---

<sup>6</sup> No período da vigência militar, em função de que muitos recursos eram provenientes do MEC ou das reitorias, havia um controle maior na medida em que havia prestações de conta periódicas.

<sup>7</sup> Gestões de 1 ano, acompanhadas de uma vida escolar que varia de 4 a 5 anos, situação distinta dos partidos e sindicatos onde normalmente os militantes atuam durante décadas em suas instâncias.

*Manhã* que se encontram na Biblioteca Pública de Pelotas e o jornal *Correio do Sul*, de Bagé. De Passo Fundo tivemos o apoio da professora e pesquisadora Eliane Lucia Colussi, que além das informações contidas em seu artigo Memórias de Militantes do Movimento Estudantil de Passo Fundo, se disponibilizou a enviar novas informações e recortes do jornal *O Nacional*, da referida cidade.

Além da pesquisa em arquivos, jornais e em fontes documentais das entidades, algumas pessoas também se dispuseram a emprestar e ou doar o material que tinham guardado, bem como a fornecer informações sobre o período, seja através de entrevistas seja através de contatos via internet. Esse conjunto de informações foi o que permitiu que organizássemos dados que permitiram constituir a base de uma cronologia do movimento estudantil universitário gaúcho. Esse trabalho identificou, por exemplo, uma centena de presidentes de DCEs que atuaram no estado no contexto estudado. Além dos presidentes (acompanhados de suas respectivas posições políticas), também identificamos as nominatas de 13 das 15 chapas que disputaram a diretoria da UEE/RS, bem como 16 das 18 chapas que disputaram a UNE nesse período. Dessas chapas apresentadas, 2 da UEE estão incompletas (falta identificação de alguns integrantes) e uma não foi localizada a nominata. Ao total, identificamos 220 nomes que estavam em chapas disputando a UEE e 195 que disputavam a direção da UNE. Ao total identificamos mais de 500 nomes de lideranças estudantis<sup>8</sup>, notadamente presidentes de DCEs e concorrentes à direção da UEE/RS e UNE.

Mas mesmo considerando que a identificação desses nomes é importante como fonte para posteriores estudos ligados ao movimento estudantil, é fundamental não esquecermos que este, pela sua própria natureza, é um trabalho coletivo. Uma gestão de UEE para que tivesse algum êxito, necessariamente teria de contar com a ação efetiva de inúmeros DCEs e DAs e centenas de militantes no interior do Estado. Um DCE, por sua vez, só teria sucesso em suas ações se contasse com dezenas ou centenas de militantes ativos em suas universidades. Os resultados que o Movimento

---

<sup>8</sup> Em alguns casos os nomes se repetem, seja por participarem de mais de uma gestão, seja por terem sido presidentes de DCEs e também participarem de chapas que concorreram à UEE ou UNE.

Estudantil teve em suas empreitadas foi fruto de suas lideranças, mas também daqueles militantes que tinham uma atuação mais específica e silenciosa, mas nem por isso menos importante: os que se vinculavam ao teatro dentro das universidades; os que faziam as charges ou poesias que foram publicadas nos jornais e boletins estudantis; os que passavam a noite imprimindo em mimeógrafos para que de manhã outros passassem em aulas para distribuir. Os que ficavam as noites pintando faixas e cartazes para que no dia seguinte outros pudessem colocar os cartazes nas universidades. Os “pixadores” das madrugadas; aqueles que eram mais afeitos às tarefas de articulação política ou que tinham a função mais administrativa dentro das entidades e grupos políticos. Enfim, sem a existência e compromisso de todos aqueles que dentro de suas características pessoais cumpriram “tarefas” mais específicas, os resultados teriam sido muito menos eficazes.

Quanto à distribuição dos capítulos, para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos, a tese ficou estruturada em 6 (seis) partes.

O Capítulo I busca englobar algumas discussões conceituais necessárias para o enfrentamento do restante do texto. Na medida em que não existe uma bibliografia específica sobre tendências estudantis, iniciou-se pela discussão do debate sobre partidos políticos dentro do campo do marxismo. Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci são vistos a partir de certos debates como clandestinidade, vanguarda, centralismo político, etc. Características estas também presentes de alguma forma nas tendências estudantis na medida em que estas eram uma forma de extensão das atividades de grupos que se organizavam de acordo com as concepções marxistas de partido. Analisa também a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas dissidências que originarão outras organizações políticas. A partir da experiência e trajetória do PCB são analisadas outras correntes e tendências existentes no Brasil, bem como algumas das características das tendências estudantis. No mesmo capítulo ainda traçamos um breve comentário sobre diferentes concepções de movimentos sociais, nos fixando na definição do sociólogo francês Alan Touraine para caracterizarmos o movimento estudantil enquanto um movimento social no período analisado. Por fim, para evitar maiores dificuldades na caracterização das correntes políticas existentes no

movimento estudantil, buscamos em Norberto Bobbio uma definição clara do que seja um pensamento de direita ou de esquerda no espectro político.

Já o Capítulo II tem como objetivo traçar uma linha histórica das principais mobilizações estudantis em nosso país, bem como a forma como foi construída a União Nacional de Estudantes e por quais transformações a entidade passou. Acompanhado de um pequeno contexto das questões nacionais e internacionais, esse capítulo tem como objetivo situar a história dos estudantes brasileiros e suas entidades.

O Capítulo III, que trata do golpe civil militar ocorrido no país em 1964, bem como do processo de redemocratização e suas conseqüências, entendemos como importante por se constituir na “moldura” onde o movimento estudantil atuou no período estudado nesse trabalho. Sem o entendimento correto das conseqüências que a repressão política trouxe ao país e mais especificamente à organização dos estudantes, bem como as condições em que se processou a chamada “abertura política lenta e gradual”, momento em que também recomeçam as mobilizações estudantis, talvez não conseguíssemos entender adequadamente o refluxo do movimento no início dos anos 70 nem as incertezas do processo de abertura política, que impulsiona boa parte da militância estudantil a atuar em organizações semi-clandestinas (tendências).

Já o Capítulo IV centra seu foco no processo de reorganização da UNE, UEEs e demais entidades estudantis a partir da retomada da organização e das lutas estudantis no período final do regime. Parte de 1976/77 quando começam os primeiros encontros nacionais de estudantes, seja de cursos ou de entidades e vai até 1985, ano em que, após a não aprovação da emenda Dante de Oliveira que restituía eleições diretas para Presidente da República em nosso país, as elites políticas pactuaram uma transição por dentro do chamado Colégio Eleitoral, representação parlamentar que iria escolher o novo presidente, período chamado de Nova República e conhecido como marco importante no processo de redemocratização do país.

O Capítulo V é bastante importante, principalmente para quem não participou da vida político estudantil do período e não conviveu com as tendências existentes na época. De forma bastante sintética procuramos

apresentar a origem e algumas características das principais tendências que atuaram no RS no contexto estudado. Outras que tiveram atuação em regiões distintas do país não foram listadas (Correnteza, Refazendo, etc.).

No Capítulo VI buscamos trazer o debate para o caso do Rio Grande do Sul. Mesmo sabedores de que a lógica que “moldou” a retomada da organização do M.E. não fosse local, para efeito de análise não teríamos como abarcar todo o universo de entidades do país para analisar. Dessa forma, buscamos resgatar algumas discussões e experiências de nosso estado. Em primeiro lugar a lembrança de que no caso gaúcho, além das dificuldades normais pelas quais o conjunto do M.E. passou para se reorganizar, tínhamos a presença de uma entidade estadual denominada de Diretório Estadual de Estudantes (DEE) que possuía uma clara linha política ideológica de direita e que disputava o controle das entidades gerais e de base com a UEE/LIVRE quando esta se reorganiza. Um segundo tópico foi a tentativa (limitada por falta de informações) de reconstituição da história dos 10 DCEs existentes no estado no contexto estudado (PUC/UFRGS/UFPEL/UCPEL/UPF/UCS/ UFSM/ UNISINOS/ FURG/ FUNBA). Nesse tópico também listamos aproximadamente 100 nomes identificados como presidentes desses DCEs em diferentes gestões, bem como suas ligações políticas com as tendências estudantis da época. Por fim, o ressurgimento da UEE e seu papel enquanto entidade que buscava aglutinar e unificar as lutas dos estudantes gaúchos.

Fora do corpo do trabalho, mas por considerarmos informações importantes e vinculadas à temática, acrescentamos as diferentes leis que regulamentaram as atividades estudantis no período repressivo e leis posteriores criadas durante a chamada Nova República. Acrescentamos também as chapas e nominatas que concorreram à direção da UEE/RS e à direção da UNE em eleições diretas nesse período, identificando mais de 400 nomes que compuseram as inúmeras chapas. Ainda nos anexos apresentamos o Regimento Interno do DEE e uma pequena cronologia do movimento estudantil gaúcho, que embora ainda insuficiente, poderia ser um importante ponto de partida para novos estudos.

Por fim, mesmo não sendo desculpa para possíveis e prováveis lapsos e limites desse trabalho, lembro que em função de fatores externos à minha

vontade, o mesmo foi elaborado em um período de um semestre. Tem-se clareza que outras questões poderiam ser trazidas ao debate, bem como as que constam no mesmo também poderiam ser melhor analisadas. Da mesma forma informações outras poderiam ser acrescentadas. O curto período de tempo; a distância entre municípios, (que demandava custos e tempo); a dificuldade de localizar pessoas e a insuficiência de material em locais que poderia haver um maior acervo, dificultaram bastante a coleta de material em campo, o que por sua vez também diminuiu o tempo possível para uma maior preocupação em aprofundar as análises do trabalho. No entanto, sendo estas as condições concretas em que atuamos, entendemos que esse trabalho pode servir como instrumento de resgate à memória do movimento estudantil gaúcho e como fomentador de debates sobre o caráter e papel que o movimento estudantil ainda pode (e deve) cumprir em nosso país.

## CAPÍTULO I

### PARTIDOS, TENDÊNCIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

#### 1.1. Introdução:

Na medida em que esse trabalho busca resgatar a importância que o Movimento Estudantil teve no processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir de sua organização em tendências estudantis, (mesmo que limitado a um estudo de caso restrito ao RS), é necessário em primeiro lugar definirmos o que eram as tendências, qual sua forma organizativa e que papel cumpriram.

Um segundo aspecto a analisar e que está conectado ao primeiro, é a identificação do movimento estudantil à luz do debate acerca da definição do que seja um movimento social. Em outras palavras, quais as condições necessárias para que o movimento estudantil possa ser considerado enquanto tal.

Essa é uma tarefa difícil na medida em que não existe material publicado sobre tendências estudantis<sup>9</sup>. Seymour Lipset<sup>10</sup> nos fala de diversas formas de organização estudantil adotadas em diversos países no contexto de 68. Antoine Griset e Marx Kravetz<sup>11</sup> também produziram nesse sentido, bem como a imensa maioria dos estudos desta época. S. N. Eisenstadt<sup>12</sup> analisou grupos juvenis como escoteiros, grupos religiosos, gangues, grupos por local de moradia, etc. Dentro dos partidos políticos, notadamente dentro do PT, existem

---

<sup>9</sup> Ou no mínimo não consegui identificar bibliografia sobre o tema.

<sup>10</sup> No artigo Alternativas para as Atividades Estudantis.

<sup>11</sup> No artigo Sindicalismo e Movimento Revolucionário nos Movimentos Estudantis.

<sup>12</sup> No artigo Grupos Informais e Organizações Juvenis nas Sociedades Modernas.

inúmeros trabalhos sobre as tendências internas (Silva)<sup>13</sup>. Além disso existe uma razoável bibliografia sobre as organizações de esquerda no Brasil, das quais as tendências eram originárias. No entanto nenhuma dessas perspectivas consegue dar conta de definir um conceito sobre tendências. Quem se aproxima é Marialice Foracchi, quando se refere aos “partidos estudantis” no contexto do movimento estudantil de 1968, como veremos adiante.

As tendências estudantis no Brasil que surgem no final dos anos 1970 são bastante distintas quanto à sua organização e seu papel das tendências do período anterior ao fechamento político (AI-5) no Brasil. No período anterior, além de serem poucas, algumas eram legais e outras não eram propriamente tendências, mas alguns militantes que se localizavam dentro do partido e outros que compunham a chamada “área de influência”; posteriormente, no período da luta armada, denominadas de EPP (Estruturas Para Partidárias) (ao menos em algumas organizações). Como as tendências eram ligadas a organizações políticas de esquerda que atuavam na clandestinidade e a partir de concepções marxistas de partido político (com todas as nuances existentes dentro deste debate), entendemos que devemos primeiramente situar um pouco o conceito de partidos dentro do campo do marxismo.

## **1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva Marxista**

Marx, embora tenha sido um pensador fundamental na interpretação econômica, sociológica e histórica sobre os rumos da humanidade, deixou algumas lacunas no que diz respeito às formas organizativas para os trabalhadores atingirem o poder. Em suas primeiras obras, na chamada fase do jovem Marx, ou limitava-se a formulações genéricas como “*o socialismo será obra dos próprios trabalhadores*”; ou então falava sobre a necessidade dos revolucionários atuarem dentro dos partidos burgueses. Claro que a intervenção dentro destes partidos era fruto de um momento em que o voto

---

<sup>13</sup> História das tendências no Brasil, de Antonio Ozai da Silva.

ainda era censitário, ou seja, somente os mais ricos tinham direito ao voto e, conseqüentemente, só existiam partidos burgueses.

Em sua fase mais madura, começa a elaborar melhor a questão do partido. Em alguns documentos como “*Crítica ao Programa de Gotha*”, no “*Manifesto Comunista*” ou na “*Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*”, discute diversas questões ligadas ao programa necessário de ser assumido pelos revolucionários para que fosse possível superar a sociedade capitalista e para que esses não ficassem limitados às bandeiras democráticas dos grupos políticos que propunham apenas reformas no capitalismo sem a sua destruição. Chega a falar da necessidade da independência do partido operário em relação à burguesia e, até mesmo, na existência do que ele chama de grupos secretos. Esse período corresponde à sua atuação dentro da organização da I Internacional.

No entanto, ainda restam algumas indefinições sobre o problema do partido, as quais são decorrentes de um contexto em que ainda não existiam condições históricas concretas na Alemanha para que se desencadeasse algum tipo de revolução socialista vitoriosa. Para que a questão do tipo de partido necessário para organizar a luta revolucionária do proletariado tomasse corpo dentro do pensamento de esquerda, seria necessário que condições históricas concretas surgissem para que este debate também ocorresse.

Em alguma medida, pelas limitações do pensamento de Marx sobre a questão do partido, mas principalmente fruto de uma visão dogmática e de uma leitura parcial do marxismo por parte de parcelas da esquerda brasileira, reproduziu-se, de forma muito comum em nosso país, duas grandes vertentes políticas por parte de setores que buscavam uma transformação da realidade social.

De um lado, aqueles que acreditavam que as transformações viriam lentamente, de acordo com o aumento do nível de consciência das massas. Não consideravam a necessidade de constituição de instrumentos políticos mais elaborados que pudessem auxiliar a construção das consciências políticas. Achavam que o simples movimento de massas, no seu andar próprio, seria capaz de gerar uma consciência revolucionária.

Estas concepções, que têm sua origem no pensamento de Berstein, dirigente do partido social democrata alemão, constituem-se como um tipo de “socialismo evolutivo”, e irá gerar o pensamento social-democrata em suas mais diversas variantes.

Não se pode esquecer que no final do século XIX e início do século XX a social-democracia representava o pensamento marxista revolucionário, pois somente a partir do início da I Guerra Mundial surge a cisão dentro da II Internacional, constituindo, de um lado, a social democracia como um projeto que apoiava a guerra (na Alemanha) e que buscava melhorias para os trabalhadores dentro da ordem capitalista; e os partidos que irão se alinhar à III Internacional, criada em 1919 e que irá constituir os chamados partidos comunistas.

Dentre as variações do pensamento social-democrata, o chamado “eurocomunismo”, que irá ampliar sua influência no Brasil a partir dos anos 1980 do século XX, irá influenciar, e inclusive dar a direção ao pensamento do PCB. Romperá com o pensamento marxista e adotará uma variante da social-democracia européia, embora sem aceitar esta definição em nenhum momento. Da mesma forma, setores sindicais que espontaneamente entram em cena durante o fim do regime militar e ajudam na fundação do PT, normalmente influenciados por setores da Igreja, também irão adotar uma variante desta linha política.

De outro lado, aqueles que embora tivessem clareza quanto à necessidade da teoria revolucionária como elemento imprescindível para todo e qualquer processo de transformação social, acreditavam que a atuação legal dentro dos partidos da ordem e que representassem interesses de parcelas da burguesia nacional possibilitaria um avanço político rumo às transformações da sociedade brasileira. Em nosso país, o Partido Comunista do Brasil talvez tenha sido quem melhor representou esta concepção política. Em inúmeros momentos manteve seu discurso marxista e revolucionário ao tempo que buscava uma ampla coalizão política com setores da burguesia nacional para derrotar o imperialismo.

Na medida em que Marx não criou o que poderíamos definir como uma teoria de partido, coube a Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução

Russa, sistematizar o debate existente naquele período histórico sobre a questão do partido e construir uma teoria do chamado “partido de novo tipo” ou “partido operário”, também conhecido (após sua morte), como “partido leninista”.

Algumas características sobre o partido são: a idéia de um partido de vanguarda, composto pelos “melhores combatentes da classe operária”; centralismo democrático; estruturas partidárias clandestinas, estruturas militares vinculadas à estrutura política etc.

Talvez o debate a respeito do chamado Centralismo Democrático seja o mais importante no que diz respeito à estrutura leninista de partido, pois ao mesmo tempo em que é um tema relevante, também é um assunto muito controverso. Sua polêmica não consiste apenas entre os que são favoráveis ou contra o centralismo. Situa-se basicamente nas diferentes concepções sobre centralismo e na forma como as majorias e minorias se comportam dentro das organizações políticas. Dito de outra forma, podemos identificar inúmeras modalidades de centralização, as quais dependem muito do tipo de estrutura política, objetivos, contexto histórico, etc. De outro lado, podemos perceber que sempre as majorias têm um maior apego à idéia de centralização (ao menos enquanto se constituem em maioria, pois muitas vezes ao se tornarem minoria, passam a ter outro comportamento).

Aliás, questão esta que já era enfrentada na fundação do Partido Operário Social Democrata Russo. Lênin já identificava

As lamentações da minoria que clama contra o centralismo e contra os estatutos quando está em minoria, e que mal se converte em maioria logo se apóia nos estatutos (LÊNIN, 1978, p. 59).

Em linhas gerais, poderíamos dizer que o Centralismo Democrático constitui-se no encaminhamento solidário e coletivo das definições tomadas pela maioria dentro de algum tipo de estrutura organizativa de caráter político. A idéia básica é que a unidade de ação dos grupos políticos é determinante em sua força ou capacidade de implementar determinada política. Mais adiante veremos de forma mais detalhada alguns elementos centrais que definem o caráter democrático do centralismo e o diferenciam do burocratismo.

A sistematização deste debate (não que outras formas de centralização não existissem antes), advém do contexto em que surgiu a Revolução Russa e do debate a respeito do partido leninista. Na realidade, a discussão sobre a necessidade da constituição de um partido revolucionário na Rússia.

As condições históricas existentes na Rússia (sociedade semifeudal, violência do tzarismo contra os camponeses russos; grande índice de analfabetismo; miséria em grande escala, etc.), levou a que surgisse, neste país, um grande número de círculos revolucionários (os narodjnicks). A forma de ação terrorista destes grupos políticos não conseguiu mobilizar e organizar o povo russo. Faltava, fundamentalmente, teoria para que a revolução pudesse acontecer nesse país. A partir da fuga de uma dirigente populista à Europa (Vera Zazulich), esta conheceu Engels e tomou contato com a teoria marxista. Os círculos revolucionários russos, a partir do conhecimento da teoria marxista, buscam organizar-se em partido. Inicialmente criam a Liga Social Democrata (articulação de diversos agrupamentos políticos) e, posteriormente, buscam a unificação destas organizações em um grande partido (denominado de Partido Operário Social Democrata Russo - P.O.S.D.R. - 1903). Não custa lembrar que neste momento histórico os sociais democratas ainda eram os revolucionários, os que buscavam destruir a sociedade capitalista.

Dentre os principais dirigentes deste partido, encontra-se Lênin, que, já no Congresso de fundação (1903), polemizou na formulação dos estatutos partidários com suas teses sobre critérios para participação no partido e centralização. Enquanto alguns dirigentes defendiam a idéia de um partido mais solto, menos centralizado, Lênin defendeu um partido com uma rígida disciplina partidária. Em função da necessidade da clandestinidade face à violência da monarquia russa, Lênin propôs a criação de um partido centralizado na sua ação e dividido em células partidárias, ou seja, pequenos agrupamentos, de 3 a 7 membros, que atuariam de forma estanque, sem que os membros de uma célula conhecessem os membros das demais. Todo o processo de debates e definições aconteceria a partir da circulação de documentos e pela representação dos secretários políticos das células, (um por coletivo), que seriam os pontos de contato com os membros da direção do partido. Para Lênin, somente poderia ser considerado membro do partido o militante que estivesse participando organicamente de alguma célula.

Esta concepção de partido tem origem na sua visão de Estado, (que, na realidade é a reprodução da visão de Estado expressa por Marx), e nas condições de violenta repressão russa.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado ia adquirindo, cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que marca um passo à frente na luta de classes, manifesta-se com aspectos cada vez mais acentuados, o caráter puramente repressivo do poder do Estado (MARX. Guerra Civil na França. in Ianni, Octávio. 1982, p. 203/204).

Lênin viveu em um contexto parecido com o de Marx, na medida em que tanto a sociedade alemã da época de Marx, quanto a Rússia czarista eram estruturas sociais nas quais a sociedade civil praticamente não existia e em que a esfera estatal preponderava através da coerção sobre o conjunto da população. Isto faz com que o conceito de Lênin seja o mesmo de Marx sobre a questão do Estado.

Para Lênin,

As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo (LÊNIN, 1987, p. 31).

Para que a população oprimida conseguisse romper com este processo de dominação era necessário que se organizasse de forma consciente para destruir o estado burguês. Neste contexto, a idéia da violência como elemento central do processo político aparece de forma muito nítida.

Se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante (LÊNIN, 1987, p. 11).

É tão forte a idéia de estado-força, que o objetivo final é a própria dissolução do Estado para que seja possível a constituição de uma sociedade sem classes

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definhamento (LÊNIN, 1987. p. 27).

A violência não é uma vontade ou inovação trazida à política. Ao contrário. A política é que se constituiu na história como alternativa às guerras, como forma de resolução dos conflitos. No entanto, é o estudo da história que demonstra à Marx e aos marxistas que nunca as classes dominantes abriram mão de sua dominação. Sempre utilizaram a violência como forma de manter seus privilégios quando ameaçados pelo avanço das lutas sociais. A formulação de Marx de que a violência é a parteira da história talvez sintetize o papel que ele atribuía à luta de classes (MARX, 1982).

Também não é nenhuma exclusividade do pensamento marxista a idéia de dominação do Estado através da força. O clássico conceito de Max Weber de que o Estado é o detentor legítimo do uso da força em um determinado território, também deixa claro a idéia de dominação (WEBER, 1999).

Para Gramsci, a dominação do Estado ocorre através de dois mecanismos: coerção e hegemonia, ou, em outras palavras, o Estado é hegemonia revestida de coerção. Próximo a esta concepção, Saint-Pierre nos diz que

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Nesse sentido, a violência é o limite expresso em que podemos pensar o político. Daí que para pensar a essência da política, procurando sua diferenciação específica, sejamos obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional (SAINT-PIERRE, 1999. p. 87-88).

Da mesma forma que a violência é percebida como elemento presente na luta política, o proletariado também é visto como a única classe capaz de levar a revolução até as suas últimas conseqüências.

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente (LÊNIN, 1987, p. 31).

Ou então,

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada (LÊNIN, 1987, p. 32).

A guerra assume conotação de disputa de classes e a luta de classes se transforma em guerra de classes. Nestas condições, a luta política pela emancipação dos homens e pelo fim da sociedade capitalista era vista literalmente como uma guerra de classes. Para que fosse vitoriosa a centralização passava a se constituir como um elemento central.

A ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, de vida ou de morte; uma guerra que exige tenacidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e unidade de vontade (LÊNIN, 1980, p. 281).

A necessidade de centralização, no entanto, não é vista apenas como necessária ao processo de luta pela tomada do poder, mas também, e talvez fundamentalmente, na consolidação do poder operário.

Certamente, quase todo o mundo hoje vê que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, sem a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, do nosso partido (LÊNIN, 1980, p. 280/281).

Lênin lembra também as condições necessárias à constituição de uma rígida disciplina dentro do partido bolchevique. Rompe com o voluntarismo dos que achavam que uma simples definição pela centralização por si só já era suficiente para constituir esta cultura. Lembra, finalmente, que o centralismo

não pode se transformar em um dogma, mas que é apenas um instrumento necessário para a constituição de um determinado tipo de partido a partir das condições materiais concretas de uma dada estrutura social e em função dos objetivos que a organização tem.

Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado?, como se controla?, como se reforça? Antes de mais, pela consciência da vanguarda proletária e pela sua fidelidade à revolução, pela sua firmeza, pelo seu espírito de sacrifício, pelo seu heroísmo. Em segundo lugar, pela capacidade de se ligar, de se aproximar e, até certo ponto, se o quereis, de se fundir com as mais amplas massas trabalhadoras, sobretudo com as massa proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pelo acerto da sua estratégia e da sua tática política, com a condição de que as mais vastas massas se convençam disso por experiência própria (LÊNIN, 1980, p. 281)

Para Lênin, é impensável a existência de um partido de combate político e ideológico ao mundo capitalista sem essas condições que, segundo seu pensamento, são as únicas possíveis para constituir uma rígida disciplina interna e uma organização com unidade de ação. Entende, também, que estas condições só se constroem a partir de um longo período de lutas e de experiências

Mas, por outro lado, estas condições não podem surgir de improviso. Vão-se formando através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência – elaboração que se facilita com uma adequada teoria revolucionária, a qual, por sua vez, não é um dogma, mas que se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento realmente de massas e verdadeiramente revolucionário (LÊNIN, 1980, p. 282).

Quem irá contrapor-se diretamente à concepção de Lênin sobre o partido é Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã que irá denunciar o que ela considera como um “ultracentralismo”, que, ao invés de disciplina, está estabelecendo uma dominação da direção do partido sobre a base. Mais tarde, o grupo da Oposição Operária, principalmente através de Alexandra Kollontai, irá promover este debate no seio do partido bolchevique (até a expulsão do grupo Oposição Operária, liderado por Kollontai). Trotski também irá denunciar aquilo que para ele irá se tornar o núcleo da dominação burocrática da direção

do partido sobre a sociedade. No entanto, aqui é necessário uma observação importante. As denúncias de Trotski acontecem apenas em dois momentos. No início da constituição do partido, quando ainda não detinham o poder de Estado e depois de ser expurgado do núcleo de poder soviético.

Em 1904, logo após o Congresso de 1903, no qual foi fundado o P.O.S.D.R., (Partido Operário Social Democrata Russo), Trotski afirma que:

Os métodos de Lênin levam a isso: a organização do partido substitui em primeiro lugar o partido como um todo; então o Comitê Central substitui a si mesmo na organização e finalmente um único “ditador” substitui a si mesmo no Comitê Central (TROTSKI, 1904 – Nossas Tarefas Políticas in Tariq e Evans, 1980, p. 28).

Mas, neste momento, Trotski pertencia à fração menchevique do partido e estava em oposição às teses de Lênin sobre o tipo de partido a se constituir. Defendia um partido menos centralizado e mais flexível em seus critérios de recrutamento. Martov, principal liderança dos mencheviques no Congresso, era contra um partido de revolucionários profissionais e defendia um partido aberto a todos os que aceitassem o programa do partido, sem necessidade de militância orgânica em células partidárias. Posteriormente, Trotski muda de posição e adere incondicionalmente à estrutura do partido, formando com os bolcheviques, facção liderada por Lênin.

No episódio referente à relação dos sindicatos com o partido, fica evidente a posição intervencionista do estado soviético e Trotski aparece como um dos defensores mais duros da não autonomia dos sindicatos e da necessidade de uma postura autoritária do estado sobre os sindicatos. Isaac Deutscher, em sua clássica biografia de Trotski, no livro “O Profeta Armado”, refere-se ao debate interno no partido sobre a questão dos sindicatos.

Em termos gerais, (...) três atitudes se cristalizaram. A facção liderada por Trotski (e, mais tarde, por ele e Buckarin) queria privar os sindicatos de sua autonomia e absorvê-los pelo mecanismo do governo. Foi essa a conclusão final a que chegou Trotski, baseado em seus choques com os sindicatos. Dentro desse plano os líderes sindicais, como servidores do Estado, fariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado. Aumentariam a produtividade e manteriam a disciplina do trabalho; treinariam os trabalhadores para a administração industrial e participariam na direção econômica do país. No outro extremo, a Oposição dos Trabalhadores (também

conhecida como Oposição Operária), liderada por Shliapnikov e Kollontai, protestou contra a tutela do governo e do partido em relação aos sindicatos. Denunciaram Trotski e Lênin como militarizadores do trabalho e promotores da desigualdade. De um modo quase sindicalista, exigiram que sindicatos, comitês de fábricas e um Congresso dos Produtores Nacionais assumisse o controle de toda a economia. Enquanto Trotski argumentava que os sindicatos não poderiam, logicamente, defender os trabalhadores contra o Estado deles, Shliapnikov e Kollontai já acusavam o estado soviético de ser um baluarte de uma nova burocracia privilegiada. Entre esses dois extremos, Lênin e Zinoviev e Kamenev falaram pela maioria da opinião bolchevique e tentaram chegar a um acordo. Também eles insistiam em que era dever dos sindicatos conter os trabalhadores e cultivar neles um senso de responsabilidade pelo Estado e a economia nacionalizada. Ressaltavam o direito que tinha o partido de controlar os sindicatos. Mas também desejavam preservá-los como organizações de massa autônomas, capazes de exercer pressão sobre o governo e a administração industrial (TROTSKI. in Deutscher, Isaac, 1968, p. 540/541).

Durante esta fase, Trotski, na condição de um dos principais dirigentes do Estado soviético, em seu livro Terrorismo e Comunismo, afirmava que “os sindicatos devem colocar os interesses da produção acima das suas necessidades e reivindicações”. E que

O jovem Estado dos Trabalhadores necessita de sindicatos, não para lutar por melhores condições de trabalho, essa é a tarefa do conjunto das organizações sociais e estatais, mas para organizar a classe operária com o fim de produzir (TROTSKI. in Deutsche, 1968).

Já Rosa Luxemburgo (que é assassinada logo após a Revolução Russa, em 1919, e, portanto, não pôde acompanhar os desdobramentos da mesma no que diz respeito à questão do partido), tinha uma posição distinta à de Lênin em função de viver uma realidade radicalmente diversa. Enquanto os revolucionários russos defrontavam-se com o problema da dispersão da vanguarda política e enfrentavam as duras condições da clandestinidade, na Alemanha, os problemas, na época de Rosa, eram de outra ordem. O Partido Social Democrata Alemão era um partido legal, com representação no parlamento e que estava vivendo um momento delicado, em que suas direções tinham se dobrado aos interesses capitalistas e, inclusive, estavam apoiando a guerra imperialista que a Alemanha estava construindo. As bases partidárias não tinham peso nas definições políticas. A defesa de um partido menos

centralizado significava a defesa da rebeldia das bases partidárias com sua direção reformista.

É importante este debate para percebermos que não existiu um único tipo de centralismo e não necessariamente suas variações estejam certas ou erradas. Dependeu fundamentalmente do objetivo que tinham os defensores de um ou outro tipo de estrutura centralizada e do momento histórico e características das sociedades em que cada um viveu.

A questão da clandestinidade também é fruto das condições históricas. Quando Lênin propôs a criação de um partido com esse tipo de estrutura é porque todas as organizações políticas revolucionárias na Rússia já eram clandestinas em função da violenta repressão policial. No entanto, Lênin também defendeu que, sempre que possível, era importante uma atuação legal no sentido de dar visibilidade às massas da idéia de revolução. Além disso, é necessário separarmos clandestinidade de secretismo. A clandestinidade é quando existe uma estrutura política que atua no meio da massa, trabalha publicamente a propaganda e a agitação política sem que seus membros sejam identificados. O secretismo já é uma degeneração da idéia de clandestinidade, pois é quando, além de seus membros serem clandestinos, as organizações também não conseguem ter qualquer tipo de influência sobre a massa ou nem mesmo buscam fazer um trabalho político em relação às mesmas.

### **1.3. O Partido Comunista Brasileiro e suas dissidências**

No Brasil, quem irá organizar um partido nesses moldes, (leninista), serão antigos anarco-sindicalistas, que em 1922 irão fundar o PCB (Partido Comunista do Brasil)<sup>14</sup>. O PCB, seguidor da linha da III Internacional, irá adotar diferentes linhas políticas ao longo de sua existência. Protagonista de grandes

---

<sup>14</sup> Pelo estatuto, o nome era Partido Comunista do Brasil, mas a sigla era PCB. Optei em deixar como subtítulo Partido Comunista Brasileiro para não criar confusão com o PC do B que surgirá mais tarde.

movimentos políticos e sociais em nosso país, bem como cometendo graves erros políticos em outras ocasiões, para o bem e para o mal, o PCB foi o grande articulador das lutas sociais em nosso país por muitas décadas. A existência de outros grupos menores e de personalidades de esquerda que também tiveram seu papel, não obscureceu o papel do PCB em nossa história.

Um dos períodos mais críticos que o partido passou, talvez tenha sido o enfrentamento às questões internacionais quando da morte de Stálin e da realização do XXº Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956<sup>15</sup>. Momento da eleição de Krushev como Secretário Geral do PCUS, quando são tornadas públicas as denúncias contra os crimes de Stálin, o mais conhecido dirigente internacional do comunismo naquele momento.

Da mesma forma que outros partidos comunistas, o PCB se viu envolvido em grandes dilemas. Acreditar no mito da infalibilidade de Stálin ou na nova direção do partido? Como dar uma guinada no que vinha sendo dito a tanto tempo sobre as qualidades de Stálin? Durante dois anos a direção do PCB tentou controlar esse debate internamente.

Nesse Congresso, além da denúncia dos crimes de Stálin e das reformas que começaram a operar dentro da máquina partidária, também houve uma redefinição da linha política e a defesa da coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo. Em síntese, essa nova linha apregoava entre outras questões a possibilidade da via pacífica (parlamentar) como forma de se chegar ao socialismo e a abdicação do auxílio soviético aos processos revolucionários em outras partes do mundo.

Mas na medida em que as informações passam a circular, não só as denúncias à Stálin, mas a nova linha de coexistência pacífica com os países capitalistas começa a provocar dissidências dentro do partido. Tanto o surgimento da POLOP (1961), como do PC do B (1962), serão resultados das divergências internas.

---

<sup>15</sup> Embora no Brasil o debate tivesse demorado a circular em função da orientação do CC do PCB, que impediu que as notícias fossem divulgadas pela imprensa partidária, alegando que seria fruto de uma ação imperialista, muito embora fosse o próprio Nikita Khrushchev, Secretário Geral do PCUS quem divulgou publicamente os chamados crimes de Stálin.

A Ação Popular (AP), que tem sua origem na esquerda católica, e não no PCB, gradativamente irá se aproximar das posições chinesas<sup>16</sup>, não só na definição da tática da GPP, como também impulsionando uma dinâmica interna conhecida como proletarização de seus quadros.<sup>17</sup> Em 1972 esta irá se dividir. Para Leni Collares<sup>18</sup>, que foi militante da Ação Popular,

Nós, da AP, não nos considerávamos uma simples tendência. Isto nós atribuíamos aos outros. A linha chinesa se pensava como um novo modo de interpretar a realidade dentro do marxismo...e, ai, toda aquela discussão que tu conheces. Apregoávamos o método de "viver, comer, trabalhar, estudar com as massas". Esse era o "diferencial" mais importante que encontrávamos no livro vermelho e muitos fizeram isso. As tais tendências na AP só apareceram quando a AP já estava "caindo", muitos já haviam sido presos (Entrevista por email com Leni Collares – janeiro de 2011).

Uma parte da organização irá aderir ao PC do B e a outra irá constituir a Ação Popular Marxista Leninista (APML). Uma outra parcela da organização (minoritária) já tinha se desvinculado anteriormente e tinha constituído ainda o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), de vida efêmera na medida em que foi destruído pela repressão política.

Um segundo momento irá gerar uma nova debandada de militantes e originará o surgimento de diferentes grupos políticos.

O período pós-64 iniciou um grande debate dentro das fileiras do PCB. Alguns dirigentes destacados, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho; Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Jacob Gorender, defendiam posições contrárias a de Prestes dentro da direção do partido. O centro do debate era a crítica que estes faziam à direção do PCB por não ter organizado seus militantes para resistir ao golpe militar; bem como a crítica mais geral à política

---

<sup>16</sup> A condição da China na época da revolução era bastante distinta da Rússia. Quase 90% de sua população era constituída por camponeses, o que fez com que sua estratégia estivesse voltada para a luta no campo. Também conhecida como GPP (Guerra Popular Prolongada), previa a formação de grandes colunas revolucionárias e o cerco do campo pela cidade. Essa estratégia ficou conhecida como "posições chinesas" ou "via chinesa".

<sup>17</sup> Incentivo aos militantes para adotarem um estilo de vida próprio dos operários e ou camponeses. Normalmente mudavam-se para a periferia da cidade ou zona rural e buscavam copiar o estilo de vida, procurando dessa forma se aproximar das classes potencialmente revolucionárias.

<sup>18</sup> Leni Collares foi militante do movimento estudantil na UFRGS no início dos anos 70. É doutora em sociologia e professora da FURG, Rio Grande.

pacifista do partido que vinha desde o final dos anos 50 por orientação soviética.

Com a retomada do movimento de massas começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. Como veremos mais adiante, o AI-5 (1968), irá reforçar esta posição na medida em que será interpretado por alguns setores enquanto uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força enquanto espaço de dominação.

No entanto, na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, se opunha à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável.

Em maio de 1964, a Comissão Executiva do PCB lança um documento intitulado “Esquema para a Discussão”. Neste documento faz uma profunda autocrítica dos erros cometidos pelo partido no que se refere ao imobilismo durante o golpe e inclusive este documento afirma que *“absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação”*. No entanto, este documento não significa necessariamente uma mudança de linha partidária, mas foi fruto do acaso. Neste momento estavam ilhados no Rio (em função da intensa repressão), apenas Mário Alves, Marighela, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr., sendo que no mínimo os três primeiros, já vinham demonstrando no debate interno uma posição crítica à linha oficial do partido. Com a prisão de Marighela e de Mário Alves neste mesmo ano (em maio e junho, respectivamente), e com a possibilidade de deslocamentos dos outros membros do CC, a correlação de forças interna se inverte novamente (na realidade o setor ligado à Prestes sempre foi majoritário). Neste momento o chamado “Esquema para Discussão” é revogado e textos que avançassem em formulações pela esquerda em alguns casos são até proibidos de circular, de acordo com a versão que Gorender apresenta em seu livro “Combate nas Trevas”.

No ano seguinte, em maio de 1965, ocorre a reunião do Comitê Central que irá analisar as razões do golpe. O setor majoritário (articulados em torno de

Prestes e Giocondo Dias), responsabiliza o esquerdismo do partido. Segundo eles, fruto de um desvio pequeno burguês, houve uma tentativa de golpe pela esquerda. Irá responsabilizar a Comissão de Educação do partido (Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender) e a Comissão Sindical (Jover Telles). Com isto buscam salvar as teses do V Congresso. Em sua essência, as mesmas se referiam à necessidade de uma aliança com a burguesia nacional para impedir o fortalecimento do imperialismo. São teses antiimperialistas; antifeudais, nacionais e democráticas. Também avalia que *“nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objectivos por um caminho pacífico”* (PCB, 1980). No entendimento da maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a *“aplicação”* da mesma. Essa tensão interna irá ser a responsável, no futuro, pelo rompimento interno no partido.

De 65 a 67 os conflitos agravam-se constantemente. Em vários estados surgem grupos dissidentes do PCB mas que ainda não tinham se desvinculado da estrutura oficial. Mário Alves ao sair da prisão é afastado da executiva e deslocado para Minas. Marighella em 66 se demite da Comissão Executiva e é eleito primeiro secretário do partido em São Paulo. A oposição à direção se fortalece, principalmente nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro<sup>19</sup>, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Na Conferência realizada em São Paulo, em abril de 1966, a oposição fez 33 votos em suas teses em um total de 37 participantes. Mesmo com a presença de Prestes na Conferência, o Comitê Central sofreu uma violenta derrota política.

A Comissão Executiva, a exemplo de muitos outros processos históricos de burocratização partidária, busca manter o controle através de intervenções nos estados, dissolvendo organismos e criando artificialmente novas direções alinhadas ao CC.

No final de julho de 1967, Marighella vai a Cuba participar da Assembléia da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), sem a autorização da direção do PCB. Afinal, a OLAS propagava a guerra de guerrilhas a partir das posições de Régis Debray e Che Guevara, posição combatida pelo PCB. Marighella não apenas participou da OLAS, como

---

<sup>19</sup> Na época a Guanabara era um estado distinto do Rio de Janeiro.

também teceu duras críticas à direção do PCB pela imprensa cubana (jornal e rádio). Os dirigentes do partido, ouvindo seus pronunciamentos pela rádio de Havana, resolvem puni-lo expulsando-o do partido em setembro de 1967, juntamente com Jover Telles. A expulsão, no entanto, é apenas a formalização de um processo de rompimento em andamento.

Já a algum tempo, Jover Telles, Jacob Gorender, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos tinham definido levar o combate dentro do Comitê Central até as últimas conseqüências, criando a Corrente Revolucionária no interior do partido. No entanto não chegam a participar do VI Congresso do partido na medida em que as normas de participação que o Comitê Central estipula deformam qualquer critério de democracia. Definem que todo Comitê Estadual, independente de seu tamanho, poderá ter dois delegados e mais um delegado a cada 500 militantes. Isso irá deformar enormemente a representação na medida em que pequenos estados terão praticamente o mesmo número de delegados que os grandes estados.

Gorender, em seu livro “Combate nas Trevas”, irá retratar esta última reunião antes do racha.

Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral, cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes, (...) mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. (...) Na minha intervenção, desmascarei a chantagem (...) e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do C.C. (GORENDER, 1998, p. 100).

Em outubro de 1967 os dissidentes do PCB organizam uma reunião em Niterói para pensar os rumos a ser tomado dentro do quadro colocado. Ao contrário do que se buscava, esta reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária e como fruto desta reunião houve uma certa pulverização de caminhos a serem trilhados. Alguns criaram a Comissão Organizadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); outros, mais adiante, irão para o PC do B; outros, ainda, criarão a ALN; DI-Guanabara;

POC e MR-8. Em São Paulo, a maioria foi para a ALN em função da liderança de Marighella, no Rio, os militantes dividem-se entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR; no nordeste, a grande maioria dos dissidentes vai para o PCBR e no Rio Grande do Sul, onde os representantes da dissidência na reunião eram Flávio Koutzii e Luis Pilla Vares, criam inicialmente a Dissidência Leninista que em abril de 1968 irá formar o POC juntamente com uma dissidência da POLOP.

A principal divergência que começa a se consolidar é quanto à estratégia e sobre a questão militar. Enquanto que o PCBR insistia na necessidade da manutenção de uma estrutura leninista de partido e criticava o foquismo, a ALN negava o Partido, achando que este inevitavelmente levaria à burocratização. Defendia a ação autônoma das massas no plano militar como única saída para a ditadura.

Logo após esta Conferência, o debate sobre os rumos a seguir começa a ganhar corpo. O setor que busca organizar o PCBR faz um forte combate aos paulistas que se aglutinam ao redor de Marighella que irão se organizar em torno da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Esta propunha a preparação imediata da luta armada e baseava sua estratégia no foquismo (estratégia militar adotada na revolução cubana). Negava o partido como instrumento de organização na medida em que avaliava que todos os partidos se burocratizariam no futuro. Defendiam a organização dos revolucionários a partir da criação das chamadas “vanguardas armadas”, grupos compostos por um pequeno número de militantes com treinamento militar para fazer ações armadas e com autonomia de ação.

A pulverização de concepções relacionadas à diferentes questões irá gerar inúmeras divergências: alinhamento internacional; caráter da revolução; luta armada ou luta institucional parlamentar; estratégia da revolução (alianças de classes); tática da revolução (formas de organização e de luta); tipo de organização (partido ou organização); influências das correntes internacionais do marxismo (leninismo, stalinismo, trotskismo, maoísmo, castrismo), bem como outras influências (esquerda da igreja católica; nacionalistas do PTB; Ligas Camponesas, etc.).

O processo que irá se desencadear posteriormente (conhecido popularmente como Anos de Chumbo) irá destruir boa parte das organizações

que aderirem à luta armada. Até mesmo grupos que não participaram da mesma serão perseguidos.

O contexto da redemocratização, após um período de uma certa “letargia” do movimento social e político no país, notadamente entre os anos de 1972 a 1976, irá proporcionar o encontro de algumas vertentes importantes para a retomada das lutas sociais: a igreja progressista, o ressurgimento do movimento operário e estudantil e intelectuais de esquerda. No entanto é importante observarmos que dentre estes setores sempre existiu algum grau de militância e participação de grupos que não tinham aderido à luta armada, como também, de outros militantes que tinham aderido à luta armada e que estavam na clandestinidade ou fora do país e que com as novas condições políticas, embora ainda tênues e incertas, recomeçam a sua atuação política. Nesse novo contexto é que as organizações que sobreviveram ou que se reaglutinam (algumas com novas denominações), irão construir as tendências estudantis.

#### **1.4. As Organizações de Esquerda e as Tendências Estudantis no Período**

Discutir o movimento estudantil no contexto dos anos 70/80 nos remete obrigatoriamente para a discussão das correntes políticas de esquerda da época. Acredito que não haveria o processo de reconstrução do ME nos termos e nos prazos em que se deu não fosse a existência das chamadas tendências.

Estas (tendências) eram agrupamentos de militantes políticos ligados a uma determinada corrente do pensamento político de esquerda. Seja assumindo nome de partido (PCB, PC do B, PC do B Ala Vermelha, PCBR), seja negando a condição de partido (MR-8; MEP; POLOP; AP, etc), seja ainda assumindo a condição de organização revolucionária (OSI; ORML-DS e outras).

É importante ressaltar que havia diferentes estruturas, embora articuladas: uma delas era a do partido e/ou organização - normalmente com normas rígidas de disciplina e clandestinas - e a outra era a da tendência -

estruturas semi-legais, a face pública das organizações frente ao movimento estudantil. Havia um determinado grau de centralismo que variava de grupo a grupo. Seja devido à concepções ou necessidades políticas, o grau de centralismo poderia ser mais rigoroso ou flexível. Tinham direções que normalmente eram compostas de pessoas que eram também membros das organizações, e não apenas da tendência. Ou seja, nem todos os militantes das tendências o eram das organizações. No entanto na composição das direções havia uma preocupação em garantir a influência política da organização sobre a tendência. Em geral havia periodicamente atividades de formação política e possuíam algum tipo de publicação própria, normalmente publicações de caráter público e outras de caráter interno. Via de regra as organizações possuíam vínculos diretos ou indiretos com a III Internacional Comunista ou com os adeptos da IV Internacional. Alguns poucos grupos tinham uma estruturação nacional sem vínculos formais com alguma das internacionais, embora do ponto de vista da influência cultural toda a esquerda de alguma forma tinha algum tipo de vínculo.

Em alguns casos, os militantes eram reconhecidos não por um nome de tendência, mas sim pelo apoio a um determinado jornal, dentro do contexto onde inúmeras organizações criaram a chamada imprensa alternativa. Por exemplo, os militantes estudantis do MR-8 não chegaram a formar uma tendência estudantil, mas eram denominados de apoiadores do Hora do Povo. Claro que o fato de existir um jornal não levava necessariamente a que os militantes fossem identificados com o mesmo diretamente. Por outro lado, mesmo havendo uma tendência estudantil (caso da Viração, vinculada ao PC do B), isso não impedia que os militantes também fossem identificados como apoiadores do jornal (caso da Tribuna Operária, onde os militantes eram denominados de “tribuneiros”).

No final dos anos 60 já havia ocorrido duas grandes dissensões dentro do PCB. A formação da POLOP em 1961 e do PC do B em 1962. No mesmo ano de 1962, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) é criada a Ação Popular (AP). Não por acaso o surgimento dessas organizações se dá em um momento de forte mobilização política (Campanha da Legalidade).

O PC do B, além do alinhamento à China maoísta,<sup>20</sup> e a despeito de outras divergências pontuais dentro da organização, também irá questionar a nova política de se alcançar o socialismo pela via pacífica, sem em nenhum momento referendar a crítica ao stalinismo.

A POLOP, por sua vez, é originária do PCB e de pessoas oriundas também do Partido Socialista e de grupos regionais. Embora não assuma claramente uma concepção trotskista, irá se identificar com a crítica ao stalinismo. Com base em São Paulo e em Minas Gerais, tinha em seus quadros pessoas que se tornarão intelectuais importantes<sup>21</sup> e que tinham concordância tanto com o pensamento de Rosa Luxemburgo como com Trotski (embora não claramente vinculados ao trotskismo). A POLOP irá participar do processo de luta armada e posteriormente irá se reaglutinar no POC.

A Ação Popular (AP), que como lembramos acima tem sua origem na esquerda católica, gradativamente irá se aproximar das posições chinesas. Em 1972 esta irá se dividir. Uma parte da organização irá aderir ao PC do B e a outra irá constituir a Ação Popular Marxista Leninista (APML). Um terceiro setor irá constituir o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT).

Outra organização existente no período que irá gerar diferentes grupos políticos e que também não tem sua origem no PCB (carinhosamente apelidado de Partidão) é o Partido Operário Revolucionário TROTSKISTA (PORT), de origem trotskista. Fruto das divergências no plano internacional em 1953 surge o PORT. Este, por sua vez, será o embrião de distintos grupos trotskistas no Brasil.

De forma geral estas são as vertentes das correntes políticas de esquerda que irão se subdividir em diversos momentos, notadamente pós 68 durante o período da luta armada. O período que abarca a chamada redemocratização irá constituir um quadro (no que diz respeito às correntes políticas) bem diverso daquele do contexto de 68/73. A derrota militar que aniquilou com algumas organizações, as subdivisões e fusões que

---

<sup>20</sup> O alinhamento ao maoísmo também é responsável pela constituição de uma estratégia revolucionária baseada na Guerra Popular Prolongada (GPP), que avaliava o campo como espaço ideal para a constituição de colunas revolucionárias que cercariam a cidade, (cerco da cidade pelo campo) algo similar ao processo revolucionário chinês, baseado nos camponeses.

<sup>21</sup> Theotônio do Santos, Vânia Bambirra, Éder Sader, Emir Sader, Moniz Bandeira, Ruy Marini, etc.

aconteceram no período e a volta à militância de personagens que estavam na clandestinidade ou exilados proporcionou um “rearranjo” de forças, bem como um reposicionamento de posições políticas.

Este panorama sobre as organizações de esquerda e suas matrizes não tem como objetivo apresentar um quadro completo e muito menos aprofundar os elementos que constituíam os respectivos projetos. Existem inúmeros trabalhos que se dedicaram a esta tarefa. No nosso caso apenas serve para minimamente dar sentido ao papel que as correntes políticas irão desempenhar no processo de reconstrução do ME e da vida política em geral.

Claro que pela sua própria natureza, haverá contínuos desdobramentos nas fusões e nas reorganizações dos agrupamentos. Até hoje podemos perceber este fenômeno, principalmente dentro dos partidos de esquerda no país. No entanto havia um elemento coesionador completamente distinto do atual. Enquanto hoje os rearranjos são frutos de negociações internas por maior espaço e em função das trajetórias políticas individuais de parlamentares (carreiras políticas), no contexto em estudo as aproximações e afastamentos se davam fundamentalmente por debates que tinham um fundo ideológico. Muitas vezes inclusive irrelevantes para questões locais.

Muito dos debates existentes dentro das organizações eram em alguns momentos transpostos de forma automática para o movimento, o que gerava situações artificiais e até mesmo extravagantes. Não era incomum que para a composição de um DCE, fossem discutidos temas da conjuntura internacional; como os apoios e linha política do sindicato Solidariedade na Polônia, sobre a Guerra do Afeganistão ou sobre o caráter socialista ou nacionalista dos Sandinistas na Nicarágua.

Esse tipo de debate, possivelmente fora de propósito hoje, tem sentido dentro do contexto da época na medida em que as tendências não tinham uma pauta exclusivamente vinculada às lutas estudantis, mas sim a partir de concepções gerais sobre a conjuntura e as tarefas necessárias para o período. Além disso a idéia de que o M.E. era um espaço importante na constituição de quadros políticos proporcionava que o debate político extrapolasse os muros da universidades e do próprio país.

A questão da vanguarda ou do papel das lideranças está presente em quase todas as concepções sobre movimentos sociais. Entretanto, não só em função do peso que o conceito de “vanguarda” tem no marxismo, mas

particularmente em Lênin, porque durante muito tempo as lideranças do movimento estudantil em nosso país se guiavam por modelos leninistas de organização, achamos conveniente analisar o papel que esse modelo teve no movimento estudantil.

Na concepção liberal, a idéia de liderança normalmente é individual. Pessoas que por alguma qualidade se destacam dos demais e passam a se constituir enquanto referências para o grupo. Mesmo que exista esse tipo de liderança, um movimento social ou até mesmo outros tipos de organizações políticas que se pretendam permanentes, não podem ficar à mercê da possibilidade, ou não, do surgimento de lideranças individuais, até mesmo em função de que o processo de mobilização e estratégia normalmente é coletivo. Nesse caso, portanto, o conceito de vanguarda necessariamente é um conceito que envolve um tipo de liderança coletiva.

Para Lênin, a idéia de vanguarda está ligada à questão do partido ou organização revolucionária, distinção que não é necessária fazermos nesse momento, fundamentalmente, porque o partido (ou organização) é quem possui uma visão de totalidade da realidade e uma estratégia global de transformação social. As vanguardas, portanto, atuam nos diversos campos da sociedade civil a partir de um projeto comum de transformação social.

Esse modelo foi adotado em diversos países pós-revolução russa, inclusive no Brasil e no próprio movimento estudantil.

Marialice M. Foracchi, em um estudo intitulado “Os Estudantes e a Transformação da Sociedade Brasileira”, datado de 1965, já percebia a importância estratégica do trabalho partidário entre os estudantes como mecanismo eficiente para a estruturação do trabalho no movimento estudantil. Para ela, “a politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário” (FORACCHI, 1977, p. 227).

a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda. Daí, talvez, o caráter inconsistente e circunstancial da sua atividade de politização da massa (...) o divórcio existente entre a cúpula estudantil e a base, expressa, nessas condições, não só a passividade de massa, sua inércia diante de qualquer esforço de comunicação, mas, sobretudo, a precária cobertura que os grupos políticos nacionais oferecem à vanguarda estudantil, o que revela, por sua vez, uma característica da atuação

desses grupos, primordialmente, preocupados em concentrar seu esforço em setores estratégicos do plano nacional e totalmente despreocupados em renovar suas bases (FORACCHI, 1977, p. 232).

Quando Marialice escreveu esse texto estava se referindo aos “partidos acadêmicos” da época (1965) como sendo: a Juventude Universitária Católica (JUC); a Ação Popular (AP); juventude dos PCs (PCB e PC do B), além da Política Operária (POLOP, surgida em 1962). Como vimos na citação anterior, de certa forma já fazia uma crítica à falta de atenção que essas organizações vão dar ao movimento estudantil em função da questão nacional. No entanto, com o recrudescimento do regime militar e a participação ativa que os estudantes vão ter a partir de 1967, novamente essas organizações vão dar uma atenção especial ao movimento estudantil, só que a partir de 1968 com novos agrupamentos, decorrentes de cisões do PCB (ALN, MR-8; DI; PCBR, etc). Não só as organizações políticas davam sustentação (inclusive em armas) à ações de estudantes, como no próprio Congresso de Ibiúna (que caiu em função da repressão), os estudantes também receberam a visita de Marighella, líder principal da ALN e procurado número um da Ditadura, tal a importância que tinha o M.E.. Claro que a atenção dada ao movimento estudantil pelos grupos políticos tinha objetivos distintos. Enquanto que para alguns (principalmente para a ALN) era um celeiro de recrutamento de quadros, para outros (os chamados massistas), os estudantes tinham um papel central na mobilização contra a ditadura.

Depois da derrota da geração que partiu para a luta armada, em função de diversos fatores que precisam ser melhor explorados em outro momento, a partir do final dos anos 70 começam a surgir novas mobilizações estudantis. Inicialmente a partir de encontros nacionais de cursos e posteriormente na reorganização das entidades estudantis, esse processo de reaglutinação teve em seu centro um conjunto de organizações políticas, onde algumas atuavam dentro da legalidade do MDB e outros grupos que mantiveram sua existência clandestina sem uma atuação legal. A dificuldade, em alguns casos gerada pela impossibilidade de atuação legalizada, fez com que essas organizações buscassem no movimento estudantil uma atuação que ao mesmo tempo conseguisse criar um espaço de mobilização da sociedade e que contribuísse na formação de quadros políticos. As chamadas “tendências estudantis” eram, na realidade quase que organizações para-partidárias. Viração, Unidade,

Refazendo, Libelu, Peleia, Trabalho, Avançando, Caminhando e diversas outras, muitas delas de caráter regional ou local, tiveram um papel fundamental na rearticulação do movimento estudantil.

Basicamente essas tendências cumpriam alguns papéis fundamentais: diminuía as ações espontaneístas, sem um planejamento prévio; ajudavam na organização dos estudantes na medida em que comprometiam os indivíduos com o trabalho coletivo. A falha de uma pessoa iria se refletir em uma debilidade da organização como um todo; constituía-se em um espaço privilegiado de formação política (formação de quadros); eram espaços de elaboração de políticas para o movimento e por fim construíam uma visão mais ampla do processo político, não restrito apenas às questões estudantis.

Segundo Rogério Dornelles<sup>22</sup>, que foi vice presidente da primeira gestão da UEE/RS,

*As tendências foram e são fundamentais para dar vitalidade a construção de alternativas. Elas estão na base de todo o processo democrático (Entrevista por email com Rogério Dornelles em janeiro de 2011).*

Também para João Carlos Gastal Junior, o papel das tendências foi muito importante:

No contexto que vivi e observei, esse papel foi fundamental, na medida em que quase inexistia militância que fosse totalmente independente das tendências. É certo que o nível de comprometimento dos militantes com as tendências variava muito. Muitas pessoas não se vinculavam às tendências de modo mais orgânico, mas mesmo essas pessoas acabavam atuando sob a área de influência de alguma tendência, aproximando-se de alguma delas (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior em janeiro de 2011).

Na percepção de Abner Gomes não havia muito espaço para atuar no movimento estudantil se não fosse por dentro das tendências:

as entidades foram reconstruídas pelos setores organizados politicamente desde o início. Não era propriamente uma participação, era mais que isso. as discussões ocorriam por conta das tendências e partidos, que definiam - para seus militantes - e cada uma com sua forma de democracia interna -

---

<sup>22</sup> Entrevista por email em fevereiro de 2011. Atualmente Rogério é médico vinculado à área da saúde do trabalhador e atuando profissionalmente em diversos sindicatos de trabalhadores no estado.

as políticas dirigidas para cada entidade, as alianças entre os diferentes setores. A idéia de estudantes sem corrente política era uma idéia utilizada normalmente por quem se fazia de independente para despolitizar ou mascarar uma relação, atribuindo a outro, comprometer outros que não propriamente estudantil (Entrevista por email com Abner Gomes em janeiro de 2011).

Em geral existia uma certa rigidez (ou disciplina) exigida por parte das direções das tendências para com os militantes organizados em tendências. Essa disciplina em muitos casos estendia-se para o estudo e aprofundamento teórico. Afinal, da atuação de seus militantes dependeria o sucesso das ações planejadas e a maior ou menor implantação da corrente política. Esse modelo também contribuiu com o processo de “formação de quadros”. Ainda para João Carlos Gastal Júnior,

também muito importante foi o papel desempenhado pelo ME na formação de quadros políticos que, ao longo da década seguinte, tiveram papel de destaque nas lutas democráticas já à frente de organizações de outros setores (sindicais, partidárias, movimento pela anistia, pela constituinte, diretas-já...(Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior em janeiro de 2011).

No entanto, em que pese estas questões fundamentais, não podemos desconsiderar alguns elementos negativos contidos no processo, notadamente o sectarismo e o preconceito com militantes de outras organizações, e a constituição de “verdades” absolutas. Muitas vezes as divergências secundárias como por exemplo a melhor data para a realização de uma atividade também se tornava um elemento de disputa política com os alinhamentos automáticos às propostas das principais lideranças<sup>23</sup>.

Embora no Brasil o movimento estudantil tivesse sido construído basicamente pelas classes médias, o tipo de luta política que ele encaminha muitas vezes vai além de suas perspectivas de classe, como nos descreve Ianni:

---

<sup>23</sup> Embora muitas vezes as chamadas “divergências secundárias” tivessem uma lógica e um motivo de existir. Durante um Congresso da UEE uma das grandes polêmicas entre dois setores da diretoria era a discussão sobre uma data. A definição do resultado (data estabelecida) foi também o elemento que decidiu (ou mediu) a maioria dos delegados e qual dos setores ficaria com a presidência na próxima gestão. Como nas questões importantes e que havia unidade seria perigoso uma divisão de votos, optou-se por uma questão simples. A imensa maioria dos delegados, no entanto, não tinha a percepção do que estava acontecendo, apenas seguiam as lideranças no voto.

Jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo (IANNI, 1968, p. 226).

Octávio Ianni também analisa a partir de quais elementos esse processo se constitui. Para ele,

é o proletariado que fornece aos membros de outras classes as possibilidades de compreensão das condições e tendências de existência social. É a situação típica da classe operária que abre possibilidades à consciência social, tanto dos próprios membros como de elementos de outras classes. (Ibidem, p. 236).

Ao analisarmos o movimento estudantil hoje, é importante notarmos que a questão da vanguarda está colocada de uma forma diversa. Em geral - com raras exceções, como no caso das direções de algumas direções de entidades gerais que se constituem enquanto “aparelhos” políticos - diversas entidades (notadamente as entidades de base), mesmo as gerais (DCEs), não possuem nenhum vínculo partidário. Isso, que poderia ser visto como positivo, na medida em que permite uma maior autonomia da ação estudantil, possui sua contrapartida naquilo que Foracchi já identificava.

A organização de partidos acadêmicos, a disputa de áreas de influência, a manipulação de técnicas de envolvimento são aspectos primordiais que devem ser considerados na investigação da ação política do jovem (FORACCHI, 1977, p. 228).

A relação existente entre partidos políticos e movimento estudantil (e até mesmo incluindo outros movimentos sociais na mesma perspectiva), nos parece diferente do que era nos períodos anteriores. Enquanto que as tendências estudantis se preocupavam em definir linhas políticas, formar quadros dirigentes e em muitos casos até mesmo garantir a autonomia política do movimento, a relação estabelecida hoje parece ser pragmática em dois sentidos. De parte dos partidos políticos existe uma perspectiva de ampliar

suas bases eleitorais (note-se que em geral não é nem mesmo uma preocupação em garantir bases políticas). Por sua vez, da parte de algumas lideranças estudantis, a participação no mesmo o ajuda a se credenciar enquanto liderança partidária. O que não existe é a preocupação na construção de projetos mais globais, bem como a preocupação na estruturação de movimentos autônomos capazes de organizar lutas mais gerais.

Por fim, (e até mesmo em função das debilidades apresentadas anteriormente), parece-nos que hoje o movimento estudantil tem maior dificuldade em pensar projetos globais de sociedade, e até mesmo de universidade. Diferentemente do passado, quando as plataformas eram exaustivamente debatidas, como a participação ou não nos órgãos colegiados; autonomia universitária, auto-gestão, democratização, federalização das privadas, etc, o debate atual muitas vezes fica na defensiva e busca se estruturar a partir de ações vindas de outros setores sociais (cotas, processo de avaliação das universidades, PROUNI, etc).

De qualquer forma, não podemos deixar de lado o fato de que os movimentos não criam as condições necessárias para sua atuação, e dessa forma necessitam das chamadas oportunidades políticas, além da articulação dos recursos existentes. Nesse sentido, além dos problemas apresentados anteriormente, da falta de recursos materiais e da falta de oportunidades políticas, o contexto histórico que passamos dificulta não só a atuação do movimento estudantil, mas o conjunto de ações coletivas. Para alguns, o processo de globalização, para outros a lógica pós-moderna que leva ao individualismo, para outros ainda o modelo neoliberal que leva à desarticulação do Estado e da sociedade civil. Seja o enfoque que quisermos observar, a realidade é que o processo de mobilização social em geral vive uma crise bastante grande. Crise essa que afeta o movimento estudantil a tal ponto que ameaça até mesmo a sua existência enquanto movimento social, na medida em que enfrenta adversidades que o impede de pensar projetos globais, seja na perspectiva de nação ou de modernização (até porque a perspectiva de classe há muito tempo já foi abandonada).

### 1.5. O Movimento Estudantil enquanto Movimento Social.

É bastante comum afirmações que classificam as estruturas de representação estudantil (grêmios estudantis; Diretórios ou Centros Acadêmicos e DCEs, além de UEEs e UNE) como pertencentes a um campo denominado de “Movimentos Sociais”. No entanto, como existe uma variedade muito grande de definições sobre o conceito de movimentos sociais, acreditamos que é necessário antes de mais, discutirmos alguns desses conceitos e vermos de que forma as entidades estudantis poderiam ser enquadradas.

Também acreditamos ser necessário diferenciar Movimento Estudantil enquanto processo de mobilização social, de sua estrutura institucional (representação estudantil), pois nos parece que nem sempre um (movimento estudantil) está presente no outro (representação estudantil).

Algumas tentativas de definição, buscando construir conceitos gerais, os ampliam tanto que ao final não conseguem captar as especificidades que poderiam melhor caracterizá-los. Parece ser o caso da definição de G. Boudon sobre movimentos sociais:

um movimento social pode constituir-se em torno de “interesses” a serem defendidos ou promovidos. Por interesses, não se deve apenas entender a maximização de certas vantagens em matéria de tempo e trabalho, de salário e de renda. Posso interessar-me também pelos sinais de hostilidade de que sou objeto ou de que meus filhos são vítimas na escola porque seu pai é judeu ou um “negro sujo”. Tanto quanto o objeto a que se aplica meu interesse, conta também meu grau de implicação: posso ser vítima de discriminação e, entretanto, resignar-me. (BOUDON, 1993. p. 372).

A partir de seu conceito, enquadram-se diferentes tipos de ação coletiva como sendo movimentos sociais. Ilustra como exemplo tanto os livre-cambistas, que lutavam pela liberdade de comércio, quanto os grupos de pressão ligados aos destiladores de álcool ou aos produtores de tabaco. Ou então aquilo que ele designava como movimentos proféticos, que ia desde o

movimento gandhista (pacifista) até outros movimentos religiosos. Incluía também movimentos como o terrorismo russo ou o movimento pela liberdade de portar armas nos EUA.

O próprio autor percebia a abrangência de sua definição, pois para o mesmo “para se perceber a que ponto a expressão ‘movimentos sociais’ é confusa, basta observar que ela designa tanto os grupos de pressão como os movimentos proféticos” (BOUDON, 1993, p. 375).

Parece-nos que a preocupação de Boudon está menos presente na definição do que sejam movimentos sociais e mais ligada à defesa do individualismo metodológico como modelo de análise para pensar as ações coletivas. Dentro desse pensamento, os homens agiriam racionalmente buscando maximizar suas vantagens, até mesmo nas opções ideológicas. Toda a ação coletiva seria uma “orquestração de ações individuais”. Para ele,

é preciso fugir de uma interpretação romântica, que explica a coesão e o entusiasmo dos movimentos sociais pelo carisma de seus dirigentes, pela subjetividade da certeza que os anima, pela originalidade radical de sua mensagem. O mais importante, no entanto, é evitar toda interpretação unilateral, na medida em que os participantes de um mesmo movimento social podem ser movidos, alguns por motivos mais idealistas, outros por motivos mais utilitaristas, outros ainda por motivos mais românticos. (BOUDON, 1993, p. 377).

Embora possa parecer um tanto exaustivo, nossa intenção é “percorrer” algumas das principais definições teóricas sobre movimentos sociais para vermos em que medida as mesmas podem servir como modelo explicativo para o movimento estudantil.

A preocupação em definir o que seja movimento social é relativamente nova. Até o século XX, a idéia era vinculada apenas às lutas operárias. Somente com o desenvolvimento da sociologia, notadamente no início do século passado, é que começa a surgir uma atenção especial em relação a esse tema.

Nesse sentido, ao analisarmos as teorias clássicas norte-americanas sobre movimentos sociais, (as chamadas “teorias funcionalistas”), percebemos alguns pontos em comum nas mesmas, embora com suas diferenciações de enfoque. Segundo a classificação de Maria da Glória Gohn, dentro do

paradigma clássico norte-americano (funcionalismo), poderemos identificar 5 (cinco) diferentes abordagens. São elas:

1. A Escola de Chicago e os interacionistas simbólicos (Herbert Blumer, Robert Park)

Essa escola se preocupava em ajudar a construir uma reforma social, onde, através da educação e da constituição de leis sociológicas que buscassem entender o sentido das mudanças sociais, poderiam ajudar a envolver os indivíduos em um processo de participação visando à integração social dentro das normas estabelecidas. Para isso era importante a constituição de líderes “positivos”, que ajudassem a diminuir os conflitos e integrar, através de seus próprios exemplos, os indivíduos à sociedade basicamente através de cooperação. As carências sociais em geral eram vistas como os desencadeadores de reações psicológicas no plano individual, mas que por sua vez gerariam tensões na sociedade.

2. Teorias sobre a sociedade de massas (Eric Fromm, Hoffer, Kornhauser)

Em contrapartida, essas teorias viam os movimentos sociais como frutos de ações de massa irracionais, espontâneos e em geral violentos. Normalmente fruto de uma condição social de carência e de uma certa “anomia”. Enfim, era o resultado de uma exclusão de indivíduos do ponto de vista político, social e econômico que geraria uma reação através de uma atuação política “desviante” em relação aos valores tradicionais da sociedade.

3. Abordagens sociopolíticas (Lipset e Rudolf Heberle)

Nessa abordagem, contextualizada no período da Guerra Fria, os movimentos sociais são melhor definidos através de alguns critérios como consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Tinham como função a formação de uma vontade comum e a constituição de elites políticas. Ao mesmo tempo, seria um sintoma de

questionamento da ordem social vigente, e nesse sentido amplia a tal ponto a definição que inclui o próprio nazi-fascismo dentro desses critérios. Finalmente, entende os movimentos sociais como perigos à ordem social e freqüentemente vinculados a regimes políticos autoritários e totalitários. Ou seja, novamente a busca da integração social é a fórmula para resolver o “problema”, que seria constituído pelos movimentos sociais.

#### 4. Comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo (Parsons, Turner, Killian e Smelser)

Mesmo que considerando suas diferenciações internas, as mesmas preocupam-se com um certo comportamento psicológico na ação dos indivíduos. Com Parsons, os movimentos seriam fruto de momentos de inquietação e crise social, onde os costumes estariam se “afrouxando” na sociedade; ou de uma forma um pouco mais estruturada, Turner e Killian viam os movimentos como ações coletivas estruturadas e com perspectiva de continuidade visando promover ou resistir à mudanças da estrutura social, garantindo uma organização que deveria prever estratégias, objetivos e divisão de funções na busca de seus interesses. Estes, no entanto, entendem os movimentos sociais como aqueles que estão buscando a constituição de novas normas para a sociedade e não concordam que os movimentos sociais sejam necessariamente portadores de ações irracionais ou de cunho emocional. Por fim, a abordagem de Smelser, considerada uma das mais completas sobre o tema dentro desse paradigma, coloca os movimentos sociais dentro da definição mais ampla de comportamentos coletivos, identificando no caso dos movimentos sociais o que ele denomina de “comportamentos coletivos não-convencionais”. Novamente vemos a idéia de que seriam respostas às tensões estruturais e esforços coletivos para mudar normas e valores, normalmente desenvolvidos ao largo de grandes períodos. Também tem como objetivo a busca de uma integração social, como as demais correntes funcionalistas.

## 5. Teorias organizacionais-comportamentalistas (Selznick, Gusfield, Messinger)

Essa corrente, embora não tivesse uma elaboração clara sobre movimentos sociais, busca no estudo sobre a burocracia das organizações (Weber e Michels), uma resposta a essa forma de organização coletiva. Estabelecem três tipos de movimentos sociais: os de classe, em que a própria denominação já o define; os de status, voltados para alcançar ou manter privilégios de grupos sociais; e os chamados “expressivos”, relacionados a descontentamentos, mas sem um claro horizonte, menos objetivos em suas definições e buscas.

Em geral, as teorias funcionalistas possuem em comum uma série de características, em que pese suas especificidades e contribuições individuais. No entanto todas apresentam um caráter conservador no que tange a constituição de uma idéia negativa de movimentos sociais. Determinadas características são fortes nesse paradigma: uma preocupação com as ações institucionais e uma preocupação ou crítica às ações não-institucionais. Em geral, os movimentos são vistos como resultados de insatisfações com a estrutura social, seja em função de questões econômicas (classe), cultural (modernização da sociedade) ou outros. Enfim, são respostas psicológicas dos indivíduos diante de mudanças ou de estruturas sociais que não conseguiam incorporar todos. O conceito liberal de democracia é visto dentro do funcionalismo como o espaço adequado para o encaminhamento de reivindicações e de busca de espaços políticos pelos indivíduos. Os movimentos que questionassem a legitimidade desses espaços eram vistos, portanto, como anômicos ou como frutos de uma irracionalidade antidemocrática.

Enfim, dentro desses paradigmas, o estudo dos movimentos sociais de alguma forma está comprometido na medida em que o “ideal” funcionalista é a própria extinção dos mesmos; é a preocupação com a institucionalização e canalização de demandas para as estruturas constituídas (ou a serem criadas), mas que de alguma forma “acomodem” as demandas para que os movimentos não sejam mais necessários.

Na continuidade ao funcionalismo, e de alguma forma como superação de alguns de seus limites, surge a teoria da Mobilização de Recursos (MR), que teve em Olson seu principal impulsionador e ao mesmo tempo representa seu “núcleo duro”. Essa concepção rejeita a visão funcionalista de movimentos sociais como quebra das normas sociais e passa a estudá-los na condição de grupos de interesses. Centra-se na avaliação dos recursos disponíveis, seja do ponto de vista da infra-estrutura e financeiro, seja do ponto de vista da disponibilização de recursos humanos. Ou seja, os movimentos coletivos seriam fruto de circunstâncias históricas onde surgem oportunidades políticas, ao mesmo tempo que haveria a disponibilidade de estruturas materiais e humanas dispostas a defender coletivamente os interesses. Nessa concepção não há diferenciação da atuação de movimentos sociais, partidários ou apenas de grupos de interesse específicos. Todos se comportam da mesma forma, dentro de uma lógica de mercado em disputa, independente da concepção ou fins do movimento. Parte do pressuposto de que os agentes agiriam sempre racionalmente, a partir de cálculos de custo e benefícios buscando atingir determinados fins.

As “Teorias da Mobilização de Recursos”, embora constituam um avanço em relação ao funcionalismo clássico, ainda contém alguns limites decorrentes das concepções anteriores, como a negação do papel das ideologias, valores e culturas próprias dos grupos em ação. As ações de questionamento de padrões da ordem estabelecida eram vistas apenas como reivindicações dentro do ideário liberal.

Mais do que uma definição sobre movimentos sociais, até mesmo em função da amplitude da mesma - mais voltada ao conceito de ações coletivas do que de movimentos sociais -, a preocupação dessa teoria é a de analisar o papel da burocracia (vista aqui no sentido positivo) e dos recursos humanos e materiais como importantes instrumentos que possibilitam a eficácia da ação. Nesse sentido ela é útil para pensarmos algumas debilidades advindas de características próprias do movimento estudantil, características essas que de certa forma colaboram para que em geral a ação das entidades estudantis fique restrita a questões secundárias ou até mesmo meramente burocráticas.

Dentro da perspectiva de mobilização de recursos, podemos apontar como alguns dos motivos para a dificuldade de mobilização dos estudantes (comparando com outros setores), o caráter transitório e rotativo de suas direções e de sua própria base social, que na média, ao menos no nível universitário, estão inseridos em cursos de quatro a cinco anos; a cooptação de lideranças estudantis a mecanismos de progressão acadêmica e futura inserção no mercado de trabalho (recursos humanos, lideranças); e a falta de recursos materiais que possibilitem a ação política (no caso brasileiro, o fim da meia entrada em espetáculos e cinemas a partir da exclusividade das carteiras de identidade estudantil expedidas pelas organizações estudantis), e em alguns casos até mesmo uma dificuldade de ação junto à base social em função de diferenças políticas que se situam não no plano da realidade e luta local, mas sim no plano mais geral das diferenças partidárias.

Ainda de acordo com Maria da Glória Gohn, outros autores ligados à Mobilização de Recursos buscaram aperfeiçoar esse paradigma. Como Zald e McCarthy, que procuraram introduzir o conceito de micromobilização junto às análises macroestruturais, ou Klandermans e Woolfson, que acrescentaram a importância das redes de relações sociais existentes como fatores de auxílio aos movimentos sociais. Outros, como Clarence Y. H. Lo destacaram a importância das comunidades étnicas como fatores que impulsionaram mudanças políticas. Ao mesmo tempo, demonstrando um claro viés ideologizado, para ela a exclusão não poderia ser vista como geradora dos movimentos sociais na medida em seria um fenômeno proveniente de um período pré-capitalista. Outros, como Anthony Oberschall, conseguem distinguir os conceitos de comportamento coletivo do de movimentos sociais, o que normalmente não aparece nem nos funcionalistas nem nos autores ligados à Mobilização de Recursos. Segundo Oberschall, os comportamentos coletivos são episódicos e incomuns, enquanto que os movimentos sociais são permanentes e articulados em larga escala. Recentemente, a ocupação da Reitoria da UNB, e posteriormente da USP, foram apontados como elementos reaglutinadores das mobilizações estudantis no país. Parece-nos, nesse caso, que o que houve está mais próximo ao conceito de comportamentos coletivos, mesmo que impulsionados por estudantes. Outros processos acontecidos no Brasil como a campanha das Diretas Já ou o Impeachment de Collor, não

poderiam ser vistos como movimentos sociais, mas sim impulsionados pelos mesmos, visto não possuírem as condições mínimas para que possam ser assim definidos (continuidade no tempo, articulação permanente de lideranças, etc).

Outro representante desse paradigma é Charles Tilly, que busca articular a importância da ideologia e das crenças ao conceito de oportunidade de interesses. Tilly procurou analisar, sob a ótica histórica, de que forma as transformações nas condições históricas também transformava os tipos de mobilizações sociais. Embora tivesse contribuído para uma certa superação das análises iniciais da MR, ainda ficou preso a esse paradigma marcado pelo individualismo metodológico, embora visto por alguns como uma espécie de transição para os autores ligados à teoria da “Mobilização Política”.

A teoria da Mobilização Política, através de seus diversos defensores, vai buscar romper com o individualismo metodológico e introduzir outros elementos na análise, como a cultura, ideologia, crenças e valores, normalmente negligenciados até então. Aproximou-se das teorias denominadas de “Novos Movimentos Sociais”, de origem europeia, e que buscavam uma explicação para além das condições estruturais necessárias para a eficácia das ações coletivas. Resgatou elementos da análise marxista, principalmente as análises de conjuntura e de estrutura como pano de fundo para o entendimento do contexto em que os movimentos agiam e se relacionavam. Também buscou entender a influência que a mídia exercia sobre as lutas sociais e a opinião pública, já que também a questão simbólica passou a ser analisada. Nesse aspecto é importante a contribuição de Gamson e seu conceito de pacote ideológico. O autor procura entender os processos de difusão dos movimentos sociais pela mídia, bem como os significados e interpretações dos fatos, já que é através da mídia que os movimentos sociais se colocam no campo da política pública. Se lembrarmos o processo de Impeachment de Collor e a forma como a mídia divulgou o chamado “fenômeno dos caras-pintadas”, poderemos perceber o forte conteúdo ideológico que questionava os que na época eram denominados “dinossauros” da política. Em determinado momento daquele processo, a direção da UNE chamou uma paralisação de um dia, levantando um conjunto de bandeiras políticas contra o sucateamento das universidades e as privatizações. Os editoriais dos principais jornais impressos do país e do

televisado Jornal Nacional (Rede Globo de Comunicação) criticaram veementemente a tentativa de “politizar” um movimento que era, segundo a mídia, apenas pela “moralidade na política”, como se o elemento político-ideológico não estivesse presente em todo o processo desencadeado.

Procuramos, desde o início, analisar a forma como as concepções sobre movimento social poderiam “enquadrar” (ou não) o movimento estudantil enquanto tal. Percebemos, no entanto, que não é possível a constituição desse enquadramento, mas apenas buscar “laços” entre as diversas concepções e aspectos presentes no movimento estudantil, pois qualquer opção por uma ou outra construção teórica que possa melhor dar conta de explicar determinado movimento social, sempre será uma definição arbitrária. Afinal, existem diferentes movimentos sociais, inseridos em diferentes conjunturas e estruturas econômicas, sociais e culturais. Também a própria construção de teorias sempre irá partir de diferentes referências no que tange à concepções ideológicas ou até mesmo leituras da realidade.

Maria da Glória Gohn, nas considerações finais de seu livro “Teorias dos Movimentos Sociais”, em que pretendia fazer um apanhado geral das concepções sobre movimento sociais, deixa um alerta;

Dado o objetivo principal do livro, o de ser uma reconstituição das teorias dos movimentos sociais, seria um despropósito querer finalizá-lo com alguma síntese única ou com a proposta de um modelo de teoria geral e universal. Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim, como não há uma só concepção para o que seja um movimento social (GOHN, 1997, p. 327).

Nesse sentido, ainda percebemos algumas lacunas a ser preenchidas, como o caráter das lutas estudantis, sua sazonalidade, etc. Quanto ao caráter das lutas dos movimentos sociais, acreditamos que Touraine consegue dar uma resposta satisfatória.

Para Alain Touraine, sociólogo francês ligado aos Novos Movimentos Sociais, e neo-marxista para outros, três elementos centrais são constitutivos da ação coletiva, incluído aí os movimentos sociais. São eles: a classe, a nação e a modernidade. Mesmo rompendo com algumas concepções marxistas, como por exemplo no que diz respeito à determinação da classe

operária como principal agente de transformação social, Touraine ainda utiliza a referência de classe para analisar os movimentos sociais. Em alguns de seus escritos vai além, afirmando que todo movimento social é um movimento de classe, mesmo que de caráter nacional e anti-capitalista ou que esteja voltado à modernização da nação: o conteúdo de classe sempre estará presente no mesmo. Analisando especificamente a América Latina, avalia que as lutas anti-coloniais ou anti-capitalistas são centrais na configuração dos movimentos sociais.

O continente latino-americano produziu uma forma específica de ação política e social que combina lutas ou reivindicações sociais de um lado, e protestos ou lutas antiimperialistas, de outro. Não as associou (...) pois somente as combinou mantendo a autonomia de cada uma, graças ao aparecimento de um terceiro objetivo político, que serve como intermediário entre os dois primeiros. Os latino-americanos combinaram lutas de classes e lutas nacionais, associando-as à construção da integração social, cultural e política de cada país. (TOURAINÉ, 1988, p. 147).

Com uma perspectiva parecida, Antoine Griset e Marx Kravetz, elaboraram o texto intitulado “Sindicalismo Revolucionário e Movimentos Revolucionários nos Movimentos Estudantis”, no qual analisam as lutas estudantis do final da década de 50 e início da década de 60. Antes, portanto, do período 67/68, quando o movimento estudantil chegou a abalar algumas estruturas de poder no mundo, a exemplo da luta dos estudantes cubanos contra o governo Fulgêncio Batista, dos estudantes argelinos contra a ocupação francesa (com apoio da juventude francesa), dos estudantes vietnamitas contra a intervenção norte-americanas e outras experiências. Os autores já haviam percebido que essas lutas nacionais, dentro de um quadro mais geral em suas sociedades, de lutas anti-capitalistas, também estavam integradas à luta de classes das sociedades em questão.

Sob esse aspecto é importante que analisemos o período de 1968. Muitas vezes quando surge o debate sobre estudantes nesse conturbado período, momento em que efetivamente a mobilização dos estudantes pode ser percebida como um movimento social importante na conjuntura da época, fica a idéia de que o chamado “maio francês” foi o grande catalisador das lutas no mundo inteiro. A bem da verdade é necessário que façamos uma diferenciação em relação aos estudantes na França e Brasil. Talvez pudéssemos até mesmo

estender essa diferenciação entre as lutas na Europa e em outros continentes, notadamente na América Latina. Mas ficando apenas na relação Brasil-França, algumas questões são importantes de serem identificadas. Em primeiro lugar as mobilizações e os confrontos dos estudantes com a polícia no Brasil iniciaram antes da França, portanto não houve uma “cópia” em relação a esse país. Em segundo lugar, mesmo que em algum momento nos dois países esse tipo de movimento tenha adquirido uma conotação anti-capitalista, em sua origem tinha reivindicações bastante diferenciadas. Enquanto que na França questionava-se basicamente valores culturais (alojamentos mistos) e buscava-se uma modernização e democratização das estruturas universitárias, a partir de uma base social pequeno burguesa, o que ocorria no Brasil tinha um outro sentido. A luta em, primeiro lugar, era pelo próprio direito ao estudo, na medida em que pouquíssimos estudantes de segundo grau conseguiam vagas nas universidades. A principal base de sustentação do movimento estudantil nesse período era constituído pelos secundaristas. O segundo grande grupo que se dispôs a enfrentar a repressão era constituído por universitários pobres que buscavam na assistência estudantil condições para continuar seus estudos. O Calabouço, restaurante universitário e casa de estudantes no Rio de Janeiro, onde seis mil estudantes almoçavam diariamente, foi o grande espaço articulador das lutas estudantis cariocas, que posteriormente tiveram adesão dos estudantes em outros estados. Os jovens cariocas, em sua grande maioria, não poderiam continuar estudando com seus próprios recursos se o Calabouço fosse fechado, como era a intenção do regime e como efetivamente aconteceu posteriormente. Era, portanto, a própria sobrevivência e possibilidade de estudar que impulsionou o movimento. Com a repressão generalizada que existia no Brasil e com o clima de radicalização política que já estava se consolidando, foi possível a adesão de outros estudantes na luta contra a ditadura militar, mesmo que para uma parcela importante desses não tenha sido a questão econômica o elemento propulsor da mobilização, mas sim os ideais de liberdade da juventude da época. Por fim, os acordos MEC-USAID, feitos com os EUA, e a percepção que o regime militar assumia claramente uma posição de subserviência ao capital externo, gerou um conteúdo antiimperialista e de defesa dos interesses nacionais - caráter de luta analisado por Touraine, como vimos acima.

Além das diferenças de conteúdo, utilizando uma análise de Bourdieu, podemos perceber que existe uma condição social da juventude que se diferencia do resto da sociedade. Para ele existe um “tempo” e um “espaço” próprio dos estudantes, que não tendo compromissos como família e emprego, como estão pouco inseridos em uma sociedade formalizada e com rigor na relação com o tempo, os jovens passam a se relacionar de uma forma diferenciada com esses elementos. Essa análise é importante para percebermos, por exemplo, porque os estudantes em determinados momentos assumiram uma posição de vanguarda até mesmo em relação aos partidos políticos e sindicatos. A base destes era composta basicamente por pessoas inseridas no mercado de trabalho, por pais de família que tinham a necessidade de preservar seus empregos como forma de manutenção da estrutura familiar. No entanto, precisamos perceber que essas questões se apresentam de forma diferenciada se compararmos, por exemplo, a base social (de classes) dos estudantes franceses e estudantes brasileiros.

No que diz respeito a uma certa sazonalidade das lutas estudantis, acreditamos que dois fatores devem ser analisados. Em parte, Tarrow, que tinha uma concepção que se situava de forma intermediária entre os teóricos da Mobilização Política e os ligados aos Novos Movimentos Sociais, traz o conceito de “ciclos de protestos”. Ou seja, não podemos esperar que exista um processo de luta e de mobilização de forma contínua. As ações coletivas são episódicas, centradas nos ativistas e normalmente as decisões são tomadas nos próprios momentos das lutas. Essa é uma fase onde existe uma agudização de conflitos e a disputa se intensifica. São os momentos de “pico”, onde surgem novas lideranças, novas organizações e podendo até mesmo haver um redirecionamento das mobilizações e significados. Ainda para Tarrow, o estágio inicial de um movimento, suas alianças imediatas e futuras e o sucesso, ou não, na mobilização, é que irá determinar os estágios futuros de um movimento. Nesse momento surge um outro conceito, o das “oportunidades políticas”. É a possibilidade de abertura de novas possibilidades políticas (articulado ao conceito de mobilização de recursos existentes) que poderá dar um outro rumo ou elevar a um novo patamar as lutas desencadeadas até então.

O segundo aspecto diz respeito ao problema da especificidade das lutas ou da fragmentação das mesmas.

Quando nos reportamos aos clássicos do pensamento marxista (incluindo aí Marx, Lênin, Rosa, Trostsky, Mao e Gramsci), detectamos em linhas gerais algumas premissas básicas comuns a todos (ou quase todos). A de que é necessário ir além da simples observação da realidade, buscando a transformação social com a eliminação da sociedade de classes. A idéia é a de que a luta de classes é o elemento propulsor dessa transformação e que, portanto, deve ser o “motor” ou o centro das demais lutas sociais. Estas transformações ou lutas não surgem espontaneamente, (ou quando surgem não conseguem romper o imediato) e, portanto, é necessário a existência de uma “vanguarda”.

É comum, e de certa forma generalizada, a crítica aos referenciais marxistas. As críticas são amplas, mas no que tange ao debate sobre movimentos sociais, as mais comuns se referem à subordinação das diversas lutas sociais à luta de classes existente na sociedade. Ou seja, a não-percepção de especificidades das lutas que não estão diretamente relacionadas à questão das classes. Ou mesmo quando é percebido (como é o caso do feminismo), as questões específicas são vistas como problemas secundários. Outra crítica é quanto à defesa do proletariado na condição de portador das transformações sociais.

Como não é objeto específico de análise nesse momento, não entraremos com maior profundidade nesse debate. No entanto, em que pese o reconhecimento da justeza de certas críticas, é necessário que também seja reconhecido alguns elementos presentes no marxismo e que são importantes no debate sobre movimentos sociais.

Para começar, a própria idéia de movimentos sociais é decorrente do processo de luta de classes. Se é verdade que não podemos caracterizar todos os movimentos como decorrentes desse tipo de antagonismo, também é verdade que as lutas sociais e políticas sempre estão dentro de contextos onde as classes estão permanentemente interagindo e influenciando a conjuntura e a estrutura social. Para Décio Saes, por exemplo,

Só quando a categoria estudantil se limitasse estritamente a perseguir objetivos puramente corporativos é que se poderia dizer que, na verdade,

ela estaria num estado de apoliticismo e não seria o veículo de um movimento de classe. Neste caso, a ação da categoria estudantil deixaria de vincular mais claramente um conteúdo de classe (SAES, 1978. p. 51).

O segundo aspecto é que o marxismo, diferente de outros paradigmas, como o funcionalismo, por exemplo, tem um compromisso explícito com o processo de transformação social, e não apenas com a observação da realidade, o que coloca muitos movimentos sociais no mesmo campo de lutas que o marxismo.

Em terceiro lugar é a crítica (que entendemos verdadeira), de que as simples lutas e mobilizações específicas por parte dos movimentos sociais, sem um objetivo estratégico comum a demais setores também explorados, não consegue chegar a resultados satisfatórios. Pode levar a um processo tão pulverizado que não consiga chegar a nenhuma transformação social. Se formos analisar a absurda proliferação de dezenas de milhares de ONGs apenas no Brasil, boa parte delas se constituindo como uma “terceirização” do próprio Estado ou então substituindo os movimentos sociais, poderemos perceber o resultado dessa fragmentação.<sup>24</sup>

A crítica ao corporativismo e ao limite da atuação de muitos movimentos é bastante presente entre os diversos pensadores ligados aos movimentos sociais. Segundo Paul Singer,

Seria importante, por outro lado, que os movimentos sociais, além de formular reivindicações imediatas, se preocupassem em definir também programas máximos, ou seja, o elenco de medidas econômicas, sociais e políticas que teriam que ser adotadas para que houvesse plena satisfação de suas demandas. Esse tipo de preocupação é importante para alargar as perspectivas desses movimentos, de modo a ultrapassar o imediatismo das reivindicações que visam primordialmente a aliviar situações prementes de penúria. Se esta discussão fosse levada às bases, ela permitiria sua conscientização a respeito do caráter inevitavelmente limitado das concessões obtidas em comparação com o seu eventual preço político. Sem esta conscientização das bases, há sempre a

---

<sup>24</sup> Sobre as ONGs, especialmente seu desenvolvimento nas décadas de 1980-1990 como alternativa para a desconstrução dos movimentos sociais, ver: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

possibilidade de que elas venham a se desinteressar da luta tão logo algumas vitórias parciais sejam conquistadas (SINGER, 1980, p. 222-223).

Por fim, nossa intenção com a introdução desse debate é explicitar a concepção que entendemos como a mais adequada, a de que o movimento estudantil não é necessariamente um movimento social por si só. Ele tanto pode ser considerado um movimento social em determinados momentos e a partir de certas condições históricas, como pode não sê-lo. No momento em que esse trabalho se dedica a estudar o processo de redemocratização da sociedade brasileira, entendemos que naquele momento os estudantes, através de suas entidades, respondiam àqueles requisitos necessários a seu enquadramento enquanto um movimento social. Havia um processo de mobilização, havia um debate político a respeito de perspectivas históricas não só para os estudantes mas para a sociedade em geral, estava presente não só o debate sobre a defesa dos interesses econômicos nacionais (denúncia do entreguismo e da força das empresas multinacionais), como também havia um debate voltado ao fortalecimento dos interesses populares dentro das universidades e da sociedade em geral.

Em 1978, o Centro de Estudos Everardo Dias, através da Revista Cara a Cara ano1, nº 1, organizou um debate entre algumas das tendências que estavam surgindo na época. Entre as questões debatidas, surgiu a questão do caráter do movimento estudantil. Para a Liberdade e Luta, sua atuação

se baseia em alguns eixos fundamentais de intervenção. O primeiro deles, que é uma questão de método, é pautar nossa intervenção dentro do M. E. pela aliança com a classe operária, ou seja, visualizar a questão da resolução dos problemas estudantis a partir de um ponto de vista global e social em que se procura determinar qual é a saída, no plano social, para as questões da universidade (...) Neste contexto, a luta pelas liberdades democráticas é, em nosso entender, a luta que alimenta a vida política do país neste período. E vai ser sempre de importância fundamental num país atrasado como o Brasil, onde uma burguesia socialmente débil é incapaz de garantir a democracia para o conjunto da sociedade e onde as tarefas democráticas passam para as mãos dos explorados e oprimidos que, no processo da luta, arrancam conquistas democráticas que são trampolins para uma luta mais abrangente visando solucionar os problemas de acordo com os interesses da maioria da população (Revista Cara a Cara, 1978 - Depoimento dirigente da Libelu, p. 14 e 15).

Já para a corrente Caminhando, embora com algumas divergências de Liberdade e Luta, também apresenta um programa que não se limite apenas às lutas estudantis. Entendem que

Com relação ao papel que achamos caber ao M.E., entendemos que ele aspira por coisas mais profundas do que simplesmente a luta pela democracia política (...) Aspira, por exemplo, pela solução dos problemas referentes à universidade, à democratização e melhoria das condições de ensino. Mas isso está ligado à melhoria das condições gerais de vida da população. Ora, como é que se vai melhorar as condições de ensino da universidade, como é que se vai democratizar a universidade se não se consegue a melhoria nas condições gerais de vida da população brasileira? Por sua vez, a melhoria das condições de vida está ligada à questão do fim dos monopólios, da expulsão do imperialismo, da resolução do problema agrário, e assim por diante. Daí que o M. E. aspira por transformações que são do interesse dos diversos setores populares (Revista Cara a Cara, 1978. Depoimento dirigente da Caminhando, p. 12 e 13).

Por fim, o representante de Centelha (que posteriormente viria a se unificar com Peleia no RS) e constituir o jornal Em Tempo, também expôs suas concepções. Para a Centelha,

Por programa democrático não entendemos apenas tarefas eminentemente políticas. Democracia não significa somente conquista de liberdades políticas e anistia. Significa igualmente a luta por outras conquistas democráticas que incluem fundamentalmente a luta contra os monopólios nacionais e estrangeiros, reforma agrária e também a luta contra a superexploração do trabalho, que são os problemas essenciais de nossa sociedade (...) Achamos que o M.E. tem um importante papel a cumprir na conjuntura brasileira. Importante, mas relativo: ele é um movimento de pequena-burguesia, incapaz de por si só derrubar a ditadura. Ele tem um papel a partir da sua constituição enquanto movimento de massas, e não enquanto movimento de parcela da massa: buscar unificar essa oposição que existe hoje no Brasil; buscar travar o combate ideológico junto aos setores de pequena-burguesia; buscar desgastar o regime e fundamentalmente buscar abrir espaços para a organização política dos trabalhadores do campo e da cidade. As forças fundamentais da sociedade brasileira são hoje os trabalhadores da cidade e do campo e seus aliados (Revista Cara a Cara, 1978. Depoimento de dirigente da Centelha, p. 9 e 10).

Poderíamos buscar outras referências de concepções sobre o caráter do movimento estudantil e da vinculação das lutas específicas com as lutas gerais a partir de outras tendências. No entanto achamos que não é necessário. Basta sabermos que cada tendência tinha definições explícitas sobre essas questões. Não estamos buscando fazer um comparativo de projetos, mas sim identificar que as tendências possuíam projetos políticos que extrapolavam a lógica universitária. Não era um conglomerado de estudantes disputando apenas questões específicas ou corporativas, mas sim um conjunto de militantes unificados por projetos políticos distintos para a sociedade brasileira. Projetos que em geral tinham um viés identificado com lutas de caráter nacionalista, antiimperialistas e socialistas. Dentro, portanto, do conceito de movimentos sociais de Touraine. E entendemos que é precisamente esta forma de organização e a existência de projetos globais por parte das tendências estudantis que potencializou a organização e as lutas do movimento estudantil no período estudado.

O fato de as lideranças do movimento estudantil, notadamente as organizadas em tendências, apresentarem propostas globais para a sociedade e com isso mobilizarem os estudantes, não quer dizer necessariamente que o conjunto de estudantes que participavam das manifestações estudantis tivessem compromisso com o conjunto das bandeiras apresentadas. Muitos estudantes participavam não em função das lutas mais gerais, mas sim de questões mais específicas como não aumento de mensalidades, democracia na universidade ou ampliação de políticas de assistência. Isso, no entanto, não desqualifica o caráter das lutas estudantis do período analisado, voltadas não apenas à transformações dentro das universidades, mas no conjunto da sociedade. No capítulo seguinte, buscaremos definir o perfil das principais tendências que atuaram no RS para que o trabalho possa ser melhor compreendido.

## 1.6. Situando Direita e Esquerda

Outro fator que precisa ser delimitado melhor, é a respeito de uma dúvida que surgiu relacionada ao tratamento (denominação) mais adequado que poderia ser dado aos diferentes campos políticos do Movimento Estudantil. Não me refiro às tendências organizadas, mas sim ao grande confronto entre os estudantes vinculados às lutas estudantis e àqueles vinculados ao DEE ou mesmo que não vinculados à esta entidade, mas que possuíam uma prática política vinculada à defesa dos interesses das reitorias e às autoridades do período. Sabia de antemão que se utilizasse o conceito Direita X Esquerda, muito provavelmente seria criticado por aqueles que hoje consideram que não há mais esta distinção<sup>25</sup>. A partir de diferentes autores, principalmente ligados à pós-modernidade, percebemos uma forte tentativa de desconstrução desta polarização.

Poderíamos utilizar o conceito de Progressistas X Conservadores (o que até mesmo utilizamos em alguns momentos do trabalho, onde achamos que o termo poderia se enquadrar de forma adequada). Mas se usássemos apenas essa polarização poderíamos ter uma dificuldade maior. Até porque nos parece que essa terminologia em alguns casos é mais confusa ainda. Por exemplo: Supondo um dos inúmeros debates que surgem hoje sobre a preservação ambiental de uma região ou a implantação de uma indústria, ou concretamente o debate sobre a Orla do Guaíba, em Porto Alegre. Os defensores da não implantação de uma indústria nova ou da preservação da Orla seriam progressistas? Ou progressistas seriam aqueles que defendem a instalação de uma nova indústria, e portanto, daquilo que denominou-se de “progresso econômico”? Uma pessoa “progressista”, necessariamente precisaria defender medidas anti-capitalistas e ou socialistas no campo da política? E um conservador, necessariamente deveria ser um defensor do mercado e anti-socialista?

---

<sup>25</sup> Recentemente, na posse da presidente Dilma Roussef, o presidente do Chile, Sebastián Piñera disse que “direita e esquerda ficaram para trás há muito tempo, e que o Brasil e o Chile irão manter a boa relação que tiveram durante o governo Lula.

Portanto, quando o termo “progressista” aparecer neste trabalho busca referenciar setores que defendem a modernização da estrutura da universidade sem que necessariamente sejam ligados à esquerda. E setores “conservadores” serão considerados aqueles comprometidos com a manutenção das estruturas da época, seja estruturas universitárias como da sociedade.

No entanto, também existem dois campos distintos que vão além da defesa da manutenção ou modernização das estruturas, mas que claramente tem uma identidade mais profunda com projetos mais globais de sociedade, os quais definiremos como direita ou esquerda.

Partimos, portanto, da aceitação dos termos direita X esquerda como adequados para caracterizar os campos políticos neste debate. Inicialmente porque no período estudado a terminologia era largamente utilizada (boletins, avaliações, jornais, etc) e inclusive aceita pelos dois campos políticos<sup>26</sup>, além de considerarmos adequada a defesa dessa terminologia por Norberto Bobbio.

Para Bobbio, o simples fato destes termos ainda serem amplamente utilizados e servirem historicamente como referência de posições políticas, já os legitima para o debate. Para ele,

(...) nestes tempos recentes de confusão geral -, as expressões “direita” e “esquerda” continuam a ter pleno curso na linguagem política. Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si (BOBBIO, 2001, p. 79).

No entanto, Bobbio faz uma observação que nos parece pertinente: A não valoração desses termos de forma absoluta. Ainda segundo o autor:

(...) com respeito ao significado valorativo, exatamente porque os dois termos descrevem uma antítese, a conotação positiva de um implica necessariamente a conotação negativa do outro. Saber qual dos dois é o axiologicamente positivo e qual o axiologicamente negativo não depende do significado descritivo, mas dos opostos juízos de valor que são dados às coisas

---

<sup>26</sup> Normalmente os setores de esquerda se referiam aos seus opositores como “direita” ou “direitistas” e os setores de direita denominavam os demais como “esquerda” ou “esquerdistas”. Nesse caso também eram denominados de “subversivos”, “comunistas”, “agitadores” ou “extrema-esquerda”.

descritas. Isso produz uma notável consequência no que se refere ao uso de “direita” e “esquerda” na linguagem política e em outras linguagens, nas quais, a começar da linguagem religiosa, “direita” tem sempre uma conotação positiva e “esquerda”, sempre uma conotação negativa (BOBBIO, 2001, p.86).

Dessa forma, o critério positivo ou negativo com que cada termo será avaliado dependerá de onde vem a fala e de quais valores estão presentes na mesma, porque

(...) não há nenhuma razão para que uma represente sempre o bem e a outra sempre o mal. Resta o fato de que, quando uma delas, seja qual for, representa o bem, em um determinado contexto, a outra representa necessariamente o mal (BOBBIO, 2001, p. 87).

De forma muito similar com que Weber trabalha a idéia de “neutralidade”, também é a posição de Bobbio em relação a essa perspectiva. Se os conceitos “direita” e “esquerda”, em si mesmo não possuem uma conotação positiva ou negativa, isso não quer dizer que do ponto de vista do observador não tenha uma ou outra conotação. Ao contrário. Ainda segundo o autor:

O observador neutro, por exemplo um historiador ou um sociólogo, considera que sua tarefa específica é ilustrar o significado descritivo e, em consequência, mostrará quais grupos se consideram, ou são considerados em uma dada situação, de direita ou de esquerda. Os militantes, por sua vez, tenderão a atribuir ao seu programa um valor positivo, ao programa do adversário um valor negativo (BOBBIO, 2001, p. 87).

Mas mesmo que ele reconheça que em geral os pesquisadores busquem uma certa isenção, dificilmente o conseguem, conforme justifica Bobbio:

Todavia, mesmo que tenham o cuidado de usar os dois termos com todas as devidas cautelas, as sondagens confirmam a presença continuamente operante e discriminadora da díade (Ibidem).

E o autor não só reconhece a não existência de uma neutralidade neste debate, como pessoalmente toma posição explícita ao se assumir como alguém de esquerda:

sempre me considerei um homem de esquerda, e portanto sempre atribuí ao termo 'esquerda', uma conotação positiva, mesmo agora em que a esquerda é mais hostilizada, e ao termo 'direita' uma conotação negativa, mesmo hoje em que a direita está sendo amplamente revalorizada (BOBBIO, 2001, ps. 140-141).

Por fim Bobbio procurou definir alguns critérios objetivos que tenham condições de separar o que seja uma pessoa de direita de uma de esquerda. Após uma série de considerações relacionadas a questões que se entrecruzam enquanto conceitos, Bobbio tenta construir uma referência que para ele tem dois eixos: basicamente a busca do igualitarismo e da liberdade seriam critérios de esquerda. No que se refere à busca do igualitarismo, afirma que

Pretendo simplesmente reafirmar minha tese de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de "esquerda", e como tais tem sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 2001, p. 125).

Obviamente que aqueles setores que não se preocupam ou apenas "naturalizam" a desigualdade não se enquadram dentro do conceito de esquerda. Além disso. Bobbio refere-se à liberdade. Mas nesse caso o conceito de liberdade opondo-se ao de autoridade, como observamos na sua afirmação:

Deve-se colocar outra díade não menos importante historicamente: liberdade-autoridade. Desta derivam doutrinas e movimentos libertários e autoritários. No que diz respeito entre a definição de esquerda e direita, a distinção entre as duas díades adquire particular relevância (BOBBIO, 2001, p.133).

De forma sintética, juntando os dois conceitos, entende ter chegado ao menos próximo a um conceito mais objetivo sobre a terminologia referida. Para ele,

(...) a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para a pessoa de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada (BOBBIO, 2001, p. 23).

Afirmar a existência de posições de direita e de esquerda não significa necessariamente que todos os militantes tenham (ou tivessem de ter) uma posição clara quanto à esta polarização política. Podemos afirmar que nem todos os militantes que participaram do processo de luta política e inclusive que militaram em alguma tendência tinham efetivamente concepções de esquerda. As aspirações de liberdade, freqüentes no período estudado, permitiam que estudantes se vinculassem às lutas estudantis e inclusive a correntes políticas sem que necessariamente tivessem convicção ideológica de esquerda amadurecida. Da mesma forma, muitos estudantes que se colocavam contra os militantes do movimento estudantil, não necessariamente professavam ideários de direita. Muitas vezes suas posições eram fruto de falta de informação e ou despolitização.

No capítulo a seguir pretendemos constituir uma retrospectiva da participação dos estudantes nos processos de mobilizações políticas em nosso país.

## **CAPÍTULO II**

### **BREVE RETROSPECTIVA DAS LUTAS ESTUDANTIS NO BRASIL**

#### **2.1. O Surgimento das lutas estudantis e a construção da UNE**

Embora o movimento estudantil só venha a se caracterizar como tal a partir de 1937, com o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a conseqüente centralização das diversas lutas e atividades estudantis, é importante citar alguns momentos de nossa história anterior em que os estudantes tiveram uma participação política ativa.

Quando falamos em participação política dos estudantes no Brasil é difícil delimitarmos seu início. Artur José Poerner em seu livro *O Poder Jovem*, situa como sendo a primeira manifestação estudantil registrada na história brasileira “a participação de estudantes na luta pela expulsão dos franceses comandados por Duclerc em 1710, no Rio de Janeiro” (POERNER, 1979, pg.48). Já Antônio Mendes Júnior em “Movimento Estudantil no Brasil”, (MENDES, 1981) adota a segunda metade do século XVIII como ponto de partida. Nesta época, devido à influência das idéias francesas e da independência norte-americana, José Joaquim da Maia e outros onze (11) jovens brasileiros que estudavam em Coimbra fundam, em 1786, uma sociedade secreta, para lutar pela independência do Brasil. Maia mantém contato com Thomas Jefferson, então representante de Washington frente ao governo francês, pedindo o apoio do governo norte-americano, que não quis se comprometer com o movimento. Entre os integrantes desta sociedade secreta encontrava-se José Álvaro Maciel e outros, que mais tarde viriam a ter um papel importantíssimo na difusão das idéias de libertação nacional e que também foram importantes protagonistas da Inconfidência Mineira.

A partir de então, houve diversos movimentos políticos com a participação dos estudantes, entre eles as campanhas pela abolição da escravidão e pela República (1879); a rebelião da juventude militar, que defendia Floriano Peixoto (1891); o manifesto dos estudantes contra as atrocidades militares em Canudos (1897); as lutas e manifestações populares contra a Light(1909); a Campanha Nacionalista de Bilac, que apoiava a Tríplice Entente na Primeira Grande Guerra (1915); a passeata em que foram mortos dois estudantes e diversos ficaram feridos, conhecida como a Primavera de Sangue (1909); a Campanha Civilista de Rui Barbosa (1910); o Movimento Constitucionalista de São Paulo (1932); a Frente Democrática da Mocidade, organização de vida efêmera e de cunho anti-fascista que apoiava a candidatura de José Américo para a Presidência da República (1937) e inúmeros outros movimentos e manifestações em que a juventude estudantil esteve presente.

A partir do início do século XX, com o aumento do número de faculdades e conseqüentemente de universitários, começou a tomar corpo a proposta de uma articulação estudantil a nível nacional, que conseguisse centralizar e impulsionar as diversas lutas estudantis e políticas que eram encaminhadas pelos estudantes nos diversos pontos do país.

Todas as tentativas de organização até o momento eram débeis, por possuírem um caráter regional ou por serem transitórias, elas surgiam e desapareciam juntamente com os problemas específicos que tinham determinado seu surgimento.

Em 1910, em São Paulo, é realizado o 1º Congresso Nacional de Estudantes, que visava formar uma organização nacional, mas, afora um documento, nenhuma decisão concreta foi tomada.

Em 1924, os acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, através da revista “A Época”, iniciam a campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros, que também não logrou êxito.

No início da década de 30 surge a Federação Vermelha de Estudantes, de curta duração. Segundo Mário Lago, na época aluno de Direito no Rio de Janeiro,

A grande reivindicação naqueles tempos, como deve ser hoje, era tornar a universidade menos elitista, por isso o nome cogitado foi Federação democrática de Estudantes. E aí foram aparecendo os equívocos. A

primeira o nome da organização, se realizou na casa de Castro Rebelo e foi uma boa surpresa, mais de 80 estudantes representando diversas faculdades. O ambiente estava irrespirável e esse clima de muito suor e desconforto talvez tenha contribuído para a primeira manifestação de radicalismo. A comissão organizadora propôs o nome de Federação Democrática de Estudantes. A assembleia o rejeitou por unanimidade e impôs Federação Vermelha de Estudantes. De nada adiantou a argumentação de que isso afastaria muita gente disposta a ir à luta por reivindicações estudantis, mas não querendo tomar uma posição que parecesse um compromisso político... a Federação sobreviveu em algumas notícias de jornal, pois estava sempre atenta, lá isso é verdade. Qualquer violência cometida e no dia seguinte comparecia com uma nota de protesto (MENDES, 1981, p. 34- 35).

Em 1934 é realizado, com grande receptividade, o Iº Congresso da Juventude Operário-Estudantil. Este Congresso teve como características a luta antifascista (como resposta ao integralismo que se fortalecia), e sua mais importante indicação foi a necessidade dos estudantes criarem um instrumento de luta que tivesse força e respaldo para intervir na política nacional. Nos anos posteriores à realização do congresso e anteriores ao Estado Novo, a polícia prende diversos líderes estudantis (principalmente os organizadores do congresso) e desmantela diversos centros acadêmicos sob a alegação de serem focos de “subversão”.

Em 1937, José Américo de Almeida lança-se como candidato à presidência da república. Os estudantes, acreditando em sua candidatura, fundam a Frente Democrática da Mocidade. Embora esta organização tivesse vida efêmera, pois se destinava especificamente a participar da campanha eleitoral (que não houve devido ao golpe de Estado), ela teve uma grande importância por representar um primeiro esboço de formação orgânica que se concretizaria com o surgimento da UNE.

A UNE nasce a 11 de agosto de 1937 no Rio, durante a realização do 1º Conselho Nacional de Estudantes, mas só será reconhecida formal e oficialmente em dezembro de 1938 no II Congresso Nacional dos Estudantes. Ela surge em um momento de refluxo dos movimentos populares, de derrota do proletariado e dentro da política corporativa de Getúlio Vargas.

A UNE surge através da Casa do Estudante do Brasil (CEB), órgão para-oficial e de cunho meramente assistencialista, pois foi a CEB quem convocou o 1º Conselho Nacional de Estudantes. Esse Conselho se deu sob o controle de

Vargas e com a presidência de Gustavo Capanema, Ministro da Educação. Logo no início dos trabalhos é aprovada uma moção que proibia expressamente a discussão de temas políticos. Também é elaborado e aprovado um estatuto e eleita a primeira diretoria, tendo José Raimundo Soares, do DCE da UFMG como presidente.

O 2º Congresso, ao contrário do anterior, adquire desde o início uma conotação política, embora não propriamente anti-governamental, pois Getúlio Vargas (em pleno Estado Novo) foi aclamado Presidente de Honra do encontro. Os interventores estaduais receberam o título de Componente da Comissão de Honra e os ministros de estado e reitores das universidades, o de Membro Honorário.

Durante esse congresso são apresentadas 60 teses, todas elas ligadas aos problemas nacionais; com um cunho político, muitas delas apresentavam propostas revolucionárias para a época. Entre os temas discutidos destacaram-se: Os Estudantes e a Siderurgia; Função da Universidade; Difusão da Cultura e Problema do Livro e Publicações; Educação de Adultos; sete teses foram apresentadas relacionadas ao Ensino Rural; Situação Econômica dos Estudantes; A Mulher Estudante frente ao problema do Lar e União Nacional dos Estudantes Brasileiros, entre outras. Esta última, de autoria de Antonio Franca, propunha a formação de Uniões Estaduais de Estudantes e a transformação do 2º Congresso em 2ª Assembléia do Conselho Nacional de Estudantes; a formação e o reconhecimento formal da UNE, e a aprovação de seus estatutos, pelos quais ela se tornou, oficialmente, “o órgão máximo de representação dos estudantes”, tendo por finalidade “congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses”. Após a aprovação dos estatutos foi eleita a primeira diretoria da UNE, tendo Valdir Ramos Borges (gaúcho) como presidente e Antonio Franca como secretário geral.

Esta diretoria teve a preocupação principal de transformar a deliberação do congresso em realidade, ou seja, criar as condições materiais para a estruturação da entidade e apresentar o resumo das teses discutidas no congresso (entre elas o da reforma universitária), ao governo.

Nesta época a sede da UNE era uma pequena sala situada nos fundos da CEB. Mas as divergências cada vez maiores entre a direção da entidade e Ana Amélia, presidente vitalícia da CEB, se acirraram a tal ponto que no início dos anos 40 a mesma mandou despejar a UNE da sede da CEB. A partir de

então a UNE começou a utilizar como sede para suas reuniões o apartamento de Paes Leme; o Bar Recreio; o Praia Bar ou o Lamas. Somente em 1942 a UNE voltou a ter uma sede fixa, junto ao DCE da Universidade do Brasil.

## **2.2. A UNE no Estado Novo**

A UNE, nos anos de 1940 e 1941, como já vimos anteriormente, passou por várias dificuldades, não possuindo nem mesmo uma sede fixa onde pudesse funcionar. Este fator, aliado ao marasmo por que passava o movimento estudantil, impediu que a mesma conseguisse intervir efetivamente na conjuntura da época.

Esta situação só mudaria a partir de 1942, devido aos desdobramentos da II Grande Guerra.

O governo brasileiro, que até o momento procurava assumir uma postura “neutra” frente ao conflito armado, se viu pressionado a assumir uma posição. Principalmente após o ataque japonês à base naval de Pearl Harbour, que precipitou a entrada dos norte-americanos no conflito e após o afundamento de diversos navios brasileiros por submarinos alemães.

De um lado, Getúlio, Francisco Campos, Felinto Muller, Dutra e Góes Monteiro eram simpáticos ao nazismo, por outro lado, Osvaldo Aranha, Ministro do Exterior, juntamente com um grupo reduzido de oficiais e diplomatas, além dos estudantes, se colocava ao lado dos aliados.

De qualquer forma, independente de suas opiniões pessoais, Getúlio foi bastante hábil no período ao tentar barganhar com os EUA apoio em troca de recursos para investimentos na incipiente indústria de base nacional. A cada momento que a negociação se tornava difícil, ele pronunciava algum tipo de discurso favorável “às novas ideologias que sacodem o mundo”.

Dentro deste contexto, em 11 de junho de 1942, Getúlio, em um discurso, insinua uma posição favorável ao Eixo, afirmando que “os povos fortes tem direito a buscar um lugar ao sol” (POERNER, 1979, pg.159). Imediatamente Osvaldo Aranha se pronuncia a favor dos Aliados, apoiando as

forças antifascistas. Causa estranheza o fato de Osvaldo Aranha não ter sido nem mesmo advertido por Getúlio, o que corrobora a tese de que havia um movimento bem articulado buscando situar o Brasil em uma boa condição de negociação com os EUA (em que pese as possíveis inclinações pessoais dentro do governo por parte de seus integrantes).

Em meio a polêmica que surgiu e a indefinição por parte de Getúlio, que se via pressionado pelos dois grupos, os estudantes começaram a fazer manifestações e comícios em favor da declaração de guerra aos países do Eixo e em apoio a Osvaldo Aranha. Resolvem também organizar uma grande passeata com o intuito de forçar o governo a declarar guerra aos países do Eixo. Ela é marcada para o dia 4 de julho de 1942, data da comemoração da independência dos Estados Unidos, e tem a adesão de trabalhadores de diversas categorias. Felinto Muller, chefe de polícia, ameaça reprimir a passeata, mas dois dias antes é despedido por Vasco Leitão da Cunha, que ocupava interinamente o posto de Ministro da Justiça devido ao afastamento temporário do titular, Francisco Campos, que estava viajando. Dessa forma, conforme Poerner,

Da praça Mauá, onde se iniciou a concentração estudantil por volta das 17:30 minutos do dia 4 de julho, à estátua do Marechal Deodoro da Fonseca, na Praça Paris, mais de mil estudantes comemoraram a demissão do chefe de polícia e pediram a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em cartazes agitados pelas lufadas de uma das maiores ventanias já registradas no Rio (POERNER, 1979, p. 161).

Os estudantes assumem a vanguarda da luta antifascista, fortalecendo dentro do governo getulista o setor que apoiava os Aliados.

O fato decisivo para a entrada do Brasil na guerra junto aos Aliados foi o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em águas brasileiras. A partir de então, as manifestações se multiplicaram e se massificaram, mudando a correlação de forças entre os dois setores.

Com a entrada do Brasil na guerra, o governo brasileiro ordenou o fechamento de todos os clubes ou entidades de origem alemã, italiana ou japonesa. No Rio, entre os clubes fechados, encontrava-se o Clube Germânia. Os presidentes da UNE, DCE da Universidade do Brasil e da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) solicitaram a Vargas a sede do

clube para a instalação das respectivas sedes. O pedido foi aceito, mas quando chegou às mãos do Ministro da Educação (Gustavo Capanema), foi barrado, pois vários órgãos públicos reivindicavam a sede. Em vista disso, os estudantes resolveram ocupá-lo. Concentraram-se em um bar e foram “visitar” o clube. Lá dentro dividiram as dependências entre as três entidades e comunicaram o fato ao Ministro da Educação.

Em setembro de 1945 é realizado o 5º Conselho Nacional de Estudantes. O centro das discussões foi a entrada do Brasil na guerra. Foram aprovadas diversas campanhas cívicas e foi também eleita a nova diretoria da UNE (pela primeira vez concorre uma chapa de direita). Concorrem, por um lado, Hélio de Almeida, candidato das forças progressistas e que se destacou na luta anti-fascista e na oposição estava Sebastião Pinheiro Chagas, candidato conservador. Sebastião Pinheiro contava com o apoio do Ministro da Guerra, General Dutra e do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Hélio de Almeida, por sua vez, tinha o apoio do Chanceler Osvaldo Aranha.

Hélio de Almeida é eleito presidente da UNE por uma diferença de doze votos. Na sua gestão, a UNE articulou diversas campanhas para apoiar os combatentes da II Guerra, como a “Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra”; a “Campanha Pró-aviões”, que arrecadou o suficiente para doar três aviões de treinamento ao governo; a “Campanha pelo alistamento na FEB”, a “Campanha pró-Banco de Sangue”, que procurava estocar plasma sanguíneo para ser enviado aos campos de batalha; e dirigiu a Campanha do Livro para o Combatente e a Campanha Pró-Voluntárias Laboratoristas.

Com a campanha desenvolvida pela UNE a favor da entrada do Brasil na guerra, em que foi demonstrada a sua potencialidade como órgão de mobilização, o controle que Vargas esperava ter sobre aquele órgão diminuía e a UNE escapava das mãos de Getúlio. Deixara de ser um organismo de apoio político para a ditadura. Vargas tenta então esvaziar a UNE criando a “Juventude Brasileira” (a exemplo da “juventude balila” de Mussolini e da juventude hitlerista), associação paralela com o intuito de diluir as reivindicações estudantis, dividindo os estudantes. O major Jair Dantas Ribeiro é nomeado, por Capanema, secretário-geral da Juventude Brasileira e a mesma é instalada na sede da UNE. O major é nomeado administrador do prédio e autorizado a permitir, se quisesse, que a UNE partilhasse do mesmo.

Hélio de Almeida, em repúdio à atitude do Ministro, renuncia à presidência da entidade. Em conseqüência, se alastra por todo o país uma onda de protestos e surgem moções de solidariedade de todos os estados. O Ministro da Educação, alarmado com o número de protestos à sua decisão, comunica sua disposição de revogar a portaria, mas exige que Hélio de Almeida não retorne à presidência da UNE. O próprio Hélio aceitou o acordo para livrar a UNE da administração e nomeou Tarnier Teixeira como presidente interino. Era o fim da “Juventude Brasileira”.

Com o final da segunda guerra, as contradições começam a aparecer melhor. Não era concebível mandar soldados para lutar contra a ditadura nazista e ao mesmo tempo o povo brasileiro continuar sob outra ditadura. A burguesia brasileira, vendo a insatisfação das massas com a situação e sabendo da necessidade de controlá-la ideologicamente, articula a campanha pela democratização da nação, a qual resulta na derrubada de Getúlio.

Pouco a pouco, através de grandes mobilizações, o povo pressiona o governo e conquista o fim da censura, a anistia e a própria campanha eleitoral tem início, ainda que as eleições não estivessem marcadas.

No início de março de 1945, durante um comício pró-candidatura de Eduardo Gomes, é assassinado Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, durante a violenta repressão policial desencadeada a mando de Etelvino Lins, Interventor Federal em Pernambuco. A morte deste estudante provocou uma verdadeira declaração de guerra dos estudantes ao Estado Novo.

Os estudantes realizam por todo o país diversas passeatas e manifestações contra o governo, porém, colocam como um dos eixos de sua luta o apoio à candidatura Eduardo Gomes, candidato da UDN, partido recém formado e constituído pela burguesia industrial e que fora fortalecido durante o período de guerra. Com a anistia o movimento estudantil se divide, pois Luis Carlos Prestes, secretário geral do PCB, ao sair da cadeia, começou a apoiar pública e incondicionalmente a Getúlio, o que levou todos os estudantes que viam o PCB como o único partido marxista existente a também apoiarem o mesmo.

O movimento pela redemocratização da nação toma corpo e as manifestações culminam com uma grande passeata em São Paulo, poucos dias antes da queda de Getúlio. De acordo com relatos da época,

Tempos depois, já sob o governo Dutra, os estudantes pedem permissão para realizarem uma manifestação comemorando o fim da ditadura. A manifestação é proibida e tudo termina em boa ordem, fato totalmente diferente do que ocorria antes da queda de Getúlio, o que demonstra o grau de comprometimento que a UNE tinha criado com a burguesia (Jornal Agora UNE, 1978).

Após o fim do Estado Novo, em 1946, a UNE sofre uma perda de conteúdo político, em razão de terem sido eliminados os objetivos imediatos da sua luta (contra o eixo; contra o Estado Novo). Neste momento, ela passa por um período assistencialista.

### **2.3. A UNE e suas diferentes fases**

Com a derrubada do Estado Novo, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, assume a presidência da República e desencadeia uma violenta repressão ao movimento estudantil. Em consequência, os estudantes comunistas e udenistas voltam a se aproximar. Os udenistas, decepcionados com suas lideranças que começam a assumir uma posição cada vez mais reacionária, ingressam em massa no PSB, provocando a chamada “fase de hegemonia do Partido Socialista” no movimento estudantil.

De 1947 a 1948, a UNE foi presidida por Roberto Gusmão (posteriormente Ministro da Indústria e do Comércio no governo Sarney). Sua gestão caracterizou-se pelo surgimento da Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico, destacando-se a luta pela PETROBRAS, cuja palavra de ordem era “O Petróleo é nosso” e pela intensificação da repressão policial. Nesta mesma época a UNE se manifestava publicamente contra o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos por este partido.

O XIº Congresso da UNE, em 1948, elege o acadêmico Genival Barbosa Guimarães para presidente da entidade. Em sua gestão, além de ser dada continuidade à luta pela criação da Petrobrás, desenvolvendo diversas

manifestações, também encaminha a luta contra o aumento das passagens de bondes no Rio de Janeiro. Durante a realização do Congresso da Paz e dos protestos estudantis contra o aumento, a sede da UNE é invadida pelas forças policiais. Genival é atraído pela atividade parlamentar e renuncia à presidência da entidade, entregando-a a Paulo da Mayo.

Em 1949, na Bahia, é realizado o XIIº Congresso da UNE, onde os estudantes conservadores se articulam através da Coligação Acadêmica Democrática (CAD), organismo financiado pelo Departamento de Estado Norte-americano e lançam uma chapa atrelada aos interesses do imperialismo norte-americano e ao governo Dutra. Entre os articuladores do CAD estava Paulo Egídio Martins, que mais tarde, como governador de São Paulo, nomeado no período do regime militar, irá reprimir violentamente o movimento estudantil. Apesar de toda a máquina eleitoral mobilizada pelo CAD, o congresso elege Rogê Ferreira, também socialista, como presidente da UNE.

Rogê Ferreira também se demite antes do término de seu mandato. Dessa forma é chamado um Conselho da UNE (composto pelos representantes das UEEs) que elege José Frejat para concluir o mandato de Rogê.

A campanha “O Petróleo é nosso” foi uma das maiores já realizadas pelo povo brasileiro e aglutinava amplos setores da sociedade brasileira, desde trabalhadores até militares nacionalistas. A campanha foi lançada em 1947 no Rio de Janeiro, por Roberto Gusmão, e em São Paulo por Rogê Ferreira. Conforme observou-se, a campanha

empolgou o país durante anos... o movimento ganhou as ruas. Rara era a cidade que não tinha a sua torre de petróleo, como símbolo da resistência aos entreguistas. Em São Paulo havia uma no largo de São Francisco e outra em frente ao Teatro Municipal, ambas de ferro, além de inúmeras pelos bairros (MENDES, 1981, p. 53).

Em 1949, Paulo Egídio, com o apoio do CAD, é eleito presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro e lança a candidatura do estudante Olavo Jardim de Campos para a presidência da UNE. Durante a campanha é utilizada toda a máquina da UME, dinheiro governamental e do Departamento de Estado Norte-americano, de quem Paulo Egídio tinha solicitado apoio. No XIIIº Congresso da UNE, em São Paulo, é eleito Olavo Jardim de Campos para a presidência da entidade, mas na realidade, quem

mandou na entidade durante aquela época foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado. Durante esta época era comum a ida de estudantes brasileiros para os Estados Unidos a fim de receber instruções, da mesma maneira como vieram para o Brasil diversos estudantes norte-americanos com o objetivo de controlar o movimento estudantil. Vale lembrar que este fato não aconteceu apenas entre os estudantes. O governo americano jogou forte no meio operário, levando diversos líderes sindicais para fazer “cursos” nos Estados Unidos.

Durante esta fase, que vai de 1950 até 1956, houve uma grande apatia no que diz respeito à participação política dos estudantes. A campanha “O Petróleo é nosso” perdeu muito de sua força e só foi levada adiante (contra a vontade dos diretores da UNE) devido aos estatutos da entidade que obrigavam a diretoria a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo.

Em 1952 a UNE rompe com a União Internacional de Estudantes (U.I.E.) acusando esta de estar a serviço do “comunismo internacional” e tenta fundar a União Interamericana de Estudantes, mas as pressões internas e externas exercidas pelas entidades estudantis inviabilizaram este projeto.

No Congresso de 1954 a direita estudantil elege Cunha Neto como presidente da UNE. Poucos dias depois a UDN pressiona-o para que apóie a conspiração pela derrubada de Getúlio Vargas. Cunha Neto, alegando que a UNE não podia desenvolver atuação golpista, se nega a apoiar a conspiração. A direita retira seu apoio e Cunha Neto, em troca, recebe o apoio dos estudantes mais progressistas.

Após o suicídio de Getúlio, o governo Café Filho lança uma campanha contra Cunha Neto, o que provoca uma aproximação cada vez maior entre este e os progressistas.

O Congresso de 1955 realizou-se em Belém do Pará e, embora os estudantes progressistas estivessem bastante fortalecidos pela gestão anterior, perderam a eleição por não possuírem dinheiro suficiente para as passagens. Vale dizer que o Brigadeiro Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, colocou aviões da FAB à disposição dos estudantes mais reacionários. Esta seria a última gestão do período direitista da UNE.

Somente a partir de 1956, com a eleição de José Batista de Oliveira Junior para a presidência da UNE é que o movimento estudantil novamente irá ampliar seu espaço de atuação política. José Batista já fora presidente da

União Metropolitana de Estudantes (1955), quando liderou uma greve contra o aumento das tarifas dos bondes, movimento este que culminou na formação de uma “União Operária-estudantil contra a Carestia”.

Durante sua gestão a UNE promoveu um amplo movimento de politização estudantil, tirando com isto, grande parte do controle político que o MEC exercia sobre os estudantes e se formou, pela primeira vez, a frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil.

Os Estados Unidos mandam para o Brasil a estudante e agente Glória May (a exemplo de Helen Rogers) que vem propor o “intercâmbio de experiências culturais e estudantis”, que no fundo tinha o intuito de implantar o anticomunismo entre os estudantes brasileiros. A diretoria da UNE recusa esta proposta e continua em sua luta nacionalista.

Em 1957 é eleito Marcos Heusi, que lidera uma campanha contra a empresa norte-americana American Can, a qual pretendia instalar-se no Brasil e colocava em risco a sobrevivência da indústria nacional de latarias. Na sua gestão também foi realizado o 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, que não foi muito importante por ter se baseado apenas nos problemas pedagógicos.

Em 1958 Heusi é substituído na presidência da UNE por Raimundo Eirado, que liderou uma campanha pela demissão de Roberto Campos da Superintendência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A campanha, que foi vitoriosa, era em decorrência da assinatura do Acordo de Roboré, que implicava em gastos para a Petrobrás a fim de atender aos interesses da Gulf Petroleum Co. na Bolívia. Campos, um dos principais responsáveis pela assinatura deste acordo, foi demitido por Juscelino Kubitschek devido a forte campanha que os estudantes fizeram neste sentido. O acordo, na prática não se concretizou.

O XXIIº Congresso da UNE, em 1959 elegeu João Manuel Conrado para a presidência. Na sua gestão a UNE continua nas campanhas contra a execução do Acordo de Roboré e contra a implantação da American Can no Brasil; provoca a constituição de uma CPI sobre a Shell e a Esso; volta a se filiar a UIE, da qual estivera afastada desde o domínio direitista. Sua gestão foi marcada pelas lutas contra o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que visava o fim do ensino público e gratuito e a ampliação da rede privada de ensino.

Em 1960, o XXIIIº Congresso elege o baiano Oliveiros Guanais. Sua gestão não teve muito destaque devido a campanha eleitoral para a Presidência da República, na qual concorriam o Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato das forças nacionalistas, e Jânio da Silva Quadros, apoiado pela conservadora UDN. A disputa eleitoral era o centro das atenções nacionais, restando muito pouco espaço para a divulgação das campanhas da UNE. Na sua gestão é criado o Centro Popular de Cultura (CPC).<sup>27</sup>

#### **2.4. O Surgimento da Ação Popular no M. E.**

A Ação Popular, que surgiu no início da década de 60, era uma dissidência à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC).

O sentimento de necessidade de uma atuação especificamente política, permanente, prioritária e disciplinada, por parte de alguns dos principais quadros políticos da JUC, juntamente com a crescente contradição com a alta hierarquia da igreja católica foram os motivos do rompimento interno da JUC e do surgimento da AP.

Em 1963, no seu Iº Congresso, a AP aprova um “Documento-base”, onde se define pelo socialismo e pela socialização dos meios de produção. Este documento era bastante deficiente do ponto de vista político e teórico e caía para a defesa de um socialismo utópico. A AP, embora tivesse certas formulações avançadas, tinha uma linha considerada por outras correntes de esquerda como reformista e não possuía uma estratégia acabada, o que propiciava forte discussão interna acerca da revolução.

A AP, enquanto corrente política teve a hegemonia do movimento estudantil durante uma década inteira. De 1961 até 1972 (quando se incorpora ao PC do B), todos os presidentes da UNE foram militantes seus.

Com relação a atuação antes de 1964, escreveu Herbert José de Souza:

---

<sup>27</sup> Dedico mais adiante um sub-capítulo específico sobre o papel exercido pelo CPC no M.E.

quando tomamos o movimento estudantil, a hegemonia foi tão avassaladora que no final só havia candidatos da AP e a AP sozinha podia competir contra as forças de esquerda e da direita juntas (SOUZA, 1976, p. 76).

No início da década de 60, os estudantes tinham uma intensa participação em todas as mobilizações de massa, estavam presentes em todos os atos públicos, passeatas e manifestações, realizavam grandes greves e seus congressos tinham uma grande repercussão na sociedade brasileira.

Quando Jânio Quadros pede demissão da Presidência da República e os militares começam a articular um golpe para impedir a posse do vice, João Goulart, os estudantes, juntamente com os políticos mais democratas e alguns oficiais nacionalistas organizaram uma ampla frente nacional contra a tentativa golpista.

O estado que melhor se organizou e que foi decisivo no movimento pela legalidade foi o Rio Grande do Sul. Sob a liderança do então governador Leonel Brizola, (cunhado de Jango), e com o apoio do comandante do IIIº Exército, General José Machado Lopes, o RS tinha o apoio de toda a oficialidade do IIIº Exército e da Brigada Militar do estado. O que quebrava o dispositivo do golpe e ameaçava a guerra civil.

Nesta época, a diretoria da UNE, sob a presidência de Aldo Arantes, deslocou sua sede para o RS, e através de cadeia radiofônica da “Legalidade”, dirigiu o movimento estudantil na luta contra a intervenção militar e pelo respeito à Constituição. A Campanha da Legalidade empolgou a nação e garantiu a posse de Goulart, embora sob um sistema parlamentarista. Segundo Arantes,

Decretada a greve geral, a UNE desloca sua diretoria para o Rio Grande do Sul, de onde, durante esse período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede da legalidade, que era uma cadeia de rádio que, em certo sentido, comandava e dirigia politicamente a resistência democrática contra o golpe. O movimento estudantil, concretamente, ouvia as orientações da UNE através dessa rede. Houve uma significativa participação da UNE e do ME no movimento de repúdio ao golpe. No Rio Grande do Sul, de forma mais destacada, chegaram a ser formados contingentes que se preparavam para a eventualidade de uma resistência armada. O clima era de possibilidade de uma guerra civil no país (SANTOS, 1980, p. 15).

Na mesma época a diretoria da UNE lança uma nota oficial na qual afirma que:

A Constituição Brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada, há alguns anos atrás, não será respeitada. Desde as primeiras horas da crise a União Nacional de Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir... Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição (Jornal O Metropolitano – órgão de divulgação da UNE).

A atuação de Aldo Arantes neste movimento teve grandes repercussões na vida nacional e fortaleceu muito a AP, da qual Arantes era um dos líderes.

Ainda no início da década de 60, acompanhando o crescimento do movimento operário e das Ligas Camponesas, o movimento estudantil começa a questionar a estrutura da universidade brasileira. No ano de 1960, os estudantes da Universidade Federal da Bahia entram em greve contra a permanência do reitor Edgar Santos, que já há 15 anos se mantinha à frente da universidade. A greve, que se estendeu por alguns meses e que adquiriu importância nacional, foi um importante indicador da crise em que se encontrava a universidade. Segundo Aldo Arantes:

A partir daí iniciou-se um grande debate no movimento estudantil, em sintonia com esse processo mais geral de discussão, sobre a necessidade de transformar as estruturas sociais brasileiras. Os setores um pouco mais radicais colocavam em questão a revolução brasileira, outros a questão da reforma de base, e na verdade, predominava a concepção da reforma com alguns matizes revolucionários. Dentro dessa problemática geral de questionamento da estrutura social Brasileira vem a tona o problema da crise da universidade e realiza-se o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária. Esse seminário foi realizado em maio de 1960, em Salvador, Bahia, na gestão de Guanais (SANTOS, 1980, p. 14).

Fruto das discussões ocorridas durante o Iº Seminário Nacional de Reforma Universitária, é redigida a “Declaração da Bahia”. Segundo Poerner: “primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro na Quarta República, equivalendo, em importância, ao que haviam

significado as conclusões do 2º Congresso Nacional de Estudantes, durante o Estado Novo”( POERNER, 1979, pg. 190).

Para Aldo Arantes e Haroldo Lima este foi:

o documento onde, pela primeira vez, os estudantes formulam uma opinião sistemática sobre a situação da universidade no país.. A Declaração da Bahia ajudou a desenvolver uma consciência pela urgência da reforma universitária. Sucederam-se greves em Pernambuco, Minas, Bahia, Paraíba e outros estados (ARANTES e LIMA, 1984, p. 20).

A Declaração da Bahia era subdivida em três grandes subtítulos: A Realidade Brasileira; A Universidade no Brasil e a Reforma Universitária, além de um adendo sobre o então projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação

No que diz respeito ao subtítulo “A Realidade Brasileira”, a Declaração da Bahia vê o Brasil

como uma nação capitalista em fase de desenvolvimento e um Estado oligárquico e classista, com uma infra-estrutura agrária, quase toda entregue a poderosos grupos estrangeiros, e pontilhado de contradições que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa de nosso País (POERNER, 1979, p. 191).

Como solução o documento propõe “a socialização dos setores fundamentais da economia” a “superação da alienação do proletariado”, a “participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento” e a “criação de condições pelo governo para completo desenvolvimento de organizações proletárias” (Ibidem).

Quanto à parte referente à Universidade no Brasil, o documento caracteriza-a como uma “superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente”. E continua “A Universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a Universidade se situa em seu topo”. O documento demonstra que “a universidade, em nosso país, falha em suas missões cultural, profissional e social. Culturalmente, porque incapaz de elaborar uma cultura nacional e popular, se limita a repetir valores e padrões importados; profissionalmente, porque não forma os profissionais que a realidade nacional exige, ao insistir numa educação formalista, que pouco

oferece além do diploma; e socialmente, pelo caráter antidemocrático dos critérios que lhe dão acesso, aos quais, de cunho econômico, pouco importa a capacidade ou as possibilidades culturais dos candidatos (Ibidem, pg. 191, 192).

No terceiro subtítulo, referente à Reforma Universitária, o documento não se aprofunda muito. Ressalta que a Reforma Universitária “só será um mero retoque de fachada, desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira”. Neste mesmo item, propõe:

1) A luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus;

2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas faculdades de engenharia), por exemplo;

3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses operários.

Propunha ainda a autonomia universitária, o fim da cátedra vitalícia; participação de alunos, ex-alunos e profissionais na administração da universidade e uma nova política assistencial ao estudante.

Embora o documento tivesse pouca objetividade e não apresentasse propostas sobre a maneira de encaminhar a luta por mudanças estruturais na universidade, foi importante pelo papel que desempenhou no sentido de iniciar um processo de discussão que culminaria na maior greve que o movimento estudantil já realizou.

A diretoria da UNE ciente das dificuldades teóricas e práticas das conclusões da Declaração da Bahia, resolve convocar o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, com o objetivo de aprofundar as questões relativas à universidade e buscando uma perspectiva tática que faltava ao movimento.

O IIº Seminário Nacional de Reforma Universitária realiza-se em março de 1962 em Curitiba e suas deliberações formaram um documento que se denominou “Carta do Paraná”.

A Carta do Paraná representou um aprofundamento em relação às deliberações da Declaração da Bahia, tanto teoricamente, quanto na forma de encaminhamento da luta.

Quanto à questão tática, a proposta aprovada era a inclusão da Reforma Universitária nas reformas de base de Jango. Esta proposta foi muito polêmica, pois isto implicaria em que o povo, na luta pelas reformas de base, lutaria também por uma universidade a que jamais teria acesso. Segundo Aldo Arantes, nesse Seminário

se retoma o balanço da crítica à universidade brasileira, realizado em Salvador, e a questão básica levantada é o caráter arcaico e elitista de nossas universidades. Havia um descompasso entre a universidade e as aspirações do movimento popular por uma maior democratização do poder político, uma maior democratização da propriedade e uma maior democratização também da cultura. E a democratização da cultura implicava necessariamente em que a universidade se voltasse para os problemas do povo brasileiro, que ela estivesse a serviço dos interesses do povo. Nos moldes em que estava, a universidade brasileira não atendia nem aos interesses do movimento popular democrático nem aos interesses do capital monopolista estrangeiro, que necessitava uma universidade com maior eficácia e em condições de responder à necessidade da formação de técnicos que implementassem a política de desenvolvimento dependente do regime militar (SANTOS, 1980, p. 16).

A Carta do Paraná significou um avanço muito grande nas discussões sobre a universidade e foi considerada como a fundamentação teórica da Reforma Universitária. Faltava agora o encaminhamento prático de como implantá-la.

Para que os estudantes conseguissem impor sua proposta de Reforma Universitária era necessário que houvesse um grande poder de pressão. Nesse sentido, a diretoria da UNE, em 1962, sob a presidência de Aldo Arantes, desencadeou uma campanha de propaganda e agitação em todo o país. Segundo Aldo Arantes,

a compreensão de que a democratização da universidade estava relacionada com a democratização do próprio Estado, foi uma questão que polarizou a luta. Compreendia-se que era necessário travar a luta em um espaço possível, para aprofundar o processo de democratização, para que a própria universidade contribuísse nesse processo de transformação mais global e mais estrutural da sociedade. Constatava-se também a necessidade de algumas modificações no poder político dentro da universidade, já que o poder estava estratificado nas mãos de um grupo extremamente controlado pelos catedráticos. A tática encontrada foi a bandeira de 1/3 (...) com ela exigia-se

a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, no sentido de criar um equilíbrio de forças dentro da universidade: 1/3 seria de estudantes; 1/3 de professores e outro 1/3 de professores recém-eleitos. Era, no fundo, uma tentativa de aliança política entre os professores novos e os estudantes, voltada contra os professores estratificados, contra a velha mentalidade dos catedráticos, visando a formação de uma correlação de forças progressistas dentro da universidade (Ibidem, p. 16-17).

Como podemos observar, o conteúdo da reivindicação de 1/3 naquela época era bastante elitista e bem diferente da que era levantada pelo movimento estudantil na década de 80, pois a democracia era reivindicada apenas para os estudantes e professores. Posteriormente, os funcionários eram vistos como representantes dos trabalhadores dentro da universidade, e como tal deveriam também participar da discussão sobre a função social da universidade e participar do processo decisório da mesma. Se realmente queremos transformar a universidade de modo que ela deixe de atender aos interesses dos grandes monopólios e que se torne uma universidade popular, é importante que não excluamos os funcionários desta discussão, pois são eles que melhor representam os interesses dos setores populares dentro da universidade.

O instrumento utilizado para esta campanha foi a criação da UNE-Volante, que era uma caravana de 20 a 25 pessoas, composta pela diretoria da UNE e membros do CPC, que percorreu todas as regiões do país. A caravana, que se deslocava de avião, tinha o objetivo político de levar as proposições do Seminário de Curitiba para os estudantes, abrindo um amplo processo de discussão acerca da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados.

A diretoria da UNE visitou cerca de 250 faculdades, participou aproximadamente de 200 assembleias gerais e realizou inúmeras reuniões com dirigentes estudantis em todo o país.

Para sensibilizar os estudantes mais despolitizados, que não participavam das assembleias, o CPC da UNE fazia apresentações de peças teatrais que tinham como eixo a Reforma Universitária, além de tratar de questões como a luta anti-imperialista, a reforma agrária, etc.

A discussão a este respeito não ficou restrita aos limites da universidade, pois os setores conservadores, ao notarem que a campanha

estava ganhando corpo, começaram a fazer uma violenta campanha contra a UNE. Esse ataque dos conservadores fez com que outros setores sociais se colocassem ao lado da reivindicação dos estudantes.

Ao final da excursão UNE-Volante, reuniu-se em São Luis do Maranhão o Conselho Nacional dos Estudantes, que avaliando o espírito de luta em que se encontravam os estudantes (em duas universidades os estudantes já estavam em greve), resolve dar um prazo às autoridades para que fossem atendidas as reivindicações. Esgotado o prazo e sem resposta por parte das autoridades competentes, é decretada uma greve geral em junho de 1962.

A greve por 1/3 foi a maior já registrada pelo movimento estudantil brasileiro até aquele momento, atingindo cerca de 40 universidades, o que representava mais de 90% dos estudantes. Durante o seu curso os estudantes permaneceram mobilizados, participando de manifestações e discutindo a problemática da universidade. Como o governo federal não se definia, os estudantes, como forma de pressão, resolveram invadir o prédio do MEC<sup>28</sup>, no Rio de Janeiro, onde foram desalojados 3 dias depois por tropas do 1º Exército<sup>29</sup>.

Após um mês de greve reúne-se o XXVº Congresso da UNE, o qual delibera pela continuidade do movimento e elege o mineiro Vinícius Caldeira Brant, também ligado à Ação Popular (AP), como o novo presidente da UNE.

De acordo com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a regulamentação da representação estudantil nos órgãos colegiados dependia dos Conselhos Universitários. Este fato explica porque a partir de determinado momento as universidades de Goiás e do Paraná deliberaram pela participação de 1/3 e outras aceitam a representação estudantil, embora em proporções menores.

Após três meses e meio do início da greve, com o não atendimento das reivindicações a nível nacional, embora com algumas vitórias parciais e principalmente com o desgaste do movimento, a diretoria da UNE convocou um Conselho Extraordinário que revolveu acabar com a greve.

Embora a mesma não tivesse sido vitoriosa, o movimento estudantil obteve grandes saldos políticos com a mobilização, entre eles podemos

---

<sup>28</sup> Ministério de Educação e Cultura

<sup>29</sup> O 1º Exército abrange a região Sudeste do país

destacar o papel que cumpriu a UNE-Volante; a elevação do nível de politização do estudantado; o fortalecimento das correntes estudantis mais combativas e principalmente o fato de ter colocado em xeque a universidade brasileira ao levantar a bandeira da democratização<sup>30</sup> e inseri-la em num contexto social mais amplo.

Do ponto de vista negativo salienta-se o desgaste que sofreu a UNE e as lideranças estudantis, o que só irá recuperar cerca de um ano mais tarde.

## **2.5. A UNE e a questão cultural: O CPC da UNE**

Pode-se dizer que o Centro Popular de Cultura foi um movimento cultural que surgiu a princípio no Rio de Janeiro e que se espalhou por todo o país. Surgiu através de jovens intelectuais, na sua maioria estudantes e que viam a necessidade de criar uma cultura popular, ou seja, uma cultura engajada, que fosse um instrumento de politização para o povo, uma cultura que pudesse se contrapor a das classes dominantes.

Embora a criação formal do Centro Popular de Cultura tivesse ocorrido em dezembro de 1961, somente em 8 de março<sup>31</sup> de 1968 é que seu regimento interno foi submetido a uma Assembléia Geral. O CPC, que era o órgão cultural da União Nacional dos Estudantes, possuía autonomia administrativa e financeira. Essa autonomia não ocasionou problemas maiores enquanto o movimento estudantil era coeso, mas com o surgimento de diversas organizações político-partidárias e a conseqüente divisão do movimento estudantil, surgiu com mais força a luta pela hegemonia do movimento, o que provocou conflitos entre a UNE e o CPC.

Em termos financeiros o CPC sobreviveu de contribuições individuais; de recursos governamentais (Serviço Nacional do Teatro, MEC, etc).; de doações

---

<sup>30</sup> Mesmo com os limites de que a reivindicação de participação se restringia a estudantes e professores, sem que os funcionários em nenhum momento fossem vistos como detentores de direitos na gestão universitária. Bandeira que posteriormente o ME irá assumir ao defender a participação de 1/3 de professores, 1/3 de funcionários e 1/3 de estudantes no processo decisório da mesma.

<sup>31</sup> Dia Internacional da mulher.

de empresários e políticos e principalmente de pagamentos contra a prestação de serviços, além de recursos resultantes de contratos políticos para shows em comícios. Somente o teatro de rua e o teatro para camponeses eram apresentados gratuitamente, nas demais atividades do CPC era cobrado ingresso.

O CPC era dividido em departamentos: departamento de teatro; de cinema; de música; de arquitetura; de artes plásticas; de administração; de alfabetização; de literatura e de relações.

### Contribuições do Centro Popular de Cultura

#### Departamento de Teatro:

O Departamento de Teatro, que reunia entre outros nomes, Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Arnaldo Jabor, Flávio Migliaccio, Claudio Cavalcanti e Cecil Thiré,<sup>32</sup> foi responsável pela construção de um teatro e ampliação da sede do CPC no prédio da UNE; pela construção e instalação elétrica e sonora de uma carreta rebocada por um jipe e transformável em palco para espetáculos de teatro de rua e pela produção e montagem de no mínimo 19 peças (número extra-oficial) que foram apresentadas inúmeras vezes e em diversos locais do país.

#### Departamento de Cinema:

O departamento de Cinema, que reuniu nomes como Leon Hirzman, Carlos Diegues, Marcos Farias, Glauber Rocha, Ruy Guerra e Nelson Pereira dos Santos, foi o responsável pela realização do filme longa-metragem “Cinco vezes Favela”, o qual foi distribuído em todo o Brasil, além de ser o responsável pela realização de diversos documentários, rodados durante a UNE-Volante.

#### Departamento de Música:

---

<sup>32</sup> Todos eles posteriormente foram grandes nomes da dramaturgia e da TV brasileira.

O departamento de música, que reuniu nomes como : Carlos Lira, Geraldo Vandré, Milton Nascimento, Chico Buarque e Carlos Castilho, gravou e distribuiu um long-playing<sup>33</sup> intitulado “O povo canta”, o qual induzia as pessoas a perceberem as causas das dificuldades pelas quais passavam; gravou o disco “Cantigas de eleição”, o qual denunciava a corrupção do poder econômico no processo eleitoral; realizou a Iª Noite de Música Popular Brasileira, apresentada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de diversos intérpretes e compositores populares, além de ser responsável pela realização de diversos shows musicais em praças e teatros de bairros do Rio de Janeiro e participação nas duas UNE-Volantes.

#### Departamento de Literatura:

Este departamento foi o encarregado da publicação dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, que falavam de temas como a reforma agrária; greves; revolução brasileira; imperialismo, etc. No livro “Centro Popular de Cultura”, de Manoel T. Berlink (1984), consta existir 24 números desta coleção, mas ele reconhece que podem existir mais alguns que ele desconheça. Além dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, também foram publicados outros livros, na sua maioria cordéis.

Além das obras produzidas nos departamentos já citados, o CPC também foi responsável por outras atividades, e entre elas se destacam:

- 1 – A criação de cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia;
- 2 – A participação na primeira UNE-Volante, excursão que durou três meses e que foi a todas as regiões do país. Durante a excursão o CPC apresentava shows, peças de teatro, filmes documentários e exposições gráficas e fotográficas sobre reforma agrária, remessa de lucros, política externa independente, voto do analfabeto e Petrobrás;
- 3 – Criação de CPCs nas principais cidades do país;
- 4 – Fundação da PRODAC, que era uma rede nacional de distribuição de discos, livros e revistas. A PRODAC tinha representantes em mais de 50 cidades e distribuía para todo o Brasil, além das publicações do CPC, as obras das Editoras Civilização Brasileira, Universitária e Fulgor;

---

<sup>33</sup> Disco de vinil grande.

5- Realização do Iº Festival de Cultura Popular;

6 – Produção de peças, músicas, e cartazes para os CPCs estaduais

O CPC nasce em um momento político bastante conturbado de nossa história, quando a ideologia nacionalista transpassava a sociedade e consolidava a idéia de um bloco nacional que abrangia todas as classes sociais. É a efervescência política da época que permitiu o surgimento do CPC como ação revolucionária-reformista dentro da cultura.

Os integrantes do CPC dividiam a arte em três tipos: arte do povo, arte popular e arte popular revolucionária.

A arte do povo, segundo Carlos Estevam,

é predominantemente um produto das comunidades economicamente atrasadas e floresce de preferência no meio rural ou em áreas urbanas que ainda não atingiram as formas de vida que acompanham a industrialização. O traço que melhor a define é que nela o artista não se distingue da massa consumidora. Artistas e público vivem integrados no mesmo anonimato e o nível de elaboração artística é tão primário que o ato de criar não vai além de um simples ordenar os dados mais patentes da consciência popular atrasada (...) é tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênuo e retardatária e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento (BERLINCK, 1984, p. 43-44).

Para Estevam, a arte popular se distingue da do povo

Não só pelo seu público que é constituído pela população dos centros urbanos desenvolvidos como também devido ao aparecimento de uma divisão do trabalho que faz da massa a receptora improdutiva de obras que foram criadas por um grupo profissionalizado de especialistas. Os artistas constituem assim um estrato social diferenciado de seu público, o qual se apresenta ao mercado como mero consumidor de bens cuja elaboração e divulgação escapam ao seu controle. A arte do povo e a arte popular, quando considerados de um ponto de vista cultural rigoroso, dificilmente poderiam merecer a denominação de arte, por outro lado, quando considerados do ponto de vista do CPC, de modo algum podem merecer a denominação de popular ou do povo (Ibidem).

Ainda se referindo à arte popular, Carlos Estevam a considera

Mais apurada e apresentando um grau de elaboração técnica superior, não consegue, entretanto, atingir o nível de dignidade artística que a credenciasse como experiência legítima no campo da arte, pois a finalidade que a orienta é a de oferecer ao público um passatempo, uma ocupação inconseqüente para o lazer, não se colocando para ela o projeto de enfrentar os problemas fundamentais da existência (Ibidem).

Para os integrantes do CPC, a única arte legítima é a arte política, engajada, aquela que possui conteúdo revolucionário. Para Estevam, a cultura desalienada admite que “desempenha um papel revolucionário na sociedade pelo simples fato de existir como cultura não falsificada” (Ibidem, pg.57). Ainda segundo Estevam, “só há cultura popular onde se produz o processo que transforma a consciência alienada em consciência revolucionária ativamente engajada na luta política” (Ibidem, pg. 68). Para Vianinha, “o teatro tinha de servir à luta do povo, como instrumento de sua conscientização e meio de sua organização” (Ibidem, pg. 21). Em 1959, Guarnieri afirmava que “não vejo outro caminho para uma dramaturgia voltada para os problemas de nossa gente, refletindo uma realidade objetiva, do que uma definição clara ao lado do proletariado, das massa exploradas”(Ibidem, pg. 17). Arnaldo Jabor, revendo sua participação na época, afirmou que “a gente pensava que a fome era um caso de informação: se o povo fosse bem informado, aconteceria a revolução, sem nos darmos conta da extrema complexidade do problema” (HOLANDA, 1981 p. 26).

Estas afirmações vindas dos expoentes do CPC, refletem claramente uma visão que dava uma grande importância à arte política como um instrumento revolucionário.

O Centro Popular de Cultura, embora tivesse tido uma grande importância na nossa produção cultural, cometeu alguns equívocos, os quais precisamos resgatar no sentido de evitar com que os mesmos sejam repetidos.

O primeiro deles foi o excessivo valor dado a arte como um instrumento revolucionário. Segundo o próprio Arnaldo Jabor, “o que ficou foi esta inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte como força política, no mundo” (Ibidem, pg. 28). Outra crítica que é feita se refere à afirmação de Carlos Estevam, de que “fora da arte

política, não há arte popular” (Ibidem). Para Renato Ortiz, esta afirmação “não somente empobrece a dimensão estética, como distancia o autor dos interesses populares, posto que todo aspecto não imediatamente político é eliminado” (ORTIZ, 1979). Ainda segundo Ortiz, podemos notar uma incoerência teórica do CPC, pois quando entra em discussão a questão do imperialismo cultural, o folclore, antes considerado “falsa cultura”, passa a ser “veracidade” nacional, ou seja, em contraposição ao Rock, por exemplo, é apresentada a música folclórica como legítima representante de nossa cultura (Ibidem).

Para Sebastião Uchôa Leite, o CPC, “ao considerar os fenômenos populares enquanto alienação, se aliena a esse mesmo conceito”, pois “definir as manifestações populares como falsa consciência implica necessariamente elegerem-se arbitrariamente valores da veracidade e de autenticidade cultural” (Ibidem).

Outra observação feita por Renato Ortiz é quanto a relação intelectual-massa. Segundo ele, na visão do CPC “são os intelectuais que levam cultura às massas. Fala-se sobre o povo, para o povo, mas dentro de uma perspectiva que permanece sempre como exterioridade”(Ibidem).<sup>34</sup> Relacionado a isto, Manoel T Berlinck afirma que

seus membros, por não pertencerem às classes populares e por viverem numa sociedade autoritária, onde a distância entre as classes é muito grande, tinham uma visão exterior e isolada tanto da consciência popular como das possíveis maneiras de alterá-las (BERLINCK, 1984, p.108).

Para Heloisa Buarque de Holanda, o CPC “ao reivindicar para o intelectual um lugar ao lado do povo, não apenas se faz paternalista, mas termina – de forma adequada à política da época – por escamotear as diferenças de classes, homogeneizando conceitualmente uma multiplicidade de contradições e interesses” (HOLANDA, 1981, pg.19). Não podemos afirmar aqui qual o sentido dado à palavra “povo” pelos integrantes do CPC. Se o mesmo se referia ao “conjunto dos habitantes de um determinado país ou

---

<sup>34</sup> Essa concepção possivelmente é decorrente da concepção leninista (que por sua vez vem de Kautski), presente nas organizações de esquerda da época, quando afirmavam que a consciência de classe vem de fora da classe para dentro.

região”, a crítica feita por Heloísa tem fundamento. Caso contrário, ou seja, se o sentido de povo for o mesmo que Lênin definiu como “o conjunto dos explorados e oprimidos de uma dada formação social” (Revista Brasil Revolucionário, s/ ano, pg. 57), esta crítica então perde seu sentido de ser.

## **2.6. A UNE e o Golpe Civil Militar no Brasil**

O XXVIº Congresso da UNE, realizado em julho de 1963, em Santo André (SP), reuniu cerca de 1.000 delegados e elegeu o paulista José Serra para presidente da UNE. Serra, que era militante da AP, foi eleito com 95% dos votos, o que demonstra a grande implantação que a sua posição política tinha no movimento estudantil. Sua gestão, que ocorreu no período talvez mais instável e agitado da vida política, social e econômica brasileira, se caracterizou pelo engajamento total da UNE em todas as questões políticas relevantes, tanto em âmbito nacional, como internacional. Os estudantes procuravam uma aproximação maior com o povo, participando da campanha nacional de alfabetização de adultos, através do método Paulo Freire e das campanhas sanitárias de erradicação de doenças do campo, além da atuação do Centro Popular de Cultura nos centros urbanos, levando teatro de denúncia para os subúrbios.

João Goulart (Jango), que pretendia implantar algumas reformas sociais, se via pressionado, de um lado pelas forças mais à esquerda que consideravam essas reformas tímidas e de outro lado pelo latifúndio e pelo imperialismo que viam seus interesses ameaçados. Não tendo mais apoio por parte do Congresso, que era predominantemente conservador e diante da articulação golpista que já acontecia, Jango chama um comício para a assinatura dos projetos de leis referentes às chamadas Reformas de Base, buscando com isso ganhar uma base de sustentação mais sólida. O comício é realizado dia 13 de março de 1964, defronte à estação Dom Pedro II, no Rio, com a participação da UNE, da União Municipal dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME), da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) e da

Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMESA).<sup>35</sup> Diante de mais de 200 mil pessoas Jango assinou alguns Decreto-leis, os quais determinavam que:

- Os laboratórios farmacêuticos, em sua quase totalidade em mãos de estrangeiros, seriam obrigados a vender alguns de seus produtos mais populares e indispensáveis, sem lucro ou com um lucro mínimo;<sup>36</sup>
- As fábricas de tecidos e calçados seriam obrigadas igualmente a fabricar modelos populares, como uma cota de sacrifício e vendê-los ao povo com lucro reduzido;
- Os livros escolares não poderiam mudar todos os anos ou de acordo com o colégio. Deveriam ser conservados os mesmos durante alguns anos, ao mesmo tempo que o Ministério da Educação se encarregaria de oficializar alguns desses livros ou fazer outros, que correspondessem às necessidades escolares e fossem vendidos pelo preço de custo;
- Uma nova lei do inquilinato permitiria aos inquilinos pobres a aquisição da casa em que moravam, ao mesmo tempo que impedia a majoração dos aluguéis, os quais eram até o momento, mantidos em seu nível em virtude de uma lei que existia há dez anos e que devia ser prorrogada a cada ano, pois o custo de vida não permitia tais elevações;

Além disso previa a criação da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) cujo objetivo seria desapropriar terras beneficiadas por estradas de ferro e rodovias federais a fim de vendê-las aos camponeses ou trabalhadores do campo por preços e condições de pagamento acessíveis; a encampação de algumas refinarias de petróleo particulares (Manguinhos, Capuava, Matarazzo, Ipiranga, Amazônia e Destilaria Riograndense), as quais existiam a título precário, infringindo dispositivo constitucional do monopólio estatal. A maioria dessas refinarias estava sendo financiada pelo capital estrangeiro.

Por fim, institui a chamada “lei da remessa de lucros para o exterior”, que estabelecia limite de remessa de lucros para as empresas estrangeiras

---

<sup>35</sup> Além de diversas outras organizações representativas de segmentos da sociedade brasileira.

<sup>36</sup> Conhecidos atualmente como “genéricos” e criados no momento em que José Serra (na época presidente da UNE) foi Ministro da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso.

instaladas no Brasil. Apenas 20% poderia ser remetido como lucro, sendo que 80% do lucro das multinacionais deveria ser reinvestido no Brasil.<sup>37</sup>

A resposta por parte do latifúndio, dos grupos estrangeiros internacionais e de parte da burguesia nacional não demorou. No dia seguinte ao comício a imprensa e o Congresso Nacional abriram as baterias contra Goulart e contra a ameaça do comunismo, que segundo eles estava tomando conta de parte do governo. Ademar de Barros, governador de São Paulo, anunciou que tinha homens armados à sua disposição para “garantir a ordem”. Acenando com o anticomunismo, os setores conservadores e a Igreja conseguiram o apoio da pequena burguesia e realizaram a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Paralelo a isto, os governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Guanabara e Paraná, juntamente com autoridades militares e elementos ligados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>38</sup>, articulavam o golpe.

Dia 24 de março os marinheiros e fuzileiros navais declaram-se em assembléia permanente no Sindicato dos Metalúrgicos. Eles exigiam direito de reunião, melhor tratamento e diversas outras reivindicações. Dois dias depois, o Ministro da Marinha manda uma escolta de fuzileiros prender os amotinados. Ao chegar ao local, sob aplausos dos populares, os fuzileiros jogam fora suas armas e aderem aos rebeldes. Para pânico do Almirantado o movimento estava caracterizado como uma insurreição.

Os estudantes estavam divididos, alguns defendiam a palavra de ordem “Legalidade com Jango”, enquanto outros defendiam a luta armada, posição esta também defendida por Leonel Brizola. No dia 28 de março os estudantes lançam uma nota apoiando o movimento dos marinheiros e o discurso presidencial. Dia 31 de março o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, se declarou em estado de rebelião contra o Governo Federal, recebendo o apoio dos governadores de São Paulo, Guanabara, Pará e Rio Grande do Sul. Os estudantes, que não confiavam no chamado “dispositivo militar” de Jango, pediram armas ao governo para lutar contra o golpe. Não as recebendo, foram para as ruas no dia 1º de abril, participando de manifestações pela legalidade.

---

<sup>37</sup> Lei similar a esta Getúlio Vargas tentou implantar em seu último governo, mas não foi aprovada pelo Congresso e logo após surge um forte movimento por sua deposição, o que o levou ao suicídio.

<sup>38</sup> Organismo norte americano financiado pela CIA e que tinha como objetivo derrubar Jango e comprometer politicamente a maioria dos deputados e senadores com este organismo.

Os estudantes só foram perceber com maior clareza a complexidade do momento quando surgiram os primeiros tiros e quando viram a sede da UNE ser depredada e incendiada.

Apolônio de Carvalho, no seu livro autobiográfico *Vale a pena Sonhar*, recorda que quando chegou em casa na hora do almoço do dia 31 de março e anunciou a posição da direção do PCB de esperar os desdobramentos, ouviu como resposta por parte de seus dois filhos, também membros do partido, que os estudantes não iriam esperar:

Você vai esperar. Nós, não – reagem contundentes, meus filhos – Amanhã, ao meio dia, os estudantes se encontrarão na Cinelândia. Tudo está planejado. Já à mesa surgem os pormenores. Terão armas, fornecidas pelo almirante Aragão. Junto com as armas, virão tropas de fuzileiros. Sairão da Cinelândia para atacar o Palácio Guanabara. Falam confiantes. Ao término da refeição, vão-se encontrar com os colegas (CARVALHO, 1997, p. 187).

Apolônio, de posse das informações, procura novamente a direção do partido preocupado com possíveis desdobramentos e escuta por telefone uma frase que reflete a leitura que o PCB está fazendo sobre a conjuntura imediata e a confiança no governo Goulart: “Acalme-se. Não está ouvindo os comunicados oficiais? Vocês estão ouvindo fantasmas” (Idem).

Por óbvio, o desdobramento não será como os estudantes esperavam e os tanques, ao invés de defender a legalidade irão servir como instrumentos do golpe em andamento.

A revista semanal “Fatos e Fotos” que passa a circular dia 04 de abril de 1964, toda ela dedicada aos fatos envolvendo o golpe, e abertamente favorável ao mesmo, chega ao ponto de afirmar que a sede da UNE foi incendiada por populares e estudantes descontentes com a direção da entidade.

Com o golpe militar tem início uma nova fase em nossa história. Parlamentares perdem seus mandatos, professores são expulsos das universidades, estudantes e operários são presos, os sindicatos e as entidades estudantis são fechadas, enfim, todos aqueles que se colocaram contra o golpe foram considerados subversivos e pagaram muito caro por isso, muitas vezes com a própria vida.

Quanto ao novo Ministro da Educação que toma posse, Leôncio Basbaun<sup>39</sup> faz uma apresentação do mesmo:

A primeira medida do novo governo revolucionário foi colocar à testa do Ministério da Educação e Cultura um homem escolhido a dedo: um tal Flávio Suplicy de Lacerda, antigo integralista, Reitor da Universidade do Paraná, o mesmo que mandara arrancar algumas páginas de livros de Eça de Queirós, Emílio Zola e outros, por considerá-las obscenas. Guindado ao poder esse expoente da cultura revolucionária, seu primeiro ato foi denunciar o perigo de “certos livros”, estimulando a polícia e alguns capitães do exército a eliminá-los. Milhares de livros de nome suspeito ou de capa vermelha foram apreendidos aqui e ali, por todo o país, nas livrarias e nas editoras e, em algumas cidades como Florianópolis, foram muitos queimados em fogueiras revolucionárias, enquanto outros eram simplesmente apreendidos para serem subrepticamente revendidos às livrarias e aos sebos pelos intelectuais da polícia (BASBAUN, 1961, p. 169).

A Universidade de Brasília (UNB), que na época era um projeto arrojado, inovador, pois possuía uma estrutura totalmente diferente das demais, foi totalmente destruída pela repressão. Estudantes e professores foram presos em massa, seu reitor foi substituído e mais de duzentos professores pediram demissão em solidariedade aos colegas expulsos. Ficaram apenas quinze professores, que não puderam ou não tiveram coragem de fazer o mesmo.

Em junho de 1964 é reunido extraordinariamente o Conselho Nacional de Estudantes na sede da União Metropolitana de Estudantes (UME), no Calabouço<sup>40</sup>, Rio de Janeiro. Este Conselho era composto pelas 12 Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e elegeu uma junta governativa que deveria permanecer na direção da UNE até a realização do XXVIIº Congresso de Estudantes, já que a diretoria anterior foi dissolvida pela repressão. Esta junta tinha como objetivo recuperar a sede da entidade, preparar o próximo Congresso e encaminhar uma luta no sentido de derrubar, no Congresso Nacional, o projeto que extinguiu a UNE.

Mesmo com a reação dos estudantes, em novembro deste mesmo ano é aprovada a lei Suplicy de Lacerda. Por essa lei, a UNE seria substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e as UEEs pelos Diretórios Estaduais

---

<sup>39</sup> Historiador comunista vinculado ao PCB.

<sup>40</sup> Restaurante universitário no Rio de Janeiro que servia uma média de 6 mil almoços por dia para estudantes carentes. Também era uma Casa de Estudantes e sede da UBES, UME, UEE RJ e da UNE após sua sede ter sido incendiada. Mais adiante haverá um capítulo específico sobre o Calabouço.

de Estudantes (DEEs). O Ministério da Educação ou o Conselho Federal de Educação é que tinha poderes para chamar uma reunião do DNE. O estabelecimento de datas e normas para as eleições estudantis, número de participantes dos Diretórios Acadêmicos e a convocação dos pleitos era feito pelas autoridades universitárias, através de Edital. A lei tornava obrigatório o voto dos universitários nas eleições para os Diretórios Acadêmicos, sob pena de perderem o semestre; as eleições para DCEs passaram a ser indiretas. A lei também proibia manifestações estudantis.

Tanto o DNE como os DEEs nunca chegaram a existir efetivamente, a única exceção foi no Rio Grande do Sul onde, no meio à confusão política existente em 1966, um grupo de tendência direitista (Decisão) havia ganho as eleições para a UEE/RS. Esse grupo, com o desejo de manter a posição conquistada<sup>41</sup>, aceitou a mudança para DEE e adaptou os estatutos da entidade, tornando-a uma entidade “assistencial, cultural e recreativa dos estudantes gaúchos”. Embora tenha sobrevivido possivelmente até final dos anos 80, o DEE-RS nunca foi reconhecido pelo conjunto dos estudantes gaúchos, tendo sempre realizado suas eleições através de congresso fraudulentos e sem participação direta, como veremos adiante.

Esta lei que tinha o objetivo de extinguir a participação política dos estudantes, teve o efeito contrário, pois aglutinou-os na luta pela sua revogação. No ano seguinte a UNE realizou um plebiscito onde 92,5% dos estudantes se manifestaram contrários a mesma.

No início de 1965 é convocado outro Conselho Nacional de Estudantes, o qual elege o acadêmico Alberto Abissâmara como presidente da UNE, com mandato-tampão até a realização do Congresso em julho do mesmo ano. A gestão de Abissâmara, que era trabalhista do grupo de Lutero Vargas<sup>42</sup>, tem pouca importância devido ao seu caráter transitório.

Em 9 de março deste ano o Marechal Castelo Branco, ao participar de uma aula inaugural na Universidade do Brasil, no Fundão (Rio de Janeiro),

---

<sup>41</sup> Na época em que Brizola era governador, o mesmo tinha doado uma sede para a UEE na rua Senhor dos Passos, centro de Porto Alegre. A transformação da UEE em DEE tinha como objetivo adaptar-se às novas regras. Posteriormente, quando da movimentação pela reconstrução da UEE em fins dos anos 70, esse grupo irá mudar novamente para DEE/UEE buscando legitimidade jurídica para manter a sede em seu nome.

<sup>42</sup> Filho de Getúlio Vargas.

recebe uma estrondosa vaia, o que provoca a prisão de diversos estudantes e dá um novo ânimo ao movimento estudantil.

Em julho de 1965 é realizado o XXVIIº Congresso da UNE, que elege Antônio Xavier para presidente. Este Congresso, que teve o predomínio da AP, deliberou pela não participação dos estudantes nas eleições estudantis convocadas pela lei Suplicy, como forma de repúdio à mesma.

Esta gestão, como consequência da repressão, terminou com apenas dois diretores, Altino Dantas e José Fidelis Sarno, que se revezavam na presidência.

Já no ano de 1966, o movimento estudantil começa a denunciar a intervenção norte-americana nos rumos da educação no Brasil. Naquele ano o DCE da Universidade do Brasil realiza um boicote ao pagamento das matrículas, que embora fosse um valor irrisório, era o início do processo de privatização do ensino. Em Belo Horizonte uma passeata estudantil é violentamente reprimida pela polícia, o que provoca diversas passeatas e manifestações públicas de solidariedade em outros estados.

No final de julho de 1966, o XXVIIIº Congresso da UNE é realizado clandestinamente num dos salões do porão da Igreja São Francisco de Assis, num convento Franciscano. Participaram apenas cerca de 300 delegados, pois mais de 200 foram presos no caminho.

É eleita uma chapa com representantes de todas as posições políticas e tendo José Luis Moreira Guedes como presidente. Este Congresso delibera como eixos centrais a luta por liberdades democráticas e contra as anuidades.

O segundo semestre de 1966 é caracterizado por grandes manifestações. Segundo Poerner, “setembro é um dos meses mais intensos, agitados e heróicos da história do movimento estudantil” (POERNER, 1979, pg. 274). A UNE, tentando canalizar estas manifestações, decreta uma greve geral em todo o país para o dia 18 de setembro e os estudantes elegem o dia 22 deste mesmo mês como Dia Nacional de luta contra a Ditadura.

No dia 22, durante uma manifestação no Rio, 600 estudantes foram encurralados por policiais na Faculdade Nacional de Medicina. Na madrugada do dia 23, quando estava sendo negociada com autoridades a retirada pacífica dos estudantes, houve a invasão policial que assim foi descrita pela mãe de um estudante:

A golpes de aríete, correndo histericamente, chegavam os PM (ouvi uma ordem: os de capacete primeiro), quebraram os portões da FNM e, feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a Faculdade... Vi sair um rapaz todo ensangüentado debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército e mais outra desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos; outros capengando eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de: corram vagabundos, covardes, filhos da... Não pude me conter, gritando que parassem com aquela covardia e um dos fascínoras me disse: ninguém está batendo para valer, é só para assustar. Outro gritou: sai daí que não queremos bater também em velhas... Houve então uma pausa na saída dos estudantes e ouvi novo toque de reunir para a polícia do Exército (que, justiça seja feita, era mais moderada e alguns estavam chocados com a barbárie da PM). Vim saber depois, pelos pais de uma estudante, que a chacina final tinha sido pior. Derrubavam moças, rasgavam suas roupas para apalpar-lhes os seios e outras partes (POERNER, 1979, p. 277 ).

O Massacre da Praia Vermelha, como ficou conhecido este episódio, foi considerado como o apogeu do movimento estudantil da época. A partir desta data ele começa a entrar em declínio e as lideranças estudantis não conseguiram promover um recuo organizado. Segundo Poerner, o fato das lutas estudantis de 1966 e 1968 não assumirem mais um caráter nacional, provocou

A rearticulação ainda que inviável em termos amplos, de grupelhos direitistas nas universidades; o desinteresse pelas eleições, com grande abstenção no pleito de agosto de 1967 e os resultados pouco convincentes do XXIX<sup>o</sup> Congresso Nacional de Estudantes, que ficaram aquém das expectativas (Ibidem, p. 279).

Nilton Santos, vice presidente da UNE em julho de 1967 a abril de 1969<sup>43</sup> tem uma visão diferente da de Poerner no que diz respeito aos resultados do XXIX<sup>o</sup> Congresso. Para ele:

Até o XXIX<sup>o</sup> Congresso, o movimento estudantil não tinha resolvido dois problemas: o de articular as lutas

---

<sup>43</sup> Em 1968 é realizado o Congresso de Ibiúna, que é identificado pela repressão e gera centenas de prisões. A continuidade deste Congresso, sob forte repressão, aconteceu através de diversos pequenos congressos estaduais, o que prolongou o mandato para quase dois anos.

específicas dos estudantes com as lutas políticas mais gerais; e o problema da direção política do movimento. Uma corrente importante dentro do ME, no período de 64 a 67, foi aquela que propunha a criação de “fatos políticos” e que podia ser resumida assim: a partir de uma luta elementar se levava os estudantes às ruas e a um confronto com a ditadura militar. A ditadura reagia e reprimia. A partir daí tinha-se um “fato político” que passava a ser o centro das mobilizações, esquecendo-se as lutas específicas que estavam na sua origem. Centrava-se então nas palavras de ordem de “Abaixo a Ditadura”, “Abaixo a Repressão”, “Abaixo o Imperialismo”. Esta política serviu para radicalizar parcelas da vanguarda do movimento, mas não pode e nem podia incorporar, e muito menos organizar, parcelas mais amplas dos estudantes. Esse tipo de política que descuida a organização do movimento e a sua consolidação a mais longo prazo, é característica da pequena burguesia. Primeiro porque descuida das formas de organização que permitem a participação maior das massas, num processo onde elas próprias decidem a condução de sua luta. A massa é impulsionada e dirigida de uma forma caudilhesca, a partir de grandes nomes, mas não é desenvolvida sua capacidade de organização e decisão. Segundo, esta política é característica da pequena burguesia por seu imediatismo. Tratava-se de levar os estudantes a um confronto com a ditadura militar porque se acreditava que a pequena burguesia e em particular o movimento estudantil, poderia atrair e dirigir outros setores sociais e derrubá-la. Não se via que naquele momento era necessário acumular forças e apoiar-se na luta e na direção política dos trabalhadores, com a hegemonia desta corrente, o M.E. conseguiu resistir à ditadura militar, que queria destruir a UNE e construir entidades “pelegas”<sup>44</sup> nas universidades (DNE, DEEs, diretorias acadêmicas atreladas ao Ministério da Educação). O M.E. conseguiu levar campanhas importantes, como a do voto nulo em 66. Mas com essa política não se conseguiu criar um movimento estudantil massivo e organizado (SANTOS, 1980, p. 66- 67).

Ainda segundo Nilton,

O XXIXº Congresso vai procurar resgatar a bandeira das lutas específicas, tentando retirá-las daqueles que procuravam dar-lhes um conteúdo legalista e reformista. Era necessário lutar também contra aqueles que diziam que “a luta específica é reformista e a luta política é revolucionária”. Era necessário compreender que tanto a luta política quanto específica poderiam ter uma condução reformista ou revolucionária. E o Congresso procurava então representar uma alternativa de condução das lutas específicas, de modo a vinculá-las a uma luta política contra a ditadura militar. Esta definição contribuiu decididamente para as movimentações de massa de 68 (Ibidem).

---

<sup>44</sup> O termo entidade pelega designa entidade controlada pelo governo militar, subordinada ao mesmo, sem autonomia política.

Em fevereiro de 1967, Castelo Branco criou o Decreto Lei 288, que entre outras coisas, acaba com todas as entidades estudantis gerais, inclusive com o DNE.

Em agosto do mesmo ano é realizado o XXIXº Congresso da UNE em um sítio pertencente a padres, em São Paulo. Este Congresso, teve cerca de 400 delegados e elegeu Luis Travassos para a presidência. É aprovado um documento que fala a respeito do papel que o movimento estudantil deveria cumprir na época. Segundo os estudantes,

A tarefa fundamental do M.E. é a luta política que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão seu papel importante no processo de transformação social. A luta do movimento estudantil é de denúncia da ditadura e do imperialismo, sendo além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas universidades. O ponto principal dessa luta é o Acordo MEC-USAID... A UNE luta contra a reforma universitária, uma falsa reforma. Promoverá seminários sobre o Acordo MEC-USAID, sobre lutas de libertação nacional, sobre a internacionalização da Amazônia e sobre a Aliança Operário-Camponesa-Estudantil. A UNE intensificará, também, sua luta contra o decreto que proíbe greves estudantis. Luta contra o decreto Aragão. Luta contra o decreto de militarização de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (POERNER, 1979, p. 291).

Este Congresso é realizado clandestinamente, em um clima de violenta repressão policial. A polícia, ao saber que o mesmo tinha sido realizado com o apoio dos padres, invadiu e depredou o convento dos beneditinos em Campinas e prendeu diversos estudantes e sacerdotes (entre eles 10 padres norte-americanos). Os padres foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e a polícia depredou o Colégio Notre Dame, pondo a culpa nos estudantes.

Embora desde 1964 os estudantes já viessem denunciando a tentativa de interferência norte-americana em nosso ensino, é nos anos de 1967 e 1968 que o movimento estudantil centrará fogo contra a implantação dos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – United States Agency for International Development).

Esses acordos que podem ser considerados como a materialização do relatório Atcon (elaborado pelo professor norte-americano Rudolf Atcon, em

1958) em projetos efetivos, visavam adequar a nossa política educacional ao projeto de desenvolvimento capitalista dependente, do regime militar.

Um dos itens do acordo previa a criação de uma equipe de cinco professores brasileiros e cinco professores norte-americanos para a elaboração de nossa política educacional. No início de 1967 esta equipe era formada por dois brasileiros e quatro norte-americanos. Era a entrega de nossa educação aos interesses estrangeiros.

Estes acordos tinham como objetivos:

- 1 – A interferência ideológica dos norte-americanos nos universitários brasileiros;<sup>45</sup>
- 2 – A formação de uma mão-de-obra canalizada para conhecimentos e habilidades capazes de aumentar a capacidade de trabalho. Para isto foi incentivada a criação de cursos técnicos e profissionalizantes em detrimento de cursos da área de ciências humanas, como Filosofia, Sociologia, Ciência Política, etc.;
- 3 – A privatização do ensino (principalmente superior), colocando-o em bases rentáveis. Segundo estes acordos, dentro de um prazo de dez anos o ensino superior deveria ser todo ele privado;
- 4 – O fim da interferência estudantil, tanto na administração da universidade (órgãos colegiados), como na política estudantil (eliminação das entidades estudantis);
- 5 – O fim da autonomia universitária. Para que isso fosse possível foi diminuído o poder dos reitores. Quem deveria dirigir a universidade deveriam ser pessoas ligadas aos interesses dos empresários, pessoas que não tivessem vinculação com a comunidade universitária;
- 6 – A elaboração de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa por técnicos americanos e dissociados de nossa realidade.

Dentro destes propósitos é que podemos entender um conjunto de políticas da época, como a criação de disciplinas como Moral e Cívica no 1º grau, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no 2º grau e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) no ensino superior. Vale ressaltar que a seleção

---

<sup>45</sup> Para Atcon, “o clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social; acresça-se a isto que apenas quatro latino-americanos em cada dez mil atingem um grau acadêmico e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, nesta instituição social denominada universidade”.

dos professores de EPB não passava pelas administrações universitárias, mas eram indicações das forças armadas, e era necessário que tivessem cursado a Escola Superior de Guerra (ESG). No mesmo contexto é que as disciplinas de filosofia e sociologia, até então obrigatórias no 2º grau, foram extintas dos currículos. Também neste contexto foram criadas dentro das universidades as ASI (Assessorias de Segurança e Imprensa), normalmente controladas por militares de alta patente e responsáveis pelo serviço de informação interno das universidades, diretamente ligadas ao SNI (Serviço Nacional de Informações).

No bojo das reformas ainda vem o fim dos seriados nas universidades que tinha como objetivo a dispersão dos alunos por diversas turmas distintas, o que impediria uma relação de confiança e unidade; a criação e expansão dos chamados Campus Universitários<sup>46</sup> e a proliferação dos colégios Polivalentes. Estes últimos foram financiados com capital externo, tinham como objetivo adequar a mão de obra que saia do segundo grau para o trabalho na indústria e no comércio. Em função disso é criado aquilo que hoje denominamos de PPT (Preparação para o Trabalho).<sup>47</sup>

Somente a mobilização dos estudantes e professores em diversos momentos e em diversas regiões do país é que impediu que estes acordos fossem aplicados na sua totalidade, como é o caso da privatização total do ensino superior.

Ao analisarmos este período, não podemos esquecer que as grandes mobilizações que irão surgir na época não são fatos isolados da conjuntura nacional. O ano de 1968 simboliza o período mais rico de mobilizações do século XX. Não cabe aqui entrar em análises sociológicas sobre seu

---

<sup>46</sup> A criação de campus universitários distantes dos centros urbanos decorreu da experiência que os norte-americanos tiveram com a resistência ao alistamento militar por parte da juventude durante o período da Guerra do Vietnã. O objetivo principal não tinha a ver com objetivos pedagógicos nem mesmo financeiros, mas políticos. O afastamento da juventude dos centros urbanos onde poderiam de alguma forma influenciar a opinião pública com suas manifestações.

<sup>47</sup> A idéia da preparação para o trabalho decorria da pressão dos estudantes secundaristas por maior quantidade de vagas nas universidades. Buscava adequar os currículos à conhecimentos específicos que o mercado necessitava (desenhistas, químicos, torneiros mecânicos, etc) e não mais um ensino globalizante que visasse ao vestibular e universidade. Os colégios particulares e apenas alguns colégios públicos tinham a função de preparar jovens para a universidade. A grande maioria dos colégios polivalentes, criados na periferia das cidades, preocupava-se com aquilo que o Ministro do Planejamento da época, Reis Velloso, comentou: “ampliar o número de vagas, mesmo que perdendo na qualidade”.

significado, mas os “filhos da guerra”<sup>48</sup>, como ficou conhecida esta geração, será responsável por profundas transformações culturais decorrentes de seus posicionamentos e de suas ações: Luta contra a Guerra do Vietnã; movimento hippie, movimentos pacifistas; Revolução sexual; surgimento do Rock; Woodstock; movimento feminista (Betty Friedan); lutas anti-racistas (Martin Luther King, Malcolm X, etc) , lutas da juventude no mundo todo contra as estruturas educacionais, etc.

## **2.7. O Calabouço**

A experiência de luta dos estudantes do Calabouço, após o golpe militar de 1964, é uma das mais ricas do movimento estudantil, ela nos mostra como os estudantes, oriundos em sua maioria da pequena burguesia podem, em determinada conjuntura, assumir um importante papel na vanguarda das lutas políticas.

O Calabouço foi criado por Getúlio Vargas após a II Guerra Mundial e visava atender aos estudantes de baixas condições financeiras que estudavam no Rio de Janeiro, capital da República na época. Entre os anos de 1964 a 1968 ele possuía uma população que variava de 4 a 6 mil estudantes secundaristas. Em 1968, os universitários foram excluídos de lá com o golpe militar.

Após o golpe, com a intervenção na administração do Calabouço e em virtude da corrupção que nele se instala, desde a péssima higiene e comida mal feita, até o roubo dos aparelhos da clínica que servia para atendimento dos estudantes, começa a ser organizado um movimento pela retomada da administração do Calabouço, encabeçada pelos estudantes. São realizadas diversas assembleias, feitos diversos cartazes e improvisadas duas tribunas livres, uma dentro e outra fora do restaurante, em que os estudantes se

---

<sup>48</sup> Termo que surgiu em função de que é uma geração fruto das condições pós Segunda Guerra Mundial. Principalmente a Europa busca um aumento da natalidade em função das perdas durante a guerra. No entanto essa nova geração enfrentará uma sociedade não adaptada para um crescimento populacional tão rápido (escolas, empregos, etc).

pronunciavam contra a intervenção no Calabouço e também a respeito dos problemas nacionais. Em resposta ao movimento pacífico dos estudantes, começou a repressão por parte da ditadura. Sentindo a necessidade de uma maior organização para defender seus interesses, criam a FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço), e nomeiam a diretoria. Esta, avaliando que o problema do Calabouço não era isolado, mas consequência da estrutura vigente, viu a necessidade de implementar uma discussão a respeito da realidade nacional. Segundo explana Geraldo Nunes,

para elevar o nível do estudantado, as bases funcionavam com o seguinte plano: procedia-se a leitura de documentos elaborados pela FUEC e documentos de organizações revolucionárias; discutíamos a história da dominação do Brasil, sua situação política nacional e a política educacional entreguista da ditadura. Todos eram levados a participar dos debates das bases (NUNES, 1980, p. 9).

Quando havia alguma manifestação eram as bases que elaboravam e distribuíam os panfletos nas salas de aula. Da mesma maneira recolhiam dinheiro entre os estudantes para comprar bolinhas de vidro (que atiravam de canhão para as patas dos cavalos dos soldados); pregos retorcidos (miguelitos) para estourar pneus; spray; garrafas e gasolinas que eram armazenadas e utilizadas na fabricação de coquetéis molotov. No que se referia à segurança do Calabouço, existiam os grupos de choque. Estes se localizavam nas laterais, vanguarda e retaguarda das manifestações e garantiam a segurança dos líderes, além de encarregados de distribuição de utensílios de auto-defesa nas manifestações, bem como controlavam os itinerários buscando identificar rotas de fugas e a existência de policiais infiltrados.

Em uma das manifestações, conforme descreve Geraldo Nunes,

íamos pelas ruas laterais infiltrando-nos pelo trânsito, estourando os pneus dos carros da polícia, para impedir que esta chegasse à Avenida Rio Branco. No caminho incendiávamos carros, principalmente os de placa oficial, quebrávamos portas e janelas dos bancos e firmas estrangeiras e o povo envolvido na manifestação se misturava conosco. Recebíamos apoio das janelas dos edifícios (papel picado, gritos de apoio, etc). Quando éramos atacados por grandes massas de policiais, a população atirava pelas janelas lixo, pedaços de pau, sacos plásticos com urina, etc (Ibidem, p. 11).

Normalmente, depois das manifestações eram feitas assembléias para fazer um balanço das mesmas. Muitas destas assembléias, chegavam a durar dois dias e só eram suspensas para comer e dormir.

Com o aguçamento da luta e com a conseqüente politização do movimento, a vanguarda estudantil foi se posicionando e se incorporando nas diversas organizações revolucionárias existentes na época. Nesse contexto de radicalização é que toma corpo o conflito entre os usuários do Calabouço e o regime.

Quando os estudantes perceberam que o governo pretendia acabar com o Calabouço, resolveram organizar uma passeata com o intuito de denunciar para a opinião pública as condições em que ele encontrava-se e de mostrar aos militares que não estavam dispostos a capitular diante das ameaças de repressão. Momentos antes da passeata sair foram avisados que a polícia já havia ocupado as principais avenidas. Como não podiam sair em bloco, saíram em grupos de 3 ou 4 armados de pedras e pedaços de pau e mais tarde, em um horário marcado, se concentraram em uma praça onde alguns líderes do movimento começaram a discursar sobre a situação do Calabouço e sobre a política econômica do governo. Neste momento, de acordo com as palavras de Geraldo Nunes,

A polícia chegou à paisana e já foi prendendo algumas pessoas. O estilhaço de uma bomba feriu um operário e uma senhora grávida que estavam na fila de ônibus. Diante disto, um companheiro subiu em um carro e conclamou a massa a responder a violência com violência. Incendiamos um dos carros do DEOPS, quebramos a cabeça de um investigador e vários bancos americanos foram atacados. Tudo isto foi realizado pela concentração da Praça Quinze, que foi fazendo ações relâmpago até o Castilho, onde já havia ocorrido tiros, vários carros incendiados e prisões em massa. Dois companheiros subiram em um carro burguês e em um do Estado, empurrando-os até fazê-los descer a ladeira: o enfrentamento prosseguiu até as vinte e uma horas. Armamos três barricadas com caixotes de lixo em lugares diferentes: o trânsito parou completamente, vários companheiros que estavam armados responderam ao fogo da repressão. No combate corpo a corpo usávamos pedaços de bambu de um metro. As ambulâncias circulavam constantemente, levando feridos dos dois lados. Deu-se a ordem de dispersão. Uma imensa nuvem de gás fluuava sobre a cidade (Ibidem, p. 14).

Poucos dias após esta manifestação os estudantes do Calabouço acordaram em um domingo e constataram que metade da lavanderia tinha sido destruída pelas máquinas<sup>49</sup> durante a noite de sábado. Em resposta, os estudantes se aglomeraram ao redor delas e enquanto alguns discursavam conclamando que todos participassem da destruição das máquinas, os outros se encarregavam de desmontá-las ou colocavam pedras e areia nos tanques de gasolina.

No dia seguinte o Jornal do Brasil publicou a seguinte manchete: *“estudantes malfeitores de um estábulo de cavalos causam grandes prejuízos aos bens públicos. É preciso que as autoridades tomem providências”* (Ibidem, pg. 14). Os estudantes, em resposta, realizaram uma manifestação até a porta do jornal, decididos a destruí-lo totalmente, mas não conseguem fazê-lo devido à posição dos dirigentes universitários, que se colocam contra a ação. O resultado desta manifestação foi cinco estudantes feridos à bala e doze presos. Após este fato o Calabouço foi ocupado militarmente e os estudantes puderam comer lá apenas mais um dia, mas vigiados por baionetas.

Os estudantes, não tendo mais onde comer, resolvem adotar a operação “pendura”. Esta operação tinha por objetivo pressionar, através dos donos de restaurantes, o governo para que este solucionasse o problema da alimentação. A operação processava-se da seguinte maneira: reuniam-se grupos de aproximadamente dez pessoas, combinavam ir a determinado restaurante, vestiam-se da melhor maneira possível e iam de dois a dois. Lá chegando sentavam-se como clientes normais e pediam o que quisessem, menos álcool e cigarros, pois eram proibidos pela direção da FUEC. O comandante do grupo observava a hora em que todos tivessem acabado de comer, subia em uma mesa e fazia uma falação pedindo ao povo que apoiasse a luta estudantil e que a conta devia ser remetida ao MEC, pois os estudantes não tinham onde comer depois da destruição do Calabouço. Estas operações eram realizadas simultaneamente em vários lugares da cidade e durou várias semanas. Embora fosse bastante desgastante, surtiu efeito, pois com a pressão dos donos de restaurante, o governo resolveu acelerar as obras do novo Calabouço e permitir que enquanto o mesmo não estivesse pronto, os

---

<sup>49</sup> Tratores, patrôlas, retroescavadeiras, etc.

estudantes fizessem as refeições no Pentágono, que era o restaurante da Faculdade de Medicina.

O novo Calabouço, estrategicamente pensado, foi construído em um terreno que ficava entre os prédios do INPS<sup>50</sup> e do Ministério da Aeronáutica. Também era cercado por um prédio de 15 andares onde funcionavam os escritórios dos membros da comissão encarregada de elaborar os projetos dos acordos MEC-USAID e o prédio da “Aliança para o Progresso”. Nesta posição ele podia ser facilmente cercado pela polícia, além de dificultar a saída de manifestações e de poder ser ostensivamente controlado. O Calabouço ficou sob a direção dos estudantes e a COBAL<sup>51</sup> administrava os alimentos.

Com o avanço da politização e da organização por parte dos estudantes, o regime militar infiltra diversos agentes secretos no meio deles. Estes, percebendo que a polícia tinha conhecimento de tudo o que era decidido no Calabouço, decidiram criar o CVEC<sup>52</sup>. A direção da FUEC designou secretamente dois de seus membros para que estes criassem o CVEC, o qual tinha por função identificar os indivíduos suspeitos que apareciam no Calabouço; cuidar da segurança geral e das manifestações. Quando era identificado um policial, esperavam o momento em que este se encontrasse presente em uma assembléia ou manifestação e então o denunciavam de traidor publicamente, levando-o para o Tribunal Popular. Depois de ser comprovado que era ligado aos órgãos de repressão, era espancado e expulso do Calabouço.

Nesta época, além dos policiais, o MAC (Movimento Anti-Comunista) que era a direita organizada dentro do movimento estudantil, começou a infiltrar seus quadros no Calabouço com o intuito de fazer provocações, sem, no entanto, conseguir muita coisa.

Um dos fatos mais marcantes do período, mais pelo simbolismo do que propriamente pelo fato em si, já que outros jovens também tinham perdido suas vidas em confrontos com as forças policiais, foi o assassinato do jovem Edson Luis dentro do Calabouço.

Como o governo não cumpria sua promessa de acabar as obras do Calabouço, os estudantes iam para as ruas fazer pedágios e eram reprimidos

---

<sup>50</sup> Instituto Nacional de Previdência Social, atual INSS.

<sup>51</sup> Companhia Brasileira de Alimentos, órgão governamental responsável pela parte de abastecimento.

<sup>52</sup> Comitê de Vigilância dos Estudantes do Calabouço, espécie de organismo de contra-espionagem.

pela polícia. Os conflitos eram praticamente diários, muitos se transformando em verdadeiros combates, e resultavam como saldo carros queimados, policiais e estudantes feridos.

Geraldo Nunes nos relata uma passagem do movimento estudantil que ficou gravada na memória de todos aqueles estudantes que militavam na época de 68 e que resultou na morte de Edson Luis:

Numa quinta-feira, às 17 horas, realizamos uma das mais agitadas assembleias do Calabouço. Discursos inflamados contra o regime porco, entreguista e vendido ao imperialismo. Brito<sup>53</sup>, em uma longa intervenção, convocou todos para uma manifestação até a zona mais movimentada da cidade. Os materiais de choque já haviam sido distribuídos. Quando íamos saindo fomos surpreendidos por cinco pelotões de choque da Polícia Militar e da Força Aérea. Neste momento começou o enfrentamento violento. A polícia utilizava bombas de gás lacrimogêneo. Um grupo comandado por Brito conseguiu romper o cerco e se dirigiu ao centro da cidade. Dirceu<sup>54</sup> e eu tentamos fazer o mesmo, comandando outro grupo, mas a polícia conseguiu impedir e nos fez recuar até a praça, onde tínhamos nos entrincheirado. Aproveitando-se deste impacto, a polícia invadiu o território do Calabouço, encontrando forte resistência por parte dos companheiros que estavam no restaurante do ICE<sup>55</sup>. Suas armas eram as próprias bandejas onde era servida a comida e as cadeiras das salas de aula. A polícia a todo custo, pretendia entrar no Calabouço, mas o nosso grupo, que estava entrincheirado na praça, atacou pela retaguarda com pedras. A polícia, sentindo-se cercada assustou-se. Aproveitamos esta vacilação e atacamos massivamente, travando uma luta corpo a corpo. Os milicos correram até os carros de choque. O comandante intimou a tropa a atacar com fuzilaria, Começaram a metralhar indiscriminadamente o Calabouço e os prédios vizinhos. Os companheiros buscaram refúgio no edifício. Durante esta escapada caíram dois companheiros: um desmaiado (a princípio pensávamos que estava morto)<sup>56</sup> na porta do ICE e o outro, Edson Luis Souto caiu morto instantaneamente em plena praça, com um tiro que lhe atravessou o coração.<sup>57</sup> Quando a polícia suspendeu o fogo, o clima no restaurante era de pânico, com os companheiros

---

<sup>53</sup> Elinor Brito, presidente da FUEC e na época militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

<sup>54</sup> Dirceu Régis, conhecido como “poeta” e uma das lideranças da FUEC. Vendia suas poesias entre os estudantes para arrecadar recursos para a FUEC e para o movimento. Na época também era militante do PCBR.

<sup>55</sup> Instituto Cooperativo de Ensino

<sup>56</sup> Benedito Frazão Dutra

<sup>57</sup> Praticamente todos os jornais do dia deram o nome de Nelson Luis de Lima Souto, possivelmente engano em função da confusão instalada no momento. Edson Luis tinha 16 anos e foi morto com um tiro de pistola calibre 45 pelo tenente Alcindo Costa, que comandava o Batalhão Motorizado da PM.

tentando escapar. Enquanto que na praça, nosso grupo lutava desesperadamente com a polícia, tentando resgatar os companheiros caídos. A polícia levava uma pequena vantagem, mas mesmo assim subi numa cadeira e tentei animar os companheiros que estavam dentro do prédio, exortando-os para que viessem lutar conosco. Quando a polícia tentou prender-me, rasgando-me a roupa, os companheiros que estavam no prédio não suportaram a cena e saíram num só bloco, armados de cadeiras, bandejas e tudo o que era possível utilizar como arma. A polícia não resistiu ao impacto e saiu desabalada, entrando nos carros e voando em disparada (Ibidem, p. 22- 23).

O General Osvaldo Niemeyer, comandante da operação, ao tentar justificar o assassinado de Edson Luis, afirmou que “a polícia estava inferiorizada em potência de fogo”. Ao lhe perguntarem o que ele considerava “potência de fogo”, ele respondeu que “é tudo que nos agride. Era pedra” (Ibidem, p. 6).

Depois que a polícia se retirou, os estudantes, juntamente com a população se organizaram em uma manifestação e carregaram o corpo de Edson Luis até a Assembléia Legislativa. No caminho quebraram todos os vidros da fachada do prédio da Embaixada dos Estados Unidos. Milhares de pessoas entraram nas fileiras durante o percurso, as lojas foram fechadas e os carros não andavam mais. O grupo que tinha conseguido furar o bloqueio no início da manifestação já se encontrava na Assembléia, onde foi velado o corpo. Os deputados, juntamente com o advogado Sobral Pinto, queriam que o corpo fosse levado ao Instituto Médico Legal (IML), mas os estudantes não deixaram e exigiram que uma equipe médica fosse à Assembléia para fazer a autópsia. O presidente da Assembléia foi obrigado a convocar uma sessão extraordinária e permanente, para dificultar a possível invasão policial. Durante a madrugada foram formados diversos grupos de estudantes, os quais foram para as paradas de ônibus e portas de fábricas distribuir panfletos convocando os operários e população em geral a acompanhar o enterro, como forma de protesto contra a ditadura.

De acordo com depoimento de Elinor Brito ao autor,<sup>58</sup> os estudantes pegaram galões com gasolina e se postaram nas diversas entradas da Assembléia Legislativa, ameaçando tocar fogo caso houvesse invasão policial.

Segundo Poerner, o cortejo que acompanhou Edson Luís só podia ser comparado ao de Getúlio Vargas, em 1954. O caixão estava coberto pela Bandeira Nacional e o povo cantava o Hino Nacional. O cortejo invadiu o cemitério de São João Batista sem nenhuma autorização e quando o corpo baixou a sepultura, milhares de estudantes fizeram o juramento: “Neste luto, começa nossa luta”.

Quando os estudantes voltam ao centro da cidade, encontram forte resistência da polícia. Vários carros são queimados e a manifestação se prolonga até a madrugada.

No domingo, em todos os jornais, saía o pedido de prisão para todos os estudantes do Calabouço. Surge um clima de guerra. São construídas barricadas com o carregamento de madeira de quatro caminhões e os estudantes se preparam para receber a polícia, mas nada acontece neste dia. No dia seguinte, ao voltarem ao Calabouço, os estudantes encontram uma verdadeira praça de guerra, havia policiais armados por todos os lados e prendendo todos que se aproximavam do local. Geraldo Nunes relata que:

reagimos à invasão realizando manifestações e operações “pendura”. Nesta fase da luta morreu um policial. Com isto, a repressão aumentou. A organização que a FUEC possuía não tinha a estrutura suficiente para dar conseqüência à luta em outro nível, exigido agora pelo processo revolucionário. Assim, o movimento se diluiu (Ibidem, p. 25).

A truculência policial neste episódio foi tanta, que até mesmo a imprensa, sabidamente controlada pelos instrumento de censura do regime, reagiu em suas matérias dando apoio aos estudantes.<sup>59</sup> O jornal Diário de Notícias do dia 29 de março, utilizou a expressão “massacre” para se referir ao episódio, já o órgão de imprensa O Jornal, no mesmo dia falou em “fuzilamento

---

<sup>58</sup> Relato ocorrido na palestra sobre esses acontecimentos no Seminário intitulado “40 anos de 1968”, realizado em Pelotas, pelo Instituto de Estudos Políticos Mário Alves – IMA, em maio de 2008. O depoimento foi gravado pela TV da Câmara de Vereadores do município.

<sup>59</sup> <http://josekuller.wordpress.com/15-edson-luis-ano-1968/>

de estudantes”. Para o Correio da Manhã, houve a comparação da força pública a um bando de assassinos, como vemos abaixo:

Não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos. Diante desta evidência cessa toda discussão sobre se os estudantes tinham ou não razão – e tinham. E cessam os debates porque fomos colocados ante uma cena de selvageria que só pela sua própria brutalidade se explica. Atirando contra jovens desarmados, atirando a esmo, ensandecida pelo desejo de oferecer à cidade apenas mais um festival de sangue e morte, a Polícia Militar conseguiu coroar, com esse assassinato coletivo, a sua ação, inspirada na violência e só na violência. Barbárie e covardia foram a tônica bestial de sua ação, ontem. O ato de depredação do restaurante pelos policiais, após a fuzilaria e a chacina, é o atestado que a Polícia Militar passou a si própria, de que sua intervenção não obedeceu a outro propósito senão o de implantar o terror na Guanabara. Diante de tudo isto, depois de tudo isto, é possível ainda discutir alguma coisa? Não, e não ( Correio da Manhã, 29 de março de 1968).

Como veremos adiante, os acontecimentos do Calabouço e seus desdobramentos contribuirão decisivamente na radicalização do processo político, o qual, levará por um lado ao fechamento do regime através do AI-5, e, por outro lado, à radicalização (principalmente da juventude, mas não só), ao buscar a via armada como instrumento de luta política contra o governo militar.

## **2.8. A UNE no contexto da ilegalidade e da Luta Armada**

O brutal assassinato de Edson Luís é o estopim que irá fazer com que o movimento estudantil alcance, de uma maneira rápida e inesperada, seu apogeu em termos de mobilização de massas e combatividade.

Em conseqüência do assassinato, foram realizadas manifestações em todos os grandes centros do país<sup>60</sup>. Durante a realização destas manifestações, dezenas de estudantes e populares foram gravemente feridos e somente no Rio de Janeiro foram presos 321 manifestantes. Um estudante e um popular foram mortos no Rio. Em Goiânia é morto um estudante com um tiro de fuzil na cabeça e outros dois foram gravemente feridos dentro da Catedral, onde conversavam com o arcebispo.

Dois meses depois, no Rio de Janeiro, ocorre um novo confronto entre estudantes e policiais que ficou conhecido como a “Sexta feira Sangrenta”. A Avenida Rio Branco se transformou em um verdadeiro campo de guerra, onde os estudantes reagiram às balas dos policiais com pedras e tijolos. A batalha só acabou de noite, com um saldo de aproximadamente 1.000 prisões e 28 mortos.

No dia 25 de junho, 4 dias depois desta manifestação é realizada a “Passeata dos Cem Mil”,<sup>61</sup> no Rio de Janeiro. Esta passeata contou com a presença de estudantes, padres, bancários, políticos, comerciários, etc, e protestava contra as mortes, as prisões e a violência policial. Segundo Jean Marc, presidente da UNE em 1969,

essa manifestação foi permitida porque a escolha que o regime tinha era fazer um massacre. Quer dizer, jogar a polícia em cima de toda aquela gente resultaria em muitas mortes. Ou fazia um massacre realmente frontal ou então cedia. Acabaram cedendo (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979, p. 10).

No dia 4 de julho é realizada outra passeata no Rio de Janeiro, desta vez com a participação de cerca de 60 mil pessoas.

No dia 28 de agosto, em São Paulo, é reprimida violentamente uma manifestação que pedia a liberdade para os presos políticos. Desta vez até mesmo carros de assalto e metralhadoras foram utilizados pela repressão. No dia seguinte, em Brasília, 30 carros do DOPS e do SNI e mais 12 choques da Polícia do Exército invadem a Universidade de Brasília, arrombam salas de

---

<sup>60</sup> Por ocasião da Missa de 7º Dia, realizada em diversas cidades do país. No Rio de Janeiro a cavalaria atacou diretamente os estudantes em frente à igreja onde se realizava a manifestação.

<sup>61</sup> O nome como a passeata ficou conhecida advinha da quantidade de pessoas que participaram

aula, quebram equipamentos de pesquisa e espancam estudantes, professores e parlamentares. Todo esse aparato policial-militar foi utilizado para prender 5 estudantes, entre eles Honestino Guimarães, dirigente da UNE.<sup>62</sup>

No dia 02 de outubro surge o conflito entre os estudantes da Universidade Mackenzie e os de Filosofia da USP (episódio conhecido como a Batalha da Rua Maria Antônia). De um lado estavam 2.500 alunos da filosofia, com coquetéis molotov, pedras e estilingues; do outro, 10 mil alunos do Mackenzie (liderados por elementos ligados ao Comando de Caça aos Comunistas), com bombas de ácido misturado com cal virgem, rojões, pedras estilingues. No início da tarde do dia seguinte, o secundarista José Guimarães é morto quando tentava entrar no prédio do Mackenzie. Cerca de 300 estudantes pegam a camisa manchada de sangue e desfilam pelas ruas de São Paulo, protestando pela morte do colega. Durante a passeata são incendiados quatro carros da polícia e 35 estudantes são presos. Enquanto isto a batalha continuava na rua Maria Antônia. Só termina de noite com a invasão da Faculdade de Filosofia pela tropa de choque da Força Pública.

Nas passeatas desta época começam a surgir duas novidades: o repúdio ao corte no orçamento das universidades e também começa a haver uma maior participação dos estudantes secundaristas.

Neste período o movimento de massas, embora de uma maneira bastante lenta, estava começando a se recuperar da desarticulação a que fora submetido com o golpe de 64. Surgem as combativas manifestações operária do 1º de maio de 1968 e as greves de Osasco e Contagem (com a ocupação das fábricas e prisão dos diretores pelos operários).<sup>63</sup>

Quando inicia o segundo semestre de 1968 surge no movimento estudantil a discussão a respeito da preparação do XXXº Congresso da UNE. Parte do movimento defendia que o mesmo deveria se realizar clandestinamente e restrito apenas as lideranças estudantis da época. A outra posição, que foi majoritária no Conselho da UNE por apenas um voto, defendia a necessidade da tirada de delegados em assembléias de curso ou eleição direta, permitindo com isso a discussão das propostas de modo a que o congresso refletisse a opinião do conjunto dos estudantes.

---

<sup>62</sup> Até hoje um dos desaparecidos políticos do regime. Este episódio é descrito no livro *A Rebelião dos Estudantes: Brasília 1968*, de autoria de Antônio de Pádua Gurgel. Editora UNB: Brasília, 2002.

<sup>63</sup> As quais também serão reprimidas violentamente pela polícia e seus dirigentes presos.

Como a diretoria da UNE estava muito reduzida, o congresso ficou a cargo da diretoria da UEE-SP, que era o “estado sede” do congresso. A diretoria desta UEE-SP, que tinha uma concepção política que mais tarde se desdobraria no militarismo, pretendia organizar um esquema de segurança que previa a defesa armada do congresso caso este fosse descoberto e reprimido pela ditadura.

O local escolhido foi o sítio Moduru, a 25 quilômetros do centro de Ibiúna, pequeno município no interior do estado de São Paulo. Os estudantes foram levados em pequenos grupos escondidos sob lona de peruas, camionetes e jipes até perto do local, onde desciam e se encaminhavam até uma casa onde era feita a triagem. O resto do caminho era feito a pé.

O congresso foi aberto na tardinha do dia 11 de outubro por Luís Raul Machado, vice-presidente da UNE. Na abertura faltava ainda muita gente, inclusive Luis Travassos, presidente da entidade. A discussão sobre as credenciais se prolongou até tarde da noite, quando são interrompidos os trabalhos para reiniciá-los na manhã do dia seguinte. Muitos dos delegados ainda dormiam às 7 horas da manhã do dia 12 quando os policiais do DOPS e da Força Pública cercaram o sítio e prenderam os quase 800 delegados e mais diversos outros estudantes que eram observadores e ou da equipe de apoio, totalizando mais de 900 presos.

Zuenir Ventura, em um de seus livros, faz um relato detalhado do processo que levou às prisões. Segundo ele, quando Travassos e Jean-Marc ficaram sabendo à noite que ao meio dia chegariam tropas do exército, começaram a discutir alternativas, não chegando a um consenso. Definiram chamar uma reunião plenária às 7 horas da manhã onde cada um dos candidatos teria 10 minutos para apresentar uma proposta de encaminhamento e posteriormente seriam votadas. Faltava avisar os demais grupos que não participaram do acordo. Enquanto Travassos foi conversar com o PCB e Dissidências, Jean-Marc ficou responsável de contatar o PCBR. Ainda para Ventura,

O que se passou então é revelador. Jean-Marc encontrou o grupo com o qual deveria conversar conchavando lá para os lados da cachoeira. Ele

chamou a um canto o pernambucano Cândido Pinto<sup>64</sup>, dirigente máximo daquele grupo, e expôs a situação: Isso tá parecendo manobra – desconfiou Cândido, que nessa altura tendia mais para a Dissidência<sup>65</sup>. Os dois estavam no meio da discussão quando algo como um tiro reverberou pelos pequenos vales e colinas que formam o sítio. – E isso parece o quê, Cândido? Podia ser sinal de que as tropas estavam chegando, mas Cândido não dava o braço a torcer. – Pode ser um caçador – tranqüilizou. As rajadas seguintes, inconfundíveis, eram o sinal de que estava encerrado esse diálogo surrealista – e o Congresso. Para quem ainda tinha dúvidas, os tiros anunciavam que 400 soldados da Força Pública e alguns agentes do DOPS estavam invadindo o sítio (VENTURA, 1988, p. 248-249).

Existe mais de uma versão que explica como a polícia soube do local do congresso. Uma delas afirma que o grande número de jovens que se deslocou para o interior de uma cidade pequena teria chamado a atenção dos vizinhos que se comunicaram com as autoridades locais. Outra das afirmações é de que seria muito fácil a polícia descobrir, bastaria que seguisse alguns dos delegados que foram escolhidos abertamente em assembleias de curso ou eleição direta, que a repressão descobriria o local. Segundo o advogado Idival Piveta, o DOPS teria encaminhado um documento secreto à delegacia de Ibiúna, cerca de 10 dias antes do encontro, determinando que “caso notasse pessoas estranhas, movimentos suspeitos ou jovens cabeludos e de calça Lee na cidade não tomasse qualquer providência, pois queria pegar todos no congresso (Ibidem, pg. 12). De qualquer modo uma coisa é certa, não existia maneira de realizar clandestinamente um congresso desse porte e com os delegados já conhecidos pela repressão, sem que fossem descobertos.

Nos dias seguintes são realizadas manifestações, passeatas e greves em todo o país exigindo a libertação dos presos. No dia 17 grande parte dos estudantes detidos são soltos, com exceção dos líderes, que são condenados a 18 meses de prisão.

Os três diretores da UNE que escaparam da prisão e que representavam as três tendências existentes na diretoria da UNE, chamaram um Conselho Nacional em São Paulo para decidir de que maneira escolher a nova diretoria. Os três se dividem e defendem propostas diferentes: a realização de um novo

---

<sup>64</sup> Cândido Pinto era presidente da UEE de Pernambuco e pouco tempo depois do episódio de Ibiúna, foi seqüestrado e baleado por forças paramilitares em Recife, ficando paraplégico.

<sup>65</sup> A Dissidência tinha como candidato Zé Dirceu, principal dirigente das lutas estudantis em São Paulo.

Congresso Nacional; a realização de eleições diretas e a realização de congressos regionais. A última proposta foi a vencedora e os congressos regionais realizaram-se clandestinamente em todo o país, com exceção de São Paulo, onde foi realizado abertamente e do Paraná, que realizou-se na cadeia, pois foram presos todos os participantes quando tentavam iniciar o mesmo. Como a discussão política já havia sido realizada na tirada de delegados e em parte no próprio Congresso de Ibiúna, o papel destes mini congressos era eleger a nova direção.

Concorreram três chapas: a encabeçada por Marcos Medeiros (vinculado ao PCBR), a de José Dirceu (DI-SP)<sup>66</sup> e a chapa Unidade e Luta, que tinha como candidato à presidência Jean-Marc van der Weid<sup>67</sup>, da AP. Em abril de 1969 é realizado um Conselho onde é feita a contagem dos votos e sai vencedora a chapa Unidade e Luta.

Embora houvesse algumas manifestações contra a prisão dos estudantes de Ibiúna, o movimento estudantil já estava vivendo um momento de recuo em suas lutas. Com a imposição do Ato Institucional Nº 5, a 13 de dezembro de 1968 e com o Decreto-lei 477, o movimento estudantil, como o restante da sociedade brasileira, sofreu um duro golpe nas suas formas de organização. Com o endurecimento do regime, os parlamentares mais combativos perdem seus mandatos, os intelectuais, professores e escritores perdem a pouca liberdade de expressão que ainda tinham, os estudantes entram para a clandestinidade e todos os demais setores sofrem as conseqüências do retrocesso político em que entra o país. Segundo Jean-Marc van der Weid,

A vanguarda do movimento estudantil enfrentou esta situação da pior maneira possível. Em primeiro lugar, o sectarismo que a dividia e que quase levou à cisão da UNE, muitas vezes cegou os dirigentes para a necessidade de redefinir alianças e posições frente ao perigo crescente da onda repressiva. Em segundo lugar quase todas as tendências do M.E. consideraram a ofensiva de direita expressa no AI-5 como um sinal de fraqueza do regime. Muitas das lideranças estudantis e inúmeros militantes viram chegada a hora do enfrentamento radical e aderiram aos grupos de guerrilha urbana, outros se propunham a “mobilizar as massas” para “responder ao golpe por golpe” à ditadura

---

<sup>66</sup> Apoiado por Vladimir Palmeira, principal liderança do Rio de Janeiro.

<sup>67</sup> Candidato da situação, apoiado por Travassos.

militar. Ambas as propostas tinham por base – sumariamente – uma constatação de falência econômica do regime, de seu isolamento político, da exasperação das massas e sua “explosividade”. Numa e noutra análise só faltava a “fagulha que incendiaria a pradaria”, num caso os grupos armados, no outro a vanguarda organizada que puxaria o movimento social. Estas concepções levaram a práticas diferentes, embora seu ponto de partida fosse o mesmo. A primeira engendrou um comportamento “militarista” dentro do movimento de massas em 1968, quando este era tão forte que arrastava a tudo e a todos. Seguiu-se em 1969, um abandono e distanciamento completos entre a “vanguarda” e o movimento, quando a repressão reduziu a expressão deste. O reflexo desta concepção no movimento estudantil era a priorização das ações de grupos de “vanguarda” que se incumbiam de atos “exemplares” enquanto a massa era canalizada para manifestações mais passivas. Isto foi sobretudo marcante no movimento estudantil paulista no primeiro semestre de 68. A segunda concepção buscava sempre mobilizar a massa toda, inclusive em São Paulo no segundo semestre, mas que continuou com esta política, cada vez menos “massa” até meados de 1969 (SANTOS, 1980, p. 83-84).

Continuando, Jean-Marc ainda afirmou que

O sectarismo que mencionamos se expressou também, ao longo do ano de 1968 até o AI-5, nas propostas para o movimento de massas. As contradições entre as duas correntes mais importantes do movimento estudantil se deram em torno sobretudo da definição das formas de luta e na prioridade a ser dada às lutas políticas ou às reivindicatórias. A corrente liderada por Luis Travassos (cujo nome – que identificava suas chapas – era Unidade e Luta) priorizava a “luta de ruas contra a ditadura”, subordinando as lutas reivindicatórias e as outras formas de ação a esta. A outra corrente, mais fluída e menos articulada, tinha sua expressão nacional no presidente da União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (UME) Vladimir Palmeira, mas era sobretudo um precário somatório de correntes regionais onde se destacavam em São Paulo José Arantes (vice-presidente da UNE) e José Dirceu (presidente da UEE-SP). Esta corrente propunha a priorização nas lutas específicas da Universidade e se opunham aos ímpetos “passageiros” (como eram chamados) dos “travassistas”. Preferiam combinar, como já foi dito, as ações “exemplares” (leia-se violentas) dos grupos de vanguarda, com manifestações menos ousadas das massas (Ibidem, 1980).

Embora Jean-Marc defendesse um recuo tático do movimento estudantil e a ativação das executivas nacionais por área de estudos, como forma de aglutinar e organizar os estudantes, a diretoria avaliou que um recuo

enfraqueceria a entidade e considerou que seria mais importante uma luta política de caráter geral. Nesse sentido foi aprovada uma campanha de denúncia da visita de Rockefeller ao Brasil. As poucas manifestações que se realizaram contra o representante dos Estados Unidos tiveram uma participação restrita aos setores mais engajados. O movimento estudantil, devido à conjuntura que vivia, já tinha perdido sua capacidade de realizar manifestações massivas. Outra campanha levada por esta diretoria foi a luta contra o Decreto 477, que embora não conseguisse derrubar o decreto e impedir centenas de cassações, obteve algumas vitórias parciais em determinadas escolas. Segundo Doralina Rodrigues,<sup>68</sup>

Em todo o país a debilidade do movimento não possibilitou uma reação em grande escala, face ao fechamento das entidades estudantis e às cassações. Mas muitas manifestações de solidariedade aos cassados ocorreram espontaneamente nas escolas. Tornou-se comum existirem cadeiras vazias nas salas de aula, com flores em homenagem aos colegas atingidos pelo Decreto 477. Como desdobramento maior da luta contra a repressão, incorporamo-nos nas lutas contra as prisões e torturas, que se tornaram práticas comuns nos cárceres do regime. A UNE lançou uma campanha de denúncia dos crimes da ditadura. Neste período, um grande erro cometido por nós foi o de não buscarmos adequar nossas propostas políticas e as formas de luta e de organização às novas condições concretas (Ibidem, 1980, p. 94).

Da diretoria eleita da UNE, apenas Doralina Rodrigues escapou à prisão, tortura, assassinato ou exílio. Jean Marc foi preso em setembro de 1969 e em 1971 foi banido do país. Foi um dos presos políticos trocados pelo cônsul suíço que tinha sido seqüestrado por grupos armados. Como a presidência da UNE ficou vaga, a diretoria indicou Honestino Guimarães (que mais tarde seria assassinado pela ditadura) para ocupar o lugar de Jean Marc.

A visão vanguardista e voluntarista que os estudantes possuíam, aliado à falta de perspectiva de atuação política e à visão de que o regime militar estava se isolando, perdendo sua base de sustentação política, levou grandes parcelas da vanguarda estudantil a se engajarem no processo de luta armada que se alastrava no país.

Segundo Doralina Rodrigues

---

<sup>68</sup> Diretora da UNE na época.

Em uma conjuntura em que a correlação de forças era totalmente desfavorável ao movimento de massas, determinados setores partem para o enfrentamento direto com o aparato repressivo, através de ações armadas, realizadas por pequenos grupos totalmente isolados do movimento. E mesmo os que se propõem a manter um vínculo maior com o conjunto dos estudantes, não conseguem, com as propostas políticas que fazem: transformar o recuo do ME pós AI-5, num recuo organizado, que leve em conta seu enfraquecimento com a derrota sofrida. Ao contrário, em um primeiro momento aprofundamos nossa visão esquerdista e voluntarista propondo-nos a responder “golpe por golpe” às medidas repressivas da ditadura (Ibidem, 1980, p. 93).

No segundo semestre de 1971 é realizado o XXXIº Congresso da UNE, que elege Honestino Guimarães como presidente da entidade. Nos primeiros meses de gestão quase a metade da diretoria foi presa e submetida a todo tipo de tortura, o que, aliado a rigorosíssima clandestinidade a que estavam submetidos seus diretores, sem contato com a massa estudantil, dificultou muito o trabalho a ser levado. No segundo semestre de 1973, como o mandato já havia acabado e na impossibilidade de chamar um novo congresso, a diretoria se dissolveu. Esta gestão tinha iniciado o encaminhamento das lutas contra o ensino pago; pela defesa dos direitos humanos; contra as prisões, torturas e assassinatos de presos políticos e teve a preocupação de tentar reorganizar o movimento estudantil realizando encontros estudantis por áreas.

O congresso que elegeu esta gestão tem seu reconhecimento questionado pela UNE devido a sua pouca representatividade e condições em que foi realizado, por esse motivo, o Congresso de Reconstrução, realizado em Salvador, em 1979, foi considerado continuidade deste, e declarado, também, XXXIº Congresso da UNE.

A intensidade da repressão política que o país viveu nesse período só pode ser entendida se analisarmos os interesses de grupos políticos e econômicos que patrocinaram o regime militar.

A compreensão dos interesses em jogo, bem como das conseqüências do golpe no Brasil é importante para analisarmos o próprio trabalho que estamos apresentando. No nosso caso, especialmente as conseqüências para a organização dos estudantes e para o modelo de ensino que será implantado no Brasil. Partindo do entendimento que é vital a percepção mais geral do

quadro que “moldou” o período, é que entendemos como importante incluir um capítulo específico sobre o golpe civil-militar e algumas interpretações sobre o mesmo.

## CAPÍTULO III

### O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964

#### 3.1. Algumas possibilidades sobre seu significado histórico

O golpe militar de 64, fruto de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte-americana em nosso continente<sup>69</sup>, foi responsável por uma brutal repressão político-militar em nosso território. Esse processo articulava tanto interesses externos como internos, como veremos posteriormente.

Muito já se pesquisou sobre esse período, embora muitas questões ainda não estejam suficientemente esclarecidas. Da mesma forma, muitas explicações sobre seu significado foram construídas, tanto baseadas nas questões econômicas como nas eminentemente políticas sobre o que representou o golpe militar. Dessas explicações, algumas são contraditórias entre si e outras podem conviver sem que umas necessariamente desautorizem as demais. Muitas das diferenças de interpretação estão baseadas em ênfases diferenciadas sobre o peso de certos determinantes do processo político.

Buscaremos, portanto, não apenas localizar historicamente certos fatos fundamentais para o entendimento do período, mas, também, comentar algumas das explicações sobre o significado do golpe militar de 64.

Todo o período do governo João Goulart, (desde a tentativa de evitar sua posse, devido à renúncia de Jânio Quadros), foi marcado por conflitos e

---

<sup>69</sup> Sobre a política norte-americana para a América Latina no período e seu apoio ao golpe de 1964 no Brasil, ver : FICO, Carlos. *O grande irmão – da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. O autor consultou extensa documentação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos e busca discutir a política norte-americana, que, segundo ele, estava decidida a impedir que surgisse “outra Cuba” no continente. Neste sentido, o Brasil representava um ponto estratégico, o que levou o governo dos EUA a patrocinar uma série de ações na tentativa de garantir o controle político e econômico do país.

crises políticas. Qualquer observador mais atento poderia constatar o que estava em jogo e quem estava atrás das movimentações políticas visando derrubar o governo Jango. A própria construção da saída da crise da legalidade de 1961 já se constituiu em um “golpe branco”. Na medida em que esta feria a constituição de 46 e que, além disso, a fórmula parlamentarista encontrada não apenas retirava poderes de Chefe de Governo de Jango, mas inclusive poderes de Chefe de Estado, como a possibilidade de dissolução do Congresso, (mecanismo presente nos regimes parlamentaristas), mas que Jango não podia acessar. Até mesmo uma CPI foi instalada no Congresso Nacional para avaliar a entrada ilegal de dinheiro norte-americano para financiar os governos ligados à UDN (Ademar de Barros – SP; Carlos Lacerda – RJ, e Magalhães Pinto – MG). Essa CPI, que tinha Tancredo Neves como relator, concluiu que, embora o dinheiro tivesse entrado de forma irregular, não caberia ao poder legislativo nem mesmo opinar sobre qual procedimento adotar, porque esta era uma atribuição do judiciário (Dreyfus, 1981).

Um dos pilares da crítica a Jango, além da acusação de que ele estaria tentando introduzir uma “república sindicalista”, era a alta inflação no período. A chamada “república sindicalista” fica por conta da pressão dos trabalhadores urbanos e rurais que reivindicavam mais espaço no bloco de poder, além de todo o imaginário social anticomunista fortalecido durante o período denominado de “guerra fria” entre os chamados bloco socialista (leia-se ex-União Soviética e países satélites) e bloco ocidental (leia-se EUA).

Quanto aos altos índices de inflação, se comparados aos patamares que tivemos no final dos anos 80 em nosso país, parece ser, em um primeiro momento, um elemento superestimado pelas forças de oposição a Jango, a criação artificial de uma crise política e econômica que não seria tão séria como a imprensa da época buscava demonstrar.

A inflação nesse período inicia ainda no governo Juscelino, eis que nessa época esteve em torno de 30% ao ano. No governo Jango ela aumenta, passando dos 60% em 1963 e, finalmente, atingindo o índice de 80% ao ano. Se lembrarmos o governo Sarney, veremos que essa era a taxa média mensal da inflação em nosso país.

No entanto, Paul Singer, um economista insuspeito, em função de suas posições políticas de apoio a Jango no período, apresenta uma explicação diferente da simples “armação política” contra o ex-presidente.

Quando estávamos naquela inflação “terrível” de 30% ao ano da época de Juscelino, recebemos na USP a visita de um economista americano que veio conhecer de perto como era possível sobreviver com uma inflação daquelas, coisa inimaginável de longe. Foi uma dificuldade convencê-lo de que a vida podia ser normal mesmo com os preços em elevação. Mas quando a inflação alcançou 60% e mais, em 1963-64, a opinião pública se apavorou (SINGER, 1997. p. 15).

A crise econômica do período foi importante fator de mobilização da classe média por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Nesse caso, a Igreja Católica teve um papel fundamental ao organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as quais apresentavam um conteúdo anticomunista e que mobilizaram centenas de milhares de pessoas nas principais capitais do país.

A explicação sobre o significado da grande preocupação social da classe média com a inflação no período decorria da falta de mecanismos de indexação da economia.

Existem diferentes visões de inflação e é importante saber que, quando a inflação não é alta, ela pode ser mais contundente nos seus efeitos, porque em geral não é indexada. Nós chegamos a uma indexação perfeita. Depois do golpe de 64, a economia brasileira se tornou uma das economias mais bem indexadas do mundo, com a caderneta de poupança, com os títulos reajustáveis, com a correção monetária de salários, aluguéis, etc. No pré-64 não havia isso. Os pobres, por exemplo, não tinham como fazer poupança. Apesar de uma inflação de 40, 50 ou 60% não ser uma coisa muito grave, com uma taxa máxima de juros de 12% ao ano, acaba-se perdendo dinheiro. Então as pessoas pobres procuravam comprar terrenos na periferia porque era a única maneira de formar algum pecúlio. A poupança financeira era quase inexistente (SINGER, 1997. p. 16).

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é necessário fazermos a diferenciação de perspectivas que a inflação tinha durante os governos de Juscelino e de Jango. Enquanto a inflação no período Jango era fruto da crise político-institucional e do grande confronto ideológico da época, a inflação no governo Juscelino possuía uma outra perspectiva. Maria Victória Benevides, na sua obra já clássica sobre o governo de Juscelino, reconhece que a inflação foi a principal arma da oposição ao governo na época. No entanto, entendia

que a inflação, longe de ser um problema de descontrole, fazia parte de seu projeto econômico. Baseada em estudo de Otávio Ianni, nos diz

...o recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país. Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2%, ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas no período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria provocado especulação imobiliária), por outro lado funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial (...) Assim, a inflação, na perspectiva deste estudo, foi a alternativa mais viável para financiar o Programa de Metas e a construção de Brasília, uma vez que a reforma tributária (o que significaria meios coercitivos para levantar por vias fiscais amplos recursos de investimentos) seria politicamente impossível. (BENEVIDES, 1976. p. 235-236)

No entanto, apesar de todos os indícios de que haveria um acirramento da disputa política, os principais partidos que poderiam organizar algum tipo de reação ao golpe não o fizeram (PTB e PCB). Dentro do PTB, a posição vacilante de Jango foi determinante no sentido de impedir qualquer tipo de reação por parte da sociedade. Embora poucas figuras, como Brizola, defendessem uma posição mais forte, no sentido da defesa da legalidade, Jango, até mesmo porque acreditava que se houvesse intervenção militar seria por um curto espaço de tempo, não aceitou liderar nenhum tipo de reação à ação golpista.

Já a direção do PCB, (e diga-se, em dissonância com a posição de boa parte da base do partido), confiava nos “brios democráticos” de nossa oficialidade. Luis Carlos Prestes, secretário-geral do partido, afirmou poucos dias antes do golpe que “não somos governo, mas estamos no governo”.

Um artigo de Mário Alves, publicado na revista Estudos Sociais, de dezembro de 1962, expressa duas análises que a história irá demonstrar serem equivocadas, mas que, no momento, representavam um pouco a linha do seu partido. A primeira é acreditar que a extrema direita tinha sido derrotada e não tinha mais viabilidade histórica. Referia-se a Carlos Lacerda e seus apoiadores:

...extremada ala direita dirigida por homens como Carlos Lacerda, ala que se opõe a qualquer

compromisso e atua como brigada de choque da reação. Em seu conjunto, estas forças representam o que há de mais obsoleto na estrutura econômico-social e se encontra em franco declínio, do ponto-de-vista histórico (ALVES, 1962, p. 232).

Mais adiante, no mesmo texto, avalia que o imperialismo, com medo de forçar a burguesia nacional a tomar medidas mais drásticas em função da pressão popular, iria assumir uma posição mais flexível com as mudanças em curso.

...Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação da consciência nacional na América Latina após a revolução cubana, os círculos monopolistas dos Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes de nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influência sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses (Ibidem).

Os dois elementos centrais desta análise (que o golpe se encarregaria de mostrar como equivocados), são: a idéia de que a “*extremada ala direita*” está sem perspectivas históricas, e a de que o imperialismo poderia fazer concessões para viabilizar um governo de centro-esquerda.

Quando o golpe militar eclodiu na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente os movimentos sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, é pego de surpresa. Não que não soubessem que a possibilidade do golpe vir era grande, mas surpresa no sentido de não saber o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fazem vigília tentando organizar algum tipo de reação. A sede da União Nacional de Estudantes é incendiada. Jango pega um avião e se dirige a Porto alegre onde Brizola já o esperava no aeroporto e logo se dirige ao Uruguai, país em que Brizola mais tarde também irá se refugiar. Naquela noite, centenas de pessoas são presas nos quartéis de nosso país. A desorganização e confusão, no entanto, não ocorre só do lado dos apoiadores de Jango.

É uma idéia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castello Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-os a capitulação precipitada de João Goulart (GORENDER, 1998. p. 112).

Gorender também acha falsa a idéia de que o golpe era inevitável, bem como de que não havia condições de reação a ele.

Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do General Olímpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa, o que teria um efeito moral tremendo.(...) No dia 31, também, se o fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava um sinal de Jango) e desencadeassem uma ação da tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu (Ibidem, p. 114).

Curiosamente, em um primeiro momento, o governo Castelo Branco agiu com rigor, mas com certos limites. Dentro de um contexto de golpe militar, em diversos locais as pessoas detidas eram apenas orientadas a não se contrapor ao novo regime. Na medida em que até aquele momento as pessoas haviam atuado dentro da constituição, defendendo a legitimidade de um governo constituído, elas não seriam importunadas. No entanto, eram também advertidas de que havia sido modificada a nova ordem constitucional e deste momento em diante não seria admitida oposição ao novo regime.

Não havia, inicialmente, uma intenção de uma continuidade do regime militar no tempo. Nem de parte dos civis quanto de importantes setores militares. Tanto é que, em outubro, a UDN definiu-se pela candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República nas eleições previstas para 1965. Também Juscelino faz suas movimentações para sair candidato. Até mesmo o primeiro Ato Institucional do regime militar não é numerado. Com a

continuidade dos Atos Institucionais no tempo é que serão numerados (AI-2, AI-3, etc).

Mas, com o passar do tempo, as lutas internas dentro das forças armadas começaram a criar um outro quadro, no qual a repressão tendia a se acentuar cada vez mais. Neste momento, notadamente o movimento estudantil começa a se recuperar do “estado de choque” e volta às ruas exigindo mais vagas nas universidades (luta dos estudantes secundaristas) e combatendo as tentativas de modificação do sistema educacional, através dos acordos MEC-USAID, além, é claro, das reivindicações democráticas mais gerais.

O chamado “golpe dentro do golpe”, que resultou no fechamento do Congresso e na instauração do AI-5 (1968), resultou em um exacerbamento da violência policial em proporções nunca vistas em nosso país, fruto da vitória da chamada “linha dura” dentro das fileiras das Forças Armadas.

Segundo dados de estudo feito pela Arquidiocese de São Paulo, intitulado de “Brasil: Nunca Mais”, durante os primeiros atos do governo Castelo Branco, 378 políticos tiveram seus mandatos cassados; 122 oficiais foram reformados. Ao final do governo Geisel, mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos; mais de 10 mil exilados; 245 estudantes foram expulsos das universidades sem direito de estudar durante o período de 10 anos; mais de 3 centenas de pessoas foram mortas ou desaparecidas; 4.682 pessoas foram cassadas, mais de 5 mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas; milhares de presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% delas não foram comunicadas aos juízes (6.256); 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juízes nos prazos legais.

A maioria das análises deste período coloca os militares como os grandes vilões do período. O desgaste que as Forças Armadas tiveram frente à população, em função deste momento, ainda está presente e ficará marcado na memória de nosso povo por muito tempo ainda. No entanto, é importante percebermos dois fatores: o primeiro é que não podemos julgar os militares e as Forças Armadas como um todo homogêneo. Afinal, segundo os dados do relatório “Brasil Nunca Mais”, 122 oficiais foram sumariamente reformados pelo primeiro Ato Institucional somente nos primeiros dois meses posteriores ao golpe. Com o AI-5 mais 241 militares foram reformados; 284 marinheiros e fuzileiros foram processados por participar das mobilizações políticas de março

de 64, mobilizações anteriores ao golpe. Muitos outros foram perseguidos e até mesmo mortos e torturados.

Houve uma hegemonia conservadora dentro do governo militar que colocou o estado brasileiro a serviço de interesses de grandes grupos econômicos.<sup>70</sup> O segundo fator, que precisa ser considerado, é que a repressão teve não só a participação decisiva, como o apoio econômico de grandes grupos empresariais privados. A Operação Bandeirantes (a famigerada OBAN)<sup>71</sup> constituiu-se como um grupo paramilitar de apoio ao regime e de extermínio dos envolvidos na contestação à ditadura militar. Financiada com capital privado, viabilizou as chamadas “casas da morte”, pequenos sítios que serviam como locais apropriados para interrogatórios, torturas e ocultação de cadáveres na medida em que estes locais ficavam distantes de cidades e/ou vizinhos. Os grandes beneficiários do golpe não foram apenas os militares. Estes foram determinantes e todos os envolvidos nas ilegalidades do regime ainda têm esta dívida a ser paga perante o povo brasileiro, na medida em que a anistia encaminhada, ao final do ciclo militar também foi um instrumento para garantir a impunidade dos responsáveis por muitos dos crimes cometidos. No entanto, muitas vezes esquecemos de mencionar os grupos econômicos e os setores políticos que deram sustentação e patrocinaram as atrocidades cometidas. Mesmo que não tenham participado diretamente do “serviço sujo”, em nome da memória de todos os mortos e “desaparecidos” pelo regime, não devemos esquecer a participação e

---

<sup>70</sup> Segundo Mendonça e Fontes, a política econômica adotada pelo regime favorecia a concentração de grandes capitais, potencializada pelo Estado. Como exemplo, as autoras citam a institucionalização dos preços oligopolistas, “*pois os setores dominados pelo grande capital, tendo por base empresas com ampla utilização de tecnologia, mais eficientes portanto, tornaram-se os padrões para a fixação dos preços.*” Tal política resultou “*no estrangulamento de pequenas e médias empresas, cuja estrutura de custos variava de unidade produtiva a outra, representando uma via direta de concentração de empresas e de capitais.*” SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 86-87. *Apud* MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. *Historia do Brasil recente (1964-1985)*. São Paulo: Editora Ática, 1988. p.28-29.

<sup>71</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969, em São Paulo, com o objetivo de centralizar as operações de combate às organizações revolucionárias. A iniciativa partiu do comando do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, local onde as ações da guerrilha urbana mais se multiplicaram. A OBAN tinha caráter extra-legal, uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público. Segundo Gorender, “os problemas decorrentes desta circunstância se resolveram mediante transferência de recursos de outros órgãos já existentes e do **apelo a contribuições de grandes empresas brasileiras e multinacionais.**” GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999. p. 156-157.

conivência de muitos dos políticos e empresários que hoje assumem posturas “democráticas” e “progressistas”, além de parcelas do empresariado e intelectuais que assumiram postos na estrutura do estado, constituindo-se em parte importante da tecnoburocracia estatal.<sup>72</sup>

A falta de espaços políticos para a atuação legal em que a oposição aos projetos do regime militar pudessem se expressar vai impulsionar um forte movimento de contestação ao regime, notadamente através do movimento estudantil. A situação social dos estudantes lhes permitia atuar de forma mais articulada que outros setores da sociedade. Aquilo que Bourdieu e Passeron (1968) irão definir como uma relação própria que a juventude estabelece com o tempo e o espaço permitirá que os jovens liderem movimentos de protestos que os sindicalistas não podiam encaminhar, em função de uma maior repressão; de estarem com os seus sindicatos controlados por interventores nomeados pelo governo e pela necessidade de preservar seus empregos para sustentar suas famílias.

No entanto, a prisão de mais de 700 lideranças estudantis ainda em 67 no Congresso de Ibiúna vai expô-las muito. Ao mesmo tempo, o acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva, em um primeiro momento, e logo ele irá desencadear o recrudescimento da repressão. As lutas travadas principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro foram determinantes para a criação do AI-5.

No Rio, a luta contra o fechamento do Calabouço (casa de estudante e restaurante universitário) foi um momento importante de acumulação política por parte dos estudantes. O assassinato do estudante Édson Luis<sup>73</sup>, no Calabouço, irá gerar uma grande repercussão social, não só no Rio como também em outros estados. No Rio é organizada a passeata dos 100 mil. Costa e Silva, temeroso das consequências, resolve negociar. É escolhida uma comissão de estudantes e intelectuais. Faziam parte da comissão: o psicanalista Hélio Pellegrino, o professor José Américo Pessanha; o assessor

---

<sup>72</sup> Sobre os grupos beneficiados pelo golpe, especialmente os setores empresariais, ver : DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Tal discussão está contemplada de forma mais específica no capítulo IX: “O complexo IPES-IBAD no Estado – A ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica”. p. 417-479.

<sup>73</sup> Assassinado em 28 de março de 1968 enquanto almoçava no Calabouço durante um confronto dos estudantes com as forças repressivas.

jurídico do grupo, o advogado Marcelo Alencar, o padre João Batista Ferreira e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. Marcos Medeiros era militante do PCBR (posteriormente irá concorrer à presidência da UNE) e Franklin Martins também foi militante, sendo que ficou pouco tempo e após foi militante no MR-8.

Zuenir Ventura, em seu livro intitulado “1968: o Ano que não terminou”, dá um relato sobre o desfecho da reunião entre a chamada “Comissão dos 100 mil” e Costa e Silva. Após uma reunião muito tensa, na qual os estudantes queriam a liberdade de seus colegas presos (9 estudantes), a partir de certo momento, Marcos Medeiros perde a paciência e pergunta:

- Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros ? Nunca se soube se o presidente ficou mais irritado com o tratamento indevido ou se com o tom de ultimato. O que se sabe é que o barulho da cadeira presidencial rodando, quase caindo, precedeu o ruído de duas mãos espalmadas desabando sobre a mesa. Era o marechal e não o presidente, quem, de pé, reagia:
- Eu não aceito ultimato, nem desrespeito. A dignidade da Presidência não admite ameaças. Está encerrada a reunião (VENTURA, 1988. p. 179) .

O fim desse diálogo encerra toda e qualquer possibilidade de negociação política do regime com os estudantes. A partir deste momento, o único caminho que se constitui é o do confronto direto.

Na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, opunha-se à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável. Com a cisão no PCB, irão surgir diversas organizações que, sob diferentes análises sobre as estratégias e condições de luta, irão adotar formas diferenciadas de luta armada, seja na intensidade, seja no tipo de ação a desencadear ou até mesmo no que se refere ao terreno ideal de luta (campo ou cidade). Fruto da falta de táticas e estratégica comuns, e de uma cultura sectária e/ou vanguardista, surge uma enorme pulverização dessa esquerda que busca o caminho armado (ALN; MR-8; PCBR; PCR; POC; VPR; VAL-Palmares, etc)

Com a impossibilidade da retomada do movimento de massas, começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforça essa

posição, na medida em que é entendido como uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força como espaço de dominação. Essa análise irá se mostrar equivocada em função do início de um crescimento econômico que já se apresentava no início dos anos 70. No entanto, a dinâmica de clandestinidade e o exemplo de outras lutas que foram e/ou estavam sendo travadas em outras partes do mundo (revolução cubana; guerra do Vietnã; maio de 68, etc.) não permitiram que os agrupamentos de esquerda, que tinham optado pela via armada como forma de derrubar o regime, enxergassem essa realidade.

Talvez o primeiro a alertar para este fato tenha sido Jacob Gorender, dirigente do PCBR, e que, juntamente com Apolônio de Carvalho, defendia uma posição de recuo na questão militar. Entendia que a classe média tenderia a ser cooptada em função do crescimento econômico do país e que isto isolaria qualquer tentativa de luta armada. No entanto, entre os que romperam com o PCB, nem mesmo em seu partido (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Gorender conseguiu ser ouvido. Mário Alves e parte da direção do PCBR tinham outra posição, achando que não era momento de recuar. A reunião do Comitê Central, convocada para janeiro de 1970, em que iria ser discutida essa questão não chegou a se realizar em função de um conjunto de prisões e mortes de seus dirigentes. Entre eles o assassinato de Mário Alves, o que levará o PCBR, assim como os demais grupos da época, à intensificação das ações militares.

Mais adiante, em 1973, Fernando Henrique Cardoso, que, embora tivesse sido demitido do cargo de professor da USP, não estava em situação de clandestinidade, irá reforçar a idéia do crescimento econômico como o grande obstáculo a qualquer tipo de luta política mais frontal com o regime.

Outro equívoco, muito comum nas análises sobre o regime militar, é a sua classificação como um regime fascista. Se é verdade que muitas vezes os métodos de perseguição política não se diferenciavam de regimes fascistas, existe uma profunda diferenciação em relação a eles. Adotar indiscriminadamente denominações deste tipo (fascismo, populismo, etc) sem precisar seu conteúdo, pode levar a generalizações que não conseguem definir com precisão os conceitos utilizados.

Juan Linz constrói uma definição de regimes autoritários, os quais se diferenciam tanto dos regimes democráticos (por obviedade), como também dos regimes totalitários (distinção nem sempre feita). Os regimes fascistas, para ele, estão dentro da definição de totalitários, e os autoritários seriam definidos como

...Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade, bem previsíveis (LINZ, 1979, p.121).

Essa definição é importante para percebermos a diferença de regimes tipo o militar brasileiro com o fascismo. Enquanto os fascismos buscam uma mobilização ativa do povo, a partir de uma ideologia bem definida, buscam a totalidade do social, o nosso caso caracterizou-se, ao contrário, pela busca de um baixo nível de mobilização política. Existia claramente um incentivo à vida privada, que deixava à burocracia do Estado a responsabilidade pela política. Toda ideologia era vista como um mal, como algo “*exótico*”, “*estranho aos interesses do país*”. Além disso, manteve-se (mesmo que limitado), um certo pluralismo político. Manteve-se um sistema partidário (embora bipartidário) e processos eleitorais, além de institutos como hábeas corpus (embora nem sempre respeitado).

Essas duas análises, a de que era um regime fascista, e a de que o uso da força era fruto de uma baixa hegemonia política e ideológica na sociedade foram muito difundidas, principalmente no “período quente” do regime, em que a própria convulsão política e a falta de informações impedia que análises mais elaboradas fossem feitas.

Posteriormente, outros estudos surgirão tentando compreender o significado histórico deste período. Dentre eles, faremos um breve comentário sobre os principais entendimentos sobre o período militar instituído no Brasil.

Angelina Cheibub Figueiredo (1993) talvez tenha sido quem primeiro se preocupou em sistematizar as diversas definições sobre este período. Classifica em dois conjuntos básicos de explicações: as estruturais e as intencionais.

Quanto às explicações estruturais, também as subdivide entre as que enfatizam os fatores econômicos e as que percebem os fatores políticos e institucionais como centrais. Nos dois casos, entende que são explicações que ao fim levam a uma visão de inevitabilidade do surgimento de um regime autoritário, sem margem de escolhas que possam ser relevantes no resultado final.

Na primeira corrente, situa Guilherme O'Donnel e Fernando Henrique Cardoso. O'Donnel busca estabelecer conexões entre estágios de industrialização e regimes autoritários. Não chega a assumir uma posição determinista, mas fala em uma "afinidade eletiva" entre industrialização e autoritarismo. Para ele, na medida em que se aprofunda o processo de substituição de importações e o processo de industrialização acentua-se, surge a necessidade de formas autoritárias para regular os conflitos e para viabilizar o crescimento econômico.

Já Fernando Henrique Cardoso, segundo Argelina, possuía uma visão bem mais determinista.

Afirma que o processo de acumulação exige o desmantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares. O autoritarismo decorrente foi, portanto, inevitável por que se tornava necessário reestruturar os mecanismos de acumulação em um nível mais elevado, que se ajustasse melhor aos avanços já obtidos no desenvolvimento das forças produtivas (FIGUEIREDO, 1993. p. 23).

No entanto, no rodapé de seu texto, na página 24, Argelina lembra que o próprio Fernando Henrique Cardoso posteriormente irá modificar sua visão sobre esta idéia de inevitabilidade da ditadura militar como forma de preparar as condições para o desenvolvimento do capitalismo atual.

Outro autor, que irá analisar e criticar o determinismo de algumas visões econômicas, é José Serra. Irá fazer uma crítica a três tipos de teses consideradas por ele como equivocadas.

Examinarei, de um ponto de vista crítico, três hipóteses que versam sobre as relações entre desenvolvimento econômico e regime burocrático-militar. A primeira delas na tentativa de explicar a existência do regime, enfatiza a necessidade inarredável da superexploração dos trabalhadores. A segunda estabelece uma 'afinidade eletiva' entre, por um lado, o autoritarismo e,

por outro, a percepção, necessidade objetiva e realização de um programa de aprofundamento (profundización) do capitalismo nas economias mais diversificadas da América Latina. A terceira apresenta o 'moderno' autoritarismo como uma espécie de encarnação da racionalidade econômica, necessária para o desenvolvimento do capitalismo na região (SERRA, p. 103).

No primeiro dos três casos citados por Serra, ele se refere à Teoria da Superexploração de Rui Mauro Marini, embora também se refira à Gundher Frank. No segundo caso, o "aprofundamento da industrialização" é creditado à Guilherm O'Donnell e Serra afirma que esta elaboração parte das elaborações da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) no começo dos anos 60 que analisa a substituição de importações. No terceiro caso, em que ele percebe uma relação de causalidade entre regime burocrático-militar e crescimento econômico, Serra lembra que este tipo de argumento foi utilizado não somente pelos ideólogos do regime (Simonsen, Campos), como também por aqueles que não contentes com o regime, reconheceram virtudes nele, notadamente alguns brasilianistas (Horowitz; Trimberger; Roett e, inclusive, Thomas Skidmore).

Como o objetivo, neste momento, não é realizar uma reflexão sobre os resultados econômicos de 64, mas apenas identificar algumas das concepções que buscaram explicar este período, não iremos nos preocupar em situar as diferentes críticas a estas concepções. Basta neste momento a concepção mais geral, que aponta os limites daquelas concepções que ficaram restritas apenas às questões estruturais econômicas e que, de uma forma maior ou menor, reproduziram algum tipo de "inevitabilidade" do golpe a partir do fenômeno econômico.

No que se refere a um tipo de explicação estrutural, mas que tem no fator político seu elemento central e determinante para as condições do golpe, Argelina Figueiredo cita como exemplo a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, em que, segundo ele, a paralisia de decisões, decorrente de quatro fatores diferenciados, é o elemento central da explicação do golpe. Esta paralisia seria fruto, basicamente, da inconstância das coalizões que se formaram no Congresso (não percamos de vista a adoção do sistema parlamentarista); a instabilidade governamental, fruto, entre outros fatores, de uma grande rotatividade nos principais cargos governamentais, a radicalização

ideológica (radicalização que não se dava apenas no terreno nacional) e, enfim, a fragmentação de recursos de poder. Dentre essas variáveis, Santos destaca a radicalização ideológica e a consequente suspeita (de ambas as partes) por parte dos atores envolvidos, como o principal fator que levou à uma diminuição da capacidade de negociação e ao aumento da intransigência no campo político.

Santos mantém a noção de inevitabilidade. De acordo com ele, o impasse que resultou no golpe de 64 'foi a consequência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema tivesse um desempenho adequado e impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de – paralisia decisória (FIGUEIREDO, 1993. p. 26).

Um outro modelo de explicação a que Argelina também se refere é o que ela denominou de explicações intencionais ou “orientadas para o ator”. Utiliza-se de dois exemplos de análises que, a seu ver, são insuficientes. Refere-se aos estudos de René Armand Dreifuss e Alfred Stepan.

René Dreifuss (1993, Apud Figueiredo) possui um estudo bastante apurado que tenta comprovar as ligações econômicas que deram sustentação a uma conspiração internacional de direita contra Goulart. Constrói a idéia de uma “elite orgânica” que se articulava principalmente em torno do IPES ( Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Seus dois principais livros, que sustentam esta tese são: “1964: A Conquista do Estado” (mais de 800 páginas) e “A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986”. Embora em nenhum momento Argelina negue a participação do capital externo na sustentação do golpe de Goulart, avalia que essa é uma interpretação limitada, na medida em que a existência de uma conspiração em si não é suficiente para o seu sucesso. Seria necessário um conjunto de outras condições para que toda e qualquer tentativa de conspiração possa ter viabilidade histórica.

Quanto a Stepan (ibidem), seus estudos levam à conclusão de que, de certa forma, o que leva ao golpe é a própria qualidade da liderança de Goulart. Em outras palavras, as ações de Jango, principalmente seus últimos atos, o levam a um isolamento crescente. Argelina critica essa perspectiva na medida em que Stepan analisa basicamente o final do governo Goulart e não o

conjunto de suas ações. Além disso, ao centrar sua análise na figura de Jango, não leva em conta – ou não dá a devida dimensão – ao importante papel que os demais atores desempenharam.

Argelina Figueiredo, partindo do princípio de que o resultado final do papel dos atores não pode ser reduzido à sua psicologia individual, propõe um estudo na sua conduta estratégica a partir de estruturas históricas concretas. Propõe um modelo de análise baseado em Przeworski (ibidem), que

concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas (1986, p. 47).

Assim, as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida para a análise. A interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis. Os constrangimentos estruturais constituem o primeiro dispositivo de filtragem 'que estreitam o repertório de cursos de ação abstratamente possíveis e reduz a um subconjunto infinitamente menor de ações exequíveis (FIGUEIREDO, 1993. p. 29-30).

A autora busca se diferenciar de Stepan na medida em que leva em consideração o que denomina de “constrangimentos estruturais” como limitadores das escolhas por parte dos agentes envolvidos. Da mesma forma, analisa as opções assumidas não só por Jango, mas pelo conjunto dos atores envolvidos. No entanto, muito parecido com a análise de Stepan, considera como relevantes as escolhas feitas pelos agentes envolvidos para o resultado final do jogo político. Trabalha com a idéia de que estratégias diferentes levará a resultados diferentes. Sua análise baseia-se na idéia de que as escolhas feitas em diferentes momentos de 61 a 64 foram determinantes no sentido de diminuir as possibilidades de avanço nas reformas políticas e no sentido de diminuição da base política de sustentação de Jango. Parte do princípio de que houve dois grandes momentos em que as reformas poderiam ter ocorrido. Em um primeiro momento, durante o período parlamentarista, e em um segundo momento, já no presidencialismo, com o Plano Trienal e com um projeto de emenda constitucional, apresentado pelo governo e que permitiria a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. No entanto, essas duas tentativas falharam, o que

estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter o iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democrática. (Ibidem, p. 30-31).

Francisco de Oliveira entende que o golpe de 64 foi um rearranjo de classes e setores de classes que disputavam o governo. No entanto, embora reconhecendo a importância do fenômeno econômico, não se reduz a ele. Tampouco trabalha com o que ele denomina de “cesta repleta de alternativas”.

Embora a economia tenha um alto grau de sobredeterminação, pois se trata de estruturas capitalistas de acumulação de capital, elas não são imunes à vontade e à capacidade dos homens e dos atores sociais; isso seria uma falsificação do que é forte na economia política.

Apesar disso, é preciso enfatizar que, no pós-64, cada ator, cada classe social, cada representação, cada organização política tomou posições e fez opções, inclusive depois da democratização (OLIVEIRA, 1997, p. 28).

De forma genérica, talvez exista um consenso mínimo que o período militar foi fruto de uma articulação a partir da aliança de interesses de setores da burguesia nacional, (UDN), com o capital externo. Buscava um desenvolvimento a partir do que podemos denominar de “desenvolvimento dependente”, ou seja, a busca de uma articulação com o capital norte-americano, que se propunha a repassar tecnologia e emprestar capital para nosso país. Essa aliança contou com a participação efetiva de parte considerável da alta oficialidade de nossas forças armadas, bem como parcelas do empresariado e da intelectualidade. Afora estes elementos consensuais, as demais análises preocupam-se em precisar os elementos constitutivos desse processo. Particularmente, entendemos que muitas das abordagens vistas acima não são contraditórias e este texto, por sua vez, não procura dar respostas definitivas, mas apenas apresentar um quadro de diferentes explicações sobre o período.

De fato, as diferentes abordagens e análises sobre o golpe de 64 são importantes no sentido de precisar melhor os fatores que levaram ao fracasso da democracia no Brasil e ao surgimento de um estado ditatorial que tantas consequências trouxe a nossa sociedade. Acreditamos que muitas destas abordagens não são contraditórias e, em alguns casos, inclusive se complementam. Desde que abandonados os “determinismos”, que necessariamente leva à exclusão de outras possibilidades de explicação, o entendimento sobre esse período, necessariamente, tem que levar em conta diversos fatores. Crise e instabilidade política, atuação forte de governos e empresas transnacionais na defesa de seus interesses econômicos; necessidade de modificação do modelo de desenvolvimento econômico para o grande capital; interesses internos de se vincular ao capital internacional, papel estratégico dos agentes envolvidos, entre outros fatores.

No entanto, o entendimento do que se passou nesse período não deve ficar restrito a um debate acadêmico. É necessário que entendamos esse processo para que a história não se repita. Da mesma forma, é necessário o resgate desse período para que a sociedade consiga avançar em pontos ainda não consolidados para a democracia, como a deformação da representação política; o aumento de poderes do Senado Federal; a centralização de poderes nos executivos; a lentidão no sistema jurídico e, inclusive, o questionamento das condições em que foi feita parte da dívida externa brasileira e suas consequências atuais. Esses problemas pertencem ao legado que o período militar deixou ao país. Como não é objetivo do presente trabalho, não nos preocuparemos em analisar de forma mais detida estas questões, apenas queremos de passagem lembrar que nosso país ainda não conseguiu se livrar de elementos autoritários que foram criados durante o período militar e que limitam nosso processo democrático.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Para uma maior discussão sobre a transição inconclusa, ver SALLUM JR., Brasília. *Transição Política e Crise de Estado*. In Revista Lua Nova, nº 32. CEDEC, 1994. Para ele, *No caso brasileiro, a transição política não se inicia nem conclui-se nos anos 80. Começa em 1973, quando a cúpula do regime militar que dominava o país desde o golpe de 1964 escolhe o Gen. Ernesto Geisel para ocupar a Presidência da República. E não se encerra nos anos 80, pois mesmo depois da eleição direta do presidente da República, em 1989, ele não governa sob uma ordem institucional expressiva de um pacto político estável* p. 133.

### 3.2. Da Ditadura ao processo de Redemocratização

A transição da ditadura para a democracia no Brasil aconteceu durante um período bastante longo, apresentando tanto as características gerais presentes em outras experiências de transição, quanto algumas características próprias, que por sua vez definirão o ritmo e qualidade das medidas que irão sendo tomadas pelo regime.

Ao falarmos em transição, recorreremos a O'Donnell para conceituar melhor o termo. Para ele, a transição

Consiste no intervalo entre um regime e outro (...) Se delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, de outro pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário. É característico de uma transição o fato de, durante o tempo do seu transcurso as regras do jogo político não se verem definidas. Estas regras encontram-se não apenas em permanente mudança como também sujeitas a árdua contestação (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22).

Dentre as características gerais identificadas no estudo Transições do Regime Autoritário, do qual resultou um conjunto de publicações organizadas por O'Donnell e outros, as principais são:

- 1) a não existência de regimes autoritários monolíticos bem como a não existência de consensos dentre as forças que lutam pela volta à democracia (Lowenthal);
- 2) embora existam fatores de ordem internacional, os principais condicionantes e agentes são internos;
- 3) as transições saem de determinado ponto para algo incerto (“uma outra coisa de natureza incerta”);
- 4) a existência de uma grande quantidade de incertezas decorrentes de imprevisibilidades e de decisões tomadas que não são previamente conhecidas ou até mesmo previstas;
- 5) a existência de “duros” e “brandos” que disputam o controle do processo político,

6) o temor que no processo possa ocorrer algum retrocesso e um novo golpe (O'Donnel, p. 13-17-18-19-20-36-47).

Dentre as características específicas da ditadura brasileira, uma, em especial, chama a atenção: O Brasil é um dos raros países, se não o único, que, após o golpe de 64, procurou manter alguns mecanismos da democracia representativa. Segundo O'Donnel:

Nesse aspecto, o Brasil constitui uma interessante exceção. Ao contrário do que ocorreu no caso da Argentina, Chile, Peru, Grécia e em todos os outros casos recentes em outros países, o Brasil não presenciou qualquer tentativa séria de criação de instituições autoritárias diferentes. Em vez disso, os generais que dirigiram o país desde 1964 tiveram o bom senso de governar recorrendo amplamente à distorção e não à destruição das instituições básicas da democracia política (Ibidem, p. 46)

Maria D'Alva Gil Kinzo, em seu livro *Oposição e Autoritarismo*, busca construir uma explicação para tal situação. Para ela,

Uma das explicações pode residir na necessidade de preservar a imagem brasileira internacionalmente: num país da periferia do mundo capitalista liberal, a implantação de uma ditadura declarada após a deposição de um governo constitucional não seria facilmente aceitável pela opinião pública internacional, especialmente quando se toma a defesa da democracia com causa principal da intervenção, como foi o caso do Movimento de 64 (...) Além disso, os fortes laços do Brasil com os Estados Unidos e a participação (indireta) norte-americana no golpe de 1964 fortaleceram a idéia de que o caso brasileiro não podia ser confundido com as muitas ditaduras de republiquetas latino-americanas (KINZO, 1988, p. 17).

Outra explicação, ainda segundo Kinzo, poderia ser a necessidade de abrir espaços para os civis que os apoiaram, conforme ela aponta:

Se entre os civis que apoiaram o movimento de 1964 não havia intenção alguma de passar o controle total do governo para as mãos dos militares, também não seria fácil para os militares optarem pela marginalização completa daqueles civis que tão ativamente haviam participado do golpe: especialmente aqueles – como os udenistas – que haviam desenvolvido fortes vínculos com os setores militares e eram capazes de minar a unidade da instituição militar (KINZO, 1988, p. 18).

No caso brasileiro, podemos considerar o governo Geisel como o início do processo de transição, em que pese todos os recuos e contradições vividas no período, características próprias desses contextos incertos. Segundo Weffort,

nem mesmo os setores mais radicais da esquerda deixariam de reconhecer um fato: foi precisamente no governo Geisel que teve início o processo de transição em que nos encontramos (WEFFORT, 1984, p. 55).

No entanto, Weffort faz uma consideração importante, que se diferencia de algumas análises mais recentes que buscam construir a imagem de Geisel como alguém preocupado com as questões democráticas. Quando Élio Gáspari lançou seu livro *A Ditadura Derrotada*, não faltou analista e comentarista estranhando o fato de Geisel ter reconhecido que sabia da tortura existente no regime e até mesmo justificando-a. Afinal, o fato dele ter afastado o General Ednardo por ocasião das mortes de Herzog e Manoel Fiel Filho<sup>75</sup> ajudou a criar a versão de que ele nunca teria tido envolvimento com o processo de repressão e mais especialmente com a tortura no país.

Para Weffort (p. 68), lembrando Madison, duas condições eram fundamentais para a consolidação da democracia, condições que não necessariamente tinham de ser preocupações dos mesmos agentes. Por um lado havia a necessidade de um governo capaz de governar, e a segunda é a existência de uma sociedade com mecanismos de controle sobre o governo. Como veremos adiante, Geisel estava preocupado em criar a primeira condição.

Dentro do quadro de intensa repressão e falta de controle do aparato repressivo por parte do governo, notadamente da chamada “linha dura” (vide caso Para Sar<sup>76</sup> e assassinatos de Herzog e Manoel Filho), Weffort afirma que:

---

<sup>75</sup> O jornalista Vladimir Herzog foi assassinado em outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Meses depois, em janeiro de 1976, no mesmo local, o operário Manoel Fiel Filho foi morto sob torturas. Ambos os casos tiveram grande repercussão pública, levando o presidente Geisel e demitindo o General Ednardo D’Avila Mello do comando do II Exército. Ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999. p. 233.

<sup>76</sup> Consistia, segundo o capitão-do-ar reformado Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, morto em 1994, em um plano terrorista elaborado por Burnier, que consistiria em explodir o gasômetro do Rio na hora do rush e no sequestro e assassinato de 40 políticos, entre eles o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda. A culpa das mortes seria colocada nos guerrilheiros de esquerda e serviria para justificar ações mais violentas do regime militar

Para Geisel (...) trata-se de restabelecer a disciplina militar, a começar pelo princípio da soberania do poder presidencial sobre as Forças Armadas (...) Fiquem claras as diferenças. Para Geisel, tratava-se de criar as condições em que o governo fosse capaz de governar. Para as oposições, inspiradas em uma direção eminentemente liberal, tratava-se de criar as condições que viessem permitir à sociedade controlar o governo (WEFFORT, 1984, p. 72-73).

Portanto, diferente de outras análises que buscaram consolidar uma imagem de preocupação com a democracia, a idéia que Weffort possui de Geisel é distinta, ainda que considere que em seu governo houve avanços em relação ao período Médici. Mas para ele, fundamentalmente o papel de Geisel foi o de restabelecer a disciplina dentro da estrutura do exército, o que criaria condições de governabilidade. Para ele:

Se o general Geisel – em que pese o autoritarismo extraordinário do seu governo – prestou algum serviço à democracia, foi o de restabelecer a disciplina nas Forças Armadas, preparando as condições para que viesse a existir no país um governo com capacidade para governar (WEFFORT, 1984, p. 68).

Outras questões ainda precisam ser abordadas: os fatores que pressionaram pela redemocratização; o longo período em que se processou a chamada transição e a hegemonia conservadora em seu interior.

Quanto aos fatores que levaram à redemocratização, podemos observar elementos externos e internos ao país. Também, de forma dialética, houve um imbricamento de ações externas ao regime, vinculadas ao campo da sociedade civil, que não pediu licença e aos poucos foi tomando iniciativas que “alargavam” os estreitos limites permitidos; e de ações “de cima”, a partir da construção de um pacto entre elites buscando diminuir o grau de repressão.

Quanto aos fatores externos sobressai-se a crise que o país começa a atravessar a partir da crise de 1973 onde os países árabes impuseram um embargo aos Estados Unidos e à Europa, e que elevou internacionalmente o preço do petróleo. O Brasil, que projetou seus empréstimos internacionais em uma estratégia de ampliar a capacidade de produção e distribuição

(principalmente bens primários) a partir de uma malha de rodovias federais,<sup>77</sup> irá sentir fortemente as conseqüências deste novo contexto onde o petróleo passa a custar quase quatro vezes o valor anterior.

O quadro econômico que o país passou a enfrentar demonstra cabalmente o início da crise. Em 1973, ainda fruto do “milagre econômico”, o crescimento do PIB tinha sido altíssimo, 14%. Em 1974 baixou para 9,8% e em 1975 já estava em 5,6%. O déficit da balança de pagamentos, que em 1973 era de 1,7 bilhão, passou para 7,1 bilhões no ano seguinte. Por fim, a dívida externa cresceu de 6,2 bilhões de dólares para 11,9 bilhões em 1974 até atingir 56,3 bilhões em 1981 (Kinzo, 1988, p.153).<sup>78</sup>

Outro fator externo que se fará sentir mais adiante, é a pressão norte-americana pela preservação dos Direitos Humanos no Brasil, originada no governo Jimmy Carter, especialmente a partir de 1977. Claro que os interesses norte-americanos não estavam precisamente centrados nos direitos humanos, até mesmo porque a Argentina, Uruguai e Chile não passaram por esta mesma pressão. A defesa dos direitos humanos era um instrumento que buscava interferir em questões econômicas e estratégicas, como o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha<sup>79</sup>. No entanto, não obstante a posição firme de Geisel no sentido de não aceitar a intromissão externa no que se referia aos direitos humanos no Brasil, não podemos desconsiderar enquanto fator que pressionava, senão diretamente ao governo, ao menos a membros do governo e parlamentares. A pressão norte-americana foi reconhecida pelo próprio Geisel. De acordo com ele,

Com a história dos direitos humanos, surgiram pelo mundo afora organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional, que começaram a querer influir nesses problemas. O Senado americano resolveu então estabelecer que todo auxílio que o governo americano prestasse na área militar dependeria de uma prévia apreciação da situação dos direitos humanos no país interessado. O Senado americano passava a ser juiz para decidir se o Brasil podia ou não receber os recursos previstos no Acordo Militar. Era uma intromissão dos Estados Unidos na nossa vida interna, à margem das

---

<sup>77</sup> Em detrimento das ferrovias que foram desativadas e do transporte por hidrovias.

<sup>78</sup> Maiores informações sobre a questão econômica do período pode ser visto em MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Cap. 3: Estado e Economia no pós-64 (p. 83 – 111).

<sup>79</sup> O acordo nuclear Brasil-Alemanha foi assinado em 1975, e previa a construção de oito reatores nucleares.

cláusulas do acordo (D'ARAUJO e CASTRO, 1997 p. 349-350).

Geisel, diferentemente de Médici e de outros elementos da linha dura, tinha uma maior percepção do clima político que se vivia. A presença em seu governo de Golbery do Couto e Silva, estrategista da chamada “abertura lenta, gradual e segura”, que também tinha convicção da impossibilidade da manutenção indefinida do regime nas condições em que estava, foi determinante para que fosse iniciada uma engenharia política visando a transição<sup>80</sup>. Nesse contexto se intensificam as conversas (secretas) entre o regime e a Igreja Católica, tendo Cândido Mendes como um importante interlocutor e articulador desse processo<sup>81</sup>. A manutenção das eleições parlamentares de 1974 e o “afrouxamento” da censura à imprensa foram a sinalização de que não haveria nenhum retrocesso (ao menos no plano imediato). A “percepção” de Geisel a qual nos referimos, não era apenas uma questão de *feeling*, mas fundamentalmente decorria de dados da realidade. Dados esses provenientes não só dos números referentes à economia do país, mas do próprio resultado das urnas nas eleições legislativas de 1974. Mesmo o governo contando com toda a máquina pública a seu favor e um controle sobre as ações da oposição, o MDB elegeu 16 senadores, das 22 vagas em disputa e praticamente dobrou o número de deputados federais (saiu de 87 para 160 cadeiras).

Portanto, se houve iniciativas no sentido da liberalização, é porque estava havendo também uma sinalização por parte de setores da sociedade de que algo precisava mudar. Mas na visão do regime, para que a transição pudesse ocorrer sem “traumas”, era necessário que o processo fosse conduzido pelo governo e no ritmo que este considerasse adequado. Porém, o resultado das eleições de 74 colocava um grande risco para as eleições de 78: a possibilidade de a oposição conseguir a maioria dos votos no Colégio Eleitoral. O quadro que se apresentava, basicamente entre os anos de

---

<sup>80</sup> É importante salientarmos que tanto Geisel como Golbery não tinham uma visão estrita de dentro dos quartéis. Enquanto o primeiro tinha sido presidente da Petrobrás, maior empresa estatal do país, o segundo tinha aberto mão de sua condição de general assumir a presidência da Dow Chemical no Brasil, grande indústria multinacional (e posteriormente a presidência para a América do Sul). Portanto, a visão de ambos também era fruto de uma percepção do mundo empresarial.

<sup>81</sup> Ver Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura, de Kenneth P. Serbin, onde relata o processo de constituição e desenrolar da Comissão Bipartite, criada em novembro de 1970, no Rio de Janeiro.

1976/77, era bastante complexo. Por um lado a pressão da linha dura<sup>82</sup> do regime tentando barrar iniciativas de transição, buscando utilizar-se inclusive da violência para isto. De outro a proliferação de jornais alternativos, que começavam a ser vendidos em bancas de jornais<sup>83</sup>; o ressurgimento de greves operárias<sup>84</sup>; pronunciamentos contundentes por parte de representantes da sociedade civil (notadamente a OAB, ABI e CNBB); bem como a luta pela anistia, luta contra a carestia, a organização das mulheres em grupos feministas etc. Nesse contexto se dá a retomada da organização dos estudantes, principalmente através de encontros nacionais de cursos<sup>85</sup>. Nesse contexto o governo Geisel ainda tinha de enfrentar a perspectiva sombria que se desenhava com as eleições de 1978.

Preocupados com a possibilidade de perda do controle sobre a transição, o governo Geisel optou por tomar uma medida que significou um retrocesso político, mas, ao mesmo tempo garantiu a maioria da Arena nas eleições de 78. Encaminhou ao Congresso Nacional um conjunto de medidas que, não aprovadas, levaram Geisel a fechar o Congresso Nacional e por medida presidencial impô-las. Esse fato, acontecido em abril de 1977, ficou conhecido como “Pacote de Abril”<sup>86</sup>. Criadas as novas regras, restava agora ao governo estabelecer um “calendário” a ser efetivado. Dessa forma nós teremos um conjunto de iniciativas/pressões que permitirão algumas transformações, embora com um conjunto de “poréns”: a manutenção das eleições parlamentares de 1978<sup>87</sup>; a Anistia<sup>88</sup>; Reforma Partidária que permitiu o

---

<sup>82</sup> A historiografia denominou de “linha dura” os setores mais conservadores e anticomunistas do regime, contrários a qualquer tipo de liberalização. O governo Médici ficou caracterizado como um governo controlado pela linha dura das Forças Armadas.

<sup>83</sup> Nesse período começam também os atentados terroristas por parte da extrema direita às bancas de revistas que vendiam jornais alternativos, através de bombas e incêndios na madrugada.

<sup>84</sup> Principalmente as greves do ABC Paulista. O “detonador” das greves foi a divulgação de que os índices oficiais de inflação tinham sido manipulados pelo governo.

<sup>85</sup> Em inúmeras formaturas de estudantes houve divulgação de manifestos criticando abertamente a política do governo, principalmente no que tangia à política educacional. Os discursos estudantis precisavam ser previamente aprovados pelas direções de curso e reitorias. Inúmeras vezes, após a aprovação de um texto qualquer, na hora do representante da turma se manifestar, pegava do bolso outro documento que não aquele aprovado e o lia perante todos os presentes, autoridades e imprensa, causando grandes constrangimentos aos dirigentes universitários e algumas vezes gerando divulgação na imprensa.

<sup>86</sup> Mais detalhes a respeito do pacote de abril ver no capítulo I.

<sup>87</sup> Em que pese a Lei Falcão que impedia que os candidatos falassem na televisão, apresentando apenas uma foto, nome, número e a ocupação.

<sup>88</sup> O projeto de anistia foi aprovado em dois momentos. Na primeira versão não contemplava os chamados “crimes de sangue”, sendo que posteriormente houve modificações na lei e se estendeu a

surgimento de novos partidos<sup>89</sup>; eleições diretas para governadores<sup>90</sup>; eleições diretas para prefeitos de capitais e de cidades consideradas de segurança nacional; eleição de um civil no Colégio Eleitoral; fim das leis repressivas; legalização dos PCs; Constituinte e eleição direta para presidência da República.

Esse processo, como vimos, embora também fruto de pressões da sociedade, se viabilizou a partir de um pacto entre grupos políticos: principalmente os setores mais progressistas do regime e dos moderados da oposição. Nesse caso foi uma experiência dentro dos padrões gerais das transições, como O'Donnel identificou em sua obra.

Tipicamente no começo da transição, os brandos do regime trazem os trunfos na mão em relação aos recursos da oposição, tanto mais sintam realizados os objetivos do regime. O ás com que os brandos contam, equivale à ameaça à oposição de que se esta não seguir as regras do jogo, que aqueles estabelecem – uma liberação modesta que se confine a direitos individuais e a uma restrita democratização com limitada margem de participantes e uma exígua agenda de tópicos permitidos – eles simplesmente cancelam o jogo e tornam ao autoritário *status quo ante*. Isso tende a enfraquecer e a dividir os proponentes de uma democratização (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 49).

No caso brasileiro essa articulação foi bastante nítida, como Weffor analisa

---

todos os perseguidos políticos. No seu bojo veio também a não punição a torturadores e mandantes de crimes durante a ditadura, debate que se estende até hoje visto que as leis internacionais não prevêm prescrição para crimes de tortura.

<sup>89</sup> Com a manipulação do Tribunal Superior Eleitoral que tirou a sigla PTB do Brizola e seus correligionários e entregou para um grupo de ex-arenistas, buscando com isso diminuir o peso político dos trabalhistas.

<sup>90</sup> A eleição de 1982 foi geral. Incluía prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. O casuísmo da ocasião foi a criação de um mecanismo legal que obrigava o eleitor a votar em todos do mesmo partido, caso contrário todos os votos seriam anulados. Na medida em que apenas os grandes partidos (PDS e PMDB) possuíam base em todo o território nacional, os pequenos partidos criados com a reforma partidária foram prejudicados. Também foi introduzida a sublegenda, ou seja, a possibilidade de cada partido lançar mais de um candidato à prefeito. Novamente os partidos mais consolidados foram os que tinham mais nomes para a disputa, sendo que normalmente os pequenos partidos tinham dificuldade para ter um único nome na disputa, quanto mais dois.

Se é verdade que a iniciativa da transição vem de cima, também é verdade que sua continuidade e seu avanço progressivo não teriam sido possíveis sem as pressões nascidas da sociedade civil e dos partidos de oposição, que, aos poucos, acabaram constituindo no país uma ampla e difusa, porém eficaz, frente democrática (WEFFORT, 1984, p. 58-59).

Esse tipo de pacto, se por um lado viabilizou uma transição “sem traumas”, por outro foi responsável pela longevidade do processo de transformações e pela hegemonia dos setores mais conservadores. Em síntese, ajudou a que houvesse uma transformação sem que a estrutura básica da economia fosse modificada. Quanto à longevidade, O’Donnell entende que

(...)o setor popular brasileiro, por várias razões históricas, é fraco em termos organizacionais e pouco ativado politicamente. Esses fatores foram fundamentais para o alto grau de controle que o regime brasileiro foi capaz de exercer sobre a transição. Esta transição durou um tempo excepcionalmente longo (não menos de dez anos) e, como veremos adiante, ainda não pode ser considerada, sob um importante aspecto, verdadeiramente completa. Além disso, o “partido do regime” obteve significativo apoio eleitoral durante o período (O’DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22).

Já no que se refere ao “pacto elitista”, Para Weffort,

O comando militar dos presidentes condiciona o perfil conservador da transição. E este reforça a hegemonia liberal no âmbito das oposições. Abre-se assim a perspectiva de um projeto, tão tradicional quanto elitista, de “conciliação nacional”, do qual o ex governador de Minas, Tancredo Neves, é o expoente máximo (WEFFORT, 1984, p. 87).

Ou, em outras palavras, ainda de acordo com Weffort,

Os comandantes militares do regime tomaram a dianteira da transição e condicionaram a entrada dos liberais. Os liberais tomaram a dianteira nas oposições e condicionaram a entrada dos setores populares, em particular do movimento operário (WEFFORT, 1984, p. 87-98).

Essa “transição por cima”, que manteve a hegemonia do processo nas mãos dos setores menos comprometidos com transformações de fundo, também foi responsável pela manutenção durante muito tempo de uma “tutela

militar” sobre a sociedade<sup>91</sup>. Essa tutela é perceptível até hoje, talvez não mais em função de pressões reais do setor militar, mas possivelmente de um certo “bloqueio psicológico” por parte de setores da esquerda que hoje ocupam espaços importantes dentro do aparelho de estado, mas não tem forças (ou não querem) abrir os arquivos da ditadura. Não só os arquivos não estão sendo disponibilizados, como de parte da sociedade (inclusive dos setores atingidos pela ditadura, bem como da academia), começam a surgir argumentos que buscam colocar na mesma condição os perseguidos de ontem e os seus perseguidores. Um desses argumentos é a de que houve violência dos dois lados. Weffort, que em nenhuma hipótese pode ser considerado ligado aos setores mais de esquerda neste debate, defende que:

Há violências e violências. Digamos que, no Brasil, a violência da direita tomou, desde 1968, proporções industriais, enquanto a da esquerda não passou de níveis artesanais. É que a primeira foi produzida a partir dos aparelhos do Estado, enquanto a segunda dependia de pequenos agrupamentos políticos, com capacidade de fogo apenas rudimentar (WEFFORT, 1984, p. 64-65).

Outro argumento, utilizado pelo jornal Folha de São Paulo, é o conceito de “ditabranda”, tentando minimizar os efeitos da repressão no Brasil ao comparar números de assassinatos e desaparecidos com outros países do Cone Sul. Ainda ficando com o que nos diz Weffort:

Para o meu argumento, é desnecessário registrar quantos foram os presos, os torturados e os mortos. Foram, por certo, em número muito menor que na Espanha ou na Argentina. Em todo caso, foram em número suficiente para que o “terror de Estado” cumprisse o seu desígnio. Foram em número suficiente para que todos pudessem perceber que os perseguidos não eram exceções à regra. Antes pelo contrário, era a regra (WEFFORT, 1984, p. 94).

---

<sup>91</sup> Para uma discussão sobre a transição, ver: MACIEL, David. *A Argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República* (1974-. 1985). São Paulo: Xamã, 2004. Segundo Maciel, o processo de transição iniciado em 1974 originou-se de um projeto de distensão política gestado e encaminhado em grande medida pelo governo militar. Segundo o autor, “*o fato de que o governo militar conseguiu dirigir o processo de transição durante a maior parte do tempo e de que, em certa medida, definiu seu ritmo e amplitude, confere-lhe características decisivas, de grande envergadura, até mesmo para a institucionalidade democrática instalada posteriormente.*” p. 27.

Essa pequena avaliação sobre a transição não pretende nem de longe esgotar o tema, mas tão somente situar o contexto em que buscamos analisar o Movimento Estudantil. Este, ao reassumir suas lutas a partir de 76/77 se insere em um contexto muito instável, sem uma perspectiva clara de por onde passaria a transição (e se é que ela viria); bem como também não tinham clareza sobre quais atitudes seriam tomadas por parte do regime.

Para que possamos entender as condições em que o Movimento Estudantil operou politicamente, é preciso compreender a dinâmica do processo de transição, fator determinante para o entendimento de algumas questões, como as próprias posições políticas adotadas pelos agrupamentos. Adotar uma postura mais “radical” ou mais “moderada” não tinha a ver com coragem ou vontade, mas com avaliações da correlação de forças e das possíveis ações por parte do regime. As próprias políticas de alianças, mesmo para os que discordassem das mesmas, devem ser vistas como estratégias adotadas buscando melhores condições de acúmulo político. Claro que isso não elimina possíveis posturas oportunistas ou capitulacionistas que possam ter havido. O que pode servir como parâmetro para estas constatações é um estudo posterior de quem ganhou e quem perdeu com as respectivas “jogadas”. O fato de uma determinada organização política ter acumulado politicamente não significa que o conjunto do movimento tenha acumulado. E quando o particularismo passa a ser a medida adotada em detrimento do conjunto do movimento, possivelmente haja algo errado, seja cálculo mal feito, seja interesses menores subjugando interesses maiores.

Cada movimento novo normalmente era acompanhado de um alto grau de incerteza sobre a eficácia da ação e ou sobre a reação que viria. A construção dos DCEs Livres, das UEEs e da UNE, bem como as mobilizações situavam-se dentro dessa zona de incertezas. A própria construção das tendências com suas dinâmicas semi clandestinas era fruto desse processo de instabilidade política. Para Paulo Cezar da Rosa<sup>92</sup>,

---

<sup>92</sup> Paulo Cezar da Rosa (Soneca) foi um importante militante do ME no período. Além da comissão que organizou o Congresso de Refundação da UNE e da UEE/Livre, concorreu em uma das chapas (Novação) para a direção da UNE e fez parte da segunda direção da UEE como Secretário de Ensino, além de ter sido diretor do DCE da UFRGS. Foi vereador em Canoas e hoje é jornalista e publicitário. Colunista da revista Carta Capital e diretor da Veraz Comunicação e da Red Marketing. Publicou o livro *O Marketing e a Comunicação da Esquerda*.

As tendências foram muito importantes. Vivíamos um período de incerteza em variados sentidos. Não havia clareza sobre os rumos do Regime Militar, se haveria um endurecimento ainda maior ou uma liberalização (como acabou ocorrendo). Não se sabia se os métodos de luta (os anos 60 e a maior parte dos anos 70 foram de luta armada) democráticos teriam alguma eficácia. Num ambiente de total obscurantismo político, as tendências eram espaços de reflexão e organização da luta (Entrevista por email realizada em janeiro de 2011 - Paulo Cezar da Rosa).

Na medida em que o movimento vai se fortificando e ampliando sua capacidade de mobilização, também vão se constituindo por parte das elites políticas a busca de uma solução consensuada por parte do sistema político. O movimento estudantil não fica imune a esse processo. Também no seu interior em diversos momentos surgem inflamados debates sobre táticas a adotar, como veremos nas discussões se a UNE deveria ou não apoiar algum partido político; sobre a necessidade de se construir um partido de cunho operário ou se o M.E. deveria defender a unidade das oposições; nas formas de luta para impedir a tentativa do regime em enquadrar o presidente da UNE Javier Alfaya na Lei de Segurança Nacional ou então se a UNE deveria defender a ida ao Colégio Eleitoral ou o boicote ao mesmo. Se deveria propor uma nova constituição ainda dentro dos marcos do regime (Constituinte com João) ou se deveria ser precedida da derrubada da ditadura (Constituinte sem João); se deveria apoiar a Nova República ou denunciar como um pacto das elites. Enfim, o M.E., ao mesmo tempo que foi um dos instrumentos de mobilização da sociedade por transformações, também foi influenciado pelo debate e pelas ações dos demais sujeitos do processo.

## CAPÍTULO IV

### A RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS

#### 4.1. Os Estudantes voltam às Ruas

Embora na primeira metade da década de 70 tivesse surgido algumas manifestações de massas, principalmente em São Paulo (plebiscito contra o ensino pago em 1972; a missa em repúdio ao assassinato de Alexandre Vannuchi, em 1973; o Comitê em Defesa dos Presos Políticos em 1974; a greve da ECA e a greve geral e missa de repúdio ao assassinato de Vladimir Herzog em 1975), na Bahia (luta contra o ciclo básico em 1972 e a greve geral vitoriosa contra o jubileamento em 1975), além de inúmeras outras manifestações encaminhadas pelos estudantes em diferentes locais do país, que embora fossem importantes, foram isoladas e não conseguiram impor uma derrota política à ditadura.

Em 1976 este quadro começa a dar sinais de transformação. Surge o primeiro DCE-livre do Brasil pós 68<sup>93</sup>, o DCE-livre Alexandre Vannuchi Leme, da Universidade de São Paulo. Neste mesmo ano é reconstruído o DCE da Bahia, com eleições livres e diretas e são realizados o I<sup>o</sup> e II<sup>o</sup> Encontro Nacional dos Estudantes. Embora limitados àqueles estudantes mais avançados e que se encontravam nas entidades mais combativas, representaram um grande avanço para o movimento estudantil na medida em que foi o espaço legal encontrado para a reorganização dos estudantes a nível

---

<sup>93</sup> A legislação previa que as eleições de DCEs deveriam ser realizadas de forma indireta, através dos votos de presidentes de Diretórios Acadêmicos, e não através de eleições diretas. Em alguns locais nem isto havia. A própria reitoria nomeava os DCEs e DAs. A forma que algumas universidades criaram de burlar a lei restritiva era a realização de eleições diretas que posteriormente seriam referendadas pelos representantes de Diretórios Acadêmicos (DAs).

nacional. O IIº E.N.E. deliberou pela campanha do voto nulo nas eleições parlamentares de 76 e pela realização de um plebiscito onde 96% dos universitários responderam NÃO à pergunta – “Você considera estas eleições de 15 de novembro livres?”.

O primeiro semestre de 1977 iniciou com um amplo processo de mobilizações políticas com alto grau de explosividade e espontaneidade. Em todos os estados do Brasil surgiam manifestações, greves e passeatas que envolviam milhares de estudantes. Estas manifestações, de conteúdo econômico (maior número de vagas, mais verbas para a educação, melhoria nos RUs, etc.), e político (pelo fim das prisões, torturas, assassinatos, pela anistia ampla geral e irrestrita, pelo fim do regime militar, etc.), por não expressarem um acúmulo de forças anteriores, pegou a vanguarda do movimento estudantil despreparada. A ausência de um órgão nacional que sustentasse e dirigisse o ascenso das lutas levou o ME ao refluxo.

O IIIº Encontro Nacional de Estudantes foi marcado inicialmente para julho em Minas Gerais, mas a repressão desencadeada a mando de Ney Braga, Ministro da Educação; Armando Falcão, Ministro da Justiça; General Antônio Bandeira, comandante da IV Divisão de Exército e de Aureliano Chaves, governador de Minas (mais tarde vice-presidente da República no governo Figueiredo e Ministro das Minas e Energias no governo Sarney, durante a chamada “Nova República”), impediu a realização do mesmo e deixou um saldo de 850 prisões, inclusive jornalistas. Como sinal de protesto pela repressão, os estudantes realizaram assembléias e greves nas principais cidades do país. O IIIº E. N. E. será então realizado clandestinamente em setembro, na PUC de São Paulo. A polícia, ao saber que o encontro tinha sido realizado, agiu com violência contra mais de mil estudantes que estavam reunidos em frente ao prédio do Teatro da Pontifícia Universidade Católica (TUCA) comemorando a sua realização. Segundo Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves,

Surgindo de todos os lados e, como sempre, comandados pessoalmente pelo secretário da Segurança, os policiais – particularmente exaltados – sequer deram tempo para uma tentativa de dissolução pacífica da manifestação. Com bombas, cassetetes, chutes, agrediram os manifestantes chegando mesmo a invadir salas onde as aulas transcorriam normalmente e as dependências ocupadas por

funcionários administrativos. Sem exceção, estudantes, professores e funcionários, num total de cerca de 3 mil, foram levados para o pátio de um estacionamento vizinho para uma triagem, cerca de 900 pessoas foram levadas em ônibus e viaturas policiais para o DOPS e para o Batalhão Tobias de Aguiar. Apesar da promessa de enquadrar 854 estudantes na Lei de Segurança Nacional, feita pelo coronel Erasmo Dias num momento de exaltação, no dia seguinte decidia-se que apenas quarenta e um universitários seriam processados. Além da depredação do prédio, os estudantes se queixavam do desaparecimento de livros, revistas, documentos, papéis timbrados, mimeógrafo e até dinheiro dos Centros Acadêmicos, segundo matéria da Folha de São Paulo de 29/09/77. De outro lado, dezenas de feridos, entre eles cinco estudantes atingidos diretamente pelas bombas e que sofreram queimaduras de até 3º grau (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979, p. 32).

Embora, a exemplo dos encontros anteriores, o IIIº E N E fosse debilitado, principalmente devido à repressão, a sua realização naquele momento foi fundamental. Sua principal deliberação foi a criação da Comissão Nacional Pró-UNE, que visava a reconstrução da entidade. No entanto, os desdobramentos deste encontro deixaram muito a desejar. A Comissão Pró-UNE não conseguiu sequer se apresentar ao conjunto dos estudantes e a única ação dirigida por ela e que alcançou seus objetivos foi o Dia Nacional de Protesto em Memória de Edson Luis, Alexandre Vannuchi e demais vítimas da repressão, no dia 20 de março de 1978. Esta foi a primeira manifestação planejada e organizada a nível nacional, pois os “dias de luta” do primeiro semestre de 1977 eram a nível regional ou estadual.

Em agosto deste mesmo ano os estudantes paulistas decidem, em Congresso, reconstruir a UEE-SP. Esta foi a primeira UEE-Livre pós 1968 e cumpriu um papel importante na rearticulação do movimento a nível estadual e nacional, pois São Paulo era o estado que possuía o maior número de universitários e era também onde acontecia o maior número de mobilizações estudantis.

O ano de 1978 se caracterizou pelo refluxo e a falta de perspectivas claras de atuação por parte do M. E.. Paralelo a isto, o movimento operário e popular entra em ascenso e gradativamente vai assumindo o papel de vanguarda das lutas sociais, papel este que até o momento estava nas mãos dos estudantes. Neste mesmo ano os metalúrgicos do ABC realizam a sua primeira grande greve, depois das de Osasco e Contagem, em 1968.

Na avaliação de Valter Freitas<sup>94</sup>,

em um dado momento o movimento estudantil deixa de exercer a principalidade no cenário político. É quando surgem as greves do ABC. E aí surge uma dificuldade. Como é que o movimento reincorpora as suas questões? Como é que ele canaliza as suas energias para fazer a luta pela democratização da universidade, pela qualidade do ensino. Na medida em que ela vincula questões específicas com questões gerais, ela exige uma outra estratégia, e claro que não tinha o poder de envolvimento que teve a luta anterior (entrevista com Valter Freitas, gravada em janeiro de 2011).

Nos dias 3 e 4 de outubro é realizado, na Faculdade de Arquitetura da USP, o IV<sup>o</sup> Encontro Nacional de Estudantes, que tirou como principais resoluções o apoio aos candidatos do MDB às eleições de novembro, e a realização do Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979. 1978 é considerado o ano de reorganização do movimento. São reativados diversos Centros Acadêmicos, DCEs e UEEs e a Comissão Pró-UNE intensifica os preparativos para a realização do Congresso de Reconstrução da UNE.

#### **4.2. Da reconstrução da UNE à Nova República**

O ano de 1979 foi marcado pela ascensão dos movimentos de massa, principalmente da parte dos operários que já tinham iniciado suas greves em 1977 e que gradativamente vinham ampliando suas mobilizações. Neste mesmo ano também o movimento estudantil atingiu seu ápice na retomada de suas lutas.

Embora o governo considerasse ilegal que houvesse o Congresso da Reconstrução da UNE, não proibiu. Apesar de todas as barreiras policiais, no

---

<sup>94</sup> Valter Freitas foi militante da Libelu, concorreu à presidência da UEE em 1981 pela Mobilização Estudantil, é professor universitário na UNISC e foi Secretário Geral do ANDES-Sindicato.

dia 29 de maio de 1979, mais de dez mil estudantes (entre eles 2500 delegados), ouviram, emocionados, o discurso de José Serra, concretizando a abertura do XXXIº Congresso Nacional dos Estudantes. O Congresso transcorreu normalmente, com excessão de alguns incidentes provocados por grupos organizados de direita. Segundo uma reportagem do jornal Zero Hora:

As luzes se apagaram às 19h05mim, quando se discutia a aprovação do novo estatuto da UNE. E só reacenderam 10 mim depois. Neste intervalo de tempo, dois pequenos pacotes contendo pó branco que o serviço médico não identificou<sup>95</sup>, foram jogados sobre a mesa diretora dos trabalhos e sobre uma das escadarias. Dezenas de universitários ficaram com os olhos ardendo, sendo atendidos no posto médico instalado no centro (jornal Zero Hora, 31/05/79, p. 14).

No ano seguinte, Luis Marques, presidente do DCE/UFRGS (1980) declarou que:

Quando a UNE foi recriada em maio do ano passado, em Salvador, o DEE se fez presente apenas para *embananar* o congresso que se realizava na ocasião, levantando dúvidas sobre a representatividade de quase cinco mil estudantes. Não contente com isto, realizou pelas ruas daquela cidade uma passeata que simbolizava o enterro da UNE. Nesta passeata, a entidade de Geraldo Rosa (presidente do DEE), levou um caixão coberto com a bandeira da UNE e ao chegar na praça principal queimou esta bandeira (jornal Folha da Tarde, 17/04/80, p. 26).

Deste congresso surgiram mais de cem propostas de luta, elaboradas pelos estudantes. Seis propostas foram aprovadas como centrais para o momento que foram:

1. Contra o ensino pago;
2. Por mais verbas para educação;
3. Pela anistia ampla, geral e irrestrita;
4. Contra a devastação da Amazônia;
5. Por uma Assembléia Nacional Constituinte,
6. Campanha de filiação de entidades à UNE.

---

<sup>95</sup> Posteriormente ficou sabendo-se tratar de pó de mico, substância que gera coceira.

O DCE da PUC-RJ propôs um adendo na proposta de estatutos da UNE. Propunha a criação de uma quarta instância de deliberação, o Conselho de Entidades de Base, (CONEG), composto pelos CAs e DAs, logo abaixo do Congresso Nacional da UNE. A sua argumentação foi que:

a questão central para a construção de uma entidade democrática, capaz não só de expressar interesses coletivos, mas também transformá-los em movimento social, é assegurar a participação do conjunto dos estudantes, de maneira a permitir não só instâncias democráticas de decisão, como também uma efetiva unidade de ação. Tal participação somente é possível através do que já existe de movimentos organizados, a partir das entidades de base – os diretórios e centros acadêmicos eleitos. É sobre essas entidades que a UNE deve basear suas ações, estabelecer suas relações com o conjunto dos estudantes subordinados a elas o trabalho de sua diretoria, exceto no que diz respeito às questões como: Carta de Princípios, Estatutos, Programa Político e a eleição da diretoria (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979, p. 55-56).

A única tendência contrária a esta proposta foi Liberdade e Luta, pois, conforme sua argumentação:

na UNE não é possível criar canais de participação e de decisão além do Congresso; os “Conselhões” de entidades, como o da UEE de São Paulo, não representam o programa que foi eleito para a entidade, e por isso não podem ter poderes deliberativos superiores aos da diretoria que foi eleita justamente para representar esse programa. Dessa forma, a diretoria de uma entidade como a UNE (que não pode convocar assembleias nacionais, quando é necessária alguma decisão importante) deve concentrar em si mesma as características de democracia que deve marcar a entidade (Ibidem).

A proposta do DCE da PUC-RJ foi a vencedora, ficando como instância de deliberação da UNE:

- Congresso Nacional de Estudantes;
  - Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), o qual deverá ser convocado pela diretoria da UNE e/ou por um terço das Entidades filiadas;
  - Conselho de Entidades Livres (composto por DCEs e UEES).
- Atualmente é denominado de Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG),

- Diretoria da UNE.

Pela primeira vez em sua história, o Congresso deliberou por eleições diretas para a entidade. A eleição foi marcada para os dias 03 e 04 de outubro do mesmo ano (1979) e o Congresso escolheu uma diretoria provisória para encaminhar as eleições. Esta diretoria era composta por representantes das seguintes entidades: UEE/SP; UEE/RJ; DCE/UFBA; DCE/UFPE; DCE/ UFMG; DCE/PUC-RJ; DCE/UFRGS<sup>96</sup>, DCE/UNB e DCE/UFPA.

Nas eleições (que ocorreram sob ameaça de punição pelo presidente da República João Figueiredo), concorreram cinco chapas: Novação, Mutirão, Unidade, Liberdade e Luta e Maioria (esta última composta por estudantes direitistas). A chapa vencedora foi a Mutirão que era composta por apoiadores do jornal “Tribuna da Luta Operária”; pela tendência Corrente e pela Ação Popular (o setor que não se incorporou ao PC do B). O presidente eleito foi o baiano Rui César Costa e Silva.

Em setembro de 1979 é realizado em Porto Alegre, o 1º Congresso da UEE/RS, mas devido a pouca participação, é chamado o II Congresso para Março de 1980, em Santa Maria. Este é considerado o Congresso da Reconstrução e deliberou por eleições diretas dias 23 e 30 de abril. A UNE do Paraná também é reconstruída em 1980.

Nesta época, o movimento nas escolas particulares começou a ganhar corpo. São realizadas greves e boicotes contra o aumento das mensalidades. No primeiro semestre de 1980 são mobilizados cerca de 30 mil universitários só em Minas Gerais. Nas federais a luta por mais verbas para a educação também ganha corpo e diversas universidades entram em processo de paralisação.

Um julho de 1980 é realizado no Rio de Janeiro o 1º Conselho Nacional de Entidades de Base, o qual aprova por uma ampla maioria uma paralisação nacional nos dias 10,11 e 12 de setembro. Este movimento ficou conhecido como a “Paralisação dos 1 milhão” e reivindicava mais verbas para a educação e nenhum centavo de aumento no segundo semestre. Do ponto de vista da paralisação, esse movimento foi um sucesso, pois mais de 95% dos estudantes

---

<sup>96</sup> O DCE da UFRGS não indicou um único nome, sendo Beto Rodrigues e Paulo César da Rosa responsáveis por representar o DCE UFRGS na diretoria provisória.

não foram as aulas nesses dias, embora do ponto de vista da mobilização tenha deixado a desejar.

O XXXIIº Congresso da UNE é realizado nos dias 13, 14, 15 e 16 de outubro de 1980 em Piracicaba, São Paulo, com a participação de 2.664 delegados. Neste congresso a polarização se deu em torno da proposta de greve geral por tempo indeterminado logo após o congresso. Outra proposta defendida foi a de que o congresso deveria deflagrar um processo de preparação da greve geral para o início de 1981. A diretoria da UNE, avaliando que o movimento estava muito debilitado para uma greve, propôs apenas idas de estudantes ao MEC e Dias Nacionais de Luta. A proposta vencedora foi a da diretoria da UNE, que não apresentava nenhuma perspectiva de unificação do movimento.

O Congresso marcou eleições diretas da entidade para dias 13 e 14 de novembro. Esta data não é marcada ao acaso, mas em sinal de protesto pelo adiantamento das eleições que deveriam ser realizadas nos dias 15 de novembro. Nestas eleições novamente concorrem 5 chapas, sendo que desta vez a direita não participa do processo devido ao seu péssimo desempenho na eleição anterior. Concorrem: Nosso Tempo, Voz Ativa, Unidade e Democracia, Mobilização Estudantil e Viração, que foi a vencedora. Esta diretoria era composta pelos apoiadores dos jornais Tribuna da Luta Operária (Viração) e Hora do Povo (MR-8) e tinha como presidente Aldo Rebelo.

Esta chapa, eleita a partir de um programa que combatia energicamente a proposta de greve geral, de um momento para o outro passa a defendê-la. A diretoria da UNE chama um CONEG em Curitiba, em fevereiro de 1981. Nesta instância, a diretoria da UNE argumentando que; “muito antes de 7 de abril, dezenas de universidades já estariam em greve”, e que “aqueles que não entendessem isso, seriam esmagados pelo movimento”, conseguiu aprovar sua proposta. A mesma estipulava até o dia 20 de fevereiro a data para a entrega da pauta de reivindicações para o MEC e o prazo de até 20 de março para a resposta. É marcado também um novo CONEG, desta vez para nos dias 04 e 05 de abril em Brasília para avaliar a possibilidade de deflagração do movimento no dia 07 de abril. Neste meio tempo a discussão sobre a deflagração ou não da greve se alastra por todo país. Os setores de oposição, avaliando as debilidades do movimento e principalmente a maneira como estava sendo chamada a greve; ou fazem um combate de direita tentando

impedir ou adiar a mesma, ou se confundem e não apresentam propostas alternativas. Segundo Américo Antunes, ligado ao jornal “Em Tempo”;

A greve da diretoria da UNE é, no fundamental, uma tática para o suicídio. Primeiro, por que é aprovada, inclusive a data, nas férias. Segundo, parte exclusivamente das contradições objetivas dos estudantes, sem ter em conta a burocratização das entidades, o desgaste do movimento, devido às derrotas anteriores. Terceiro, não apresenta um processo democrático de participação, discussão e decisão pela base do sobre a greve geral; é a direção quem decide. Quarto, não considera a força do MEC ou a subestima, considerando que era plenamente possível arrancar vitórias significativas. Segundo a diretoria da UNE, o MEC estava completamente sem forças depois da primeira greve dos professores universitários, isolado perante a comunidade universitária e a própria burocracia. E, finalmente, não compreende a necessidade da vinculação desta luta dos trabalhadores, ou seja, da inserção das bandeiras dos estudantes no seio do movimento operário popular. O resultado é o fracasso (ANTUNES, 1983, p. 23).

Possivelmente o erro fundamental tenha sido o de marcar com antecipação a data da greve, o que fez com que o movimento estudantil “corresse contra o tempo”, tentando mobilizar o conjunto dos estudantes de modo a que o mesmo estivesse “maduro” na data marcada para a deflagração do movimento. Talvez, se fosse feito um processo de mobilização nas escolas, de modo que, no momento que começasse a eclodir greves isoladas fosse chamado um CONEG para unificar o movimento, este teria superado o problema do “cupulismo” (já que este CONEG refletiria uma discussão nas bases) e também o problema em relação a correlação de forças com o MEC, pois o próprio movimento poderia determinar uma mudança nesta correlação.

No CONEG de Brasília, depois dos relatos por parte das regionais da UNE, a proposta da diretoria da UNE é derrotada. É aprovada a paralisação em todo Brasil nos dias 07 e 08 de abril e um CONEG para fins de julho, para uma avaliação do movimento.

Embora tivesse acontecido algumas greves isoladas em cima de questões específicas, como as greves da UCPel; UFPel, UPF e Uruguaiana no RS e em outros estados do país, em nível geral a paralisação foi fraca, sendo que em muitos lugares houve aula normal. Apesar de importantes discussões e da experiência adquirida pelos militantes do ME durante este processo, temos

que reconhecer que o ME sofreu uma derrota. O desgaste não recaiu apenas na diretoria da UNE, mas atingiu a própria entidade.

Quando todos esperavam uma autocrítica por parte das correntes ligadas à diretoria da UNE, estas, de uma maneira irresponsável com o ME, atribuíram a culpa da debilidade do movimento nas “más direções”. Culparam as correntes de oposição de boicotarem o movimento, afirmando que estas:

Chegaram ao ponto de ir em cada assembléia geral defender que ali havia condições de se levar a greve, mas que no resto do país não. Semeavam o clima de insegurança entre os estudantes, levantavam uma cortina de fumaça e concentravam suas acusações na diretoria da UNE. Não contentes com isto, estas tendências, tanto quanto o DEE, a TFP, os grupos de extrema direita e ligados aos órgãos de repressão, se utilizaram do expediente torpe de “inchar” assembléias para tumultuá-las e influir com certo número de votos. Assim agindo de norte a sul do país (VIRAÇÃO, abril de 1981).

Além desse tipo de ataque sem fundamentação política àquelas posições que possuíam avaliações diferentes das suas, a corrente Viração continuavam sua análise afirmando que: “Não temos autocrítica a fazer, como não teve a diretoria da UNE. A proposta era correta. A avaliação fundamentou e a vida comprovou”, e continuava afirmando que;

Um processo desencadeado por esta proposta, que generalizou entre os estudantes o sentimento de que a greve nacional por tempo indeterminado é o instrumento a ser posto em ação para dobrar a intransigência do MEC. Sim, uma mobilização que se desenvolveu e um sentimento que se generalizou apesar de todo o cerco montado. Eis o saldo positivo. Um sentimento que não amadureceu o suficiente para o 07 de abril. Não que a proposta não fosse correta. Não temos autocrítica a fazer, repetimos. Temos isto sim, profunda crítica, na verdade uma denúncia destas tendências que se passaram, objetivamente, a ser o eco do MEC no ME. Nossa denúncia recai também com veemência sobre todos aquelas correntes que vacilaram o tempo todo, integrando-se aos ataques e as difamações das anteriores, alimentando sua campanha. Nossa crítica, a tecemos com pesar aqueles outros que, em chegando no CONEG, já desandaram na autocrítica fácil, recuada, frouxa (Ibidem).

Para a Resistência, uma das correntes criticada pela direção da UNE, a partir da derrota que o movimento sofreu, era necessário reconstruir o M.E. a partir de outro eixo.

Em face a este processo, é preciso recompor o M. E., organizar as lutas específicas que foram abandonadas, não permitir que o M. E. se restrinja a um campo de agitação em cima de reivindicações econômicas, mas que seja também um foro privilegiado do debate político-ideológico (Programa para o III Congresso da UEE/RS – Resistência).

Neste ano ainda é realizado o 1º Congresso dos Estudantes do Acre e construídas as UEEs da Bahia e de Alagoas.

O XXXIIIº Congresso da UNE foi realizado em Cabo Frio, RJ, nos dias 12,13,14,15 e 16 de novembro de 1981. Este Congresso se caracterizou pelo esvaziamento (apenas 1653 delegados), pela falta de democracia e pela inviabilidade de realizar uma discussão política séria.

Durante a discussão a respeito do índice de aumento que os estudantes das particulares deveriam aceitar, ficou evidenciado o “aparelhismo” e a falta de democracia que pautou este Congresso. Foram apresentadas 04 propostas relacionadas aos índices de aumento permitido nas escolas particulares:

1. Nenhum aumento – 0% (oposição à diretoria da UNE):
2. 25% (apoiadores do jornal “Hora do Povo”)
3. 30% (apoiadores do jornal “Tribuna da Luta Operária”)
4. Índice baseado no INPC (apoiadores do jornal “Companheiro”)

As propostas foram votadas, mas não havia clareza de qual a proposta vencedora. Apesar do encaminhamento da mesa, que era de contagem imediata dos crachás os trabalhos ficaram paralisados por mais de uma hora. A diretoria da UNE, percebendo que sua proposta iria perder, articulou com os apoiadores do jornal “Companheiro” e, em pleno regime de votação, retirou a proposta de 30% e de índice baseado no INPC e apresentou uma nova proposta de índice de 34%. Isto gerou grande revolta no plenário e foi apresentada uma questão de ordem no sentido de que já se estava em votação, logo não se poderia apresentar nova proposta. O presidente da UNE fez um encaminhamento que permitiu a apresentação de uma nova proposta e

que se partisse imediatamente para a votação. Este encaminhamento foi vencedor e durante o processo de votação um terço do plenário se manteve em pé gritando palavras de ordem contra a apresentação da nova proposta. Esta parte do plenário se recusou a participar da votação que se processou, então, entre as propostas de 25% e 34%. Aqueles que concordavam com a proposta de nenhum aumento se recusavam a votar, na medida em que entendiam que o processo quebrava a democracia do congresso. Ao final, venceu o índice 34%.

Quanto às eleições parlamentares de 1982, havia três propostas. A primeira, Liberdade e Luta e Convergência Socialista defendiam o apoio aos candidatos do PT (Partido dos Trabalhadores). A segunda, defendida pela UEE/MG e UEE/RS, entendia que a UNE não devia apoiar nenhum partido político, usando como critério para o apoio a concordância ou não com o programa político da UNE. A terceira proposta, que era defendida pela diretoria da entidade e que foi a vencedora, propunha que a UNE apoiasse candidaturas únicas da oposição, ou seja, concretamente as candidaturas do PMDB.

A discussão quanto a forma de eleição para a direção da entidade também foi polêmica. A proposta vencedora foi a da diretoria da UNE, que propunha a tirada da próxima diretoria no próprio congresso. Com isso encerrou-se o ciclo de eleições diretas (com uma única exceção no ano de 1987). A chapa vencedora era composta por apoiadores dos jornais Tribuna da Luta Operária (Viração), Voz da Unidade e Hora do Povo, além do MEP (Companheiro) e Avançando. O presidente eleito foi Javier Alfaya, até então secretário de cultura da UNE e ligado à Viração.

No início de 1982, o MEC baixou a portaria 03/82. Esta portaria, que segundo o MEC visava a “justiça social” (dentro de uma sociedade de classes), fazia preços diferenciados nos Restaurantes Universitários, criando critérios de carência e não carência. Os estudantes, percebendo que isto era mais um passo rumo ao ensino pago, desencadearam um amplo processo de mobilização. Mesmo quando mais da metade das universidades federais já estavam em greve, a diretoria da UNE se negou a unificar a luta a nível nacional, forçando os DCEs a negociar isoladamente com as reitorias o rebaixamento dos preços cobrados, o que fez com que o movimento saísse derrotado na sua principal reivindicação, ou seja, a não divisão dos estudantes em carentes e não-carentes. Após este episódio, as correntes políticas

identificadas com a diretoria da UNE, desgastadas com o episódio, perderam um grande número de entidades gerais e de base para aquelas posições que jogavam a culpa no estágio em que se encontrava o movimento exclusivamente na diretoria da UNE. Se é verdade que as correntes que possuíam políticas mais recuadas dificultavam a organização e a luta dos estudantes, não é menos verdade que aquelas chapas que se lançaram para as entidades tendo como proposta principal o fato de serem oposição, mesmo sem terem um programa unificado, não conseguiram responder às necessidades do movimento, como também não conseguiram se colocar como alternativa para atender as especificações do ME.

Outro episódio marcante nesta gestão foi a tentativa de expulsão de Javier por parte do governo, que o enquadrou na Lei dos Estrangeiros. Embora todas as correntes políticas defendessem intransigentemente a permanência de Javier, pois era uma tentativa por parte do governo de intimidar o movimento estudantil e, por extensão todo o movimento popular, surge uma nova discussão no M. E. quanto à forma de luta a se adotar. Enquanto os setores de oposição avaliavam que a melhor defesa era o ataque e que em primeiro plano deveríamos encaminhar a luta política, realizando manifestações massivas, a diretoria da UNE jogava a luta no plano jurídico, através da naturalização de Javier. Em um CONEB, realizado naquele mesmo ano a diretoria da UNE se colocou contra a palavra de ordem “Pelo fim da Ditadura Militar”, pois isto poderia afastar certos “democratas” como os senhores Jarbas Passarinho e José Sarney, que embora fossem ligados ao regime, eram contra a expulsão. Conforme Américo Antunes:

Claramente, nitidamente, a política de direção da UNE passa a deslocar-se de três linhas básicas. Primeiro é o sufocamento da democracia no movimento, o aparelhamento das entidades, a recusa a instrumentos democráticos e unitários de ação nos períodos de luta, como os Comandos de Greve, etc. Segundo, uma linha de conciliação com as burocracias universitárias na busca de “aliados” contra o MEC. Terceiro, no plano político, uma linha de atrelamento do movimento estudantil a uma ação de conciliação de classes. São estas concepções que justificam a prática da diretoria da UNE, durante a greve dos bandeijões, de boicotar os Comandos de Greve, em impedir a unificação do movimento através da greve das federais, etc. Que justifica, por exemplo, no episódio da expulsão do presidente da UNE, a defesa da direção da entidade de que não devia incluir como palavra de ordem “o fim da

ditadura”, pois segundo eles impediria a aliança com senadores como Jarbas Passarinho, que estaria contra a expulsão (ANTUNES, 1983, p. 25).

O XXXIV<sup>o</sup> Congresso Nacional dos Estudantes foi realizado em Piracicaba, nos dias 30 de setembro, 1, 2 e 3 de outubro de 1982. Neste congresso aconteceu uma tentativa de fraudar delegados por parte de setores da diretoria (MR-8 e Unidade) juntamente com o DEE do RS, fato do qual fui testemunha.

Inicialmente é necessário explicar as condições em que este Congresso foi marcado. Nos dias 16 a 19 de julho de 82, o III CONEB em Belo Horizonte marcou o Congresso para os dias 24 a 26 de setembro. A diretoria da UNE deveria chamar um CONEG para preparar o Congresso. No entanto, não só o CONEG não foi chamado, como a diretoria ignorando a deliberação do CONEB, modificou a data do Congresso para dias 1 a 3 de outubro, data em que a diretoria da UEE/RS estava organizando a realização do Cio da Terra<sup>97</sup>. Sem opções, a UEE/RS se viu obrigada a remarcar a data do evento com grandes prejuízos, visto que muitos contratos já estavam assinados.

Em função da falta de opções, a UEE/RS chamou seu Congresso para uma semana antes do da UNE. Como não seria possível que cada universidade ou faculdade realizasse assembleias e ou eleições separadas para a tirada de delegados para a UNE e UEE, optou-se por padronizar os processos. Ou seja, no mesmo momento em que uma assembleia (10% dos alunos matriculados presentes) ou uma eleição (votação de no mínimo 20% dos alunos matriculados) tirasse os delegados para a UEE, também tiraria para a UNE, dentro da respectiva proporção a que cada curso tivesse direito.

Nesse mesmo ano, em função do atraso na confecção das carteiras estudantis da UNE e em função das divergências políticas, a diretoria da UEE RS optou em confeccionar as carteiras no estado com o símbolo da UEE e repassar a porcentagem de recursos provenientes da carteira (25%) para a direção da UNE.

A direção da UNE elaborou atas padronizadas para a tirada dos delegados, no entanto as mesmas não chegaram ao RS.

---

<sup>97</sup> Encontro político-cultural realizado na cidade de Caxias do Sul com a participação de aproximadamente 12.000 estudantes.

Durante o Congresso da UEE, como na época exercia a função de tesoureiro da entidade, fui o responsável pelo processo de credenciamento do mesmo. Aproveitando a oportunidade, optamos no Congresso por organizar uma caravana de ônibus que sairia de Porto Alegre com todos os delegados gaúchos, na sua imensa maioria de oposição à direção da UNE.

Ao chegar a Piracicaba<sup>98</sup> percebi que estava havendo confusão na mesa de credenciamento em função de não possuímos carteira da UNE nem as atas padronizadas da entidade. Por solicitação dos componentes da mesa credenciadora, fiquei junto ao credenciamento todo o dia para acelerar o processo na medida em que já conhecia as delegações. Durante o dia de sexta-feira tudo transcorreu normalmente, faltando credenciar apenas os delegados da Unisinos que chegariam durante a madrugada.

Perto da meia-noite, após o término da abertura e quando íamos encerrar o credenciamento, um diretor da UNE<sup>99</sup>, largou para um dos elementos da mesa uma pilha de atas dizendo-lhe que fizesse aqueles credenciamentos rapidamente. Ao olhar as atas, vi que eram fraudadas por diversos motivos: 1) as atas eram padronizadas, sendo que a diretoria da UNE não tinha mandado nenhuma ata deste tiro para o RS; 2) como documento de identificação dos “delegados” estava a carteira do estudante emitida pela UNE; 3) os supostos delegados eram de universidades que já tinham credenciado a totalidade de suas delegações (UFSM, FURG, UPF, etc.), 4) no lugar da ata em que deveria estar a assinatura do responsável pela entidade (DA ou DCE), estava a assinatura de Galhardo, presidente do DEE/RS.

O diretor da UNE que entregou as atas (ligado ao jornal Hora do Povo) e outro diretor, (ligado ao jornal Voz da Unidade), queriam credenciar estes “delegados” de qualquer maneira. Surgiu um impasse, pois na medida em que eu, representando a UEE afirmava não reconhecer a legitimidade dos representantes do DEE, os diretores da UNE afirmavam que eram reconhecidos por eles. Não se tratava de ser delegado filiado ou não ao DEE, mas sim de serem forjados e não eleitos.

---

<sup>98</sup> Tive de ir em ônibus de linha, chegando após a caravana unificada que saiu da UEE RS.

<sup>99</sup> Prefiro não citar os nomes porque ainda não consegui documentação ou depoimentos a respeito desse fato.

No momento em que a tensão estava aumentando sem uma solução, chegaram dois ônibus da UNISINOS, juntamente com o presidente do DCE dessa universidade e vice-presidente da UEE, Ronaldo Zulke.

Evitado o confronto na medida em que se equilibraram as forças, acordou-se que no outro dia haveria uma checagem onde cada um desses “delegados” seria chamado a dar seu depoimento. Foi formada uma comissão composta pelo presidente da UNE, pelo vice-presidente da UEE/RS e por representantes DCEs do estado. Esta comissão chamava um a um os “delegados” e lhes perguntava a forma pela qual tinham sido escolhidos como delegados (se em urna ou em assembléia) e qual o quorum alcançado. Dos 40 “delegados”, nenhum soube responder o que estava nas atas. Muitos diziam que tinham sido tirados em assembléia, quando na ata constava que tinha sido na urna ou vice-versa. Ou seja, constatado a tentativa de fraude, estes indivíduos não foram credenciados.

Novamente a diretoria é eleita no congresso. A oposição, que estava em minoria, lançou duas chapas, enquanto a situação lançou uma composta por apoiadores dos jornais “Tribuna da Luta Operária”, “Voz da Universidade”, “Hora do Povo” e mais a corrente Avançado. A presidência ficou, pela primeira vez, com uma mulher, Clara Araújo, militante da Viração.

No segundo semestre de 1983 as atenções se voltaram para as escolas particulares. Em diversas universidades do Brasil os estudantes entram em processo de boicote ou greve reivindicando rebaixamento das anuidades (Boicote na PUC/SP; PUC/CAMPINAS; OSVALDO CRUS/SP; UCPEL/RS; FIC/SANTA MARIA); na universidade de São Carlos/SP, os estudantes invadem a reitoria impedindo a posse do reitor imposto; na UNESP de Assis/SP a polícia reprime o movimento. Também estouram greves na PUC/SP, Santa Úrsula/RJ e em outras escolas do Sudeste e Nordeste. No final de julho é realizado um CONEG em São Paulo, mas não é deliberado nada que unificasse o movimento, frustrando novamente as expectativas dos estudantes.

Neste mesmo semestre o CONCINE baixou uma portaria extinguindo a meia-entrada estudantil nos cinemas<sup>100</sup> e estabelecendo dias e horários fixos nos quais todos pagariam meia-entrada. A alegação de “democratizar” o acesso à cultura e favorecer a ida da população trabalhadora ao cinema era

---

<sup>100</sup> Essa portaria valia para cidades com mais de 200 mil habitantes.

falsa, na medida em que os horários estipulados para o meio ingresso era alguns dias no meio da semana durante a tarde ou na sessão das 22:00 horas, horário inviável para quem trabalha. No entendimento dos estudantes, a democratização do cinema passava pelo rebaixamento do preço do ingresso, de modo a que toda a população tivesse acesso, além do estímulo à produção artística nacional e independente e o fim da repressão e da censura. Nunca pelo fim da meia-entrada, que tinha sido uma conquista da luta dos estudantes na década de 40.

Esse decreto que partiu de uma proposta do representante do MEC no CONCINE, tinha por objetivo principal atacar as entidades estudantis, que tinham as carteiras de estudante como principal fonte de arrecadação.

Embora de uma maneira bastante desarticulada, os estudantes realizaram manifestações em várias cidades do país. Em Minas Gerais, a polícia “democrática” do então governador Tancredo Neves<sup>101</sup>, utilizando-se de cassetetes e gás lacrimogêneo, dispersou mais de 1.500 estudantes que estavam reunidos em praça pública. Em Porto Alegre o movimento também foi reprimido, pois

Os estudantes concentraram-se na praça da Alfândega, em frente a um cinema da cidade e se postaram em fila exigindo meia entrada. Imediatamente um batalhão da Brigada Militar avançou contra eles que, dispersando e gritando “Abaixo a ditadura”, correram pelas ruas do centro da cidade, indo até outro cinema onde novamente se concentraram. O enfrentamento com a repressão continuou e os estudantes foram obrigados a retirarem-se até o Campus da Universidade Federal, onde encerraram o ato (jornal Em Tempo, 19/05/83, p. 12).

Pelotas foi, se não a única, uma das poucas cidades em que, após um processo de mobilização, (atos públicos em frente aos cinemas, filas circulares<sup>102</sup>, apresentação de peças de teatro e filmes ao ar livre na praça municipal da cidade), conseguiu impedir que esta portaria entrassem em vigor.

---

<sup>101</sup> Em 1984, após a derrota da Campanha das Diretas, Tancredo será o candidato das oposições para disputar o Colégio Eleitoral, sendo eleito mas não assumindo em função de sua morte.

<sup>102</sup> Consistia em organizar uma fila circular, portanto sem início e sem fim. Na medida em que pessoas se dirigiam ao cinema, não tinham como entrar na fila em função do formato da mesma, a não ser “furando a fila”, o que os estudantes não permitiam.

Em agosto de 1983 a presidente da UNE recebe do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, um prédio para o funcionamento de uma sede provisória da UNE, a exemplo do que já tinha feito para com a UEE/RS quando era governador do estado (1962).

O XXXVº Congresso da UNE realizou-se em São Bernardo do Campo, de 21 a 24 de outubro de 1983, com a presença de 2.700 delegados. Neste congresso, que foi bastante tumultuado, novamente surge a acusação de fraude. O jornal “O Trabalho” acusou as seguintes irregularidades:

1 – Um dos delegados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ao buscar seu crachá, o mesmo já havia sido entregue;

2 – Os delegados do curso de Economia da Universidade de Fortaleza, também foram buscar seus crachás, e os mesmos já haviam sido distribuídos;

3 – Dos 25 delegados do CESP (Pará), a metade era secundarista e a outra metade era de outra escola. O fato foi denunciado em plenária e não foi contestado;

4 – 19 crachás desapareceram na mesa de credenciamento do Rio de Janeiro e do Espírito Santo;

5 – Os delegados do curso de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula/RJ fizeram “eleição” por abaixo-assinado;

6 – Havia rasuras evidentes nas atas da Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Amazonas; Farmácia de Campo Grande (PB) e Educação Física da Federal de Pernambuco,

7 – Em Santa Catarina, cidades inteiras estavam sob suspeição (Mafra, Joinvile e Chapecó).

Outra acusação feita pelo jornal “O Trabalho” foi quanto a Goiás. De acordo com matéria publicada:

Em Goiânia, o governador Íris Rezende (do PMDB) cedeu 10 ônibus para que a diretoria da UNE embarcasse delegados. Dezenas e dezenas de jovens, recrutados aqui e ali, eram embarcados, enquanto os partidários da oposição aos burocratas, legitimamente eleitos, iam ficando para o fim. Quando chegou o último ônibus a diretoria tentou barrar o embarque dos opositoristas e então cerca de 40 delegados invadiram o ônibus. Os burocratas não tiveram dúvidas: imediatamente chamaram a polícia que usou até mesmo bombas de gás lacrimogêneo para desalojar os estudantes. Estes, no entanto, resistiram e conseguiram por fim viajar (jornal O Trabalho, 27/10/80, p. 5).

As denúncias de fraude não foram apuradas e o congresso transcorreu como se nada tivesse acontecido.

Outro fato polêmico foi a composição feita entre setores da oposição e os apoiadores do jornal “Tribuna da Luta Operária” (Viração) para a diretoria. Estes setores (Caminhando, Avançando, Companheiro e Correnteza), que durante todo o congresso votaram junto com o bloco de oposição e contrários às propostas da diretoria da UNE; ao final do congresso, ao avaliarem que a oposição estava em minoria, compuseram com os apoiadores do referido jornal, argumentando que poderiam “puxá-la mais para a esquerda”. A chapa eleita, que teve o nome de gestão Honestino Guimarães<sup>103</sup>, teve como presidente Acildon Mattos Pae, ligado à Viração e como vice-presidente José Eduardo Utzig (ex- presidente do DCE UFPEL e ex-vice presidente da UEE/RS, da tendência Caminhando)<sup>104</sup>.

Embora setores considerados não conciliadores e não reformistas também estivessem na diretoria, estes não conseguiram dar a direção política da entidade.

No primeiro semestre de 1984, o MEC baixou uma portaria retirando o subsídio dos Restaurantes Universitários, o que provocou o surgimento de greves isoladas em diversos locais (universidades federais de João Pessoa; de Mossoró; Natal; Juiz de Fora; Ceará; Sergipe; Acre e São Carlos).

Também no primeiro semestre de 1984 ganhou corpo a campanha das Diretas Já, para presidente da República. Apesar de iniciar um pouco tímida, ela logo ganha corpo e centenas de milhares de pessoas vão às ruas pedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Nos dias 26 e 27 de março a UNE, a FASUBRA (Federação Nacional dos Servidores Universitários) e a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) organizaram um plebiscito nacional entre a comunidade universitária onde 95% dos votantes se manifestaram a favor das “Diretas Já”. Em São Paulo ocorreu o maior comício de nossa história, com a participação de mais de um milhão de pessoas. Nesse contexto, o movimento estudantil foi um dos setores que teve uma participação efetiva, tanto no debate e na organização dos comícios, como também na

---

<sup>103</sup> Ex presidente da UNE assassinado durante a ditadura militar.

<sup>104</sup> Militante da Resistência no RS.

intervenção nos mesmos. A disputa no interior das classes dominantes e a explosão das lutas cada vez mais acirradas por parte dos setores explorados da nossa população; greves operárias com ocupação de fábricas; revoltas violentas dos bóias-frias; ocupação de terras por parte dos camponeses; greves de professores, funcionários públicos; e outras - fez com que, mesmo antes da votação da emenda que restabelecia as eleições diretas, os setores mais conservadores da oposição jogassem a disputa presidencial no terreno do Colégio Eleitoral. O PDS<sup>105</sup>, sob a presidência de José Sarney (que ameaçou de punição os pedessistas que votassem a favor das eleições diretas), fez com que a emenda não alcançasse 1/3 de votos necessários para a sua aprovação. No dia 25 de abril (dia da votação), os estudantes paralisaram as universidades do país como forma de pressão. Em Brasília, com as “medidas de emergência”, que proibia qualquer tipo de manifestação ou reunião, foram presos diversos estudantes, inclusive o presidente da UNE. Após a votação da emenda surge uma nova polêmica que culminou com a divisão da diretoria da UNE.

Por um lado, os setores originários da oposição à Viração e seus aliados históricos (PCB e MR-8), avaliaram que era necessário intensificar a campanha pelas diretas e apostar na mobilização popular. Percebiam que essas eram as únicas formas de avançar na luta por reais mudanças e também na forma de pressionar os parlamentares a não participarem do acordo que estava se processando. Por outro lado, os setores chamados de reformistas, juntamente com os liberais, abandonaram a luta de massas pelas diretas e aceitaram participar do Colégio Eleitoral criado pela ditadura, apoiando a candidatura de Tancredo Neves e de José Sarney<sup>106</sup>, como seu vice. Assim, esses setores contrapunham a possibilidade de Maluf como representante da continuidade do regime contra Tancredo Neves que representaria a democracia. Quem não concordava com esta alternativa, por sua vez, alegava que embora este aglutinasse setores mais avançados da burguesia nacional e que tivesse uma posição mais liberal do que a de Maluf, representaria apenas um rearranjo das classes dominantes.

---

<sup>105</sup> Partido Democrático Social, sucedâneo da ARENA e atual PP. Partido de sustentação política do regime.

<sup>106</sup> Um grupo do PDS criou a Frente Liberal, apoiando Tancredo, o qual posteriormente irá constituir o PFL (atual DEM). Para poder participar da chapa, o nome indicado pela dissidência, Sarney, desfilou-se do PDS e se filiou ao PMDB para ser o vice de Tancredo.

Nos dias 3, 4 e 5 de agosto é realizado o 5º CONEB, em Vitória da Conquista, na Bahia. Este CONEB, que foi o 2º maior na história da UNE, com a participação de 620 delegados, aprovou as palavras de ordem: - Diretas Já, com amplas liberdades; - Boicote no Colégio Eleitoral e – pelo fim do Colégio Eleitoral. Após o CONEB, os setores mais à esquerda da diretoria da UNE, lançam um jornal da entidade, com uma pequena tiragem<sup>107</sup>, que divulgava as propostas vencedoras do CONEB.

Dois meses após, o outro setor da diretoria (Viração), lançava novo número do jornal oficial da UNE (Nossa Voz), este com uma tiragem quarenta vezes maior do que o primeiro<sup>108</sup>, (400 mil exemplares), no qual o presidente da entidade criticava abertamente as deliberações, dizendo que as mesmas eram equivocadas. Para ele,

(...) a responsabilidade das oposições brasileiras é buscar a derrota do regime, seja em que campo for. Neste momento, a tarefa daqueles que lutaram nos últimos vinte anos por liberdades e democracia é a de fortalecer a candidatura única das oposições, que hoje se expressa na candidatura do ex governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (Jornal Nossa Voz, ano V, nº 6, outubro de 84)

Essa polêmica marcará toda a gestão, que será responsável por diversas crises na entidade e também será o “divisor de águas” no movimento estudantil brasileiro. A partir dos debates sobre o tipo de encaminhamento pós campanha das Diretas Já, surgirá a polêmica sobre apoiar Tancredo Neves como candidato das oposições no Colégio Eleitoral ou denunciar o mesmo como ilegítimo.

O XXXVIº Congresso da UNE aconteceu no Rio de Janeiro, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 1984, com a presença de 3.456 delegados. Este congresso, que novamente é acusado pelos apoiadores do jornal “O Trabalho” de estar fraudando, teve como discussão central a participação ou não no Colégio Eleitoral, sendo que desta vez foi aprovado o apoio ao candidato

---

<sup>107</sup> O jornal Nossa Voz, ano V, nº5, de agosto de 84 teve uma tiragem de 10 mil exemplares e o conselho editorial era composto de: José Carlos Utzig, Dimitrius Pappou e Nelson Pellegrino (todos do setor minoritário da diretoria). Dizia em seu editorial que “...a posição da UNE, aprovada no Vº CONEB, encaminhada pelo conjunto das entidades estudantis é pela continuidade da campanha pelas Diretas Já, pela aprovação da Emenda Teodoro Mendes e pelo Boicote ao Colégio Eleitoral”.

<sup>108</sup> A tesouraria da UNE estava sob controle da tendência Viração. O conselho editorial desse número, diferente do anterior, era composto apenas por militantes da Viração: Gisela, Beatriz e Vitor.

Tancredo Neves e a participação no Colégio Eleitoral. Este congresso elegeu uma nova diretoria para a UNE, que era composta pelos apoiadores do jornal Tribuna da Luta Operária (Viração) e Hora do Povo (MR-8), e que escolheu como presidente Renildo Calheiros<sup>109</sup>. Os apoiadores do jornal Voz da Unidade (Unidade), que não aceitaram participar da composição, mais tarde arrependeram-se e fizeram uma autocrítica no seu jornal.

Essa diretoria caracterizou-se pela aproximação com o governo, que pediu apoio dos estudantes. Uma das primeiras atitudes do presidente da UNE foi entregar ao então candidato Tancredo Neves o Plano de Emergência da Universidade.

De acordo com a linha política dessa diretoria, as soluções dos problemas centrais dos estudantes não dependeriam mais de mobilização política, mas cada vez mais pela via institucional da negociação e da busca de apoios parlamentares. Como exemplo a forma como foi realizada a legalização da UNE (novembro de 1985), o Plano de Reforma Universitária e a ausência quase total de mobilizações estudantis no Brasil.

Se, por um lado, a proposta desta diretoria da UNE, em relação a Reforma Universitária coincidia com a do MEC, por outro lado, as forças de oposição à diretoria não conseguiam implementar no movimento a sua proposta de uma nova Universidade.

No IV Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE<sup>110</sup>, que realizou-se de 24 a 28 de julho, em São Paulo, a grande polêmica foi com relação ao método de implementação da Reforma Universitária: seria através de uma ampla mobilização dos estudantes ou seria por meio de acordos feitos em gabinetes, junto ao MEC e ao Congresso Nacional.

O XXXVIIº Congresso da UNE que deveria ser chamado no segundo semestre de 1985, foi adiado para abril de 1986, por um CONEG realizado em Brasília na segunda quinzena de outubro.

---

<sup>109</sup> Ex Deputado Federal pelo PC do B e atual prefeito de Olinda. Irmão de Renan Calheiros, atualmente senador por Alagoas.

<sup>110</sup> O III Seminário tinha sido realizado em 1963 em Belo Horizonte e não teve grande repercussão em função do desgaste que o ME tinha sofrido com a greve geral de 1962.

## CAPÍTULO V

### TENDÊNCIAS QUE ATUARAM NO MOVIMENTO ESTUDANTIL GAÚCHO

Como pudemos observar durante o trabalho, a participação das tendências estudantis na definição das políticas bem como na articulação e controle das entidades estava presente de forma constante, Cumpriu um protagonismo central na construção do movimento estudantil. Essa percepção está presente também nos militantes da época. Para João Carlos Gastal Jr,

Era por meio das tendências que se dava a disputa pela direção das entidades e do próprio movimento. Eram elas privilegiado espaço de socialização e de educação política. E a própria disputa entre elas era fator de engajamento e de mobilização (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior em janeiro de 2011).

Também para Pepe Vargas as tendência é que impulsionaram o movimento estudantil:

As tendências representaram, numa época em que não havia liberdade de organização partidária, um importante espaço de discussão política e organizativa para a parcela mais politizada do movimento estudantil. De certo modo foram as tendências que impulsionaram o movimento (Entrevista por email com Pepe Vargas em janeiro de 2011).

Mas a despeito de terem cumprido um papel fundamental, e talvez por isso mesmo, as mesmas também criaram “marcas” no movimento e na militância. Valter Freitas, ao referir-se ao papel das tendência, buscou apontar

a necessidade de se buscar um estudo mais detalhado do que ficou de positivo e ou negativo desse modelo de experiência. Para ele,

As tendências tinham um papel, indiscutivelmente tinham um papel, mas suas concepções deixaram marcas no movimento. E acho que o teu exercício é exatamente pensar essas marcas. Que marcas elas deixaram, qual é o seu significado? Qual é a ação dos seus principais dirigentes ? Como é que havia esse acerto de contas entre aquilo que eles diziam e aquilo que eles faziam? (entrevista gravada com Valter Freitas em janeiro de 2011).

Por entendermos como central a atuação das tendências, optamos em situar as principais correntes estudantis que atuaram no processo de reorganização do movimento no final da década de 1970. Alertamos que como o trabalho está centrado no estado do RS, e como diversos grupos tinham caráter regional, alguns grupos que tiveram uma atuação importante em outras regiões não deverão aparecer no presente trabalho.

## **UNIDADE**

Tendência Estudantil onde inicialmente atuavam os militantes do PCB e do PC do B. Possivelmente a mais antiga que se constituiu com este formato. Forte presença no DCE UCS onde foi hegemônica durante muitos anos (desde 1972) e posteriormente na PUC. Em função da atuação de seus militantes dentro da Juventude do MDB, muitos militantes jovens desse partido mas que nunca foram orgânicos de algum dos PCs também atuava dentro da UNIDADE. O discurso oficial é de que não se tratava de mais uma tendência, mas um movimento que buscava unificar a luta dos estudantes. No caso de Caxias do Sul, o grupo tinha uma caracterização regional, possivelmente para dar amplitude política. Chamava-se Unidos Unidade. Posteriormente o PCB passou a publicar o jornal Voz da Unidade e o PC do B a publicar o jornal Tribuna da Luta Operária. Não se sabe com precisão, mas na retomada das lutas estudantis (77/78) irá surgir a Viração, tendência que agrupa os militantes do PC do B e o PCB se mantém no movimento com a denominação de Unidade. A

grande questão que as outras correntes levantavam é que (óbviamente) o que eles propunham era uma unidade mas em cima de suas concepções políticas. Mais adiante, com o rompimento de Luis Carlos Prestes com o partido e com a “Carta aos Comunistas” lançada por Anita Leocádia Prestes, irá surgir uma dissidência (os chamados prestistas) que durante algum tempo ainda irão atuar dentro da Unidade. No entanto, quando Prestes se alia a Brizola e entra para o PDT, a juventude prestista irá organizar a Juventude Socialista por dentro do PDT.

### **PRESTISTAS/AVANÇANDO**

Os Prestistas, como já foi exposto acima, surgem a partir de uma cisão dentro do PCB provocada pelas posições de Luis Carlos Prestes e sua filha Anita Leocádia Prestes que passam a criticar o burocratismo da direção e a linha “reformista” assumida pela mesma. Prestes rompe com um discurso à esquerda da direção do PCB, e enquanto estes continuam dentro do PMDB defendendo a unidade das oposições dentro dessa estrutura partidária, Prestes se aproxima de Brizola e entra para o PDT. Inicialmente havia a linha oficial do PCB e os prestistas que atuavam dentro do partido. Com a ida de Prestes ao PDT, vão compor com a chamada “esquerda do PDT”, na sua maioria a partir da Juventude Socialista. Durante algum tempo ficaram em um impasse, pois não queriam ser reconhecidos apenas como Prestistas mas também não formalizavam uma nova organização política. Aos poucos no movimento estudantil vão surgir novas articulações. Na UFRGS surge o movimento Chega. Mais adiante, nacionalmente vai surgir a tendência Avançando, que irá lançar documento nacional para disputar os Congressos da UNE. Em alguns estados irá surgir o Coletivo Gregório Bezerra, hegemônico pelos prestistas. No estado nunca foram muito fortes, estando à frente do DCE da UFRGS durante uma gestão e posteriormente à frente do DCE UFPEL também por uma gestão.

## **VIRAÇÃO**

Tendência Estudantil dissidente da Unidade e que se construiu nacionalmente como Viração após ressurgimento da UNE em 79, sendo militantes ligados ao PC do B. Maoístas inicialmente e posteriormente defensores da Albânia como referência de Estado socialista através da liderança de Henver Hoja. Presentes em todo o estado, mais fortemente na Grande Porto Alegre, Ijuí e Rio Grande, além de Santa Maria e Bagé (onde irão perder suas bases para o grupo que se auto-intitulava PC do B ala esquerda) e que posteriormente irá constituir a Resistência. Hoje, após o processo de legalização do PC do B, a juventude desse partido encontra-se vinculada à União da Juventude Socialista (UJS). Perderam espaço no plano estadual embora nacionalmente seja a força política mais forte dentro da UNE, tendo presença em praticamente todas as diretorias da entidade, normalmente com a presidência e maioria absoluta da diretoria. A maioria de seus quadros políticos nacionais passaram em algum momento pela diretoria da UNE (Aldo Rebelo; Manuela Dávila; Renildo Calheiros e outros, hoje deputados federais), além de inúmeros deputados estaduais originários do ME e inclusive nomes que posteriormente se retiraram do PC do B mas que construíram sua trajetória a partir da direção da UNE, como Lindenberg Farias que foi seu presidente na época em que liderou os chamados “caras pintadas” na mobilização pelo Impeachment de Collor e que hoje está no PT.

## **RESISTÊNCIA/CAMINHANDO**

Nacionalmente a designação Caminhando foi a mais utilizada e no RS será conhecida pelo nome de Resistência. A dissidência do PC do B irá surgir a partir de 1976. Inicialmente designados como PC do B (Ala Esquerda), posteriormente irão formar o PRC (Partido Revolucionário Comunista) e mais tarde a Nova Esquerda dentro do PT. Atuavam inicialmente dentro do PMDB no RS e em alguns outros estados. No PDT no Rio de Janeiro, no PT em São Paulo e Minas, sendo que a partir de 84/85 irão unificar a atuação no PT. No RS surgiu basicamente através de lideranças políticas e intelectuais de Santa

Maria, como Tarso Genro, Adelmo Genro, Marcos Rolim, Sérgio Weigert, Tao Golin e Daniel Herz. Forte presença no interior do estado, onde foi hegemônico pós 80 em Passo Fundo, Bagé e UFPEL, além de Santa Maria.

O rompimento com o PC do B foi originado por posições distintas quanto à compreensão do processo de revolução brasileira. Embora tenha iniciado em 76 em uma reunião do Comitê Central que iria fazer uma avaliação do processo do Araguaia (Massacre da Lapa),<sup>111</sup> somente no início dos anos 80 é que será constituída uma nova estrutura organizativa. Na percepção de quem estava rompendo,

havia um racha no PC do B sobre a estratégia da revolução. Ou seja, o Comitê Central avaliava que a luta deveria partir do campo e a esquerda do PC do B avaliava que o Brasil havia se modificado, pois já existia um novo proletariado urbano capaz de liderar o processo no Brasil. Daí a nossa opção, mais tarde, pelo PT, onde este proletariado urbano se aglutinava. O PCB e o MR-8 faziam coro com a burguesia dependente nacional e pregavam a via “pacífica” e “negociada”. Claro, sob a liderança DELES. (entrevista por email com Ricardo Almeida<sup>112</sup> – janeiro de 2011).

Além da concepção de fundo que levava ao debate sobre a ação no Araguaia, havia outras divergências mais conjunturais como a questão da Constituinte. Enquanto o PC do B defendia a “Constituinte com João” (o que queria dizer constituinte para avançar ainda dentro do regime militar), os dissidentes defendiam “Constituinte sem João”, ou seja, precedida da derrubada da ditadura militar. Posteriormente, quando se aproxima da construção do PRC também começam a fazer críticas mais explícitas ao stalinismo.

---

<sup>111</sup> Reunião do CC que tinha como objetivo fazer um debate sobre as duas posições existentes sobre a Guerrilha do Araguaia. A reunião estava sendo acompanhada pelas forças de repressão e a casa sitiada. Na medida em que os dirigentes iam saindo da reunião e largados em seus respectivos “pontos”, foram sendo presos por policiais. Com exceção de um que ficou em um local diferente do normal e do responsável pela delação da reunião, o antigo deputado gaúcho pelo PCB e depois fundador do PCBR Jover Telles. Ficou na reunião Pedro Pomar e Ângelo Arroyo (cada um representando uma das posições existentes no partido) com a missão de redigir um documento final. Foram chacinados pelas forças repressivas. Maiores informações acerca da postura de Jover Telles, ver livro *Massacre na Lapa*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar, Editora Busca Vida, 1987.

<sup>112</sup> Ricardo Almeida (Vagareza) foi presidente do DA da Arquitetura da UFPEL, dirigente da Resistência no estado, secretário geral do DCE UCPEL (onde fazia Ciências Sociais) e posteriormente foi diretor da UEE/RS. Atualmente trabalha com consultoria.

## **HORA DO POVO**

Os apoiadores do jornal Hora do Povo, ligados ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) não chegam a organizar uma tendência estudantil nacional. Conhecidos como “hagapistas”, stalinistas convictos e normalmente aliados à Unidade e ocasionalmente à Viração (principalmente nos Congressos da UNE), terão pouca representatividade no ME gaúcho, com alguma presença em Santa Maria e Ijuí. No movimento secundarista terão uma força maior a partir do controle da UMESPA em Porto Alegre. Frequentemente se aliavam à direita nas disputas contra as forças de esquerda do ME.

## **COMPANHEIRO**

Apoiadores do jornal Companheiro, ligados a um grupo denominado MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), corrente marxista leninista originária de parte da antiga AP e da POLOP. Não chegaram a constituir uma tendência com nome próprio, eram reconhecidos como o pessoal ligado ao jornal O Companheiro. Tiveram pouca participação no ME, tendo presença em alguns DAs na UFRGS, presidência do DCE da UFRGS (junto com Viração) em 80 e na presidência do DCE UFPEL, também em 80 (frentão de esquerda), além de presença na primeira diretoria da UEE/RS. Militavam no PT embora não necessariamente compusessem com o bloco petista nos Congresso da UNE, algumas vezes se vinculando à Viração e Unidade.

## **GRUPOS DE ORIGEM TROTSKISTA**

Como já tínhamos visto anteriormente, dentro do campo do trotskismo, duas organizações serão bases para um conjunto de ramificações que surgirão posteriormente (e que até hoje se ramificam): a Organização Revolucionária

Marxista Política Operária (POLOP), surgida em 1959, e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)<sup>113</sup>, que surgiu em 1953. Uma das características que distingue os grupos de origem trotskistas dos demais, são seus vínculos internacionais. Embora as demais organizações possam ter (e algumas tem) referências em organizações externas, os grupos trotskistas pertencem organicamente a alguma articulação internacional. Essa concepção é fruto da política de Trotski em buscar criar a IV Internacional quando percebeu que a III estava sob controle absoluto de Stálin, e, sob seu ponto de vista, tinha abandonado os princípios revolucionários da classe operária.

## **CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/ALICERCE**

A origem da Convergência Socialista é através do PORT. Um dos rachas, que aconteceu em SP e do Nordeste, irá criar o grupo 1º de Maio<sup>114</sup>. Este, juntamente com militantes que vem da Argentina e também rompidos com o PORT, irão fundar em um primeiro momento a Liga Operária que posteriormente criará a Convergência Socialista em 1978. Possuem vínculos internacionais com a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). No movimento estudantil irão criar o Alicerce da Juventude Socialista. No RS irão ter alguma influência basicamente na UFRGS, com a presidência do DCE em 1977, com César Alvarez,<sup>115</sup> e em Passo Fundo. Hoje seus militantes se encontram basicamente no PSTU, sendo que algumas dissidências atuam dentro do PSOL e alguns ex-militantes dentro do PT. Durante um período (1981/83) tentaram criar uma única corrente estudantil juntamente com a Libelu, a qual deram o nome de Mobilização Estudantil e nome com o qual concorreram para a UNE e UEEs, mas a tentativa não vingou em função de divergências no plano internacional. Foi o primeiro grupo a lançar publicamente um jornal chamando a construção de um partido de trabalhadores, que mais tarde iria se

---

<sup>113</sup> O PORT no Brasil hoje pode ser identificado nos militantes do Partido Comunista Operário (POC), com o jornal Causa Operária e legalmente atuando através do Partido da Causa Operária.

<sup>114</sup> Eram contra a guerra de guerrilhas, posição da qual o PORT se aproximou, e defendiam um trabalho junto ao movimento de massas, rompiam com o Posadismo (concepções teóricas de Posadas).

<sup>115</sup> Chefe de gabinete de Lula em seus dois mandatos.

traduzir no PT. Em 1992 a corrente foi expulsa do PT durante os encontros que estavam tirando delegados ao I Congresso Nacional do PT. Sua grande referência internacional é Nahuel Moreno. Algumas vezes seus militantes eram chamados de “morenistas”.

## **LIBERDADE E LUTA**

Surgiu em novembro de 1976, ainda na clandestinidade. Posteriormente chamada de Libelu como simplificação do nome. Também tem sua origem no PORT, através de um de seus rachas que gerou a Fração Bolchevique Trotskista, a qual por sua vez fundou a Organização Socialista Internacionalista (OSI). Antes de adotar o nome de Libelu, atuavam com o nome de Perspectiva. Teve uma atuação forte em São Paulo mas fraca no RS, tendo uma presença maior na UFRGS, UFPEL, UFSM e UCS. A partir de um determinado momento começou a editar o jornal O Trabalho. A partir de um encontro nacional da corrente na metade de 80, houve a definição de se diluírem enquanto tendência do PT e militarem dentro do setor majoritário do partido, período em que pessoas como Antônio Pallocci se integraram ao PT. Não houve consenso dessa posição e os que perderam a votação irão novamente se aglutinar e continuar com o jornal O Trabalho, até hoje atuando dentro do PT. Sua grande referência internacional é Pierre Lambert. Algumas vezes seus militantes eram chamados de “lambertistas”.

## **DEMOCRACIA SOCIALISTA/EM TEMPO**

A origem da Democracia Socialista está basicamente no jornal Em Tempo, o qual por sua vez é uma dissidência do jornal Movimento<sup>116</sup>. Em 1977, diversos apoiadores do jornal Movimento, discordando da linha editorial

---

<sup>116</sup> Jornal criado em 1975, o qual juntamente com O Pasquim e Opinião, se constituíram nos principais jornais alternativos durante a ditadura militar.

resolvem fundar uma nova publicação. Entre os grupos que irão aderir ao jornal, além de militantes da Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML), também irão compor pessoas ligadas ao ORM- POLOP, MEP, COLINA, MR-8 e LIBELU. Alguns desses grupos se retiram pouco tempo depois. Além desses grupos, dois coletivos são fundamentais e que posteriormente irão dar a linha política do jornal. O pessoal que veio do POC e que construiu a Peleia no M.E. estudantil gaúcho e o pessoal da Centelha em Minas Gerais. Para entendermos melhor essa evolução é necessário um recuo no tempo. Em 1959 surge a POLOP, em 1961, a partir de algumas fusões, será criada a ORM-POLOP. Posteriormente outra fusão criará o POC. Após o golpe militar, em 1967, os descontentes do PCB irão criar a chamada Corrente Revolucionária. A Corrente, por sua vez, em um Congresso em Mantiqueira, Rio de Janeiro, não conseguirá unidade e resultará em diversos agrupamentos. No Rio Grande do Sul, os estudantes que tinham ligação com o PCB e rompem irão criar a Dissidência Leninista (DL/RS). Entre eles nomes como Raul Pont<sup>117</sup>, Flávio Koutzii; Luis Pilla Vares e Marco Aurélio Garcia. A Dissidência, por sua vez irá aderir ao POC. No período mais duro da repressão, Raul será preso, Flávio irá para a Argentina onde será preso lá, outros militantes também foram presos ou tiveram que sair de circulação. No exílio, em 1971, alguns militantes começam a se aproximar do Secretariado Unificado (S.U.). Mais adiante, em 1975, militantes do POC criam na UFRGS um grupo denominado de Nova Proposta. Ao mesmo tempo passam a atuar dentro do MDB, na denominada Tendência Socialista do MDB.<sup>118</sup> Nesse grupo embora houvesse pessoas ligadas ao POC, também havia outras sem nenhuma ligação. A Nova Proposta posteriormente entrará em crise e seus militantes constituirão a Peleia, tendência estudantil. Enquanto isso, o agrupamento conhecido apenas como O. (alíás, mesma designação do grupo gaúcho), foi o responsável pela criação de Centelha no movimento estudantil mineiro. Em dezembro de 1979, basicamente a partir de Minas e RS, é fundada a Organização Revolucionária Marxista Leninista Democracia Socialista (ORML-DS), conhecida atualmente como D.S e tendo o Em Tempo como órgão de divulgação da tendência. Também participaram da fundação da D.S. ex militantes da ORML AP e do Comitê de Ligação dos

---

<sup>117</sup> Raul Pont foi eleito presidente do DCE da UFRGs em 1967 para a gestão 1967/68.

<sup>118</sup> A Tendência Socialista do MDB agrupou diversos grupos de esquerda, não apenas os originários do POC.

Trotskistas Brasileiros (CLTB). A nível internacional a ORML-DS estava vinculada ao Secretariado Unificado da IV Internacional (S.U.), sendo seu principal dirigente Ernest Mandel, economista belga (por isso também eram chamados de mandelistas). Hoje o grupo que se identifica com o S.U. está no PSOL, sendo que a D.S. continua como tendência do PT. Para a UNE e para a primeira eleição da UEE, a chapa lançada por eles tinha o nome de Novação, buscando incorporar outros grupos menores.

## **AVANÇAR A LUTA**

Dissidentes da O.S.I, inicialmente conhecidos como “racha da OSI”, mais tarde irão participar da criação do CLTB. Uma parte dessa organização irá se incorporar à criação da D.S. , outros irão criar a corrente conhecida no movimento estudantil como Avançar a Luta (Avalu). Tiveram pouca participação no movimento estudantil e no movimento em geral. Presença forte no M.E. de Pelotas e um pouco em Porto Alegre.

## **GRUPOS LOCAIS**

Além das correntes organizadas (tendências) existiram muitos grupos locais, a exemplo do grupo RENOVAÇÃO de Caxias do Sul, oriundos do Unidos/Unidade em Caxias do Sul, onde uma parte (minoritária) vai para o PDT e outra (majoritária) irá para o PT no seu surgimento e mais tarde praticamente se incorpora à Peleia (Em Tempo). Ou então o Grupo RAÍZES, ligado à Agronomia da UFPEL e que sempre teve um grande peso na definição das eleições para o DCE da UFPEL. O Raízes permitia a presença de outros grupos em seu interior e todos os candidatos à presidência do DCE UFPEL de 1978 a 1985 (com exceção do ano de 82 com Gerson Madruga da Veterinária) foram estudantes da Agronomia e de alguma forma ligados ao Raízes, enquanto este grupo existiu. Esse tipo de articulação dos chamados

independentes era visto pelos militantes organizados como um espaço limitado dentro do jogo político. Para Abner, referindo –se ao Raízes,

Este grupo era composto por militantes "independentes" com simpatias à diversos partidos (mais PT e PDT), mas que em discussão com eles, mostravam-se limitados em seus horizontes (eram muitos mas não podiam voar), mas cuja trajetória foi pela esquerda, tornando-se a grande maioria, apoiadora do MST e, conseqüentemente, com evolução pró PT (Entrevista por email feita com Abner Jandir Pífaró Gomes – janeiro de 2011).

Isso, no entanto, não reduzia a importância que grupos locais tiveram nas articulações locais ou até mesmo como espaços de formação política específicas por áreas de atuação, como novamente citamos o caso do Raízes, que durante várias gestões coordenou a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e que foi espaço de formação de dezenas de quadros técnicos e políticos hoje vinculados à questão agrária, seja ligados aos movimento de luta pela terra, seja ligados aos pequenos agricultores. Na avaliação de um de seus principais articuladores,

Por ocasião do Cio da Terra (creio que 91) eu já estava mais na terra- trabalhando em assentamentos- e voltando à Pelotas para apoio ao rico processo de formação de quadros que mantivemos durante anos via o Mutirão e que em muito colaborou para a nova dimensão da democratização - a econômica - no meio rural, via propostas alternativas ao desenvolvimento rural.... (Entrevista feita por email com Luiz Fernando Fleck<sup>119</sup> – janeiro de 2011).

Para conseguir agregar estudantes não organizados ou para ampliar alianças, outros grupos regionais também existiram neste período. Também poderia ser enquadrado em “grupos locais” as articulações dentro da igreja católica através da JUC (Juventude Universitária Católica). Embora não houvesse uma organização como tendência, em algumas universidades havia uma espécie de articulação onde organizavam sua atuação.

---

<sup>119</sup> Luiz Fernando Fleck foi o candidato à presidência para o DCE UFPEL em 1978 que ganhou as eleições mas não foi empossado por ordem da reitoria. Coordenou o DCE Livre (paralelo ao oficial) nesse período. Hoje é agrônomo vinculado às lutas sociais do campo.

## CAPÍTULO VI

### MOVIMENTO ESTUDANTIL GAÚCHO

#### 6.1. O Papel desempenhado pelo DEE no RS

A presença de uma entidade nos moldes do Diretório Estadual de Estudantes (DEE), no Rio Grande do Sul, torna mais clara a existência de uma direita organizada e disposta a disputar ideologicamente suas posições. Diferente de outros estados onde simplesmente não existiam DCEs livres<sup>120</sup> ou então havia algum tipo de trabalho assistencialista (que tanto podia ser fruto de uma concepção de direita como de um processo de despolitização), no Rio Grande do Sul havia outras variáveis.

Para João Carlos Gastal Junior, militante na época, sua opinião é que:

(...) a existência do DEE no RS era reflexo fiel da presença de uma direita estudantil mais organizada, atuante e influente em nosso estado do que nos demais. Assim, parece-me que somente no RS o processo de reconstrução das entidades e do movimento envolveu uma disputa mais significativa com a direita (...). A percepção que eu tinha, na época, é de que, em outros estados, o esforço dos militantes de esquerda era no sentido de chamar o conjunto dos estudantes para o movimento, de organizá-los, não sendo o enfrentamento de uma direita estudantil, de modo geral, uma questão colocada (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior – janeiro de 2011)<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> Entenda-se aqui DCE livre como aqueles não controlados política e ideologicamente pelas reitorias.

<sup>121</sup> João Carlos Gastal Junior foi estudante de direito e filho do ex prefeito de Pelotas e ex deputado estadual João Carlos Gastal. Foi o primeiro estudante preso em Pelotas em uma manifestação (19 de maio de 1977) contra o chamado Pacote de Abril. Hoje trabalha como técnico do quadro permanente do Senado Federal.

Na opinião de Rogério Dornelles, essa direita organizada não só existia na época como ainda se mantém. Para ele:

o DEE só se manteve em nosso Estado porque aqui existe uma direita ideológica e organizada que no atual momento se unifica no anti-petismo e no movimento sindical tem seu expoente nas entidades médicas (entrevista feita por email em fevereiro de 2011).

Pensamento parecido com o de Paulo César da Rosa, representante do DCE UFRGS na comissão pró UNE e na comissão de DCEs que constituíram a UEE Livre. Para ele,

O DEE existiu no RS porque aqui - como até hoje - tínhamos uma direita militante, que fazia a disputa política no dia a dia. O DEE foi um obstáculo a mais no processo de reconstrução. Gastou-se muitas horas de discussão sobre o que fazer com o DEE: ocupar ou destruir? (Entrevista por email com Paulo Cezar da Rosa – janeiro de 2011).

Para que possamos entender porque o DEE do RS ter sido o único no país a se manter enquanto tal, mesmo após o surgimento do Decreto Lei 477 (1969), que acabou com o DNE e demais DEEs do país, é necessário uma pequena retrospectiva.

A UEE do RS surgiu em 1934<sup>122</sup>, antes portanto do próprio surgimento da UNE. Quando Leonel Brizola se elegeu governador do Rio Grande do Sul (gestão 1958/62) doou uma sede à entidade, a qual se situava na rua Senhor dos Passos, nº235, 3º andar, em Porto Alegre. A partir do período militar, com o surgimento da lei 4.464 em 1964 (também conhecida como Lei Suplicy de Lacerda), a UNE é extinta juntamente com as UEEs, e em seu lugar é criado o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs). No Rio Grande do Sul os estudantes mantiveram a UEE ainda por algum tempo.

Na última eleição direta para a UEE/RS, em 1966, venceu uma chapa de direita, denominada Decisão. A partir desse momento, em função da lei que

---

<sup>122</sup> Informação do jornal O Minuano, ano III, nº 9, março/abril de 1977.

acabava com as UEEs, esse grupo simplesmente mudou o nome para DEE<sup>123</sup>. Como havia o problema legal da sede que estava em nome da UEE, criaram então a sigla DEE/UEE, sendo que ao mesmo tempo atendiam às regras do regime e mantinham o patrimônio que originalmente era da UEE. Foi excluída dos estatutos a condição de entidade representativa e esta passou a ser uma entidade de cunho cultural e assistencial dos universitários.

Na medida em que era uma entidade que estava alinhada ao regime, e que criou um mecanismo de sucessão controlada ideologicamente, sem nenhuma possibilidade da esquerda retomar a entidade; as autoridades públicas sempre apoiaram explicitamente o DEE, inclusive participando de suas atividades e frequentemente recebendo dirigentes do DEE e liberando recursos públicos para seus projetos.

Utilizando o conceito de Gramsci<sup>124</sup> sobre Estado, poderíamos afirmar que o DEE se constituiu enquanto um instrumento privado de hegemonia. Enquanto o regime dispunha da força enquanto mecanismo de coerção, também construiu instrumentos de disputa ideológica no seio da sociedade. No caso do movimento estudantil os DEEs. Como apenas no RS vingou, aqui teve o apoio oficial a despeito de sua falta de legalidade perante as próprias leis do regime.

O alinhamento ao regime é facilmente percebido em suas ações. Em um artigo de seu jornal *O Minuano*, a direção do DEE lamenta tristemente não a repressão política aos estudantes em nosso país, mas exatamente a reação por parte dos mesmos. Afirmam que:

O período de silêncio estava imposto à universidade diante do difícil quadro político que vivia o Brasil. O Movimento Estudantil radicalizou-se como um todo. Tristemente estão registrados em nossa memória os fatos agudos do período onde a guerrilha urbana irrompia-se através de assaltos a bancos, seqüestros, a toda uma gama de terrorismo político que recrutou exatamente os líderes estudantis mais ativos e muitos até idealistas, pois esses reagiam contra o governo e não contra o sistema. Mas, a indução subreptícia do comunismo internacional e seus partidos clandestinos, acabaram municiando toda aquela juventude, usando-a para interesses internacionais e redundando num quadro que foi o mais triste do período: o saldo de

---

<sup>123</sup> Em um congresso do DEE realizado em 1967 em Santa Maria – fonte o jornal *O Minuano*.

<sup>124</sup> Para maiores referências sobre o conceito de Estado ampliado para Gramsci, ver PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977.

prisões, banimentos e mortes (jornal O Minuano, março/abril de 1977).

Em síntese, a responsabilidade pelas conseqüências da repressão é o “comunismo internacional” e as autoridades apenas estavam tentando controlar o “difícil quadro político” que o país vivia.

Se é verdade que havia a preocupação com o controle de uma estrutura de poder importante (sede do DEE com todos os serviços prestados) e talvez com benefícios pessoais (viagens, contatos, projeção política), também havia uma preocupação com a disputa de DCEs e uma disputa ideológica, manifesta na realização de inúmeras atividades como Seminários, Fóruns, etc, bem como atividades esportivas, festivas e culturais. Todas elas financiadas com recursos públicos e sempre convidando palestrantes de alguma forma comprometidos ideologicamente com o regime da época.

Da parte do regime havia uma aposta nas chamadas “maiorias silenciosas”. O Decreto Lei 228 (1977) obrigava todos os estudantes universitários a votar para as eleições dos diretórios acadêmicos. Quem não votasse poderia ser suspenso por até 30 dias. Por trás dessa lei havia o entendimento de que se a imensa maioria dos estudantes fosse obrigada a votar diminuiria o peso da militância mais ativa dentro das universidades. Não é por acaso que na primeira eleição para a UNE em 1979 a chapa da direita denominou-se de *Maioria* (e ironicamente foi uma das menos votadas das 5 chapas que disputaram as eleições).

Otávio Monteiro, presidente do DCE da UFSM em 1977 se reportou aos “estudantes profissionais”. Referindo-se ao Decreto Lei 228, disse que “foi muito importante porque eliminou o monopólio das entidades estudantis por parte dos chamados *estudantes profissionais*”. O curioso da afirmação é que o próprio jornal oficial do DEE (O Minuano), afirmava na mesma matéria que Otávio tinha 31 anos e que a 14 anos se dedicava à atividade estudantil.<sup>125</sup>

Enquanto a disputa se dava por dentro dos Diretórios Acadêmicos (eram eles que elegiam os DCEs), havia uma preocupação em convidá-los para participar das atividades gerais do DEE e controlá-los do ponto de vista político e ideológico. Na medida em que começam a surgir eleições diretas para os

---

<sup>125</sup> Jornal O Minuano, pg. 12, ano III, nº 9, março/abril 77.

DCEs, o DEE passa a deslocar seus quadros políticos para os municípios em disputa para apoiar as chapas de direita.

Segundo o jornal *Correio do Sul*, de Bagé, o presidente do DEE (João Gallardo), foi à cidade nas vésperas das eleições para o DCE FUNBA em 1982 e afirmou que:

acredito no bom senso dos estudantes da FUNBA. Certamente eles optarão por manter no DCE aqueles representantes que, através do equilíbrio e do diálogo, tem conduzido as reivindicações e lutas da comunidade estudantil bageense (*Jornal Correio do Sul*, 06/06/82).

Também afirmou na ocasião que 5 DCEs e 60 DAs no estado estavam filiados ao DEE (sem especificar quais). Em outra oportunidade, em declaração para o mesmo jornal, Gallardo afirmou que o DEE teria representação em Bagé, Cruz Alta, Santa Maria, Uruguaiana, Caxias, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul<sup>126</sup>.

A imensa maioria de seus dirigentes eram de DCEs do interior do Estado, na medida em que na capital havia uma maior participação por parte da esquerda e uma maior base política-ideológica para posições de esquerda. Com exceção do DCE da UCS e UFRGS, todos os demais tinham vínculos (com maior ou menor organicidade) com o DEE.

Analisando a trajetória do DEE, é possível percebermos a manutenção, ao longo das gestões, de uma política assistencialista (assistência médica e odontológica em sua sede; criação de uma livraria com descontos nos preços, convênio com seguradora para caso de acidentes pessoais, etc). Como também a preocupação em organizar atividades esportivas e festivas (escolha das mais belas estudantes, etc.) e atividades de formação política que sempre tiveram uma preocupação ideológica na seleção dos palestrantes.

Esse tipo de serviço ocorria não apenas na sede central do DEE, na rua Senhor dos Passos, em Porto Alegre. Os DCEs que se alinhavam à essa entidade, sempre tiveram uma preocupação grande com o assistencialismo. Da mesma forma que o movimento sindical, controlado pelo regime, tinha se

---

<sup>126</sup> *Jornal o Correio do Sul*, em 11/12/81. Na mesma nota do jornal, Romeu Ramos, secretário de Minas, Comunicações e Energia pedia apoio ao DEE para que realizasse um seminário para discutir problemas ambientais – oferecendo recursos financeiros para a organização do evento.

transformado em grandes “máquinas” assistencialistas, o mesmo aconteceu com as entidades controladas pelos setores de direita. Algumas falas de parte de dirigentes desses DCEs comprovam sua forte vinculação ideológica com a direita. Em Santa Maria, o candidato à presidência do DCE da UFSM em 1979 (e presidente da Arena Jovem na cidade), Clébio Calegaro da Silveira, mandou uma carta da Arena Jovem afirmando que o vice reitor era um traidor da UFSM por defender um processo de eleições diretas para o DCE (Jornal A Razão, 13/10/79). Também foi feita uma crítica, por parte do DCE, ao fim do decreto lei 477 (1979). Segundo o jornal A Razão:

Para os dirigentes do Diretório Central da UFSM, que não raras vezes evocaram o 228 como sendo o meio legal para serem feitas eleições estudantis, a revogação dos decretos os deixa um pouco confusos, chegando a considerar o 477 “necessário”, pois é como o código civil para os brasileiros” (jornal A Razão 26/06/69, p. 4).

Elias Pontelli, presidente do DCE UFSM nesse período, ainda afirmou que sua preocupação era que “os estudantes não tenham consciência para escolher suas lideranças” (ibidem). O mesmo Elias, na eleição para presidência do DCE/UFSM, afirmava em relação à chapa de situação, que “somos pessoas de idéias brasileiras” e criticava o presidente da UNE, dizendo que “o presidente da UNE tem íntimo relacionamento com organismos internacionais voltados para o socialismo e o marxismo”. No mesmo processo eleitoral, o então presidente do DCE UFSM gestão 78/79, Elias Pontelli, afirmou que

O presidente do DCE nunca concordou com a participação dos estudantes nos problemas de outras classes. Ele defende a política estudantil voltada ao ensino, a pesquisa e a extensão. Ele alerta que o estudante não deve se alienar do problema das classes de operários mas que deve participar da política nacional como brasileiro (Jornal A Razão, p. 16).

A política de defesa do regime, das reitorias e da “ordem” era facilmente identificável nas ações dos dirigentes dos DCEs vinculados à direita. Na UCPEL, em 1979 e em 1980, a direção do DCE se colocou contra a mobilização dos estudantes contra os aumentos, lançando nota à imprensa e à reitoria (em anexo). Em outra ocasião mandou ofício à Liga de Defesa Nacional

se desculpando por não ter comparecido à uma solenidade na Semana da Pátria e outro à reitoria se desculpando pelo fato (anexo). Em Rio Grande, são inúmeros os ofícios às autoridades convidando para coquetéis e solicitando recursos para assistência, inclusive um deles parabenizando o interventor da cidade por sua recondução ao cargo de prefeito por parte do presidente Médici<sup>127</sup>. Na UFPEL, existem inúmeras atas, tanto de reuniões de diretoria do DCE como do Conselho de Representantes, onde os encontros foram realizados no gabinete do reitor. Uma delas inclusive onde constava na ata que o próprio reitor foi quem coordenou a reunião. Na PUC, havia até 1975 uma tradição do DCE organizar um vôo fretado com estudantes para uma visita ao Papa, sendo que o presidente do DCE recebia uma passagem cortesia da empresa organizadora do evento. O discurso contra os “radicais”, a fala a respeito dos “jovens sadios”, a preocupação com as “ideologias estranhas ao povo brasileiro” e um conjunto de expressões que expressavam claramente um perfil conservador e anticomunista estava presente de forma constante em documentos, jornais e falas dos dirigentes ligados ao DEE.

Essa preocupação permanente em centrar suas ações em questões específicas dos estudantes (e mesmo assim sem nunca se contrapor aos interesses das reitorias) e denunciar as reivindicações não corporativas como fruto de interesses políticos externos à universidade sempre foi uma marca forte da direita estudantil. A partir de certo momento começa a diminuir o espaço para esse tipo de discurso. Para Abner Jandir Pífero Gomes,

Tentando colocar-se como representantes dos "verdadeiros estudantes", eles disputavam as migalhas (privilégios) da elite da ditadura em decadência. Viviam a contradição de - sem espaço hegemônico - esconderem-se, não podiam mostrar-se como eram. Articulavam por baixo dos panos. Não tinham poder de atração público - quem defendia a ditadura já não fazia publicamente. Por isso o campo deles era o do estudantismo. Mas este não prosperava. Onde estavam nas grandes mobilizações e greves? Quais chapas apoiavam para UNE e UEE ? Tempos difíceis para estes seres (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes – janeiro 2011).<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> Na época, como Rio Grande era considerada área de segurança nacional, não havia eleições, sendo o prefeito municipal nomeado.

<sup>128</sup> Abner Jandir Pífero Gomes foi militante do movimento estudantil secundarista no final dos anos 70 e universitário nos primeiros anos da década de 80, em Pelotas. Hoje é Secretário Municipal da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar.

No entanto, a despeito dessa marca de continuidade, também podemos perceber que na medida em que o regime vai abrandando, também começa a mudar o discurso dos representantes desse setor. Aqui entendemos não apenas o discurso dos dirigentes oficiais da entidade, mas também dos DCEs que publicamente se alinhavam ao DEE. Isso tanto poderia ser um processo natural de retomada de posicionamento e/ou surgimento de novas lideranças, como também poderia ser uma forma de readaptação à uma nova realidade dada.

No Regimento do DEE, aprovado em 1979, consta que

O Estado de direito pressupõe uma constituição legítima; elaboração democrática das leis, através de um Parlamento livremente eleito; a existência de um poder judiciário independente; e principalmente o respeito aos direitos da pessoa (Regimento DEE – em anexo).

A concepção liberal que passa a aparecer nos documentos do DEE tem dois eixos: o liberalismo político na medida em que passa a defender um estado de direito por um lado, e por outro, com mais ênfase ainda, a defesa de um liberalismo econômico e um combate às concepções coletivistas e ou socialistas. Novamente o regimento do DEE é bastante elucidativo:

Nos encontramos equidistantes das posições tradicionais e conservadoras que não absorveram as transformações do mundo; e dos coletivismos utópicos de alguns socialismos que só podem ser efetivados com imensos sacrifícios da perda das liberdades individuais (Regimento DEE – em anexo).

Nesse aspecto, (liberalismo econômico), buscam preservar e defender

O direito à propriedade, como direito natural e como fundamento da personalidade humana, com as restrições requeridas pela sua função social.

A empresa privada, o esforço e a capacidade pessoal valorizados e usados conscientemente pela sua incontestável eficiência, e, pela valorização da sociedade civil.

A economia de mercado, corrigida, forma de garantir justiça social e igualdade de oportunidades (Regimento DEE – em anexo).

Não só nos documentos do DEE começou a aparecer a defesa dos preceitos liberais. A chapa de situação para o DCE UCPEL nas eleições de 1980, por exemplo, também defende a livre iniciativa como forma de organização econômica da sociedade. Para eles,

procuramos reunir em nossa chapa, todos aqueles colegas que participam de um pensamento positivista, liberal e democrático, onde a livre iniciativa coordenada pelo bom senso, fará de nossos dias uma luta constante (chapa Gênese – DCE UCPEL/1980).

Na mesma eleição de 1980 na UCPEL, a chapa Novo Tempo, dissidência da chapa oficial do DCE mas também de direita, tem seu material de campanha pago pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e inclusive possui propaganda do CIEE no panfleto de programa.

Também em outros municípios a direita buscou aparecer como desvinculada do passado. Em Passo Fundo, na primeira eleição direta para o DCE, o grupo de situação não apresentou chapa. Mas a chapa Renovação, que criticava a gestão anterior, também se preocupava em atacar a esquerda. Embora alegassem defender a UNE, se reportavam a uma “*UNE livre, isenta de ideologias estranhas*”,<sup>129</sup> discurso esse de viés anticomunista.

Dentro dessa perspectiva de “renovação”, o DEE se articula para participar da fundação da UNE em 1979. Como já vimos no início do capítulo IV deste trabalho, a atuação dessa entidade no Congresso em Salvador foi acompanhada de diversas acusações por parte da imprensa e outras correntes políticas. Caminhada pelas ruas da cidade com um caixão coberto com a bandeira da UNE (existem fotos comprovando essa atividade), bem como acusações de sabotagem (que ainda não está elucidado se houve a participação do pessoal do DEE ou se apenas de membros das forças ligadas aos órgãos de informação do regime que atuavam na época)<sup>130</sup>. O corte de energia elétrica em determinado momento do Congresso e a disseminação de um pó que foi atirado das arquibancadas que gerou irritação na pele de

---

<sup>129</sup> Jornal O Nacional, 18 de outubro de 1979.

<sup>130</sup> Maiores informações a respeito da participação do DEE no Congresso, ver [www.reconstrucaodaune.blogspot.com](http://www.reconstrucaodaune.blogspot.com) (01/08/2011).

diversos estudantes, depois identificado como pó-de-mico, inofensivo mas que gera uma irritação muito grande.

De qualquer forma a direita se organizou para disputar a direção da UNE e lançou uma chapa nas eleições de 1979. Nessa disputa, o DEE teve um papel importante na articulação, tendo João Gallardo como vice sul da chapa (denominada de “Maioria”). O candidato à vice presidência nacional da chapa foi Ciro Gomes, político originário da ARENA no Ceará e posteriormente candidato à Presidência da República em 2002 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O processo de esgotamento do regime militar arrastou consigo a crise também para esse discurso de direita. A chapa Maioria (a despeito do nome) teve uma baixíssima votação.

No contexto gaúcho, quando alguns DCEs começaram a movimentação para constituir a UEE Livre, o DEE resolveu em um primeiro momento tomar a iniciativa e chamar eleições diretas para a entidade. Buscavam com isso realizar eleições sobre seu controle. Ainda de acordo com a crença de que “as maiorias silenciosas” estavam de seu lado. Chegaram a distribuir cartazes pelas entidades chamando eleições diretas. Os órgãos de informação inclusive mandaram para as delegacias de polícia documento sigiloso<sup>131</sup> onde constava que:

O atual Presidente do DEE/RS (Diretório Estadual de Estudantes/RS) pretendia fazer uma campanha em todas as Universidades e Faculdades do RS, visando forma direta para as próximas eleições, pois assim, segundo ele, poderá ser obtida uma maioria de aproximadamente 80%. A referida campanha, teria também como objetivo, uma antecipação à organização e atuação de elementos de esquerda nesse setor (Documento confidencial do DOPS).

Mas esse documento não mostrava preocupação com o DEE, ao contrário. Sua intenção era buscar mais informações sobre os movimentos que visavam a constituição da UEE Livre. Os órgãos repressivos tinham a

---

<sup>131</sup> Documento confidencial do DOPS 02 de março de 1979. Pedido de busca nº 023/79/DBCI/DOPS/RS. Ao final havia um carimbo que dizia “o destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento, art 1º Dec. 79.090/77 – regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos. Cópia desse documento encontra-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, junto à Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura.

informação de que "Até 20 ABR 79, seria realizada uma reunião de estudantes politicamente ligados à esquerda, com o objetivo de reativar a UEE/RS (União Estadual de Estudantes/RS)". E o documento, que citava as informações provenientes do DEE, ao final solicitava às DRPs (delegacias regionais de polícia), "Apurar local da reunião e acompanhamento da mesma, bem como identificação de líderes políticos e estudantes presentes, temas tratados e repercussão do evento entre os presentes".

O DEE não só recuou da organização de eleições diretas para a entidade, como tentou em um primeiro momento participar do processo de constituição da UEE/Livre. No entanto, todas suas ações foram no sentido de implodir a articulação em andamento, sendo que em nenhum momento participaram de forma séria do processo.<sup>132</sup>

Com a retomada dos principais DCEs do estado no início da década de 80 começa o declínio do DEE. Segundo Pepe Vargas<sup>133</sup>,

O DEE a partir de certo momento, no qual a ditadura já não mais conseguia impedir a livre organização dos estudantes perdeu importância. O movimento real se organizou em torno dos DCEs e D.As, que reorganizaram a UEE. O DEE acabou se transformando num aparelho de locupletação pessoal de seus dirigentes, num processo de definhamento crescente. A sua existência levou a uma situação de falta de enfrentamento mais global entre direita e esquerda. Pontualmente, em alguns D.As, mais raramente em DCEs, setores de direita disputaram eleições, raramente com vitórias (Entrevista por email com Pepe Vargas – janeiro de 2011).

A opinião de que a partir de determinado momento o DEE passou a perder importância enquanto instrumento de disputa política e ideológica mas que ainda se manteve por um determinado período em função de interesses pessoais, é compartilhada por Abner Gomes. Para ele,

Acredito que estes seres não estavam mais interessados em vitórias ideológicas ou políticas, mas sim em defender quem lhes proporcionava privilégios -

---

<sup>132</sup> O relato desse processo pode ser acompanhado no livro *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*, de Ivanir Bortot e Rafael Guimaraens. Porto Alegre. Editora Libretos, 2007 ou na versão do DEE pelo Jornal O Minuano, ano III, nº 9, março/abril 77.

<sup>133</sup> Gilberto José Spier Vargas, (Pepe Vargas) foi militante do movimento estudantil de Caxias do Sul, sendo duas vezes diretor da UEE/RS, ex-prefeito de Caxias do Sul, ex-deputado estadual do RS e atual deputado federal.

e estes não eram poucos. Então, provavelmente mais que em qualquer outro estado, a existência do DEE produziu o grupo que deu sustentação à vários políticos de direita em nosso estado (...) Monopolizavam a distribuição de lugares quando não existia concursos públicos, casas populares, quando não existia sorteio ou critérios, bolsas de estudo e transferências entre muitas outras coisas... (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes – janeiro 2011).

Entendemos, por fim, que a direita estudantil gaúcha, que por um longo período de tempo controlou a maioria das entidades gaúchas, começou a se desgastar e perder sua força política em função do fim do regime militar e do próprio objetivo pelo qual a entidade estava estruturada para efeito de disputas. A partir de determinado momento passa então a ser um simples instrumento de preservação de interesses privados, e mesmo assim não conseguiu se sustentar com esse nome. A reconstrução da UEE, a existência de correntes políticas organizadas que davam conteúdo ideológico ao confronto com a direita foram fundamentais para a derrota dessa entidade. Abaixo construímos um quadro com alguns dos presidentes do DEE que conseguimos identificar.

GESTÕES	PRESIDENTES DO DEE
1971/72	MÁXIMO E. ANTUNES <sup>134</sup>
1972/73	
1973/74	
1974/75	VALNIR SOARES <sup>135</sup>
1975/76	JOSÉ UBIRATAN DE OLIVEIRA
1976/77	EDUARDO DI PRIMIO MAINERI CONCEIÇÃO <sup>136</sup>
1977/78	
1978/79	DARCY ROCHA MARTINS MANO <sup>137</sup>

<sup>134</sup> O Secretário Geral da gestão era Hermes Pereira Dutra, o qual posteriormente coordenou a bancada do PP (na época PDS) na Assembléia Legislativa até sua aposentadoria.

<sup>135</sup> O vice presidente do DEE nessa gestão era Adolfo Fetter Jr, ex deputado federal e atual prefeito de Pelotas pelo PP.

<sup>136</sup> O assessor especial da presidência era Lindomar Vargas Rigotto, irmão de Germano Rigotto.

<sup>137</sup> Dias 11 a 13 de novembro de 1977 foi realizado um Encontro Estadual DEE na FURG, encontro esse apoiado pelo DCE FURG. A avaliação do DOPS/RS era de que participaram 250 estudantes de 27 cidades. Lindomar Vargas Rigotto surgiu como candidato de oposição. Reitor da FURG (Pedone) solicitou ao presidente do DCE FURG (Antônio Eduardo Toralles Santos)

1979/80	GERALDO ROSA
1980/81	JOÃO VILLANOVA GALLARDO
1981/82	JOÃO VILLANOVA GALLARDO
1982/83	CARLOS ROMANO GOELZER PANSERA

A destruição da maioria dos arquivos dos DCEs, bem como a inacessibilidade de buscar documentos em uma entidade que não mais existe (DEE), dificultou a identificação de todos os seus presidentes durante o período analisado.

## **6.2. A Reconstrução da UEE e seu papel no Rio Grande do Sul**

Quando este trabalho foi iniciado, a primeira impressão que tínhamos, é que durante o período mais repressivo do regime militar, não havia formas organizativas por parte dos estudantes, excetuando a ação do DEE e dos setores de direita que mantinham uma política assistencialista. No entanto, ao buscamos informações, aos poucos começamos a perceber que essa imagem não correspondia à realidade. No Arquivo Público de Caxias do Sul, conseguimos identificar um documento de 1973 assinado por alguns DCEs e DAs do estado que definia uma linha de atuação e reivindicava o fim do Decreto lei 477 e liberdades democráticas, entre outras proposições<sup>138</sup>. O curioso é que este documento não fazia nenhuma menção ao DEE, tinha uma

---

que apoiasse Lindomar, “conforme instruções recebidas de Brasília” por parte do reitor. A chapa de oposição teve 10 votos e 70 da chapa de situação. Lindomar passou para a chapa de situação 15 minutos antes das eleições, concorrendo na chapa de Darcy Rocha Martins Mano, que foi eleito presidente do DEE para o período 78/79 (fonte documentos do DOPS/RS).

<sup>138</sup> Assinavam o documento os DCEs da UFRGS, UNISINOS, UCS, FURG, UPF e UFSM. Não estavam presentes a UFPEL, UCPEL, PUC e FUNBA. De Pelotas apenas o DA da medicina da UFPEL e dois DAs da PUC.

linha claramente crítica ao regime mas também tinha a assinatura de DCEs que estavam com diretorias de direita. Esse documento serviu como alerta e procuramos localizar outros documentos que pudessem identificar melhor a origem dessa articulação. O encontro que deliberou pela publicação desse material foi realizado em Caxias do Sul de 7 a 9 de setembro de 1973, período em que Ivo Sartori era presidente do DCE da UCS.

Posteriormente identificamos na documentação existente no DCE da FURG, um documento convidando a entidade para participar do 2º Encontro de DCEs e DAs das faculdades isoladas do RS. O encontro seria realizado de 3 a 5 de novembro de 1972 e o local não era anunciado (possivelmente por uma questão de segurança). O critério de participação seria 2 representantes por DCE e 1 representante por DA. As confirmações deveriam ser feitas junto ao DCE da UNISINOS. Na época, o presidente do DCE era Raimundo Kroth<sup>139</sup>.

Na pauta do encontro, entre outros itens, constava “Situação real dos DCEs e DAs hoje: atuação, limitações e possibilidades: troca de experiências”. Posteriormente trabalhos em grupo com os temas: 1) auto – crítica; 2) discernimento de novos horizontes, e 3) Humanismo e Técnicas vistas na Reforma Universitária. Ou seja, aparentemente o encontro buscava refletir a situação do ME e a busca de alternativas dentro dos limites colocados pela conjuntura. Por fim, um dos últimos tópicos da pauta era “Eleição do novo Presidente do Conselho”, possivelmente um Conselho de entidades que deveria assumir um papel articulador das ações possíveis no estado.

Mais adiante, já em 1976, novamente o DCE da UNISINOS mandou ofício para os DCEs do estado em nome do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (curso de direito, em Ijuí), convocando o VI Encontro Estadual de DCEs e DAs<sup>140</sup>. Esse encontro seria realizado em Ijuí nos dias 24 e 25 de abril de 1976. O referido encontro tinha como pauta o Balanço das atividades da Semana de Liberdades Democráticas; Movimento estudantil em âmbito estadual e nacional e reorganização do CEDE. Posteriormente identificamos

---

<sup>139</sup> Raimundo Kroth na época era frei jesuíta, recebendo a ordenação sacerdotal em novembro de 73. O Pe. Raimundo faleceu recentemente, em outubro de 2010 em São Leopoldo. Levando –se em consideração o papel que setores da igreja tiveram na luta contra a ditadura, pode-se inferir que esse encontro, organizado por setores da igreja, tinha como objetivo a articulação de algumas ações possíveis por parte do movimento estudantil gaúcho.

<sup>140</sup> O ofício datava de 03/04/76 e foi identificado na correspondência recebida pelo DCE da FURG.

que 28 entidades teriam participado desse encontro e que o mesmo definiu o apoio à realização da Semana Regional pelas Liberdades Democráticas (SRLD) que iria ser realizada na UFRGS, PUC e talvez em alguma outra universidade no estado. Na época, o presidente do DCE UNISINOS era Élbio de Freitas Flores<sup>141</sup>, e o secretário Edmar Belmonte.

A Semana Regional pelas Liberdades Democráticas, realizada na UFRGS de 01 a 07 de maio de 1976 teve a participação de grande quantidade de alunos. A Reitoria mandou fechar salas em que as atividades seriam realizadas, sendo que os estudantes precisaram improvisar e buscar outros locais na universidade. No terceiro dia toda a Universidade foi fechada e os estudantes tiveram de recorrer à Assembléia Legislativa para a realização das atividades agendadas. A realização de Semanas Regionais Pelas Liberdades Democráticas foi uma definição nacional que partiu de alguns DCEs e que foi proposta pela chamada Comissão Organizadora de Encontros. A PUC também conseguiu mobilizar os estudantes em um ato em frente ao DCE. Ainda dentro da Semana, dia 06 de maio foi estabelecido como Dia de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos, com a realização de manifestações e inclusive com arrecadação financeira para destinar aos parentes de presos políticos.

O ressurgimento da UEE, portanto, não partiu de um processo repentino ou espontâneo por parte dos estudantes. Havia uma articulação de entidades que embora limitada pela conjuntura da época, preocupava-se em manter algum grau de organização e de mobilização dos estudantes. Essas formas de organização foram impulsionadas na época fundamentalmente pelas tendências estudantis, notadamente por parte do PCB e PC do B. Boa parte desses militantes também era identificada com o Setor Jovem do MDB, organização interna do partido que de alguma forma dava guarida à setores de esquerda que não poderiam intervir eleitoralmente em função da sua condição de partidos ilegais e em função dessa condição, passaram a atuar de forma clandestina. Outra parcela advinha de organizações de origem trotskistas que estavam se organizando naquele momento. Valter Freitas alerta para um fato que algumas vezes passa despercebido. Lembra que

---

<sup>141</sup> Em um dos números do jornal O Minuano, do DEE, existe a informação de que o DCE da UNISINOS teria sido fechado pela reitoria por problemas de má administração de recursos. Embora não exista comprovação, é bastante provável que o fechamento do DCE da UNISINOS, ocorrido nesse ano, tenha a ver com questões políticas e não administrativas como o DEE difundiu em seu jornal.

Quem principalmente impulsionou o movimento estudantil, não envolveu-se com a luta armada (...) e aqueles que participaram da luta armada tinham as suas energias dispersas (...) estavam tratando de curar suas feridas (entrevista gravada com Valter Freitas em janeiro de 2011).

Junto a esse processo estadual de articulação, podemos considerar que um outro fator decisivo foi a retomada de encontros nacionais de estudantes por área. Esse encontros que aparentemente tinham um caráter meramente acadêmicos, foram importantes no sentido de politizar questões específicas de cada área do conhecimento, além de fortalecer articulações entre as entidades.

Esse processo levou à realização do 1º Encontro Estadual de Estudantes, realizado em Porto Alegre dia 28 de maio de 1979. Estavam presentes os DCEs da UFRGS, PUC, UCS, UFPEL (DCE Livre) e UNISINOS, além de alguns DAs. Desse encontro foi constituída a Comissão Pró-UEE.

Aproximadamente três meses após, foi realizado o Congresso Pró UEE Livre, dias 1 e 2 de setembro de 1979, no prédio da Medicina da UFRGS. A Comissão Organizadora foi composta pelos mesmos DCEs presentes no encontro anterior. Formalmente foi criada a UEE RS e eleita uma diretoria provisória, através de representantes de entidades.

Ainda no mesmo mês (setembro) foram realizadas duas reuniões dessa diretoria provisória. Dia 15/09 em Ijuí e dia 29/09 em Caxias do Sul. Na reunião de Caxias estavam presentes os DCEs da UCS, UFRGS, UNISINOS<sup>142</sup>, UFSM, UPF e UNIJUI.

Dias 20 e 21 de outubro de 1979 foi convocado um Conselho Estadual de Entidades (CEE) em Porto Alegre. Possivelmente este tenha sido o primeiro CEE da história da UEE, a não ser que esta instância estivesse prevista nos estatutos da antiga entidade (cassada pela ditadura). Na pauta constava: Filiação política e simbólica das entidades à UEE Livre; Organização do processo eleitoral para a escolha da primeira diretoria definitiva da UEE; Regimento Eleitoral, Congresso Estadual e Eleições.

O CEE deliberou pela realização do Congresso Estadual em Santa Maria nos dias 28, 29 e 30 de março de 1980. Também definiu como critério de

---

<sup>142</sup> Pela UNISINOS participava a comissão pró-DCE da UNISINOS que ainda se encontrava fechado.

escolha para participação (delegados) que cursos com até 500 estudantes poderiam escolher 3 representantes e mais um por fração de 500, sendo que os mesmos deveriam ser escolhidos em assembleias gerais de cursos ou por eleições em urnas e legitimados (reconhecidos) pela Comissão da UEE (diretoria provisória). Esse Congresso teve a participação de 308 delegados.

Além de toda a dificuldade natural da constituição de uma nova entidade, que envolvia criação de estatutos, regimentos, regulamentação do processo eleitoral, etc., esse Congresso ainda teve de disputar sua própria legitimidade frente à setores da diretoria da União Nacional de Estudantes. Na véspera do Congresso, um dos dirigentes da UNE<sup>143</sup> participou em Porto Alegre de uma reunião com a direção do DEE e se comprometeu a defender o não reconhecimento do Congresso e da nova entidade que estava surgindo alegando que estava buscando a unificação dos estudantes gaúchos em uma única entidade (BORTOT e GUIMARAENS, 2007).

Após a realização do Congresso e da definição da data para a escolha da primeira diretoria (dias 29 e 30 de abril de 1980), um Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) que aconteceu poucos dias após o Congresso, deliberou pelo reconhecimento da UEE e do DEE e pelo adiamento das eleições da UEE visando a unificação das duas entidades.

Quando a direção da UNE se desloca para o Rio Grande do Sul para negociar a fusão, encontra um contexto completamente adverso para negociação. Não só o DEE não tinha interesse nenhum na unificação<sup>144</sup>, como a UEE por sua vez repudiava e não reconhecia o DEE. A UEE já tinha organizado um CEE dias 12 e 13 de abril que regulamentou as eleições da entidade, além do que as chapas já estavam em plena campanha. Por fim, o presidente do DCE de Santa Maria, Gilberto Lang, lançou uma nota para a direção da UNE e para todo o movimento estudantil gaúcho solicitando o reconhecimento da UEE por parte da UNE a partir das próprias deliberações do Congresso da entidade. Segundo deliberação já antiga de um Congresso da UNE, os estudantes brasileiros repudiavam a Lei Suplicy que tinha criado os

---

<sup>143</sup> Marcelo Barbieri, vice-presidente da UNE e vinculado ao MR-8 e jornal Hora do Povo.

<sup>144</sup> Acredita-se que as discussões estabelecidas entre o DEE e parte da diretoria da UNE não tinha como objetivo a unificação, que seria claramente inviável dentro do contexto. Buscava trazer dificuldades maiores para a constituição da UEE que ao surgir começava a trazer problemas para o DEE na relação com as demais entidades estudantis, o que se comprovou posteriormente com o progressivo esvaziamento do mesmo.

DEEs e não reconhecia estas entidades por serem instrumentos da ditadura. Na medida em que nenhuma instância poderia se colocar acima de um Congresso, a diretoria da UNE teve de reconhecer a existência da UEE<sup>145</sup>.

O processo de eleição para a UEE teve diferentes contratempos em diversos municípios do Estado. Em Pelotas e Santa Maria estudantes foram presos<sup>146</sup>, em Santa Maria o DEE e militantes ligados ao MR-8 fizeram colagens chamando o boicote às eleições. Em Cruz Alta o DA de filosofia, filiado ao DEE chamou a polícia, que impediu as eleições. Em Santo Ângelo a polícia tentou apreender as urnas, e em Santiago a eleição teve de ser realizada fora da faculdade por proibição da direção. Possivelmente em outras faculdades situações semelhantes tenham acontecido.

Dos aproximadamente 100 mil estudantes universitários da época, aproximadamente 35 mil votaram para a escolha da direção da entidade. As tendências estudantis da época se dividiram em 4 chapas: Viração (PC do B<sup>147</sup> e MEP); Novação (Peleia e Avalu), Unidade (PCB) e Liberdade e Luta (Libelu). O resultado final foi:

#### **RESULTADOS ELEIÇÃO UEE NO RS<sup>148</sup>:**

Viração	- 12.698 votos
Novação	- 11.857 votos
Unidade	- 6.856 votos
Liberdade e Luta	- 2.043 votos
Branco	- 1.263 votos
Nulos	- 760 votos
TOTAL	- 35.477 votos

---

<sup>145</sup> Para maiores detalhes a respeito da polêmica sobre o Congresso, ver BORTOT, Ivanir José e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre. Editora Libretos, 2007.

<sup>146</sup> Dia 16/04/80 8 estudantes foram detidos em Pelotas por estarem pichando para as eleições da UEE: Carlos Roberto Gonzales; Luis Carlos Pinto Gastal; Ricardo Augusto Pereira; Claudio Sieburguer Medina; Boaneger Vieira de Medeiros; Urubatan Alberton e Georg Carlos Durr da UFPEL e Ricardo Pereira da UCPEL. A Maioria apoiava a chapa Unidade e Urubatan e Georg Carlos Durr apoiavam a Viração.

<sup>147</sup> Dentro da Viração já existia 2 grupos distintos, sendo um denominado PC do B Ala Esquerda, que desmembrou-se da Viração no meio da gestão e constituiu a Resistência.

<sup>148</sup> Realizada dias 12 e 13 de abril de 1980.

Em Santa Maria, 3.790 estudantes votaram, e destes 2.077 votaram na Viração, apesar do movimento pelo boicote nas eleições. Em Pelotas (UCPEL e UFPEL) o resultado foi:

Viração	- 1.843
Novação	- 910
Unidade	- 570
Liberdade e Luta	- 161

O resultado das eleições na grande Porto Alegre foi:

	Viração	Novação	Unidade	Libelu	TOTAL <sup>149</sup>
UFRGS	1.277	1.815	791	231	4.596
PUC	1.157	2.154	3.030	284	6.956
UNISINOS	776	2.621	324	509	4.302
TOTAL	3.210	6.590	4.145	1.024	15.854

A primeira gestão da UEE cumpriu a tarefa básica e fundamental de se legitimar frente às demais entidades estudantis. Embora a gestão tenha sido severamente criticada por outras forças políticas, seria muito difícil naquele contexto, sem nenhum tipo de suporte financeiro e material e sem a implantação da entidade no interior do estado, conseguir ir além das tarefas eminentemente políticas. No entanto, se por um lado conseguiu ampliar a representatividade junto ao interior, também deixou a desejar no que diz respeito à dar uma direção unificada aos encaminhamentos mais gerais.

Em um primeiro momento a diretoria da UEE ainda conseguiu dar conta de algumas tarefas. Chamou um CEE em Porto Alegre dias 24 e 25 de janeiro de 1981 onde começou a definir uma política de finanças para a entidade, chamou um novo Congresso da UEE e propôs a realização de Calouradas<sup>150</sup> Unificadas, o que não existia até então. Dia 10 de março de 1981 a reunião

<sup>149</sup> O total incorpora não apenas os votos dados às chapas mas também os nulos e brancos.

<sup>150</sup> Calouradas era o nome dado às atividades de recepção aos novos alunos nas universidades. Normalmente havia atividades culturais e palestras de cunho científico e político. A articulação e unificação permitiria a redução de custos para os DCEs, agendar nomes de expressão nacional e garantir que mesmo os DCEs do interior do estado realizassem calouradas com algum viés político e ideológico de enfrentamento e crítica ao modelo de ensino que existia.

da diretoria da UEE foi realizada na FURG, tendo como pauta estreitar as relações com o DCE dessa universidade e preparar o próximo CEE que seria realizado ainda no mesmo mês.

Dias 14 e 15 de março de 1981 foi realizado novo CEE<sup>151</sup>. Estavam presentes 9 DCEs e 77 Diretórios. Além da discussão da greve, proposta pela diretoria da UNE e aprovada em um CONEG<sup>152</sup>, também foi discutido o Congresso da UEE, sendo que foi aprovada a cidade de Pelotas como sede do mesmo. Também foi definido dia 20 de março como dia de manifestações nas escolas pelo atendimento das reivindicações estudantis (pauta deliberada no CONEG).

No dia 28 de março de 1981<sup>153</sup> foi realizado novo CEE em Santa Maria para avaliar a proposta de greve geral. Nesse momento nem mesmo a diretoria da UEE conseguiu unificar-se no debate. Não havia uma proposta da direção da UEE, mas sim 3 propostas apresentadas por três segmentos da diretoria, afóra outras propostas levantadas pelas demais tendências estudantis.

A partir desse quadro que começou a fragmentar a diretoria, poucas ações concretas puderam ser implementadas. Foi chamado o seu 3º Congresso que se realizou em Pelotas dias 15 a 17 de maio de 1981. A data para as eleições foi fixada para dias 7 e 8 de outubro de 1981. O “racha” interno dentro da Viração criou uma nova distribuição de forças políticas em cima de programas distintos para a UEE.

A Viração buscou compor a partir dos grupos que davam sustentação à direção da UNE. Conseguiu o apoio de parcela da Unidade, nesse momento em processo de discussão e divisão interna<sup>154</sup>. Essa chapa denominou-se Passo Firme.

---

<sup>151</sup> Possivelmente em Porto Alegre.

<sup>152</sup> Dias 12 a 15 de fevereiro de 1981 foi realizado o VII CONEG em Curitiba. A Diretoria da UNE propôs e foi aprovada proposta de greve geral por tempo indeterminado nas universidades brasileiras a partir do dia 7 de abril. No capítulo IV dessa tese está colocado o debate que surgiu entre as forças políticas a respeito da oportunidade dessa greve geral.

<sup>152</sup> Em alguns documentos aparece a data de 7 de abril de 81 como a data do CEE de Santa Maria.

<sup>153</sup> Em alguns documentos aparece a data de 7 de abril de 81 como a data do CEE de Santa Maria.

<sup>154</sup> Nesse momento as posições discordantes de Luis Carlos Prestes dentro da direção do PCB começavam a tornarem-se públicas (principalmente a partir de um documento lançado por Anita Leocádia Prestes). Esse processo gerou um novo grupo inicialmente denominado de Prestistas e que posteriormente formaram a Juventude Avançando. Na época o envolvimento com a chapa Passo Firme foi basicamente dos Prestistas com apoio da Unidade mas sem um envolvimento mais efetivo no processo de campanha.

Uma parte da diretoria que iniciou a dissidência dentro da Viração (denominados em alguns documentos na época como PC do B ala esquerda) compôs com a Peleia, tendo o apoio de Avalu. Essa chapa foi identificada como Travessia.

Finalmente a Convergência Socialista e a Libelu, naquele momento em processo de fusão que ao final não vingou, compuseram tanto para a UEE como para a UNE a chapa Mobilização Estudantil, que se pretendia enquanto uma nova tendência.

As eleições ocorreram dias 7 e 8 de outubro e novamente teve uma grande participação dos estudantes gaúchos no processo. O quorum foi parecido com o da eleição anterior que tinha obtido pouco mais de 35 mil votos.

#### RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A UEE

Travessia	- 18.961
Passo Firme	- 11.184
Mobilização Estudantil	- 3.966
Total	- 37.103 <sup>155</sup>

O resultado no município de Santa Maria foi:

Travessia	- 1889
Passo Firme	- 883
Mobilização Estudantil	- 175

Na região das Missões, em Santa Rosa, a chapa Travessia fez 359 votos e Passo Firme 191; em Santo Ângelo, Travessia alcançou 146 votos e Passo Firme 96; em Cruz Alta, Travessia fez 136 votos e Passo Firme 86. Em Ijuí, Santiago, Bagé e Pelotas Travessia alcançou 1851 votos, enquanto Passo Firme fez apenas 940.

A composição de forças que conformou a chapa Travessia tinha um peso eleitoral grande através da Peleia na grande Porto Alegre (principalmente UNISINOS e UFRGS onde os DCEs estavam nas mãos da Peleia) e a Resistência tinha peso político nos principais municípios do interior (Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Bagé, bem como nos arredores desses

---

<sup>155</sup> Esse total inclui os votos brancos e nulos.

municípios, como vimos no mapeamento acima. Dos 10 DCEs analisados nesta tese, apenas 3 não eram hegemonzados por forças políticas que compunham a chapa Travessia: DCE da FURG que era controlado por Viração, DCE da PUC que estava com os Prestistas e o DCE da UCS que estava nas mãos da Unidade. Todos eles apoiadores da chapa Passo Firme que perdeu as eleições por uma diferença expressiva.

Comparando com as eleições anteriores, onde a diferença foi de aproximadamente 600 votos, a diferença de quase 8 mil votos a favor de Travessia ajudou a gestão na sua consolidação e reconhecimento perante o movimento estudantil.

Possivelmente alguns fatores tenham sido determinantes para os resultados do perfil da nova gestão<sup>156</sup>:

Em primeiro lugar a larga diferença de votos. Enquanto que na gestão anterior a chapa vencedora dispunha de aproximadamente 37% dos votos válidos no processo eleitoral (aproximadamente 1/3), a nova composição vencedora obteve aproximadamente 55% dos votantes, o que ampliou o leque de apoio à gestão e possibilitou a implementação de suas propostas, fato determinante para o sucesso de uma gestão.

Um segundo fator é a distribuição desses votos no interior do estado, como vimos nos dados disponibilizados acima sobre o apoio dos DCEs à chapa vencedora.

Em terceiro lugar, o fato de assumir a gestão de uma entidade que já tinha seu reconhecimento por parte do movimento estudantil, fruto de todo o processo anterior de mobilização e do trabalho da primeira gestão, que teve a tarefa de “abrir caminhos”.

Como quarto fator uma maior unidade programática e uma maior capacidade de conviver com as divergências no interior da entidade. A aliança das forças que sustentaram a UEE se propagou pelo interior e inúmeros DCEs e DAs lançaram chapas com o mesmo nome e mesma composição política.

Finalmente, o próprio programa da chapa, que preocupou-se em viabilizar atividades que extrapolassem o campo das disputas mais

---

<sup>156</sup> É importante ressaltar que o autor da tese participou dessa gestão na condição de tesoureiro da entidade. Muito do que está no texto é referenciado em uma experiência pessoal, sujeita, portanto, à um olhar e uma análise muito específica que possivelmente não seja compartilhada por militantes que participaram do processo a partir de outras experiências e conseqüentemente de outros olhares.

especificamente corporativas e organizou duas grandes atividades: uma de caráter cultural que foi o Cio da Terra e outro a organização do 1º Seminário Estadual de Ensino.

Além das questões mais específicas dos estudantes, continuou apoiando lutas mais gerais a exemplo da gestão anterior. Ainda no ano de 1981, participou, junto com mais 17 entidades na formação de um Comitê Estadual de Defesa da Lagoa dos Patos (contra a instalação do pólo petroquímico), juntamente com a organização de um movimento de solidariedade aos Colonos Sem Terra nas universidades, ampliando a campanha junto ao movimento estudantil;

Essa gestão, que tomou posse dia 05 de novembro de 1981 na Assembléia Legislativa do RS, chamou o primeiro CEE da gestão para dia 07 de novembro do mesmo ano. Como pontos de pauta a organização da nova gestão (apresentação de projetos) e encaminhamentos referentes à participação dos estudantes gaúchos no Congresso da UNE. Definiu também pela organização de uma caravana unitária para participar do Congresso. A unidade em torno da crítica à direção da UNE fez com que a delegação gaúcha e mineira fossem as duas maiores de oposição à direção da UNE.

O 33º Congresso da UNE foi realizado em Cabo Frio nos dias 12 a 15 de janeiro de 1981. Nesse evento foi eleito Javier Alfaya (secretário de cultura da UNE) presidente e Luis Alencar Falcão (Lula - que já era Secretário geral da UNE) como vice. A oposição unificada lançou uma outra chapa, que tinha Américo Antunes (presidente da UEE/MG como presidente, Edilsa (presidente DCE da UFPA) como vice e Clausa Turra (presidente DCE USP e da Convergência Socialista) como secretária geral. A delegação gaúcha, majoritariamente oposicionista à direção da UNE, não teve alojamento, sendo que a maioria dos delegados teve de dormir ao relento nas arquibancadas de cimento do estádio de futebol onde se realizava o congresso. A direção da UEE fez uma nota de denúncia que não foi permitida ser lida pela direção do Congresso. Contou com a presença de 1.653 delegados e foi aprovado a criação do Departamento Feminino da UNE e o apoio à unidade das oposições (leia-se apoio ao PMDB).

No que se refere articulação de lutas no estado, duas iniciativas dessa gestão foram importantes pelo seu ineditismo: Dia 13 de março de 1982 uma reunião da UEE com as direções dos DCEs no estado aprovou (e foi

referendado no CEE que aconteceu no dia seguinte), encaminhamentos em relação à unificação das lutas contra os aumentos dos preços das refeições nos Restaurantes Universitários (que levou à greve dos bandeijões em diversas universidades) e dias 12 e 13 de junho foi realizado na UFRGS o primeiro Encontro das Escolas Pagas, que buscou encaminhar de forma unificada boicotes às anuidades nas universidades particulares.

O Seminário Estadual de Ensino da UEE, por sua vez, foi precedido de seminários regionais organizados pelos DCEs e entidades vinculados à área educacional em diversas regiões do estado. O processo final culminou com o Seminário que aconteceu de 21 a 23 de maio de 1982 na UFRGS, com a inscrição de quase 3 mil pessoas do estado inteiro, e até mesmo com inscritos de outros estados e de países vizinhos como Uruguai e Argentina. Entre as presenças o nome de Paulo Freire, recentemente vindo de seu exílio, Maurício Tragtenberg e Moacir Gadotti, além de outros nomes representativos do debate educacional em nosso país.

O final do primeiro semestre e início do segundo foi caracterizado, além das mobilizações nas universidades privadas em função dos boicotes às anuidades, pela intensa atividade de cunho cultural no estado inteiro preparando o Cio da Terra. Foram organizados diversos shows e festas buscando arrecadar recursos para viabilizar o evento. Inúmeros artistas contribuíram cobrando cachês simbólicos ou até mesmo não cobrando nada.

O 4º Congresso da UEE foi marcado para dias 25 a 27 de setembro de 1982 na PUC, em Porto Alegre. Como uma das bandeiras da gestão era a retomada da sede da UEE que se encontrava nas mãos do DEE, no processo de preparação do Congresso também houve uma tentativa de organização de uma ocupação da sede localizada na rua Senhor dos Passos, aproveitando a vinda dos estudantes do interior. Houve uma série de negociações com lideranças de correntes políticas e estudos buscando uma forma de ocupação. No entanto, após uma reunião realizada na boate da faculdade de Odontologia da UFRGS, avaliou-se que: se por um lado seria fácil a ocupação com as delegações do interior, por outro seria muito difícil a manutenção da mesma na medida em que a militância concentrada em Porto Alegre não teria condições de sustentar um processo que possivelmente seria longo e desgastante.

Mas o evento que realmente impactou o movimento estudantil gaúcho foi a realização do Cio da Terra<sup>157</sup>. Esse foi o nome de um evento cultural organizado pela UEE/RS em outubro de 1982 em Caxias do Sul e que até hoje é lembrado por quem participou ou até mesmo por pessoas que não chegaram a participar mas que tiveram conhecimento do evento na época. Para Pepe Vargas, militante do movimento estudantil de Caxias do Sul e um dos responsáveis pelo núcleo de apoio no município,

O Cio da Terra foi uma espécie de acampamento da juventude do Fórum Social Mundial com vinte anos de antecedência. Abriu um processo de discussão para além das pautas políticas em sentido estreito. Várias dos temas que pautou se constituíram em movimentos sociais reconhecidos anos depois, mas não tinham ainda este status na época (Entrevista por email com Pepe Vargas em janeiro de 2011).

A condição de algo inédito era percebido por muitos dos que participaram do evento e que tinham participado em algum momento do movimento estudantil, como João Carlos Gastal que nesse momento estava saindo da universidade:

foi um evento muito marcante, caracterizando algo até então inédito no movimento estudantil das décadas de 1970 e 1980, pois, até aquele momento, nenhuma iniciativa do movimento no âmbito cultural tivera dimensão e repercussão sequer longinquamente semelhante. O Cio da Terra constituiu um rompimento com posturas mais ortodoxas até então francamente hegemônicas no seio da esquerda como um todo e do movimento estudantil em particular, ao colocar em destaque temas alternativos de grande interesse para a juventude, como sexualidade, drogas, cultura, e prazer. (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior, janeiro de 2011).

Até mesmo quem não participou diretamente do evento tem opinião sobre o mesmo. Para Abner Gomes,

Quem foi e me contou, me deixou a impressão que foi realmente um acontecimento perturbador, criativo, que alimentou a construção de novos valores para a vanguarda daquela época. - novas estéticas para os movimentos - novos movimentos novos encontros. Não acho que tenha tido um

---

<sup>157</sup> Para maiores informações, matérias de jornais, depoimentos e fotografias sobre o Cio da Terra, ver o blog no endereço <http://ciodaterra1982.blogspot.com> ou a comunidade Eu fui ao Cio da Terra no orkut. Ainda existem pequenos vídeos (documentários) possíveis de serem localizados 0063 na internet.

produto objetivo, acho que teve vários produtos disseminados - uma influência de longo prazo. Acho que não teve um segundo porque não tinha como haver (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes em janeiro de 2011).

Também conhecido como o “*woodstock gaúcho*”, expressão utilizada por parte da mídia na época, contou com um número de participantes e espectadores que ficou entre os 10 a 15 mil. Não existem informações seguras, ficando a critério de cada observador a estimativa. A própria diretoria da UEE perdeu o controle sobre a quantidade de pessoas que participaram. Centenas de pessoas entraram nos pavilhões onde anualmente é realizada a Festa da Uva em Caxias através da cerca, sem pagar ingressos. A equipe de seguranças contratada para acompanhar o evento (80 pessoas) não foi suficiente para cobrir toda a área do local.

Fato curioso é o imaginário que o evento deixou até mesmo em pessoas que eram crianças na época e não participaram, mas que hoje fazem questão de opinar sobre o evento. Em um site do Orkut, existe depoimentos como o de uma pessoa que afirmou que “*moro e trabalho a uma quadra dos Pavilhões, toda vez que olho praquele morro, me dá uma nostalgia do que nunca vivi - infelizmente nasci tarde (1972)*” . Ou então outra pessoa que se apresenta como Souza e que disse que:

Moro a 2 anos aqui em Caxias, moro ao lado dos pavilhões. Ouvei falar da existência desse festival através de um vizinho aqui do condomínio, um quarentão que não dispensa um baseadinho. Sou careta com orgulho, mas não deixei de ficar fascinado com a descrição dele do evento. Quem diria que nosso estado já teve um Woodstock e ele foi do lado do meu condomínio. 1982 foi um ano mágico pra mim, tinha 10 anos e só sabia andar de monareta e colecionar figurinhas da Copa da Espanha (Orkut, comunidade Eu participei do Cio da Terra).

Em função da superação das expectativas iniciais, a estrutura de alimentação não foi suficiente, sendo que muitas pessoas saíam da área atrás de alimentos. Os armazéns da redondeza também não davam conta, sendo que frutas, queijo, salame, etc. também começaram a faltar nos locais próximos ao evento. A fila para os banheiros tinha uma duração média de 2 horas, sendo que alguns se deslocavam para um riacho próximo para tomar banho sem ter de enfrentar as filas.

Havia algum tipo de evento durante as 24 horas do dia, pois os shows acabavam na madrugada (perto das 5, 6 horas) e logo cedo outros estavam acordando e iniciando atividades como dança, capoeira, etc.

Apresentaram-se nos shows diversos nomes de diferentes estilos da área musical do país, como: Ednardo, Sivuca, Itamar Assunção, Jorge Mautner, Geraldo Azevedo, Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro, Vitor Ramil, Giba Giba, Grupo Tarancón, Grupo Saracura, Cenair Maicá, Nei Lisboa e outros.

Além dos shows musicais, houve exibição de filmes com debates; apresentação de peças de teatro, danças e debates dos mais variados temas como sexualidade, drogas, sindicalismo, revolução, educação, etc.

Para dar conta da limpeza, os DCEs definiam uma equipe de militantes que se revezavam duas vezes ao dia limpando o pátio, recolhendo papéis, copos plásticos, etc.

Foi construída uma verdadeira *cidade de barracas*, onde as pessoas se revezavam entre dormir, ficar se aquecendo ao fogo á noite ou participando dos eventos. Como nem todos foram precavidos com barracas, alguns tinham barracas coletivas, onde se revezavam nos horários para dormir.

A segurança contratada foi instruída a garantir a segurança dos presentes mas não agir de forma repressora nas questões ligadas a pequenos problemas, geralmente de caráter moral, como pessoas que andavam nus ou uso de maconha.

Esse tipo de situação criou condições para que parte da mídia conservadora denunciasse o evento como sendo um espaço de promiscuidade, onde a única preocupação seria com sexo e drogas.

Claro que em um evento dessa natureza e com a quantidade de pessoas que participaram, poderia haver situações difíceis de controlar . No entanto desde o início a preocupação da diretoria da UEE e da Comissão Organizadora do evento foi garantir um espaço amplo e democrático, onde todas as formas de expressão estivessem presentes, desde a contestação a padrões comportamentais até debates de caráter político-ideológico. Pelo que se sabe, não houve nenhum registro de brigas ou acidentes no local.

Para Ednardo, um dos músicos mais esperados e que encerrou o encontro com seu show,

Passeamos entre as barracas do imenso acampamento e vimos muita gente linda, que nos convidava pra cantar um pouco e escutar suas músicas, tomar chimarrão, vinho, rolava em alguns cantos charos dos bons, mas não vi nenhum desbunde de coisas pesadas. A juventude estava ali para mostrar que sabia se organizar por conta própria (orkut, comunidade Eu Fui ao Cio da Terra).

Ednardo também lembra de em um show que tinha feito em Porto Alegre em 2001, quando um casal veio dizer a ele que tinham um filho com seu nome – Ednardo – em função de ter sido gerado no Cio da Terra.

No mais recente show que fiz em Porto Alegre, em 2001, muitas pessoas vieram falar comigo se referindo ao Cio da Terra. Entre elas, chegou um casal com um filho de 19 pra 20 anos, dizendo que ele foi gerado no dia do meu show. fiquei super honrado e feliz com este fato, que representa que minhas músicas fazem parte efetiva da trilha sonora e existencial de muitas pessoas (Ednardo na comunidade do Orkut Eu fui ao Cio da Terra).

Mas o sucesso do evento não significou que a organização do mesmo não tivesse tido grandes problemas. Inicialmente o Cio da Terra estava marcado para os dias 1 a 3 de outubro. Diversos contratos já haviam sido assinados com artistas e o material de divulgação já estava circulando quando a direção da UNE remarcou a data do Congresso da entidade para os mesmos dias.

Inicialmente o III Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), realizado dias 16 a 19 de julho de 1982 em Belo Horizonte, tinha marcado o Congresso da UNE para os dias 24 a 26 de setembro. Caberia à direção da UNE convocar um CONEG para preparar o mesmo. A diretoria da UNE não marcou o CONEG previsto e remarcou a data para uma semana após (1 a 3 de outubro, justamente os dias em que estava marcado a realização do CIO DA TERRA)<sup>158</sup>. Sem o chamamento do CONEG, a UEE/RS e as entidades estudantis gaúchas ficaram sem a opção de ter uma instância que pudesse reverter a data. Diante desse quadro a diretoria da UEE teve de remarcar o evento para dias 29, 30 e 31 de outubro de 1982, com muitos prejuízos, o que iria refletir-se na próxima gestão, a qual herdou parte das dívidas.

---

<sup>158</sup> A delegação gaúcha normalmente era uma das maiores em quantidade de delegados nos Congressos da UNE e normalmente a imensa maioria dos mesmos eram de oposição à direção da entidade.

O problema da falta de datas no final do ano gerou uma situação curiosa. Quando ocorreu o evento, já havia sido escolhida a nova direção da UEE embora o evento estivesse sob responsabilidade da primeira gestão da Travessia. A eleição para a nova direção da UEE ocorreu uns 10 dias antes da realização do Cio da Terra, dias 20 e 21 de outubro de 1982, mesmos dias das eleições para o DCE da UFSM, da UPF e da UFPEL, sendo que em todos esses DCEs a Resistência foi a chapa vencedora (Cláudio Ritter Alves, Paulo Zílio e Gerson Madruga, respectivamente foram eleitos presidentes dos DCEs).

Somente em Santa Maria a chapa Travessia<sup>159</sup> teve 5.234 votos. Essa chapa foi eleita tendo Flávio Silveira como presidente, José Eduardo Utzig como vice e Nara Magalhães como Secretária Geral<sup>160</sup>. A outra chapa que concorreu foi a chapa Alicerce, vinculada à Convergência Socialista. O resultado para as eleições da UEE em Pelotas, foram:

Travessia	- 2.196
Alicerce	- 364
Branco	- 178
Nulos	- 45

Embora não tenhamos os números finais exatos, esses dados (Santa Maria e Pelotas) já indicam a grande diferença de votos entre as duas chapas que disputaram a entidade.

Como o Congresso da UEE (final de setembro) realizou-se uma semana antes do Congresso da UNE, os processos de escolha de delegados e atas foram os mesmos para as duas entidades, apenas preservando os diferentes critérios de participação<sup>161</sup>.

A posse da nova diretoria ocorreu na UFRGS dia 04 de dezembro de 1982. Essa nova diretoria eleita tentou regionalizar (interiorizar) mais o trabalho da entidade, chamou o II Encontro de Escolas Pagas para Bagé no dia 7 de maio de 1983 e buscou organizar atividades que pudessem pagar algumas

---

<sup>159</sup> A gestão 82/83 também adotou o nome de Travessia e era composto majoritariamente pelos dois setores que compuseram a gestão anterior (Resistência e Peleia) com mais algumas tendências que se juntaram à chapa

<sup>160</sup> Existe dúvida em relação ao cargo ocupado por Nara. Outro nome citado como Secretário Geral nessa gestão é o de Renato Azambuja, estudante de medicina da UFRGS.

<sup>161</sup> No capítulo IV existe um debate acerca da tentativa de fraude no congresso da UNE envolvendo pessoas ligadas ao DEE que tentaram apresentar delegados não legítimos no Congresso.

dívidas que ficaram decorrentes do Cio da Terra. A proliferação de movimentos de paralisações e boicotes absorveu bastante essa nova gestão. Por outro lado, após todo o esforço despendido para a realização do Cio da Terra não seria possível a organização de algo similar em um período curto de gestão (apenas 1 ano).

Já no segundo semestre, um CEE ocorrido em Porto Alegre dia 27 de agosto marcou a data do novo Congresso e iniciou uma nova discussão que era a proposta de mudança da forma de eleição da diretoria. O 5º Congresso da UEE, realizado em Santa Maria de 7 a 9 de outubro de 1983, com a presença de mais de 500 delegados manteve a dinâmica de eleições diretas para a entidade. O debate girava em torno da legitimidade, democracia e viabilidade econômica. Por um lado o argumento de que a eleição da direção em Congresso era legítima e preservava a democracia além de ser menos oneroso do ponto de vista econômico. De outra parte a argumentação que reconhecia a possibilidade de legitimidade e democracia nesse tipo de eleições, mas acreditava que a eleição direta contribuía mais com a aproximação da entidade do conjunto dos estudantes.

A eleição para a entidade aconteceu dias 9 e 10 de novembro de 1983, sendo que apenas duas chapas concorreram. O resultado final começou a mostrar o início de uma crise de legitimidade que com o tempo iria crescer. Essa crise era muito mais acentuada na grande Porto Alegre do que no interior do estado<sup>162</sup>. Embora nos dados abaixo ainda estivesse faltando votos de algumas poucas universidades e faculdades isoladas<sup>163</sup>, o resultado demonstra que votou menos da metade do quorum que tradicionalmente ocorria nas

---

<sup>162</sup> Já no final de 1982, no Congresso da UEE realizado na PUC, começaram a surgir indícios da falta de mobilização na Região Metropolitana. Por razões políticas a direção da UEE na época optou em não tornar público os problemas que surgiram. Na condição de tesoureiro da UEE na época, o autor dessa tese era o responsável pela organização do credenciamento dos delegados. O critério estabelecido para legitimar os mesmos era quorum mínimo de presença de 10% dos alunos matriculados quando fosse assembléia de curso ou 20% quando fosse eleição por urna. Embora os delegados do interior do estado estivessem na sua totalidade dentro das normas, (até porque não iriam arriscar o deslocamento até Porto Alegre para não terem direito a voto), raríssimos delegados da Região Metropolitana tinham documentação comprovando o quorum. Se a diretoria da UEE adotasse um critério rígido (seguir o regimento), a Tendência Resistência teria maioria de delegados para todas as deliberações do Congresso, o que poderia ser correto do ponto de vista do regimento mas implodiria as relações políticas com as demais tendências presentes no Congresso. A opção da diretoria foi reconhecer a debilidade do mesmo e aceitar o credenciamento de todos os delegados.

<sup>163</sup> Nesse resultado parcial estão os números de 9 das 10 universidades que estamos pesquisando, faltando apenas os dados da UCPEL.

eleições da UEE. A quantidade de votos obtidos na UFSM é superior à soma dos votos da UFRGS, PUC e UNISINOS, as três maiores universidades em número de alunos no estado. Se somarmos a votação da UFSM, UFPEL e UPF, teremos mais da metade dos votos do estado inteiro. Talvez uma das explicações possíveis fossem as fortes mobilizações ocorridas no interior do estado, como a greve de 62 dias na UFPEL, a ocupação da reitoria da UFSM e inúmeros outros movimentos ocorridos no período imediatamente anterior às eleições. Outro fator que ajuda a explicar a votação em Santa Maria é que a chapa eleita (Novo Tempo) tinha como candidato à presidente o ex coordenador do DCE da UFSM, Cláudio Ritter.

#### RESULTADO ELEIÇÕES UEE (PARCIAL)

<b>Faculdades universidades</b>	<b>Novo Tempo</b>	<b>Nada como antes</b>	<b>Será</b>	<b>Branco</b>	<b>Nulos</b>	
UFSM	2.743	693		867	91	4.394
UFRGS	1.208	644		331	151	2.334
UPF	1.324	459		242	36	2.061
UFPEL	783	318		297	53	1.451
UCS	754	630		88	36	1.508
PUC/RS	484	351		101	51	987
UNISINOS	340	176		58	38	612
CANOENSE	17	407		01	03	428
FUNBA	371	20		08	04	403
FURG	52	269		23	18	362
RITTER	15	229		03	01	248
FAPA	151	50		03	02	206
ST. ANGELO	61	42		22	05	130
CAT. POA	42	11		09	05	67
<b>TOTAIS</b>	<b>8.345</b>	<b>4.299</b>				<b>15.191</b>

Essa gestão irá ocorrer durante um dos períodos mais ricos de mobilização política no país, mas que ao mesmo tempo teve uma diminuição considerável no que tange às lutas específicas dos estudantes. O processo de

mobilização por Eleições Diretas Já mobilizou toda a sociedade e as entidades estudantis organizaram comitês em praticamente todas as Universidades e faculdades isoladas. A unidade em torno da luta por eleições diretas irá se esfacelar após a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira e o movimento estudantil dividiu-se quanto à apoiar o candidato das oposições no Colégio Eleitoral ou defender o boicote à participação no mesmo<sup>164</sup>.

Nos agradecimentos que fiz no início da tese, consta um especial para Gilse Pedroso. A Gilse era uma das principais lideranças estudantis na UCPEL e tinha concorrido à presidência do DCE no final de 1983 em uma chapa onde participei como candidato à vice. Dia 19 de maio de 1984, ela e um outro militante novo na universidade, (Dagoberto), membros da diretoria do Diretório Acadêmico Wladimir Herzog, (Comunicação Social da UCPEL), estavam se dirigindo à Porto Alegre para participar de um CEE em que um dos pontos centrais seria a preparação da discussão que iria ocorrer em um CONEG que iria se realizar no Rio de Janeiro e onde o movimento estudantil pretendia definir uma posição sobre a participação ou não no Colégio Eleitoral. Como a maioria das entidades não tinha recursos, alguns representantes de DAs foram pegar carona na estrada. A Gilse e o Dagoberto pegaram carona em um automóvel que se chocou contra um caminhão e explodiu. Outros militantes vinham também de carona em um caminhão que estava atrás e viram todo o desenrolar do acidente. Esse processo causou um trauma muito grande no movimento estudantil da cidade, especialmente na UCPEL, onde militantes da época até mesmo abandonaram a universidade.

Essa gestão ainda organizou o III Encontro das Escolas Pagas em Passo Fundo, dia 23 de junho de 1984 e encaminhou o 6º Congresso da UEE que se realizou na UFRGS dias 19 a 21 de outubro do mesmo ano. Nas eleições da UEE, que ocorreram dias 13 e 14 de 1984, concorreram duas chapas, sendo que pela primeira vez<sup>165</sup> a chapa alinhada à direção da UNE ganhou as eleições no estado. Essa composição, denominada de Muda Brasil, era composta basicamente de militantes da Viração e Unidade, além de setores não vinculados à esquerda, mas que conjuntamente davam

---

<sup>164</sup> Esse debate está apresentado no Capítulo IV da tese.

<sup>165</sup> Com exceção da primeira gestão, (1980/81), onde inicialmente o conjunto da diretoria no estado apoiava a direção da UNE mas que no meio da gestão essa condição se modificou na medida em que houve a cisão dentro da Viração.

sustentação à política de participação no Colégio Eleitoral e apoio à chamada Nova República. A posse da gestão presidida por Douglas Mattos (ex presidente do DCE UNISINOS) foi realizada dia 14 de dezembro de 1984.

Se observarmos os quadros onde consta o nome dos presidentes de DCEs e tendências a que estavam vinculados<sup>166</sup>, é possível percebermos que nesse período, (1983 a 1985), diversos DCEs foram conquistados pelo setor que apoiava as posições da direção da UNE (UNISINOS, UFSM, PUC, UCPEL, FURG, UPF). No entanto, no geral ficaram apenas um mandato, perdendo novamente nas eleições seguintes. Sem entrar no mérito dos projetos, é possível perceber que existia um elemento conjuntural que interferiu em uma relação de forças que se mantinha a algum tempo e que de certa forma voltou à “normalidade” após o episódio da discussão sobre a Nova República.

Não só o momento político era delicado na medida em que havia uma forte polarização, como a crise do movimento estudantil e da militância continuava se aprofundando. Além desses fatores, havia um dado novo que era a pouca penetração das tendências que detinham o controle da direção da UEE no movimento estudantil gaúcho. Esse quadro pode ter sido importante na crise que ocorreu quando do chamamento do Congresso da UEE/RS, que deveria realizar-se nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 1985, em Ijuí. Devido ao grande número de denúncias de fraude, tanto por parte da diretoria, quanto da oposição, houve uma reunião entre as forças políticas presentes, que deliberou pela não entrega dos crachás aos delegados e a transformação do Congresso em não-deliberativo. Foram aprovadas também eleições diretas para a UEE no primeiro semestre de 1986 e permanência da então atual diretoria até a próxima eleição. A não realização do Congresso não só expôs a crise que o movimento vivia como aprofundou divergências e dificultou encaminhamentos unitários das lutas estudantis. Não restava muita coisa a fazer a não ser organizar as novas eleições. O chamamento de eleições diretas, (quando a oposição voltou a presidir a UEE), foi uma saída possível para o impasse colocado. Mesmo grupos que em outros momentos tinham defendido eleição em Congresso, nesse momento concordaram na manutenção do processo de

---

<sup>166</sup> Essa informação consta no subtítulo 6.3 (Trajetórias dos principais Diretórios Centrais de Estudantes no RS).

escolha diretamente pelos estudantes como mecanismo de busca de uma nova legitimidade para o movimento.

No próximo sub-capítulo, nos remeteremos à divulgação de alguns dados relativos especificamente aos Diretórios Centrais de Estudantes, (DCEs), que existiam aqui no estado.

### **6.3. Trajetórias dos principais Diretórios Centrais de Estudantes no RS**

Inicialmente este trabalho projetava um estudo detalhado de cada um dos dez (10) DCEs existentes no período estudado. Composições políticas, momentos em que se deu a retomada das entidades por parte das correntes de esquerda; quais tendências atuavam no município; principais movimentos desencadeados pelo M.E, etc. No entanto, a complexidade da tarefa e a exigüidade de tempo impediu essa análise. A construção de uma “cronologia do ME gaúcho”, portanto, ainda é uma tarefa que está por ser feita. Não poderíamos, no entanto, simplesmente deixar de lado as informações que conseguimos juntar. Por isso optamos em dividir em dois momentos: um sub-capítulo com um pequeno histórico de cada DCE (com diferentes níveis de informação); e uma breve cronologia (ainda que incompleta) de algumas ações desencadeadas pelo movimento estudantil gaúcho (nos anexos).

No que diz respeito ao estudo dos DCEs, diversas informações não irão constar na medida em que já foram explicitadas quando nos referimos à retomada das lutas estudantis no país e as mobilizações gerais, ou então estão presentes no capítulo dedicado à análise da UEE/RS e ao DEE.

Houve uma quantidade muito grande de atos públicos, manifestações de solidariedade, lutas gerais, etc. que não estão relatadas a partir de cada DCE, o que seria importante na medida em que cada movimento teve sua particularidade. Mas optamos em não repetir nesse espaço aqueles movimentos gerais a que já nos referimos de forma global em algum capítulo anterior. Assim, todas as manifestações que foram decorrentes de articulações nacionais ou regionais, ou processos políticos bastante mobilizadores, como por exemplo a preparação do Cio da Terra ou a participação na campanha das Diretas Já, não estão presentes nesse sub-capítulo.

## 01) DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BAGÉ (FUnBA)

A Fundação Universitária de Bagé era mantida pela FAT (Fundação Átila Barbosa) e atualmente chama-se URCAMP (Universidade Regional da Campanha). Durante o regime militar o município de Bagé estava incluído na relação dos “municípios de segurança nacional”. Pela própria condição imposta (nomeação de prefeitos), além de cidade que sediava unidade militar do Exército e localizada em uma região de latifúndio, estas características influenciavam no conservadorismo da cidade e conseqüentemente na estrutura da universidade. Durante todo o período repressivo o DCE da FUnBA esteve controlado por setores de direita, diretamente vinculados ao DEE e inclusive sediando atividades dessa entidade. Somente em 1981, quando todos os demais DCEs que focamos em nosso trabalho já tinham sido retomados do controle do DEE, é que surgiu uma oposição que pode retomar as entidades estudantis e direcionar para um processo de luta e organização.

Dia 20 de maio de 1981 foi a data da realização de eleições para os Diretórios Acadêmicos da FUnBA. Mesmo após dois anos da extinção do Decreto Lei 477 e 228, que tutelavam as entidades estudantis, o edital chamando eleições partiu da reitoria da Universidade. No Direito venceu a chapa Resistência (Marco Antonio Accorsi Lisboa presidente; Carlos Umberto Delevati vice e Luis Fernando Mainardi primeiro secretário). Em diversos outros cursos chapas de esquerda venceram as eleições, na maioria vinculadas à Resistência. A proximidade do município com Santa Maria, cidade onde originou-se a tendência estudantil Resistência, foi um fator importante para a implantação da mesma em Bagé<sup>167</sup>. Era o início da retomada das entidades estudantis por parte da esquerda. Parcela do grupo que organizou a disputa pelas entidades atuava dentro da juventude do PMDB. Era o caso, por

---

<sup>167</sup> Em função da proximidade, era bastante comum jovens de Bagé irem estudar em Santa Maria, principalmente nos cursos que não existiam na FUnBA.

exemplo, de Luis Fernando Mainardi, que irá se eleger vereador da cidade em 1982<sup>168</sup>. Por ocasião de uma greve, a reitoria resolveu punir tanto Mainardi como Delevatti. Após uma mobilização que envolvia inclusive deixar panfletos denunciando o fato nas portas das residências, conseguiram não só impedir as expulsões, como foi um fator impulsionador da candidatura de Mainardi.

Menos de um mês após a vitória de chapas de esquerda para os diretórios acadêmicos, foi realizada uma solenidade, amplamente divulgada na imprensa, onde o prefeito municipal, Carlos Sá Azambuja,<sup>169</sup> doou um terreno do município para o DCE para que o mesmo construísse uma casa de estudantes com capacidade para 180 pessoas. A solenidade foi realizada dia 16 de junho de 1981 e o terreno se situava na rua 23 de maio. Na ocasião foi anunciado que o vice-presidente do DCE, Graciano Aristimunha seria o responsável pelo encaminhamento do mesmo, previsto para iniciar imediatamente, inclusive afirmando que o projeto já estava pronto. O presidente do DCE na época era Paulo César Camargo Teixeira e um dos diretores da entidade (Valter Caldeira) também era vice presidente do DEE. Curiosamente, mesmo após doação de terreno e projeto pronto, as demais direções que assumiram o DCE posteriormente nunca tiveram notícias a respeito dos encaminhamentos previstos. Até hoje os estudantes esperam a construção de uma casa de estudantes.

A eleição que destituiu o controle do DCE por parte de setores ligados ao DEE aconteceu dia 8 de junho de 1982, sendo que dois dias antes a direção do DEE se deslocou para Bagé para apoiar explicitamente a chapa de situação, inclusive com declarações nos jornais da cidade. Concorrem 3 chapas e a chapa vencedora foi Travessia, Com Carlos Humberto Dellevatti como presidente e Carlos Comasseto<sup>170</sup> como vice.

## **RESULTADO ELEIÇÕES DCE FUnBA**

Travessia - 853 (Carlos Humberto Delevatti)

Atuação - 509 (Paulo Cesar Camargo Teixeira – concorrendo à

---

<sup>168</sup> Mais adiante Mainardi tornar-se-ia prefeito de Bagé, Deputado Federal, Deputado Estadual e atualmente é Secretário da Agricultura do RS.

<sup>169</sup> Por ocasião do impeachment de Collor em 1993, Carlos Azambuja, então Deputado Federal, foi o único parlamentar gaúcho a votar contra a cassação do mesmo.

<sup>170</sup> Hoje Comasseto é vereador do PT em Porto Alegre.

## Reeleição e candidato a vereador pelo PDS)

Viração	- 267	(André Paranhos)
Branços	- 033	
Nulos	- 013	
<b>Total</b>	<b>-1.675</b>	

Todas as eleições posteriores o DCE da FUnBA foi dirigido pela Resistência. Gladimiro Machado<sup>171</sup> sucedeu Dellevatti. Posteriormente veio Jucelino Rosa dos Santos<sup>172</sup>, seguido de Eliana Colpo e por fim Luis Felipe da Silveira<sup>173</sup>. Embora os dois últimos tenham sido eleitos pela Caminhando, não houve troca de grupo político, mas apenas transformação da denominação da tendência Resistência (denominação regional) para Caminhando (denominação nacional da tendência).

## GESTÃO

## PRESIDENTE

## FORÇA

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1979/80		
1980/81	Paulo César Camargo Teixeira	DEE
1981/82	Carlos Humberto Dellevatti	RESISTÊNCIA
1982/83	Gladimiro Machado	RESISTÊNCIA
1983/84	Jucelino Rosa dos Santos	RESISTÊNCIA
1984/85	Eliana Colpo	CAMINHANDO <sup>174</sup>

<sup>171</sup> Hoje assessor do presidente da Assembléia Legislativa, Adão Villaverde.

<sup>172</sup> Assessor da deputada estadual Juliana Brizola

<sup>173</sup> Ambos advogados, a primeira atuando em Pelotas e o segundo em Bagé.

<sup>174</sup> O grupo político era o mesmo. Houve a troca de identificação da tendência, sendo que os militantes da Resistência no estado passaram a se denominar Caminhando, nome que já era usado nacionalmente por esse grupo político.

1985/86	Luis Felipe da Silveira	CAMINHANDO
---------	-------------------------	------------

## **02) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE (FURG)**

A Fundação Universidade de Rio Grande, antiga URG (Universidade de Rio Grande) tem uma condição parecida com a FUnBA de Bagé. Também cidade de segurança nacional, município portuário e com forte presença da Marinha, tinha uma característica bastante conservadora. Havia uma íntima relação entre Prefeitura Municipal, Universidade e Porto. O DCE, por sua vez, desde sua fundação até final da década de 70 sempre foi controlado por um setor de direita identificado com o DEE. A primeira eleição para o DCE foi dia 10 de agosto de 1971. O Conselho de Representantes (que contava com 5 votos, um de cada Centro da URG), elegeu o presidente do DCE. Na documentação encaminhada ao cartório constava como presidente Carlos Alberto Monteiro Badejo<sup>175</sup>, sendo que posteriormente, em agosto de 72, é citado nesta condição o acadêmico José Luiz Antonacci Carvalho. Faltou informações mais apuradas, mas possivelmente Carlos Alberto tenha sido presidente interino no momento da formação do DCE e posteriormente José Luiz tenha assumido o que poderíamos considerar o primeiro mandato da entidade.

Possivelmente no início de novembro de 72 foi eleito João Moreno Pomar como presidente do DCE URG (tendo o ex-presidente Carlos Alberto Monteiro Badejo como Secretário Geral), gestão essa que se encerrou em 1973. Nesse ano novamente é eleito Carlos Alberto Monteiro Badejo como presidente. O ex-presidente João Moreno Pomar assume a função de Assessor jurídico e o Secretário Geral será Paulo Renato Cuchiara.

Quanto à gestão 1974/75 falta informações adequadas. Quem assume a presidência é Maria da Graça Vieira Reis (Secretária Social da gestão anterior,

---

<sup>175</sup> Recentemente a atual diretoria do DCE da FURG descobriu que até hoje o CNPJ da entidade está no nome de Carlos Alberto Monteiro Badejo.

73/74 e sobrinha do reitor), embora em um documento de novembro de 75 apareça o nome de Arthur Bender Filho como presidente (possivelmente interino).

Na reunião do Conselho de Representantes de 14/08/75 é eleito Paulo Renato de Moura Cuchiara como presidente (era Secretário Geral na gestão 73/74). Os assessores jurídicos desta gestão são os ex-presidentes Bel. Carlos A. Badejo e Bel. João Moreno Pomar. O Secretário Geral da chapa era Renato Tubino Lempek (posteriormente será vereador em Rio Grande). A relação tanto com a Reitoria da Universidade como com a Prefeitura Municipal sempre foi muito forte e clara nessas gestões. No relatório do final da gestão, consta que “*Sempre mantivemos as melhores relações com os dirigentes da Universidade, e em especial com a Sub-Reitoria para Assuntos Estudantis, prova disto é que todas as nossas solicitações foram atendidas*”. Não havia problemas quanto a recursos nem quanto à cedência de funcionários. A partir da contribuição financeira que a Universidade passava ao DCE, foi possível nessa gestão, (75/76), a construção de uma sede própria, bem como toda a mobília, inclusive com gabinetes médicos e odontológicos e aparelhagem de som com música ambiental em todas as peças.

A inauguração da nova sede ocorreu dia 19 de março de 1976, com a presença do Secretário de Educação e Cultura, prof. Airton Vargas<sup>176</sup>, bem como Reitoria e Prefeito Municipal, Sr. Rubens Emil Correa. A relação com as autoridades (visto pelo DCE como algo profundamente positivo) chegou ao ponto de terem recebido telegrama do Governador de Estado, Sinval Guazzeli, se desculpando por não poder comparecer à inauguração da sede.

Tinham recursos também para a contratação de dois odontólogos (além de médicos). Para resolver o problema da “burocracia” do DCE, “*solicitamos a Sub-Reitoria para Assuntos Estudantis, a cedência de mais um funcionário, e fomos prontamente atendidos*”. Também havia apoio da Prefeitura Municipal, que “*...atendendo nossa solicitação cedeu um funcionário para trabalhar no turno da manhã, o qual realiza serviços de servente para a Secretaria de Administração de nossa entidade*”. Infelizmente essa não era a realidade de

---

<sup>176</sup> O mesmo interventor na reitoria da UCS que impediu a escolha de um novo DCE por 3 anos (mesmo que por processo indireto como era previsto).

outros DCEs do país, notadamente aqueles não vinculados ao regime e associados ao DEE.<sup>177</sup>

Tal atitude diante das autoridades constituídas explica a homenagem que o DCE da FURG prestou ao Presidente Ernesto Geisel quando de sua visita à Rio Grande. É entregue ao mesmo uma bandeja de prata com os dizeres: *“Na oportunidade da honrosa visita de Vossa Excelência à cidade do Rio Grande, o Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade do Rio Grande expressa a gratidão do universitário brasileiro pela verdadeira atitude de democratização do ensino através do crédito educativo”*.

Homenagem esta prestada em um momento onde fatos macabros ainda assombravam a vida política do país (assassinado de Manoel Fiel Filho e de Wladimir Herzog pelos órgãos de repressão; Chacina da Lapa onde dois dirigentes do Comitê Central do PC do B são assassinados pelo exército, além da prisão dos demais dirigentes do partido, etc).

Na Reunião do Conselho de Representantes de 18/11/76 é eleita a nova gestão (1976/77). No dia 16/11/76 (dois dias antes), é encaminhado um ofício ao DCE inscrevendo uma chapa (possivelmente chapa única) em que o candidato a presidente era Antonio Eduardo Toralles Santos (eng. Civil) e o vice era Eduardo Greipel Loureiro (medicina). Na época apenas o presidente e vice eram eleitos, sendo que posteriormente compunham a equipe por convite. A gestão seguinte vai ter como presidente Alberto Amaral Álfaro<sup>178</sup>.

No dia 27/11/78 ocorreu a eleição já com um Colégio Eleitoral mais amplo e com mais chapas concorrendo. Nesta eleição a chapa A tem 10 votos, a chapa B 18 votos e a chapa C 14 votos. No final Antônio Luis Schifino Valente toma posse dia 11/12/78. Nessa gestão Miguel Ângelo Fogaça Thormann foi nomeado Secretário de Finanças e Patrimônio em 05/12/78 através da portaria 001/78/79. Como o mesmo mais adiante será um dos militantes mais ativos da Tendência Viração, acredita-se que esta gestão tenha sido uma composição para derrotar os setores mais conservadores na

---

<sup>177</sup> Para um estudo mais detalhado das relações da entidade com os órgãos públicos, forças militares e políticos da situação, é fundamental analisar a monografia apresentada para o curso de história da FURG por Leonardo Prado Kantorski, intitulada O Controle Ideológico do Movimento Estudantil na Ditadura Civil-Militar Brasileira: Registros do DCE-FURG (1972-77).

<sup>178</sup> Existe controvérsia na medida em que no final de junho de 1977 assumiu Clóvis Renato Numa Peixoto Prima.

universidade. Na introdução do documento de prestação de contas da diretoria, aparece um indício claro de que a chapa era hegemonicamente de direita mas que já começava a surgir conflitos de orientação política. No documento consta que

*participamos da política estudantil a nível local, estadual e nacional de modo a não deixarmos nossos colegas/estudantes alienados em relação aos acontecimentos do resto do país. No entanto, esta participação teve sempre o cuidado de se manter distante de radicalismos e sempre voltada ao seu objetivo primeiro: o estudante. Durante o mês de março, surgiram facções na diretoria que tentaram por diversos meios perturbar nosso trabalho, desviando-o das metas traçadas. Foi um período difícil, mas que graças a colaboração espontânea de muitos universitários e do empenho do restante da diretoria do DCE, conseguimos nos reestruturar e seguimos firmes rumo aos objetivos a que nos propomos. Nos preocupamos também em alterar o processo de escolha da diretoria do DCE, tornando-o mais abrangente e de acordo com o momento atual (relatório de prestação de contas do DCE FURG gestão 1978/1979).*

Na medida em que final de abril e início de maio foi realizado o Congresso da UNE (de reconstrução), e de que em outubro foram as eleições diretas para a mesma, é bastante provável que este tenha sido o motivo do conflito surgido em março de 79 na diretoria. Até mesmo porque sabemos que o tesoureiro (Miguel Ângelo Fogaça Thormann) era (ou irá se deslocar) para a militância na Viração, tendência estudantil de esquerda que irá ter o controle da diretoria da UNE. Na nominata da diretoria que consta no documento de prestação de contas, não aparece mais o nome de Miguel Ângelo Fogaça Thormann, e sim o de Mariléia de Oliveira Sampaio como secretária de finanças e patrimônio.

A maioria da diretoria, no entanto, vinculou-se (ou apenas manteve o vínculo já existente) ao DEE, como é explicitado no documento de prestação de contas. Afirmaram que

Das linhas ideológicas existentes no movimento estudantil tanto a nível estadual e nacional, nos identificamos com a maneira democrática e descompromissada politicamente a nível partidário do Diretório Estadual de Estudantes, mesmo que não filiados. Participamos de reuniões também em Santa Maria com o DCE-UFSM, DCE de Passo Fundo, DCE Católica de Pelotas e DA de Santo Ângelo e Alegrete, que mais tarde uniram-se também ao DEE pela campanha da chapa Maioria para a UNE (Ibidem).

Ainda dentro desta gestão, com o fim do Decreto Lei 477, começou a reconstrução dos Diretórios Acadêmicos.

A eleição de 1979 ocorreu em dois turnos. Pela primeira vez surgiu uma prévia através de eleição direta, sendo que o resultado da mesma foi referendado pelo Conselho Deliberativo. A eleição propriamente ocorreu dia 24 de novembro de 1979, concorrendo duas chapas:

Chapa Frente Unida	- 1092 votos
Chapa Refazendo <sup>179</sup>	- 1030 votos
Votos nulos	- 0023 votos
Votos em branco	- 0013 votos

O presidente eleito foi José Luis Coelho, o qual pediu demissão e o Conselho de Representantes, reunido dia 08/04/80, indicou o vice (Vilmar Sony Felske) para terminar a gestão. Nessa mesma ata consta que o Conselho de Representantes “*será competente para estudar a modificação do atual regimento geral do DCE FURG, a fim de atender às novas determinações legais e à nova realidade universitária*” (livro de atas pg. 30 e 31). Entendemos que esta alteração no estatuto tenha determinado que as eleições não seriam mais pelo Conselho e sim através de eleições gerais. Em relação a esse período ainda nos falta informações mais precisas. Ou houve alguma eleição indireta, (que possivelmente reconduziu Vilmar Sony Felske presidente), ou foi prorrogado seu mandato até a eleição que será realizada ao final de 81, já que Vilmar assinou como presidente da gestão 1980/81.

Na gestão 1981/82 foi eleito diretamente Clóvis Madureira Ramos como presidente (dia 11/11/81). A eleição teve chapa única, onde a chapa Viração teve 560 votos, 57 brancos e 10 nulos, perfazendo um total de 627 votantes. Como não alcançou o quórum de 50%, foi chamada nova eleição dia 14/11/81.

Nossa chapa era uma coalizão de todo mundo que participava das lutas no período, tinha gente de

---

<sup>179</sup> A chapa de Esquerda (Refazendo) tinha como candidato à presidência Quebrado (eng. mec.); Cascalho (quim.) como vice e Ike (med.) como secretário geral.

esquerda (Viração), Pastoral e gente que gostava de participar, eram lutadores nos cursos. Como a eleição foi fora do aparelho da universidade ampliamos bastante a chapa e tinha representante de vários cursos (engenharias, letras, oceano, medicina, etc) e também tinha uma articulação com os DAs que estavam sendo construídos ou reorganizados e todos tinham uma luta específica e lutas gerais que levantávamos...dessa forma e crescendo na mobilização fomos nos aproximando da Viração. Mas a questão PCdoB e avaliação do Araguaia. poucos tinham acesso. Tínhamos base na Casa de Estudante, em cada curso e nas várias repúblicas que os estudantes ocupavam, esse envolvimento se deu sem objetivar o aparelho DCE (que era quase uma empresa pois tinha dois dentistas que atendiam na sede e médicos e despesas). Nossa chapa tinha um diretor que é citado mais abaixo, o Wilson Gomes (Chefinho), que era funcionário da FURG e cedido pra coordenar a sede, despesas, etc. Eu só assinava o talão de cheques e ele e o Thormann cuidavam dessa parte, outros organizavam as festas, shows, jogos e eu passava nas salas de aula mobilizando...discursando e chamando estudantes pra o debate mais amplo, isso era diário...(Entrevista por email com Clóvis Ramos<sup>180</sup> – janeiro de 2011).

Logo após a gestão de Clóvis, o presidente foi Vladimir Luis Lobo Guimarães, da Viração (gestão 1982/83). Posteriormente Vladimir será eleito vereador pelo PC do B no município. Com a formatura do mesmo, os Diretórios Acadêmicos elegeram uma comissão provisória que dirigiu o DCE até abril de 83, ficando Wilson Gomes (Viração) como presidente interino. A gestão seguinte terá como presidente Julio Cezar Jorge Martins (também da Viração e que irá substituir Vladimir como vereador do PC do B na Câmara de Rio Grande). A hegemonia do PC do B será quebrada na gestão 1984/84 com a eleição de Antenor Ferreira Moraes (eleito em abril de 1984).

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1971/72	José Luis Antonacci Carvalho	DEE

---

<sup>180</sup> Clóvis Ramos foi presidente do DCE FURG, formado engenheiro, candidato à prefeito pelo PT em Rio Grande. Atualmente é funcionário do INSS e militante social.

1972/73	João Moreno Pomar	DEE
1973/74	Carlos Alberto Monteiro Badejo	DEE
1974/75	Maria da Graça Vieira Reis	DEE
1975/76	Paulo Renato de Moura Cuchiara	DEE
1976/77	Antônio Eduardo Toralles Santos	DEE
1977/78	Alberto Amaral Álfaro	DEE
1978/79	Antônio Luis Schifino Valente	
1979/80	José Luis Coelho <sup>181</sup>	
1980/81	Vilmar Sony Felske	
1981/82	Clóvis Madureira Ramos	VIRAÇÃO <sup>182</sup>
1982/83	Vladimir L. Lobo Guimarães <sup>183</sup>	VIRAÇÃO
1983/84	Júlio César Jorge Martins	VIRAÇÃO
1984/85	Antenor Ferreira Moraes	PT INDEPENDENTES

---

<sup>181</sup> Pede demissão durante a gestão e em abril de 1980 o Conselho de Representantes escolhe Vilmar Sony Felske, para substituí-lo.

<sup>182</sup> Posteriormente filia-se ao PT, se desvinculando da Viração.

<sup>183</sup> Como Vladimir se formou durante o mandato, assume interinamente Wilson Gomes, também da Viração.

### **03) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)**

Inicialmente as unidades de ensino que irão compor a UFPEL eram vinculadas à UFRGS. Somente em 1969, no período mais duro do regime, é que a UFPEL será criada enquanto uma universidade autônoma e terá seu primeiro reitor (Delfim Mendes da Silveira). No ano anterior, dentro dos chamados “expurgos da UFRGS”, alguns professores serão chamados à Porto Alegre para dar seus depoimentos à Universidade, o que permitirá algumas cassações de professores das unidades de Pelotas. Talvez não seja muita coincidência que o primeiro reitor a ser nomeado pelo regime militar seja um dos três professores que se deslocaram a Porto Alegre para esta ingrata tarefa (SILVEIRA, 2010, pg. 23). Do surgimento da UFPEL até 1973 não havia DCE, apenas Diretórios Acadêmicos e de 1971 a 73 existia como forma de articulação a F.A.P. (Federação dos Acadêmicos de Pelotas) que era uma articulação entre os Diretórios Acadêmicos da UFPEL e da UCPEL, além do DCE UCPEL. Com o surgimento do DCE em 1973<sup>184</sup> a F.A.P. entendeu que não tinha mais sentido de existir e todos os bens são passados ao DCE UFPEL.

A fundação do DCE UFPEL data de 20/05/73 e teve como seu primeiro presidente, um dos dirigentes da extinta F.A.P., Domingos Sávio de Souza e Silva. A ata de posse é assinada pelos 11 presidentes de DAs da época, e a ata assinada pelo presidente eleito e pelo primeiro secretário, Adolfo Antônio Fetter Jr, atual prefeito da cidade. A segunda gestão, escolhida dia 27/11/73 e que tomou posse dia na véspera de Natal, dia 24/12/73, terá José Carlos

---

<sup>184</sup> O DCE UFPEL surgiu em uma reunião com a reitoria da UFPEL que lançou um edital reconhecendo a entidade. Ver ata da F.A.P.

Broetto como presidente e Adolfo Fetter ocupará a secretaria geral. Na terceira gestão quem assume a presidência é Adolfo Fetter, eleito dia 19/11/74. Na reunião em que Fetter assumiu a presidência, a reunião foi presidida pelo Sr. Renato Barcelos Araújo, indicado pela Reitoria como presidente da junta eleitoral.

Talvez pela influência política de Fetter e sua família<sup>185</sup>, sua gestão caracterizou-se (ao menos pelo que se depreende das atas do período), por uma relação privilegiada com a Reitoria. De início, é lançada uma portaria assinada pelo Reitor Delfim Mendes da Silveira estipulando a obrigatoriedade da associação ao DCE e da contribuição por ocasião da matrícula (através de DOC emitido pela reitoria). Na leitura das atas, surpreende<sup>186</sup> a existência de uma reunião do Conselho de Representantes na sala do gabinete do Reitor e até mesmo presidida pelo mesmo. Na pauta questões cotidianas, sendo a mesma composta de 4 (quatro) pontos: Recepção dos Calouros; Liberação dos Trotes<sup>187</sup>; Gincana Universitária e jogos dos calouros.

Nesse período houve uma forte participação do DCE nas atividades do DEE. O próprio congresso da entidade foi realizado em Pelotas no mês de outubro de 75. Além disso a prefeitura<sup>188</sup> ajudou a pagar ônibus para que estudantes participassem do Projeto Minuano I<sup>189</sup> e do 4º Fórum de debates sobre a realidade brasileira e riograndense, dia 24 de maio de 75 em Santo Ângelo. Nessas atividades, a participação de Pelotas foi fundamental<sup>190</sup>, com a maior delegação do estado nos três momentos (Congresso, Projeto Minuano e Fórum).

A importância de Pelotas para o DEE nesse período se confirma na medida em que Fetter, vice-presidente da entidade, é substituído no mesmo cargo por outro pelotense, Carlos Roberto Simm, para a gestão 75/76.

Também chama atenção certos formalismos do período, como a colocação em pauta na reunião do Conselho de Representantes do dia

---

<sup>185</sup> Seu tio foi nomeado vice-governador em 1968 e seu pai tinha sido prefeito municipal, além da família controlar o maior jornal da cidade.

<sup>186</sup> Lendo as demais atas, vimos que seguidamente foram realizadas reuniões na sala do Reitor ou o próprio Reitor se deslocou para participar de reuniões no DCE.

<sup>187</sup> Os trotes foram liberados com a solicitação do Reitor que fossem respeitados aqueles que não quisessem participar.

<sup>188</sup> Prefeito Ari Alcântara.

<sup>189</sup> Projeto artístico-cultural organizado pelo DEE com recursos públicos.

<sup>190</sup> Relato de Fetter por ocasião da transmissão de posse de sua gestão.

02/09/75 do ponto “presente para a filha do Reitor” (Livro de Atas DCE UFPEL). Ou uma fala em que um dos presentes, referindo-se ao baile dos Calouros, “cumprimentou o DCE pela organização e por terem os universitários permanecido de gravata durante todo o baile” (idem).

Já na eleição seguinte começa a surgir uma oposição a partir de alguns Diretórios Acadêmicos. Nesse momento o estatuto tinha sido modificado e tinham direito a voto 2 representantes por D.A. No dia 24 de novembro de 1975 foram apresentadas para os convencionais duas chapas. A de situação (EVOLUÇÃO) com o nome de Euclides Fedatto para presidente e Carlos Roberto Simm<sup>191</sup> para Secretário Geral e a de oposição (OPOSIÇÃO) com os nomes de Jorge Cezar dos Santos Antonini da agronomia para presidente; Paulo Brum Ferreira da arquitetura para secretário geral. A chapa da situação recebeu 16 contra 10 votos para a oposição.

A disputa também aconteceu por ocasião da escolha da mesa diretora do Conselho de Representantes. A situação bancou o nome do presidente do D.A. da medicina, José Anselmo Rodrigues<sup>192</sup> que venceu a eleição<sup>193</sup>, mas que pouco tempo depois foi substituído por não participar das reuniões.

Por ocasião das eleições de 74, Nestor Jost, candidato ao Senado pela Arena, veio a Pelotas onde daria uma palestra para os estudantes no Auditório da Agronomia (UFPEL). Para impedir que os estudantes saíssem das aulas e voltassem para a cidade, não participando da atividade, a reitoria suspendeu os ônibus que saíam do Campus para a cidade. Os estudantes se organizaram e fizeram uma marcha a pé até o centro. Esta marcha proporcionou que muitos estudantes descontentes com o regime se conhecessem melhor. Para alguns ex-militantes, este seria o marco do início da reconstrução do movimento estudantil em Pelotas. Mas não foi apenas em Pelotas que esse tipo de pressão aconteceu. Na UFSM houve uma palestra de Nestor Jost em que a direção da universidade obrigou que todos os estudantes assistissem e na UFRGS o DCE foi impedido de realizar um debate entre ele e Paulo Brossard em função da ameaça do Decreto Lei 477.

---

<sup>191</sup> Vice presidente do DEE como vimos anteriormente.

<sup>192</sup> Em 1988 será eleito Prefeito de Pelotas, em uma disputa que contará com Fetter Jr. Como um dos candidatos ao cargo.

<sup>193</sup> O nome que disputou com Anselmo foi o de Valdomiro, falecido.

O processo eleitoral na UFPEL era constituído da tradicional constituição do DCE a partir de uma eleição entre os presidentes de Diretórios Acadêmicos. Neste processo a hegemonia sempre foi dos setores de direita, sendo que dois dos últimos prefeitos municipais participaram deste processo. O atual, Adolfo Fetter foi presidente do DCE UFPEL em 1975, sendo que Anselmo Rodrigues não chegou a presidente do DCE, mas presidente do DA da Medicina, participando deste processo. Nos anos 76 e 77 já começa a surgir alguns DAs que participam e que seus representantes possuíam uma outra compreensão política.

Mesmo fora das entidades, a esquerda existente na universidade começou a se organizar para apoiar o Dia Nacional de Lutas, proposto para ser organizado dia 19 de maio de 1977<sup>194</sup>, muito em função do repúdio ao Pacote de Abril.

Em Pelotas, os estudantes se reuniram em frente ao prédio da Faculdade de Direito. A polícia, sabendo da manifestação cercou o local. Inicialmente os estudantes sentaram em círculo e já que tinham sido avisados de que não poderia haver discursos, um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um “L”. Em seguida outros estudantes também fizeram o mesmo, escrevendo LIBER. Quando chegou nesse momento, um deles, João Carlos Gastal Junior, levantou e falou que liberdade não se pede, se conquista. Foi o suficiente para sua prisão. Após este ato outros se sucederam na cidade.

Em determinado momento os DAs propõem que as eleições de 1978 para o DCE fossem diretas, sendo que posteriormente o Conselho de Representantes referendaria o resultado em uma reunião para legalizar o processo, visto que ainda estava em vigência o Decreto Lei 477, o qual impedia eleições estudantis diretas. A proposta foi aprovada no Conselho. Em 26/08/78 é realizado o processo eleitoral, concorrendo duas chapas. A vencedora tem como candidato a presidente Luiz Fernando Fleck (chapa Construção), Secretário Roberto da medicina e tesoureiro Mahfuz da veterinária. Embora o Conselho de DAs tivesse referendado o processo de prévias por maioria, a reitoria (reitor Ibsen Wetzel Stephan), baixou uma portaria suspendendo a ratificação pelo Conselho de DAs, alegando que havia ocorrido fraude na eleição e que diversos membros da chapa Construção seriam inelegíveis. A

---

<sup>194</sup> Na época o DEE publicou notas nos jornais contra as manifestações que estavam sendo programadas.

posição da reitoria gerou uma concentração no centro da cidade e uma carta aberta ao Ministro da Educação e à população. A direção da universidade também decretou uma intervenção no DCE determinando que os DAs encaminhassem uma lista sêxtupla, de onde ele (reitor) escolheria um interventor, o que não foi aceito pelos estudantes. Mesmo assim a reitoria coloca José Antônio Voltan Adamoli como interventor, o que fará com que os estudantes criem o DCE Livre da UFPEL.

Resultado da eleição direta na UFPEL:

Construção	- 1.225
Eclosão	- 1.183
Caminhando -	- 226
Total	- 2.683
Total de estudantes na UFPEL	- 4.500;

O Conselho de Representantes decidiu fazer uma eleição para a presidência da entidade. Originalmente (ao menos para os setores de esquerda), seria apenas a formalização do processo. Ou seja, seria uma presidência simbólica, sendo a chapa eleita diretamente a que efetivamente iria definir os rumos da entidade. No entanto, na eleição ocorrida dia 16/03/79 o candidato ligado à direita (José Adamoli) venceu o candidato da esquerda (Álvaro Hipólito) por 11 a 6 votos. A eleição de Adamoli criou na prática dois DCEs, o oficial e o paralelo que na prática não teve muito êxito em função de falta de condições materiais para fazer movimento.

Somente em 23/04/79 é que o Conselho de Representantes aprovou um novo regimento eleitoral estabelecendo eleições diretas para o DCE. O interessante nesse aspecto é que esta definição se deu exatamente um mês antes do fim da vigência do Decreto lei 477 e 228 (23/05/79).

Na primeira eleição direta para o DCE UFPEL, dia 08/11/79, concorreram duas chapas:<sup>195</sup> a esquerda tinha como nome para presidente

---

<sup>195</sup> Venceu a chapa de Elói Tramontim (chapa META). O outro candidato era Elemar Wohjan (quem sabe faz a hora), o Vice era Ivanir da Veterinária e o Secretário Geral Jouberto da medicina; e Tesoureiro Toniasso da odonto. Também houve a tentativa de lançamento da chapa Novação (mesma composição para a UEE e UNE, com a presença dos nomes de André Hipólito e Valdecir no início da nominata (sem estabelecer cargos). No entanto não pode se inscrever a tempo. Novação lançou uma nota publica criticando que houve manipulação na

Ellemar Wohjhan e a direita apresentou o nome de Elói Tramontin, ambos estudantes do curso de Agronomia. Segundo conversa com o autor, Elói no início não percebeu claramente as relações políticas existentes dentro da chapa. Seu nome foi indicado por ter vinculações com grupos jovens da igreja e possuir um bom trânsito. Na medida em que foi percebendo interesses político partidários, começou também a romper com alguns setores que o apoiaram. De certa forma essa foi uma gestão de transição, não diretamente atrelada ao DEE.

No início de 1980 os estudantes da UFPEL começam a intensificar as mobilizações. A proximidade com a UCPEL contribui para a unificação de algumas lutas. Dia 12 de março, os estudantes da UCPEL e ADUCPEL criticam publicamente a reitoria da UCPEL e pedem uma posição por parte do bispo Dom Jaime Chemello (por ocasião de uma palestra intitulada “A posição da Igreja diante do Ensino Superior”), com presença de umas 300 pessoas. Dia 13 organizaram uma paralisação e protestos na UFPEL em função dos transportes. A reitoria atende reivindicações. Dia 16 do mesmo mês são os estudantes de enfermagem que se mobilizam por um prédio próprio.

Dia 22 de outubro de 1980 foi eleito (e empossado) pela primeira vez uma chapa de esquerda na UFPEL. No mesmo dia também na UCPEL a esquerda conseguiu ganhar as eleições. Na UFPEL é eleito o estudante de Agronomia Eduardo Safons Soares (Duda) pela chapa Construção (chapa única), a qual obteve 1.600 votos, contra 125 brancos e 68 nulos. Também houve eleição para os Diretórios Acadêmicos da Agronomia (Segalin); Veterinária (Marcos de Souza); Medicina (Zildo Machado); Arquitetura (Maurício selbach). Todas chapas de esquerda. Segundo registro do jornal Diário da Manhã,

Uma vez conhecidos todos os resultados, as chapas de oposição uniram-se e comemoraram a contundente vitória em todos os setores das duas universidades. O carnaval começou na Faculdade Católica, seguindo-se na Faculdade de Direito e mais tarde na Odontologia. Durante a passeata, centenas de estudantes gritavam em cântico: Ada, Ada, Ada, acabamos com a pelegada e fizeram o enterro simbólico dos estudantes de direita (Jornal Diário da Manhã).

---

informação sobre a data (horários) das inscrições das chapas. Também acusou Quem Sabe Faz a Hora por não defender a prorrogação do prazo para inscrição de chapas;

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1973/74	Domingos Sávio de Souza e Silva	DEE
1974/75	José Carlos Broetto	DEE
1975/76	Adolfo Fetter	DEE
1976/77	Euclides Fedatto	DEE
1977/78	Raimar Paulo Abbeg	DEE
1978/79	José Antônio Voltan Adamoli <sup>196</sup>	DEE
1979/80	Elói Tramontin	Não era ligado ao DEE nem à esquerda, transição
1980/81	Luis Eduardo Soares	MEP
1981/82	José Eduardo Utzig	RESISTÊNCIA
1982/83	Gerson Madruga	RESISTÊNCIA
1983/84	Neomir Alcântara	RESISTÊNCIA
1983/84	Carlos Atílio Todeschini	RESISTÊNCIA
1984/85	Angela Amaral	RESISTÊNCIA

A nova gestão do DCE ocupou um papel importante na ajuda da reorganização dos Diretórios Acadêmicos. No início de 1981 os estudantes da

---

<sup>196</sup> Nas prévias quem venceu foi Luiz Fernando Fleck, representando a esquerda. No entanto a reitoria não reconheceu e nomeou José Antônio Voltan Adamoli.

UFPEL iniciam uma greve pela volta dos subsídios para o transporte e contra o processo de implantação do ensino pago. No plano cultural também há modificações. Os DCEs da UCPEL e UFPEL organizam uma Calourada Unificada. A mesma vai até dia 05 de abril, com palestras, apresentação do filme *Actas de Marusia*, mostra de quadros, fotografias, e poesias. Dia 31 de março de 1981, dentro do período da Calourada, há uma ocupação da Casa dos Estudantes da UFPEL por grupos de mulheres. Até aquele momento era impedida a entrada das mesmas na Casa. A partir desse momento é reservado um andar para que mulheres também tenham acesso à moradia estudantil.

Dia 6 de abril de 1981 foi chamada uma Assembléia Geral na UFPEL e outra na UCPEL, sendo que as duas universidades entraram em greve. A Assembléia Geral UFPEL deliberou por uma moção de repúdio ao reitor da UCPEL por ameaçar punir o DCE e seu presidente pela paralisação. A greve coincidiu com a paralisação chamada pela UNE para os dias 8 e 9. No entanto, nas duas universidades foi estabelecido que a greve seria por tempo indeterminado. A greve das duas universidades durou 16 dias.

Dois dias após, acontecia nova assembléia dos estudantes da UFPEL no estádio Bento Freitas, com mais de dois mil alunos. Foi mandado um pelotão de choque da Brigada Militar que se deslocou de Porto Alegre para impedir a passeata programada até a praça Coronel Pedro Osório. Impedidos de irem às ruas, os estudantes cantaram o hino da independência antes de saírem em pequenos grupos da assembléia. No outro dia, (9 de abril), nova passeata dos estudantes da UFPEL pela cidade. No mesmo dia à noite os estudantes da UCPEL realizaram assembléia massiva no Ginásio João Carlos Gastal onde definiram a continuidade do movimento, agora com a intermediação de um grupo de professores nas negociações.

Logo após a greve organizada pelas duas universidades, a cidade foi palco do 3º Congresso da UEE, realizado dias 15 a 17 de maio.

Logo no início do ano seguinte, (1982), os estudantes se reorganizavam para um nova mobilização. Dia 11 de março os estudantes em assembléia ameaçam entrar em greve, sendo que dia 17 do mesmo mês houve uma passeata dos estudantes da UFPEL contra aumentos do RU (divisão entre alunos carentes e não carentes). A mesma foi barrada pelo pelotão de choque, fortemente armados e com bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes pararam a passeata, sentaram na rua onde leram uma Carta Aberta à

comunidade e cantaram o hino nacional. De 22 a 29 desse mesmo mês, nova paralisação da UFPEL e ocupação do Restaurante Universitário, sendo que os estudantes passaram a gerenciar o R.U., fazendo a comida e servindo aos demais estudantes. (contra a portaria 03/82 que dividia os usuários de RU em carentes e não carentes). Ficou conhecido o movimento como Greve dos Bandeijões, apoiado e articulado pela UEE/RS. O final da greve ocorreu após a conquista da construção de um novo restaurante universitário no centro da cidade, sendo que ao final essa reivindicação nunca foi atendida. Nesse momento o presidente do DCE era José Eduardo Utzig<sup>197</sup>, e o vice era Fernando Recuero (Fefa), estudante de medicina. A chapa tinha o nome de Ponteio e tinha disputado com uma chapa de direita denominada de Píalo. Embora Utzig tenha sido eleito na condição de independente, com o tempo vinculou-se à Resistência.

A gestão 1982/83 foi eleita dia 20 e 21 de outubro de 1982, sendo empossado como presidente o acadêmico de veterinária Gerson da Silva Madruga<sup>198</sup>, também ligado à Resistência. Não houve chapa de oposição, sendo que o processo eleitoral mobilizou 2041 estudantes, sendo 311 votos brancos e 18 nulos.

Essa gestão encaminhou a maior greve dos estudantes da UFPEL, iniciada dia 15 de março de 1983 e encerrada em 17 de maio do mesmo ano, durando 62 dias. Na época o reitor era José Emílio Araújo e a principal reivindicação era a não divisão entre estudantes carentes e não carentes, visto pelo movimento como um instrumento para gradativamente implantar o ensino pago nas universidades federais.

As demais gestões também foram caracterizadas como vinculadas à Resistência. Entre 1983/84 assumiu a presidência Neomir Alcântara. Posteriormente Carlos Atílio Todeschini<sup>199</sup> (eleição dias 13 e 14 de 1984) e por fim Ângela Amaral (eleição dias 11 e 12/12/85), sendo os três estudantes de Agronomia na UFPEL. Desde a primeira eleição direta para o DCE (1979) até 1985 todos os presidentes do DCE UFPEL eram alunos da agronomia, com a única exceção de Gerson Madruga.

---

<sup>197</sup> Foi vice presidente da UEE/RS e da UNE. Ocupou diversas funções públicas, sendo Secretário de Planejamento da prefeitura de Porto Alegre na gestão de Tarso Genro. Falecido, atualmente é nome de um dos principais viadutos da cidade.

<sup>198</sup> Coordenador do Gabinete do deputado estadual Adão Villaverde.

<sup>199</sup> Posteriormente foi vereador em Pelotas e atualmente é vereador em Porto Alegre.



#### **04) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)**

Embora a eleição para o DCE UCS fosse indireta (através dos representantes discentes de departamentos, ao todo 28), o setor jovem do MDB – provavelmente hegemonizado pelo PCB, é quem indicava as diretorias do DCE UCS. Na época o movimento estudantil local tinha um grupo denominado UNIDOS UNIDADE que era quem elegia as diretorias de DCEs, ao menos até este grupo se romper e criar um outro que irá disputar o comando da entidade. A hegemonia do PCB é clara na medida em que Unidade era o nome adotado nacionalmente como “tendência” que aglutinava PCB e PC do B.<sup>200</sup> Não havia Diretórios Acadêmicos, o que aliado ao contexto repressivo da época dificultava sobremaneira uma atuação política mais ativa. No entanto, em que pese o contexto político da época que impedia mobilizações, não podemos caracterizar esta diretoria como “pelega” ou de direita, na medida em que os jornais do DCE (Jornal Universitário) traziam artigos criticando o Decreto Lei 477, a falta de democracia, defendia a volta dos DAs e a necessidade da participação dos estudantes, criticava o relatório Atcom e os acordos MEC USAID, etc. Ou seja, se não existiu um enfrentamento aberto ao regime, o que seria inviável no contexto, também não havia nenhum tipo de posicionamento de apoio ao mesmo.

Em 1972, o presidente eleito para o DCE UCS foi José Ivo Sartori (posteriormente eleito deputado estadual e prefeito do município). Sua gestão durou até 1975, tendo sido o mandato prorrogado 2 vezes pela reitoria da UCS. No jornal do DCE de abril de 75 (número 4), existe uma matéria intitulada “Eleições para o DCE” com o subtítulo “ História do prolongamento de nossa gestão”. Nesse artigo basicamente consta que a diretoria eleita em abril de 72 tendo Sartori como presidente, logo que assumiu deparou-se com a extinção

---

<sup>200</sup> Posteriormente o PC do B irá criar sua própria tendência, denominada de Viração, e a Ala Vermelha do PC do B (ou ala esquerda do partido) irá criar a Caminhando em alguns estados e Resistência no RS.

dos Diretórios Acadêmicos (que tinham sido eleitos juntamente com a diretoria do DCE) através de portaria do Reitor Virvi Ramos. Ao final do primeiro semestre de 73, foi decretada a intervenção na UCS e nomeado pelo MEC Ayrton Vargas como reitor, não chamando as eleições<sup>201</sup> e alegando que, “enquanto uma entidade educacional está sob regime de intervenção, não podem ser realizadas eleições em nenhum órgão ou entidade afeto a mesma universidade”. (pg. 4, jornal DCE UCS, abril de 75). Na época a denominação não era DCE, e sim DUE (Departamento Universitário Estudantil), ou seja, a própria denominação de “Departamento” gera uma idéia de algo subordinado à burocracia universitária. No mesmo artigo a diretoria do DCE também explica que mesmo contrariados pela prorrogação dos mandatos na medida em que esvaziava a entidade e sobrecarregava os dirigentes, pois os alunos que se formavam não iam sendo substituídos na gestão, entenderam que havia apenas dois caminhos: a continuidade na gestão ou a renúncia, que chegou a ser cogitada, mas que a idéia foi abandonada em função de suas conseqüências: ou o simples fechamento do DCE (sendo que os DAs já estavam fechados), ou o que talvez fosse pior: a indicação de um interventor sem nenhuma legitimidade.

## GESTÃO

## PRESIDENTE

## FORÇA

1972/73	José Ivo Sartori	Unidos Unidade
1973/74	José Ivo Sartori	Unidos Unidade
1974/75	José Ivo Sartori	Unidos Unidade
1975/76	Lauri Guerra	Unidos Unidade
1976/77	João Tonuz	Unidos Unidade
1977/78	Pedro Parente	Unidos Unidade

---

<sup>201</sup> Na época, quem tinha a incumbência legal de chamar eleições para DCEs e DAs (onde existia) era a reitoria, não havendo possibilidade legal dos DCEs o fazerem, o que posteriormente irá gerar o artifício de prévias entre os estudantes de forma direta para posterior homologação nas instâncias legais, o que irá constituir os chamados DCEs Livres.

1978/79	Miguel Boeira	Unidos Unidade
1979/80	João Bastos	Renovação
1980/81	Valmir Francisco dos Santos	Unidade
1981/82	Nivaldo Menegon	Unidos Unidade
1982/83	Abelardo Lopes	Unidos Unidade
1983/84	Vitor Mário Zandolmeneghi	Ação Estudantil

Em abril de 1975, o jornal do DCE UCS, (ano 4, nº 4), anunciou que houve uma modificação na denominação da entidade. De DUE (Diretório Universitário Estudantil) passaria a se denominar novamente de DCE (Diretório Central de Estudantes). No mesmo mês, no dia 30, houve eleição para os representantes de Departamentos. Estes, (ao total 28), constituíam também o colégio eleitoral responsável por eleger a diretoria do DCE da UCS. Dia 6 de maio do mesmo ano aconteceu uma eleição (indireta) para o DCE UCS. Foi eleito Lauri José Guerra, após 3 anos da gestão do Sartori.

Logo após a posse, o DCE UCS manda carta ao ministro da educação pedindo a federalização da UCS, debate que irá se prolongar por muito tempo na região. Em 24 de setembro de 1977, Édio Elói Frizzo (ligado à Unidade), ganhou as eleições para o DCE no ciclo básico na UCS. (Zaluar Toni para vice e João José Bastos como segundo vice). A Chapa somou 1135 votos, contra 758 dados à chapa encabeçada por Francisco Quadros. Deixaram de votar 426 alunos, 13 brancos e 26 votos foram anulados.

Em 20 de janeiro de 1979, o DCE UCS lançou nota acusando a reitoria de reajustar anuidades acima dos índices oficiais, defendendo ensino público e federalização, mas somente em 17 de abril de 1980 é que há o início de um Boicote às anuidades na universidade. O DCE organizou três assembléias (nos três turnos) e entregou à reitoria um abaixo assinado com mais de 4.500 assinaturas propondo ajuste zero, isenção de multa de 10% e maior parcelamento das anuidades. A UCS contava na época com aproximadamente 10.000 alunos, sendo que segundo o próprio reitor, 40% não pagou a segunda

parcela das anuidades (declaração feita dia 30/04 em audiência na Câmara de Vereadores segundo o jornal O Pioneiro).

Em 13 de outubro de 1980, após a gestão de João Bastos, que tinha rompido com a Unidos Unidade e representava um grupo local denominado Renovação<sup>202</sup>, a Unidade volta a assumir o controle do DCE através de Valmir Francisco dos Santos e Luciano Fedozzi como vice.

#### RESULTADOS ELEIÇÃO DCE UCS EM 1980

Unidos	-	1.180 (Valmir Francisco dos Santos/Luciano Fedozzi)
Mutirão	-	681 (Delmir Sérgio Portolan/Wanda Marchioro)
Renovação	-	511 (Osni Nevio Alessi/Luciano Picolli)
Branços	-	33
Nulos	-	31

Nova eleição dias 7 e 8 de outubro de 1981 mantém o controle do DCE para o grupo Unidos/Unidade, com a votação abaixo:

#### RESULTADO ELEIÇÕES DCE UCS EM 1981

Unidos/Unidade	-	1.439 (Nivaldo Menegon)
Mutirão	-	504 (Ben-Hur Claus)
Decisão	-	568
Renovação/Travessia	-	859 (Gilberto Vargas - Pepe Vargas) <sup>203</sup>

Até mesmo no contexto de organização do Cio da Terra em Caxias do Sul, quando a UEE estava sob direção da oposição ao grupo da Unidade, esta manteve a hegemonia local no movimento. Na eleição para o DCE dia 4 de outubro de 1982, é eleito presidente Abelardo Lopes, da Unidos Unidade. Os

---

<sup>202</sup> O grupo Renovação majoritariamente irá aderir ao processo de construção do PT e muitos irão se aproximar e militar com a Peleia (posteriormente denominada de DS). Um grupo menor irá se aproximar e militar no PDT.

<sup>203</sup> A chapa Unidos acrescentou Unidade e a chapa Renovação acrescentou Travessia para melhor identificar com as chapas estaduais e nacionais para a UEE e UNE. Nessa eleição, para alguns centros também concorreu a chapa Decisão, nitidamente de direita, criticando o radicalismo e reivindicações utópicas. Afirmando que “o nosso trabalho é a nível local, pois entendemos que na atual situação é injusto defendermos siglas estaduais ou nacionais, deixando de lado nossa verdadeira missão” (jornal O Pioneiro, 07/10/81, pg. 5).

resultados abaixo demonstram a força desse grupo em Caxias, quando no conjunto do estado a composição que deu origem a Travessia era hegemônica.

#### RESULTADO ELEIÇÃO DCE UCS EM 1982

Unidos Unidade	- 1.882
Nada Será Como Antes	- 1.474
Decisão	- 762
Vertente	- (só concorreu para Diretórios Acadêmicos)

Sómente em 1983, na eleição realizada dia 3 de outubro é que a Unidos Unidade irá perder o controle do DCE. Assim mesmo por pouco tempo. Quem assume a presidência é Vitor Mário Zandolmeneghi, ligado a um grupo denominado Ação Estudantil.

#### RESULTADO ELEIÇÕES DCE UCS

Ação estudantil	- 2.156 (Vitor Mário Zandolmeneghi/Luciano Roque Piccoli)
Chapa Unido	- 992 (Tânia Scur de vice) <sup>204</sup>
Branco	- 42
Nulos	- 31

---

<sup>204</sup> A chapa Unidos Unidade perde as eleições após 12 anos de gestões consecutivas.

## 05) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

Não temos dados que possam identificar sob qual controle estava o DCE da UFSM durante a década de 1970. Sabemos que em novembro de 1972 o presidente era Adalberto Caino Silveira Netto. Em 1973, por ocasião de um encontro de DCEs e DAs ocorrido em Porto Alegre e que definiram por apresentar como síntese da reunião um documento pedindo o fim do Decreto Lei 477, constava a presença do DCE UFSM.

Durante alguns anos, com certeza o controle do DCE esteve na mão de setores ligados ao DEE. A oposição estudantil organizou em 1978 o MOE (Movimento de Oposição Estudantil), que mais tarde viria a se constituir enquanto a tendência estudantil Resistência, nacionalmente vinculada à Caminhando.

Mesmo sem o controle do DCE, já havia manifestações de estudante no final da década de 1970. Em 18 de abril de 1979, houve uma manifestação dos estudantes em frente ao RU (aproximadamente 400 estudantes). Encaminharam um abaixo assinado com mais de 4.300 assinaturas à Reitoria. O movimento era contra o aumento do preço das refeições. Segundo o jornal A Razão do dia 19:

a questão da alimentação do estudante, principal objetivo da concentração não impediu que paralelamente alguns estudantes falassem com respeito a situação do estudante brasileiro, questionando a forma de representação estudantil, reivindicando, ainda que por alto a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes) e a revogação dos decretos de repressão aos movimentos estudantis (jornal A Razão).

Quando no dia 23 de maio de 1979 é extinto o Decreto Lei 228 e 477, em geral considerado uma grande vitória para os estudantes, o DCE da UFSM faz um protesto. Na época, o presidente da entidade, Otávio Monteiro, afirmou que “o 477 está para o estudante como o Código Penal para qualquer cidadão”

(Jornal A Razão). No dia seguinte os estudantes da UFSM aceitam proposta da reitoria de baixar o preço das refeições para 12 cruzeiros apenas para moradores das Casas de Estudantes.

Dia 31 de maio de 1979 houve a organização de uma Vigília pela Reorganização da UNE promovida pelo DCE UFRGS. A oposição estudantil em St. Maria organizou o Dia da Conquista, que irá tratar dos seguintes assuntos: “*queda dos decretos 477 e 228; reorganização da UNE; ante-projeto do Regimento interno da Universidade, problema dos RUs e a intenção do governo de tirar a passagem para os estudantes*”. Em julho de 1979 os estudantes se vinculam à campanha de arrecadação de auxílios para a Nicarágua, atividade apoiada pela Cáritas e CNBB.

Em 31 do mesmo mês, o Reitor da UFSM, Derblay Galvão, retornando de reunião com demais reitores, informou que eleições estudantis seriam diretas a partir daquele momento (definição da 29ª Reunião do CRUB).

Pouco tempo depois, em 14 de agosto, surgiu uma passeata dos estudantes da UFSM pelo congelamento dos preços do R.U, melhoria no atendimento médico odontológico e mais verbas para a educação. Dois dias após, greve de estudantes UFSM (da área da saúde) Contra o projeto dos Biomédicos – que permitia a técnicos biomédicos direitos iguais aos farmacêuticos.

No mês seguinte, de 8 a 12 de setembro de 1979 houve uma greve de professores sendo que os estudantes também paralisaram em apoio.

Na eleição para a UNE em 4 de outubro de 1979, o resultado alcançado pela chapa Mutirão (apoiado pela Resistência) mostra a força da tendência na cidade.

#### RESULTADO ELEIÇÃO UNE EM SANTA MARIA

Mutirão	- 1.613
Liberdade e Luta	- 62
Maioria	- 415
Unidade	- 281
Novação	- 107
Branco e Nulos	- 87
Total de votantes	- 2.565 (aproximadamente 38% dos alunos matriculados);

No dia 29 de outubro do mesmo ano, o presidente da UNE, Rui Cezar da Costa e Silva foi a Santa Maria para o lançamento das eleições diretas para o DCE UFSM. Estas, que ocorreram dia 9 de novembro de 1979, confirmam o favoritismo de Resistência frente à direita e outras forças de esquerda. É eleito presidente Gilberto Lang e Nádya Pesce da Silveira como vice, sendo que a chapa fez quase 70% dos votos.

Dia 12 de março de 1980 iniciou uma mobilização pelo congelamento de preços no R.U. No final desse mesmo mês, Santa Maria sediou o Congresso da UEE, que contou com a participação de 308 delegados do estado inteiro, legitimando de vez a criação da UEE.

Em maio de 1980 houve uma mobilização em torno da mudança do regimento da UFSM. Dia 14 de agosto, passeata no Campus lutando novamente pelo congelamento dos preços do RU. De 10 a 12 de setembro, os estudantes da UFSM participam da greve geral chamada pela UNE no país inteiro.

A eleição acontecida dia 13 de novembro de 1980 elegeu Augusto Cezar Pereira, aluno da medicina e vinculado à Resistência, presidente do DCE. A outra chapa (Levante) foi impugnada em função de diversas assinaturas falsificadas e de tentar inscrever a chapa fora do prazo. Entrou com recurso solicitando impugnação da chapa Resistência, mas foi rejeitado por unanimidade no Conselho Universitário da UFSM. Novamente houve uma forte participação dos estudantes.

#### RESULTADO ELEIÇÃO DCE UFSM

Resistência	- 3.521
Branco	- 1.567
Nulos	- 307
Total	- 5.395;

Na eleição do ano seguinte, que ocorreu dias 11 e 12 de novembro de 1981, é alçada à condição de presidente a acadêmica de engenharia civil Nara Maria Emanuelli Magalhães. O vice era César Augusto Bitencour de Medeiros (agronomia) e o secretário geral Claudio Ritter Alves (medicina) que posteriormente será eleito presidente do DCE;

Dias 20 e 21 de outubro de 1982 novamente a chapa ligado à Resistência (agora Caminhando) vence as eleições com Cláudio Ritter Alves. Também concorreu a chapa Levante (direita) e Mutirão (concorreu à presidência Mauro Gaglietti, PC do B).

Em março de 1983, mais precisamente no dia 22, foi realizada uma passeata, invasão da reitoria e pulo da roleta em UFSM. O eixo da mobilização era a conclusão da moradia estudantil, conclusão da creche universitária, melhores condições de transporte e pelo não fechamento dos RUs, ameaçando com greve geral.

Por fim, a gestão de 1983 elege Jussara Dutra, novamente da Caminhando para a presidência do DCE UFSM Possivelmente a data da eleição da UFPEL e UFSM tenha sido a mesma da UEE;

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1976/77	Otávio Monteiro <sup>205</sup>	DEE
1977/78		DEE
1978/79	Elias Pontelli	DEE
1979/80	Gilberto Lang	RESISTÊNCIA
1980/81	Augusto Capeletti	RESISTÊNCIA
1981/82	Nara Magalhães	RESISTÊNCIA
1982/83	Claudio Ritter	RESISTÊNCIA
1983/84	Jussara Dutra	RESISTÊNCIA
1984/85	José Joney Reis da Silva	VIRAÇÃO/NOVA R.

---

<sup>205</sup> Empossado dia 14/12/76.

## **06) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UIVERSIDADE VALE DOS SINOS (UNISINOS)**

Como já vimos anteriormente, o DCE da UNISINOS já em 1972 organizou o IIº Encontro de DCEs e DAs. Também em 1976 estava contribuindo na convocação do VI Encontro Estadual de DAs e DCEs visando a preparação das atividades da Semana de Liberdades Democráticas. Nesse mesmo ano a entidade é fechada pela reitoria. As mobilizações estudantis nessa Universidade só irão reiniciar em 1979. Nesse interregno de tempo não se tem notícia de processos mobilizatórios. O processo de reorganização começou através de lutas por questões específicas dos cursos. Iniciou pela Arquitetura e posteriormente pelas engenharias, alastrando-se posteriormente e desencadeando greves de cursos.

As reivindicações pontuais e específicas foram unificadas pela problemática dos aumentos de anuidades e desencadeou-se uma greve geral em 1979. Este processo serviu para a rearticulação de Centros Acadêmicos por áreas que posteriormente irão constituir a base para o surgimento do DCE Livre, onde Ronaldo Zulke foi seu primeiro presidente (gestão 80/81), seguido de Marco Antonio Amaral (gestão 81/82, sociólogo, já falecido) e de Adriano Bessa (gestão 82/83), todos ligados à Peleia , (posteriormente Democracia Socialista).

No dia 29 de agosto de 1981 novamente os alunos da arquitetura da UNISINOS entram em greve pela entrega da nova sede do DA que a reitoria não queria entregar porque os alunos não aceitavam mudar o estatuto da entidade e retirar o reconhecimento da UNE e UEE/RS.

Na eleição do DCE de 1981, ocorrido no mesmo dia das eleições para a UEE, a chapa de situação teve uma sólida votação como podemos ver no quadro abaixo:

<b>UNISINOS</b>	
TRAVESSIA	3.576
SANGUE NOVO	1,250
LEVANTE <sup>206</sup>	0940
REALIDADE	0686
MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	0606
ESQUERDA MACHISTA	0083
NULOS E BRANCOS	SEM INFORMAÇÕES
<b>TOTAL</b>	<b>7.141</b>

Já na eleição ocorrida dias 18 e 19 de outubro de 1983, concorreram 2 chapas. A chapa da Chamada Geral (DS) e a da Mutação, sendo que esta última venceu e Douglas Sebastião E. Mattos, vinculado à Viração assumiu a presidência e no ano seguinte será eleito presidente da UEE/RS.

GESTÃO

PRESIDENTE

FORÇA

1971/72	Raimundo Kroth	
1972/73		
1973/75		
1974/75		
1975/76		
1976/77	Élbio de Freitas Flores	

<sup>206</sup> O grupo Levante, que atuava em Santa Maria e na Unisinos é ligado ao DEE, conforme matéria intitulada Liderar é Preciso, publicada no jornal O Minuano, ano III, número 9, março/abril de 1977.

	<sup>207</sup>	
1977/78	DCE Fechado	
1978/79	DCE Fechado	
1979/80	DCE Fechado	
1980/81	Ronaldo Zulke	PELEIA
1981/82	Marco Antonio Amaral	PELEIA
1982/83	Adriano Bessa	PELEIA
1983/84	Douglas Mattos	VIRAÇÃO /NOVA REPÚBLICA <sup>208</sup>
1984/85	Feres Uequet	NOVA REPÚBLICA-

---

<sup>207</sup> Em 1976 o vice presidente do DCE Unisinos era Frederico Guilherme Zorzan. A reitoria da Unisinos fechou o DCE alegando problemas de gestão.

<sup>208</sup> Utilizaremos a definição Nova República quando não conseguirmos identificar com certeza a força política da pessoa citada mas quando compõem chapa no campo dos apoiadores da Nova República. Normalmente PC do B, PCB, MR-8 e inúmeros independentes (e inclusive setores da direita) que se aglutinaram politicamente naquele contexto político em cima do apoio ao governo Sarney (chamado de Nova República).

## 07) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)

No caso específico do DCE UPF, as informações expostas aqui serão breves. Essa opção é em função de que já existe um artigo de autoria de Eliane Lucia Colussi, intitulado *Memórias de Militantes do Movimento Estudantil em Passo Fundo (1978-1985)*, o qual está acessível on line e que apresenta um panorama bastante amplo do movimento estudantil universitário nesse município. De forma similar, o mesmo irá acontecer no relato sobre o DCE da UFRGS e PUC, movimentos esses também já bastante detalhados em outras obras. Algumas informações básicas, no entanto, nos parece adequado para uniformizarmos esse capítulo.

A primeira eleição direta para o DCE UPF aconteceu dia 18 de outubro de 1979. Venceu a chapa Renovação, de situação e liderada por Olvir Favaretto (1.632 votos). Também surgiu uma chapa de oposição (denominada Rever) que embora derrotada conseguiu 1574 votos. No ano seguinte, dia 5 de novembro de 1980, houve um aumento significativo na participação dos alunos na escolha da nova direção da entidade. Votaram aproximadamente 4.800 estudantes, sendo a chapa Construção eleita e Luis André Agostini (Dedé)<sup>209</sup> empossado presidente. Também disputaram a eleição a chapa Reação, com a candidatura de Álvaro Luis Correa e Novos Rumos com Cícero Marcolan. A primeira representava a direita e a segunda era ligada à Convergência Socialista. Ao final de 1981 novamente as mesmas forças disputaram as eleições. Foi eleita a chapa Canto Geral, liderada por Ana Lúcia Escobar, da Resistência e também participaram do processo a chapa Consciência (Arno Buhler, representando a direita) e Luiz Muller Fogaça, ligado a grupos trotskistas. A posse da chapa Canto Geral aconteceu dia 23 de novembro de 1981.

---

<sup>209</sup> Militante da tendência estudantil Resistência.

Dias 20 e 21 de outubro de 1982, Paulo R. Zílio, representante da chapa Nossa Voz<sup>210</sup>, obteve 2057 votos e foi eleito presidente. Concorreu contra a chapa Unidade (que obteve 1206 votos) e que tinha como candidato Ricardo Pedra. A chapa Despertar a Luta foi retirada para apoiar Nossa Voz, buscando unificar a esquerda. Já na gestão 1983/84, novamente a Resistência passou a controlar o DCE, agora com o nome de Pretinho<sup>211</sup>.

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1977/78	Décio Hartmann	DEE
1978/79	Paulo Gilberto Bilhar Dutra <sup>212</sup>	DEE
1979/80	Olvir Favaretto <sup>213</sup>	DEE
1980/81	Luis André Agostini (Dedé)	RESISTÊNCIA
1981/82	Ana Lúcia Escobar	RESISTÊNCIA
1982/83	Paulo R. Zílio	RESISTÊNCIA
1983/84	Pretinho	RESISTÊNCIA
1984/85	Alexandre Rodrigues	PC do B
1985/86	Luis Roberto de Albuquerque <sup>214</sup>	NOVA REPÚBLICA

<sup>210</sup> A chapa Nossa Voz possuía vínculos com militantes da Resistência.

<sup>211</sup> Não conseguimos identificar o nome real de Pretinho.

<sup>212</sup> Posse dia 20 de outubro.

<sup>213</sup> Eleição dia 18 de outubro. Chapa eleita não se assumia como situação mas não era de esquerda.

<sup>214</sup> Deputado Federal pelo PSB, atualmente é Secretário de Infraestrutura e Logística do RS.

## **08) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)**

A Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) foi criada em 1960. Não foi localizado nenhum documento que permitisse definir com precisão o surgimento de seu DCE. No entanto já existia uma organização estudantil desde seu início. Em 1983, quando tive a oportunidade de pertencer à diretoria do DCE UCPEL, tive acesso a um livro de atas onde me chamou a atenção as reuniões com a presença de Flávio Tavares, então diretor da UEE/RS que veio a Pelotas para discutir a chamada greve de 1/3, realizada em 1961.

Na década de 1930 é criada a Federação dos Acadêmicos de Pelotas (F.A.P.), que envolvia Diretórios Acadêmicos da UCPEL e da UFPEL e a coordenação de uma casa de estudantes da UFPEL. Esta era controlada pelos próprios estudantes, sendo o presidente da FAP quem indicava o administrador a partir de Assembléias Gerais da entidade. Estas, (as Assembléias Gerais), constituíam-se na reunião de 1(um) representante de DA por curso (da UCPEL e da UFPEL) e posteriormente do DCE (no caso da UCPEL).

Mais adiante, em 1973, é que a F.A.P. foi extinta e seus bens destinados ao DCE UFPEL (recém criado). Já neste período e até 1978 as eleições eram indiretas<sup>215</sup>, com a inscrição das chapas junto à reitoria da UCPEL que é quem organizava as eleições. Em abril de 1974 é empossado como presidente Jorge A. Lorenzoni. Ainda em 1978, na primeira prévia, a esquerda se articulou em uma composição única, mas perdeu para Fernando Adams, que representava os setores mais conservadores. Na eleição de 1979 (também prévia), surgiram 3 chapas. Uma da direita, a qual elegeu o acadêmico da engenharia (Mauro Marcheti) como presidente do DCE. Outra chapa tinha como candidato a

---

<sup>215</sup> Na medida em que as atas e documentos do DCE UCPEL não estão mais sob a guarda da entidade nem da Reitoria, acredito que as mesmas já não existem mais. Em função disso não consegui identificar se em algum momento houve eleição direta para o DCE antes de 1978.

presidente Getúlio Mattos (Unidade) e a terceira chapa era encabeçada por Jorge Ferraz, carinhosamente apelidado de “Mickey”, o qual era ligado ao movimento pró-PT. Possivelmente o nome da chapa fosse Corrente.<sup>216</sup> No segundo dia do pleito, foi lançado um panfleto apócrifo chamando Getúlio Mattos de “lobo em pele de cordeiro”, e falando de sua expulsão de um colégio de segundo grau e de uma prisão por participação política.

Na eleição de 22 de outubro de 1980 concorreram 5 (cinco) chapas para o DCE. A gestão da época se dividiu e apresentou duas chapas (GÊNESIS E NOVO TEMPO), ambas provinham da mesma gestão vinculada ao DEE). Já a esquerda, depois de inúmeras tentativas de composição, apresentou 3 alternativas: VEZ E VOZ ( UNIDADE e Pastoral Universitária); RECONSTRUÇÃO (chapa vencedora). Inúmeros independentes, alguns poucos ligados ao PMDB e alguns poucos militantes da Resistência e a CORRENTE, chapa composta de petistas universitários, militantes da Corrente PT, a maioria composta de militantes da Avalu (majoritária) e DS. A Libelu não participou desta chapa). O Presidente eleito foi Louri Bertinetti (medicina) e vice Gildomar Gomes (comunicação social), representantes da Reconstrução.

#### RESULTADO ELEIÇÕES PARA O DCE UCPEL EM 1980

Nome Chapa	Presidente	Vice	Forças	Votação
Reconstrução	Louri Bertinetti	Gildomar Gomes	Resist/Indep.	971
VeZ e VoZ	Getúlio Mattos	Elifas M. Simas	Unidade/PU <sup>217</sup>	852
Novo Tempo	João Penso Neto	Galeano Proença	DEE	590
Gênesis	Claudio	Vitório Ardizzoni	DEE	532

<sup>216</sup> Na época havia uma tentativa de unificar os petistas que militavam em diferentes tendências em um movimento chamado Corrente PT.

<sup>217</sup> Pastoral Universitária

	Dornelles			
Corrente	Alcides Vergara	Helena dos Santos	Avalu/DS/PT	142
Branços	-----	-----	-----	020
Nulos	-----	-----	-----	017
<b>TOTAL</b>				<b>3.124</b>

A partir de 1980 diversos Diretórios Acadêmicos foram conquistados por chapas de esquerda. Embora o DCE estivesse sob controle de pessoas vinculadas ao DEE, já havia um jogo de pressão dos DAs sobre a entidade central. No dia 12 de abril de 1980, houve uma reunião dos Diretórios para pressionar o DCE a reconhecer o Conselho de DAs enquanto instância deliberativa e a repassar parte da verba recolhida aos pelo DCE às entidades de base.

Mesmo contrariando interesses do DCE, os DAs organizaram um ato público contra o ensino pago em frente à UCPEL no dia 11 de junho de 1980. Era o início da preparação de um movimento maior. Dia 25 de julho do mesmo ano foi iniciado o processo de boicote às anuidades da universidade, movimento esse combatido pelo DCE inclusive com notas públicas nos jornais locais. Mesmo com o envolvimento de diversos DAs, o movimento não conseguiu se sustentar muito tempo.

Ainda durante o período de férias, quando o DCE soube que a direção da UNE estava chamando uma paralisação nacional de 10 a 12 de setembro de 1980, resolveu negociar com a reitoria a transferência da tradicional Semana Acadêmica<sup>218</sup> para essa data. A possibilidade da data da paralisação “coincidir” com o período da organização das Semanas Acadêmicas tinha o objetivo de esvaziar o conteúdo político do movimento paredista, na medida em que as aulas já estariam suspensas naturalmente.

---

<sup>218</sup> Uma vez ao ano, normalmente em outubro, os DAs organizavam atividades livres por curso substituindo as aulas normais.

Na primeira semana de aulas, dia 11 de agosto, os DAs organizaram uma Assembléia no pátio da UCPEL e posterior ocupação à sede do DCE<sup>219</sup>. A disputa era em torno de um documento que o DCE dizia existir no qual os DAs teriam concordado da transferência de datas das Semanas Acadêmicas e estes, por sua vez, diziam que o documento não existia, que tinha sido uma posição tomada exclusivamente pela diretoria do DCE. Mesmo com as confusões, a UCPEL participou da paralisação nacional organizando debates sobre a problemática educacional e conseguiu um índice de adesão de 100% no processo de mobilização. Poucos dias após, sem maiores explicações, o secretário de finanças do DCE, César Thompsen, manda uma carta à reitoria comunicando seu desligamento da diretoria do DCE em função de divergências. Irá articular uma chapa de oposição ao DCE UCPEL, mas dentro do mesmo campo político da direita.

Com a eleição da chapa de esquerda Reconstrução, irá modificar-se a relação do DCE com a reitoria. No final do ano a gestão limitou-se basicamente a organizar um planejamento de atividades. Em março, foi proibido pela reitoria a colagem de cartazes da UNE e da UEE, o que provocou uma nota publica do DCE dia 20 de março de 1981 e dos DAs<sup>220</sup> dia 22 do mesmo mês.

Dia 25 de março os estudantes organizaram uma Assembléia Geral da Universidade e deliberaram por encaminhar um conjunto de reivindicações à reitoria, o que seria feito em um ofício dois dias após, sendo que dia 4 de abril a reitoria responde negando as reivindicações. Novamente os estudantes se reúnem em Assembléia Geral dia 6 de abril. No mesmo dia o movimento estudantil da UFPEL também estava realizando sua Assembléia Geral. A UFPEL deliberou por uma nota de repúdio ao reitor da UCPEL por ameaçar punir o DCE UCPEL e seu presidente pela paralisação. As duas Assembléias deliberaram pelo início de uma greve que iniciaria no dia seguinte.

A greve nas duas Universidades durou 16 dias e as reivindicações principais na UCPEL era congelamento das anuidades e eleições diretas para os dirigentes das universidades, dentro de uma pauta de 19 itens. Essa gestão

---

<sup>219</sup> O DCE alegava que pediu a transferência da data das Semanas Acadêmicas a partir de uma reunião com os DAs. Estes por sua vez negavam a existência da mesma e da referida ata. A ocupação à sede do DCE tinha como objetivo que a referida ata fosse tornada pública.

<sup>220</sup> Assinada por 15 Diretórios Acadêmicos.

organizou diversas atividades de cunho cultural além de estabelecer um padrão completamente distinto do anterior no que referia-se à relação com a Reitoria.

A gestão seguinte, eleita em 28 de outubro de 1981, foi representada pela chapa Manifesto<sup>221</sup> tendo Ronald Dutra como presidente e Nilton (medicina) para vice (1263 votos). A outra chapa, *Transição* tinha Marco Antônio Generoso da Silva (Marcão) como candidato à presidência e Sérgio Stifelmann como candidato à vice, fazendo 960 votos e perdendo as eleições. Ainda teve 26 votos nulos e 39 brancos, totalizando 2.288 votantes.

Durante essa gestão, o DEE tentou distribuir carteiras estudantis no município de Jaguarão, onde havia uma extensão da UCPEL. O DCE/UCPEL não permitiu, o que gerou uma nota do DEE nos jornais locais. Dia 11 de maio os Diretórios Acadêmicos da UCPEL publicaram outra nota no jornal Diário da Manhã atacando o DEE e defendendo o DCE.

Dias 10 a 15 de maio houve a realização do Encontro Municipal de Ensino, preparatório ao Encontro Estadual que estava sendo organizado pela UEE. O mesmo contou com a participação de Moacir Gadotti e teve como pauta: 1) Autonomia da Universidade; 2) A Estrutura de poder nas instituições de ensino, 3) Metodologia e conteúdo de ensino e 4) Gratuidade do Ensino.

Dia 01 de junho de 1982 houve Ato público contra a expulsão de Javier Alfaya (presidente da UNE) em frente UCPEL e no dia 11 do mesmo mês outro Ato contra o ensino pago com mais de mil alunos. Foi criado um Comitê centralizador das lutas e marcado uma reunião com a reitoria para dia 26 de junho e definidos encaminhamento visando uma mobilização pelo boicote às anuidades.

Dia 25 de junho é anunciado um aumento de 25% nas anuidades e o Comitê da UCPEL inicia uma mobilização pelo boicote. Inicialmente o mesmo seria realizado até dia 11, quando haveria nova assembléia geral que definiria pela continuidade ou não. Caso não houvesse, ainda haveria o prazo do dia 12 para os alunos pagarem seus carnês. Dia 31 de julho o DCE UCPEL e o Comando de Mobilização lançaram nota acusando que reitoria estava proibindo colocação de cartazes sobre o boicote às anuidades e proibindo a constituição de bancas de esclarecimento dentro da UCPEL. Finalmente dia 11 de agosto é realizada uma Assembléia Geral para definir os rumos do boicote. O mesmo,

---

<sup>221</sup> A chapa Manifesto era uma articulação entre Unidade (PCB) e Avalu.

que conseguiu a adesão de mais de 1.500 estudantes que entregaram seus carnês e não pagaram as mensalidades por um determinado período. O movimento não foi suficientemente forte para barrar os aumentos mas conseguiu um conjunto de outras reivindicações como o fim do número mínimo de créditos; parcelamento da dívida dos estudantes em atraso; garantia de matrícula mesmo estando em atraso; protelação dos juros em 16 dias, etc..

A eleição para a nova gestão aconteceu dias 15 e 16 de outubro, sendo que houve chapa única lançada pela oposição. Marco Antônio Generoso da Silva (Marcão) foi eleito presidente em uma chapa juntamente com integrantes da Resistência. Em março o DCE organizou, juntamente com a UFPEL uma Calourada Unificada e em abril um Ciclo de Debates sobre Educação.

Em maio, o DCE UCPEL assumiu a responsabilidade pela coordenação de um movimento municipal contra a aplicação de uma portaria presidencial que acabava com a meia entrada nos cinemas (Lei do Concine). Na medida em que a UFPEL estava em greve (greve dos Bandeijões), coube à UCPEL tomar a frente no processo de mobilização. Após paralisarmos as atividades dos cinemas na cidade por três dias, os donos de empresas cinematográficas resolveram não aplicar o decreto em Pelotas, único município do país com mais de 200 mil habitantes em que a portaria não foi aplicada.

Em 30 de agosto o DCE entrega à reitoria um abaixo assinado com 4.027 assinaturas de estudantes contrários ao aumento das anuidades.

Na eleição seguinte, realizada dias 16 e 17 de novembro de 1983, a situação lançou a chapa Sem Trégua (Gilse Pedroso para presidente e Renato Della Vechia para vice), a qual perdeu para uma chapa de Direita (Semeadura). O novo presidente, João Carlos Batista dos Santos (Cacau), que já tinha participado de gestões vinculadas ao DEE mais tarde será candidato à vereador pelo PDS.

Essa gestão foi muito conflituosa na medida em que detinham a direção do DCE mas a imensa maioria dos DAs eram de oposição. Após a primeira reunião do Conselho de Representantes, onde o DCE não conseguiu aprovar suas posições, o mesmo reuniu sua diretoria e lançou uma nota transformando o Conselho de Representantes em consultivo e não mais deliberativo, além de unilateralmente diminuir o valor do repasse para os DAs, o que era irregular e gerou um conflito permanente entre as entidades estudantis.

Ao final da gestão Semeadura a esquerda novamente se unificou e nas eleições acontecidas dias 21 e 22 de 1984 foi vitoriosa a chapa Organização e Luta Já, sendo eleito presidente Gilmar Pedreira e Mário Almeida como vice (sendo que alguns meses após a eleição Mário assumiu a presidência).

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1972/73	João Carlos Hosni	DEE
1973/74		DEE
1974/75	Jorge A. Lorenzoni	DEE
1975/76	Sérgio Machado da Costa	DEE
1976/77	Gilberto Luis Canella	DEE
1977/78	Vinicius Becker Costa	DEE
1978/79	José Fernando Kuhn Adames <sup>222</sup>	DEE
1979/80	Mauro Marchetti	DEE
1980/81	Louri Bertinetti	RESISTÊNCIA <sup>223</sup>
1981/82	Ronald Dutra	UNIDADE <sup>224</sup>
1982/83	Marcos G. da Silva	RESISTÊNCIA

<sup>222</sup> Primeira eleição direta (prévia) organizada para o DCE UCPEL.

<sup>223</sup> Louri não era da Resistência, mas como era a única força organizada dentro da gestão, era quem tinha alguma interferência, embora chapa majoritariamente independente. O mesmo irá acontecer na gestão de Marcos G. da Silva

<sup>224</sup> Em aliança com AVALU, aliança que teve dificuldade de encaminhar um trabalho conjunto em função das divergências.

1983/84	João Carlos Batista dos Santos (Cacau) <sup>225</sup>	DEE
1984/85	Gilmar Pedreira	Ponto de Vista/Trabalho/ Resistência/Independentes

---

<sup>225</sup> Tinha sido tesoureiro na gestão 78/79 e participou da diretoria na gestão 79/80.

## 09) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC/RS)

Também em relação ao DCE da PUC e da UFRGS existe um livro que traz algumas informações e inclusive entrevistas. Trata-se de *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*, publicado pela Editora Libretos e de autoria de Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens, ambos também ex militantes do movimento estudantil.

Em março de 1973 quem assinava as correspondência em nome do DCE da PUC era Cauby da Fonseca Maluf, provavelmente vinculado ao DEE na medida em que essa informação é originária do jornal O Minuano. Entre o final de 1974 até 1975 não conseguimos identificar a situação da entidade.

Em 1975, ainda através de eleições indiretas, assume a presidência Jorge Blascoviscki Vieira, independente mas com algumas ligações pessoas com o pessoal da Nova Proposta da UFRGS. Na sua gestão houve a expulsão do então aluno Selvino Heck<sup>226</sup> e uma mobilização para tentar reverter a situação. Ao mesmo tempo esta gestão acabou com os chamados vôos do Papa, como vimos no capítulo referente ao DEE. Após a gestão de Jorge, foi eleito Juarez Porto, que ao renunciar, deixou a presidência para Maria de Fátima Fischer, até então vice do DCE. Sobre a gestão 1977/78 não conseguimos informações.

Na eleição ainda indireta acontecida em 25 de maio de 1978 a direita ganhou as eleições com apenas um voto de diferença e com uma manobra articulada pela reitoria que foi o impedimento do DA do Direito votar na medida em que a Reitoria colocou o mesmo sob intervenção. Pelo depoimento de

---

<sup>226</sup> Na década de 1980 Selvino será eleito deputado estadual pelo PT e ficará na presidência do partido por 3 gestões.

Jorge Garcia<sup>227</sup>, quem assumiu a presidência foi um policial (embora não lembrasse o nome).

No processo eleitoral referente à gestão 1979/80, realizado dia 7 de maio de 1979, venceu as eleições a chapa União e Luta com mais de 5.000 votos. Foi eleito Ivanir Bortot, sendo que o mesmo foi expulso da PUC. Ficou na presidência seu vice (Nivaldo Cunha)<sup>228</sup>, prestista até o final da gestão.

Na primeira eleição direta, realizada em novembro de 1980 com a participação de mais de 15 mil alunos, foi eleito Jorge Garcia (vinculado à Unidade) para presidente do DCE PUC. Abaixo ele recorda alguns fatos de sua gestão:

Lembro bem dos confrontos DEE. direita organizada por um policial, Carlos Eli) x UEE no Congresso de Santa Maria (1980), num tempo em que o ME na PUC era muito mais explosivo que na UFRGS. Fazíamos assembléias com 5 mil estudante por turno, por ocasião das lutas específicas das "pagas" e numa ocasião recolhemos milhares de carnês de pagamento e fizemos uma grande fogueira na frente do DCE. O Ivanir acabou expulso por uma bobagem, mas como não tinha apoio entre os estudantes, inclusive nos diferentes setores da esquerda, não houve a resistência que o grupo dele esperava. e, durante dez anos, tivemos a uma sólida maioria nos CAs e DCE. Meu sucessor foi o Rogério Koupe de Menezes, da engenharia. Era um marxista intelectual ( prestista) e morreu tempos depois da gestão. Após o Rogério, nosso grupo elegeu mais quatro presidentes (entrevista por email com Jorge Garcia – janeiro de 2011).

Após a gestão de Jorge, assumiu Rogério Koupe de Menezes, vinculado aos prestistas e já falecido. Na gestão 1982/83 o presidente foi Jorge Euzébio Assumpção, da Unidade. A Peleia conseguiu assumir o controle do DCE na gestão 1983/84 tendo como presidente Abrão Moreira Blumberg e finalmente Elias Sarantopoulo, prestista, foi o presidente da gestão 1984/85.

---

<sup>227</sup> Jorge Garcia foi presidente do DCE PUC na gestão 1980/81.

<sup>228</sup> Informação de Jorge Garcia, embora no livro Abaixo a Repressão, Ivanir Bortot tivesse afirmado que seu vice teria sido João Batista, estudante da economia.

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1972/73	Cauby da Fonseca Maluf	DEE
1973/74		
1974/75		DEE
1975/76	Jorge Blascoviski Vieira	NOVA PROPOSTA
1976/77	Juarez Porto <sup>229</sup>	
1977/78		
1978/79		DEE
1979/80	Ivanir Bortot <sup>230</sup>	
1980/81	Jorge Garcia	UNIDADE
1981/82	Rogério Koupe de Menezes	UNIDADE
1982/83	Jorge Euzébio Assumpção	UNIDADE
1983/84	Abrão Moreira Blumberg	PELEIA
1984/85	Elias Sarantopoulo	PRESTISTA

---

<sup>229</sup> Posteriormente renuncia (final de 1976) e assume a vice, Maria de Fátima Bueno Fischer.

<sup>230</sup> Ao ser expulso pela reitoria da PUC, fica na presidência Nivaldo Cunha.

## 10) DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Da mesma forma que na PUC, o livro *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas* de Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens traçam um panorama bastante completo, principalmente do movimento estudantil da UFRGS.

A UFRGS talvez seja a única das Universidades estudadas que manteve o DCE sob hegemonia de grupos de esquerda durante todo o período militar. Ou ao menos não teve uma atuação direta do DEE. Em 1968 quando surgiu o AI-5 o presidente do DCE era Raul Pont<sup>231</sup>, que teve de entrar para a clandestinidade e algum tempo após foi preso.

Embora ofuscadas pelo tempo as memórias de Juarês José Aumond ajudam a recompor um pouco o quadro do período. Segundo Juarês,

Pelo que me recordo quando participei das eleições do DCE (que deve ter sido por volta de 1968) as eleições eram diretas. Tanto é que eu passei em todos os cursos fazendo exposições de nossa interpretação da sociedade brasileira daquele momento.. Recordo-me que em plena ditadura militar ainda saía noticiário sobre o movimento estudantil que tinha forte apoio da população. Nunca pertenci diretamente a nenhuma organização e estava sempre mais próximo da Ação Popular - AP do que das outras organizações e na campanha tive o apoio de todas as correntes da Escola de Geologia. Mas na escola de geologia realmente, que era uma importante fonte de resistência a ditadura, predominava o PC do B. Dois nomes de forte expressão nessa luta na escola de geologia (com forte expressão em toda a UFRGS) foi o Gerôncio (cujo apelido carinhosamente os colegas chamavam Cabra da Peste) e o Ademar (se não falha a memória), ambos eram lideranças e parece-me do PC do B. Tens razão eu me formei em 1969. Que eu me recordo as Diretorias do DCE eram de esquerda sim, pelo menos nos anos de 1968 e 1969. Antes não sei....(Depoimento de Juarês José Aumond<sup>232</sup> – email).

---

<sup>231</sup> Ex prefeito de Porto Alegre ex deputado federal e atual deputado estadual pelo PT.

<sup>232</sup> Juarês José Aumond foi presidente do DCE UFRGS possivelmente após 1968. Antes o presidente era Raul Pont. Não conseguimos precisar a gestão em que Juarês foi presidente.

A gestão de 1973/74 foi presidida por Pedro Bisch Neto, na época vinculado ao PC do B, corrente que teve participação importante nesse período, inclusive através de João Carlos Haas Sobrinho, estudante de medicina da UFRGS e desaparecido da Guerrilha do Araguaia, além de ter sido um dos últimos presidentes da UEE do RS antes de seu fechamento durante a ditadura militar.

Já em 1975 a UFRGS organizou a primeira prévia para o DCE no estado. Dia 12 de junho, 3.566 estudantes foram às urnas e votaram para presidente em Jorge de Souza (Jorjão, ligado ao PCB) e que posteriormente foi homologado formalmente pelo Conselho de Representantes dos DAs.

Uma das atividades de maior impacto no período foi a organização da Semana Regional Pelas Liberdades Democráticas, realizada de 1 a 7 de maio de 1976, com uma grande quantidade de alunos participando. A Reitoria mandou fechar as salas em que as atividades seriam realizadas, sendo que os estudantes precisaram improvisar e buscar outros locais na universidade. No terceiro dia toda a Universidade foi fechada e os estudantes tiveram de recorrer à Assembléia Legislativa para a realização das atividades agendadas.

Em 9 de junho de 1976 foi realizada nova prévia para o DCE, quando um grupo identificado como Nova Proposta assume a direção da entidade (no dia 25/06/76) tendo como presidente Renato Oliveira<sup>233</sup>. Um grupo da diretoria rompeu com a Nova Proposta, deixando Renato Oliveira isolado. Esse grupo, que se aproximou da Perspectiva (posteriormente Libelu) organizou um processo de mobilização. Dia 18 de maio de 1977 Renato Oliveira pediu demissão da presidência do DCE UFRGS por discordar da mobilização do dia seguinte. Assumiu Henrique Finco, que juntamente com os outros 3 membros da diretoria reafirmaram a mobilização juntamente com o apoio dos grupos Perspectiva e Unidade e Liberdade.

Após esta gestão, pela primeira e única vez, o grupo Perspectiva, (Libelu) irá assumir o controle com a presidência ficando com César Alvarez<sup>234</sup>.

---

<sup>233</sup> Renato Oliveira é professor universitário, tendo sido presidente nacional do ANDES-Sindicato.

<sup>234</sup> César Alvarez por muitos anos foi membro da Executiva Nacional do PT e durante o governo Lula foi Chefe de Gabinete da Presidência da República.

Na sucessão de Alvarez, a direção do DCE ficou com o PC do B, através de Fredo Ebling<sup>235</sup> presidente.

Nessa gestão duas atividades tiveram repercussão: O Dia Nacional de Luta Pela Moradia Estudantil, onde as mulheres ocuparam a Casa do Estudante dia 29 de abril de 1980 (que na época proibia visitas femininas) e a manifestação contra a inauguração de uma praça próxima à UFRGS que o governo do estado pretendiam homenagear com o nome de Praça Argentina, atividade esta que contaria com a presença de Rafael Videla, ditador argentino. Na medida em que os estudantes se mobilizaram para impedir, houve uma violenta repressão, detalhada, inclusive com fotografias, no livro mencionado acima.

O sucessor de Fredo foi Luiz Marques<sup>236</sup>, ligado a Peleia. Na gestão 1980/81 ouve um retorno da Viração ao DCE, dessa vez em aliança com o MEP e tendo como presidente Ricardo Fraga<sup>237</sup> (Fraguinha), estudante de direito e militante estudantil vinculado ao jornal O Companheiro.

A Eleição para o DCE UFRGS gestão 1981/82 ocorreu nos mesmos dias da eleição para a UEE. O nome da chapa vencedora também foi o nome da chapa que concorreu para a UEE e para diversos DCEs no estado. O resultado final das eleições está apresentado no quadro abaixo.

CHAPA	VOTAÇÃO
TRAVESSIA	2.089
MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	0813
ROUPA DE BRIGA	0783
TODO MUNDO NO DCE	0597
QUALQUER COISA NÃO ORTODOXA	0398
NULOS E BRANCOS	0501
<b>TOTAL</b>	<b>5.181</b>

<sup>235</sup> Fredo Ebling foi duas vezes diretor da UNE, (nas duas primeiras gestões), e atualmente é presidente do PC do B do Distrito Federal.

<sup>236</sup> Luiz Marques, professor universitário da UFRGS, foi Secretário Estadual de Cultura no governo Olívio Dutra.

<sup>237</sup> Atualmente Ricardo Fraga é Juiz do Trabalho em Porto Alegre.

GESTÃO	PRESIDENTE	FORÇA
1971/72	Luis Maraschin <sup>238</sup>	
1972/73	Nelson Rolim de Moura	PC do B
1973/74	Pedro Bisch Neto <sup>239</sup>	PC do B
1974/75	Augusto Coelho (odonto) <sup>240</sup>	
1975/76	Jorge Luis Eltz de Souza (Jorjão) <sup>241</sup>	PC do B
1976/77	Renato Oliveira <sup>242</sup>	Nova Proposta
1977/78	César Alvarez	C.S./VIRAÇÃO
1978/79	Fredo Ebling	VIRAÇÃO
1979/80	Luiz Marques	PELEIA
1980/81	Ricardo Fraga	MEP/VIRAÇÃO
1981/82	Eduardo Silveira (Caco) / José Carlos (2 coord.)	PELEIA
1982/83	Rualdo Menegat	PELEIA
1983/84	Direção Provisória	PELEIA
1984/85	Henrique Carlos de O. de Castro	PRESTISTA

<sup>238</sup> Expulso pelo Decreto Lei 477 juntamente com outros 4 presidentes de DAs, entre eles Renato Dagnino, presidente do CEUE da engenharia.

<sup>239</sup> O vice presidente na gestão de Pedro Bisch, era Danilo Rolim de Moura, irmão de Nelson e que concorreu à presidente em 1976 em aliança com a Libelu contra o Renato Oliveira.

<sup>240</sup> Ao se formar, ficou como presidente Nilton Pezzi, da engenharia.

<sup>241</sup> Primeira eleição através de prévias

<sup>242</sup> Em maio Renato pede demissão, assumindo Henrique Finco até o final da gestão (que terá o apoio de Unidade e Liberdade (PCB e PC do B) e Perspectiva (C.S.).

## CONCLUSÃO

Ao resgatarmos a história do movimento estudantil e ao desenvolvermos um capítulo específico sobre o período da ditadura civil militar no Brasil, tínhamos como objetivo traçar um “quadro” que permitisse analisar melhor as mobilizações organizadas pelos universitários gaúchos. Mobilizações essas que permitiram a atuação dos estudantes enquanto um forte movimento social no país e no estado. Mas para que pudéssemos comprovar a hipótese apresentada de que a existência de tendências estudantis organizadas foi o determinante para que o M.E. se reorganizasse, tivemos de ir à campo atrás de informações que pudessem auxiliar na corroboração dessa afirmação.

Após a identificação de mais de 100 nomes que foram presidentes de DCEs no estado e de suas posições políticas, pudemos demonstrar em primeiro lugar a existência de dois grandes campos ideológicos onde os mesmos se situavam: De um lado (principalmente antes dos anos 1980), aqueles representantes de um pensamento de direita, na sua maioria vinculados ao DEE, organismo criado e mantido com o apoio do regime militar. De outro, representantes de correntes políticas (tendências) de um viés ideológico de esquerda, embora com suas diferentes concepções. Dessa centena de dirigentes identificados, raríssimos poderiam ser definidos como “independentes” ou não vinculados a nenhuma corrente política. E mesmo quando isso acontecia, em geral também eles entravam na “conta” de algum dos grupos organizados.

Além disso, ao buscarmos identificar as nominatas das chapas que concorreram à direção da UEE/RS e à direção da UNE, (mais de 400 nomes), também pudemos perceber que praticamente não existiam “independentes”, na composição das mesmas. No máximo militantes que embora não orgânicos aos grupos políticos, tinham uma grande proximidade com as posições políticas expressas pelas tendências com as quais se articulavam. Era os que

na época eram identificados como “independentes de alguém” ou “área de influência” de alguma corrente.

Tais informações, no entanto, devem ser matizadas e problematizadas. Podem haver questionamentos, por exemplo, no sentido de pensar que os presidentes de DCEs não necessariamente representariam o pensamento do conjunto dos militantes estudantis de um determinado local. Ou que a simples constatação de que os principais dirigentes eram vinculados à tendências é insuficiente para levar à dedução de que a existência de correntes tivesse sido fundamental para a organização do movimento.

Precisamos considerar, portanto, outros fatores nesse debate, o que nos dará melhores condições de análise. Entre esses novos elementos, entendemos que três deles são fundamentais para percebermos que seria praticamente inviável uma articulação nacional sem a existência de organizações políticas amplamente enraizadas: 1) Em primeiro lugar a amplitude do território nacional e a quantidade de universidades e faculdades isoladas, bem como a dispersão de DCEs e DAs pelo país; 2) Um segundo fator, agravante, é o clima de repressão e de desconfiança dominante em um período de incertezas políticas e ameaças abertas e veladas a todas as formas de contestação ao regime, incluindo aí a existência de uma rede de informantes vinculados aos órgãos repressivos; 3) Por fim, a inexistência, na época, de condições ideais de comunicação e transporte como podemos verificar hoje. A não existência de internet, de celulares, bem como até mesmo a pouca disponibilidade de linhas telefônicas. Acrescente-se a isto a dificuldade em realizar viagens de maior porte em função dos custos, sendo que dificilmente algum estudante viajava de avião para participar de algum encontro. Até mesmo o trabalho e tempo dispendidos em elaborar um simples boletim ou jornal. Normalmente os textos precisavam ser digitados em máquinas de escrever manuais, (retomando a tarefa a cada erro de digitação) para posteriormente serem ampliados ou reduzidos para que os boletins pudessem ser montados e por fim reproduzidos.

Para as novas gerações essa última afirmação pode parecer pouco relevante. No entanto, somente quem passou pelas dificuldades decorrentes da pouca tecnologia disponibilizada pode ter uma precisão maior dos problemas gerados e dos limites que isto impunha ao movimento.

A organização dos estudantes em tendências permitia que ao chegarem a um encontro ou congresso de curta duração (3 a 4 dias), os estudantes já pudessem se articular imediatamente para o mesmo. Seria praticamente impossível pensarmos a junção de centenas de militantes em um local sem que os mesmo se conhecessem ou estivessem organizados. Não seria possível que todos pudessem expressar suas posições no evento, nem mesmo haveria condições das pessoas se conhecerem a ponto de apresentarem teses ou moções conjuntas.

Portanto, entendemos que as correntes políticas (tendências), em que pese as críticas à posturas sectárias ou exclusivistas em alguns momentos, cumpriram um papel fundamental no movimento estudantil permitindo a rearticulação da UNE, das UEEs e de um conjunto de lutas do período.

Afora esse debate, entendemos que as informações colhidas na tese também nos permitiram construir algumas outras afirmações importantes para estudos posteriores.

Para podermos estabelecer um critério para definir quais entidades estudantis buscaríamos analisar no trabalho, optamos por trabalhar com aquelas universidades que possuíam DCEs estruturados durante o período analisado.

A importância das universidades e municípios gaúchos no final dos anos 70 e início dos anos 80 não se conformava da mesma forma com que se configura atualmente. Na época havia um conjunto de universidades e de municípios que tiveram uma expressão importante no que tange à mobilização estudantil. Poderíamos classificar em 3 grupos:

Municípios onde houve uma grande mobilização política, e portanto representavam maior importância para o trabalho, que foram: Porto Alegre (UFRGS, PUC, algumas isoladas); São Leopoldo (Unisinos); Santa Maria (UFSM e isoladas), Caxias do Sul (UCS) e Pelotas (UFPEL e UCPEL).

Em um segundo bloco, com uma presença importante mas com uma menor participação e conseqüentemente com um menor peso estratégico para o conjunto do movimento, poderíamos pensar em: Rio Grande (FURG); Passo Fundo (UFP) e Bagé (na época FUNBA).

Por fim, municípios que tiveram algum tipo de movimento ou no mínimo possuíam alguma liderança política que participava de atividades gerais do ME. Nesse último grupo, poderíamos classificar municípios como: Ijuí (Unijuí), Cruz

Alta, (Unicruz), Santa Rosa, Santa Cruz do Sul (UNISC), Santo Ângelo. Esses municípios possuíam faculdades isoladas mas não universidades, como nos blocos anteriores.

Além desses ainda existiam municípios que tinham atividades acadêmicas mas praticamente nenhuma participação enquanto movimento estudantil (na sua maioria extensão de outras universidades) como Jaguarão, Camaquã, Bento Gonçalves, etc.

Hoje, com a proliferação de cursos de extensão, presenciais ou seqüenciais, existe uma quantidade muito grande de municípios com algum tipo de atividade acadêmica de nível superior, o que torna o quadro de distribuição de vagas e universidades no estado bem distinto do período pesquisado.

Como a elaboração de uma análise de todos os municípios se tornaria praticamente inviável em função da dificuldade de buscar e analisar as informações específicas, optamos por envolver neste trabalho basicamente os municípios mais importantes, do ponto de vista da presença de um movimento estudantil atuante, ou seja, os denominados de 'primeiro bloco' e 'segundo bloco'. O que significa pesquisar as cidades pólos onde na época existiam Universidades.

Inicialmente, partíamos de uma idéia que se mostrou errônea: a de que o movimento estudantil no estado do RS surgiu juntamente com a ascensão das diretorias de DCEs e de chapas comprometidas com as lutas estudantis, simultaneamente com o ressurgimento da UNE e UEEs, no final dos anos 70.

Percebemos que se em geral isso aconteceu, também houve situações distintas. Algumas universidades, embora todo o contexto do regime militar, mantiveram - inclusive nos períodos mais duros - entidades estudantis com composições políticas de esquerda em sua direção, mesmo que através de processos eleitorais indiretos como era o método utilizado no período.

Portanto, havia municípios em que desde os anos 72/73 (e alguns casos até mesmo antes), os DCEs eram controlados por grupos de esquerda (UFRGS, PUC, UCS). No entanto, como veremos mais adiante, dizer que os DCEs eram controlados por grupos de esquerda não quer dizer que tivessem profundas afinidades ideológicas entre si, muito menos que suas políticas em um período de repressão tivessem o mesmo conteúdo ideológico e ou o

mesmo poder de mobilização que algumas universidades passarão a ter no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980 (praticamente todas elas).

Não podemos desconsiderar a importância da manutenção dos Decretos Leis 477 e 228 que proibiam todo e qualquer tipo de manifestação política por parte dos estudantes como fator de contenção de mobilizações e reivindicações. Decretos estes que somente foram extintos em maio de 1979.

Outros DCEs foram conquistados por chapas de esquerda somente no ano de 1979 ou início dos anos 1980, antes, portanto da fundação da UEE Livre RS<sup>243</sup> (DCE UFSM, DCE Livre UFPEL e DCE UNISINOS).

É necessário algumas ressalvas nessas datas na medida em que a conquista de DCEs, a partir da formalização da existência da UEE, não significa que não existisse uma oposição forte aos DCEs de direita em algumas das universidades estudadas.

Podemos estabelecer, logo por conseguinte, algumas análises a partir das comparações que seguem:

- 1) A forma de eleição para os DCEs nas universidades era indireta em função do Decreto Lei 477. Os representantes de DAs é que escolhiam o presidente e vice dos DCEs e estes por sua vez nomeavam os demais membros da diretoria com aprovação da reitoria. Em alguns casos o colégio eleitoral era composto por um representante por Diretório Acadêmico, e, em outros, por 2 representantes por Diretório).
- 2) A partir deste padrão, observamos que 3 universidades (UCS, UFRGS e PUC), conseguiam eleger diretorias de esquerda mesmo que indiretamente. No caso da UFPEL houve a tentativa de eleger e manter um DCE Livre sem o reconhecimento oficial da reitoria. As demais começaram a disputar eleições ainda sob as regras do Decreto Lei 477 mas apenas conseguiram derrotar as diretorias de direita com eleições diretas, após a extinção do referido decreto. A UNISINOS constituiu uma exceção na medida em que não havia DCE. Este havia sido fechado pela reitoria aproximadamente pelo ano de 1976. O DCE Livre da UNISINOS não foi uma disputa paralela com a direita, mas resultado de

---

<sup>243</sup> Março de 1980.

um movimento autônomo em relação à reitoria que não reconhecia as entidades estudantis.

- 3) As diretorias de DCEs até 1980<sup>244</sup> eram compostas de indivíduos comprometidos ideologicamente com o regime militar, embora em suas composições também houvesse pessoas despolitizadas que tinham uma prática assistencialista sem vínculos políticos e ideológicos com o regime. A imensa maioria das chapas tinha vínculos explícitos com o DEE (URCAMP, UFPEL, UCPEL, FURG, etc).
- 4) Via de regra, a grande maioria das pessoas que controlavam os DCEs tinham vinculações partidárias com a juventude da ARENA, partido situacionista no período. Também, muitos dos casos estudados possui em comum o fato de ex diretores da entidade, posteriormente, tentarem concorrer a vereador ou a algum cargo público com maior destaque (UCPEL/UFPEL/UFSM/FUNBA/FURG).
- 5) Essas diretorias, frequentemente, convidavam autoridades para palestras; organizavam festas e coquetéis; organizavam viagens a Brasília para reivindicar projetos assistenciais a ministros e deputados; periodicamente mandavam ofícios às autoridades buscando recursos ou tecendo elogios, etc. Toda e qualquer reivindicação ficava restrita aos limites formais e aos canais oficiais de reivindicação. Em nenhum momento algum desses DCEs tentou de alguma forma mobilizar os estudantes.
- 6) Em quase todos os casos estudados houve problemas nos processos de transição, tipo acusação de falta de livros caixas; de desaparecimento de documentos; de desvio de dinheiro e patrimônio, etc.
- 7) Nas 10 universidades analisadas, as chapas que romperam com as diretorias de direita<sup>245</sup> e começaram a reorganizar o movimento

---

<sup>244</sup> Com exceção da UCS, UFRGS, PUC e UFSM.

<sup>245</sup> Excluindo UFRGS e UCS que já eram diretorias controladas por tendências estudantis de esquerda.

estudantil no estado, tinham vínculos orgânicos com correntes estudantis de esquerda, vinculados a grupos que atuavam na semi-clandestinidade. As diferenças observadas dizem respeito apenas ao grau de hegemonia que uma ou outra corrente tinha dentro das composições.

- 8) Em geral, as chapas de direita do período 1978 a 1981 passaram por uma certa transição no discurso. O discurso “duro” de apoio ao regime se transformou em um discurso intermediário. Isto é, não se assumiam como aquela direita clássica que buscava enfrentamento com as esquerdas e defendiam o regime, mas também não se colocavam no campo da esquerda. De certa forma houve uma “transição” no plano do discurso que refletia uma maior mobilização da sociedade por liberdades democráticas.

Um dos fatores essenciais para a retomada dos DCEs por parte de chapas de esquerda foi a possibilidade de eleições diretas. Essa, por sua vez, só foi possível a partir da extinção dos Decretos Leis 477 e 228 (23/05/79). Entre a extinção oficial e as definições sobre os novos procedimentos houve um pequeno período de indefinições.

Dia 31 de julho de 1979, o reitor de da Universidade de Santa Maria, retornando de um encontro nacional de reitores, comunica à imprensa que uma das deliberações do encontro tinha sido a volta ao processo de eleições diretas para a representação estudantil. Não é por acaso, que somente a partir do final de 1979 e início de 1980 que diversos DCEs passam a eleger chapas de esquerda para suas diretorias. Por certo que havia pressão por parte dos estudantes no sentido de mudar a forma de eleição dos DCEs, o que inclusive deve ter sido um dos elementos fundamentais na tomada de decisão por parte dos reitores na modificação das regras vigentes até então.

Em alguns casos, havia uma forma de “driblar” a legislação que vigorava anteriormente que era a realização de prévias (com a participação de todos os estudantes) que posteriormente iria à votação formal (via indireta) em que os representantes dos Diretórios Acadêmicos escolhiam os DCEs. Quem inaugurou no estado esta forma de eleição (denominada de prévia) foi a UFRGS em 1975. Já em 1974 tinha tentado, mas não teve forças para

implementar o processo, conseguindo apenas que os DAs tirassem os nomes que seriam apoiados para o DCE em assembléias de cursos. Em 1978 esse processo aconteceu na UCPEL e UFPEL.

No primeiro caso a chapa de oposição perdeu as eleições<sup>246</sup>, e na UFPEL, onde a chapa de esquerda venceu e a Reitoria não homologou a chapa escolhida pelo Conselho, foi criado o DCE Livre, paralelo ao oficial (nomeado pela Reitoria). Na PUC em 1979 houve o mesmo processo, sendo que a chapa vencedora foi eleita no Conselho com a diferença de apenas um voto. Possivelmente tanto a PUC, a UFRGS como a UCS, que tiveram diretorias de esquerda neste período, tiveram de passar por este processo indireto homologado posteriormente.

A existência destes DCEs, bem como de uma grande quantidade de Diretórios Acadêmicos (Das) de esquerda, foi determinante no processo de reorganização da UEE Livre RS.

Esta entidade geral, por sua vez, também ajudou a impulsionar as lutas específicas em universidades em que as entidades estudantis ainda eram controladas por grupos de direita, bem como ajudou na vitória de chapas de esquerda para os DCEs (UCPEL, UFPEL, UPF, FUNBA).

Mesmo que possamos identificar uma certa “tendência” ou um certo alinhamento por parte dos estudantes no que diz respeito aos movimentos de constituição de DCEs ou de liberalização nas lutas estudantis, existia um ritmo próprio que decorria da capacidade organizativa e da correlação de forças estabelecida em cada universidade e ou município do estado.

Não é por acaso que em Bagé nem mesmo existisse eleição direta para os Diretórios Acadêmicos. E que neste município o DCE fosse nomeado integralmente pela reitoria, sem que nem houvesse a participação dos DAs. Somente em 1980 foi constituído o primeiro DA (do curso de Direito) que passou a cumprir na prática o papel de DCE, tanto para ajudar a constituir novos Diretórios Acadêmicos como para impulsionar as lutas estudantis. Quando dissemos que não era por acaso que este processo tardio tenha acontecido em Bagé, precisamos lembrar que este município era considerado

---

<sup>246</sup> No dia da eleição foi espalhada uma nota apócrifa acusando o candidato a presidente da chapa de esquerda de já ter sido expulso de um colégio de segundo grau e preso em outra ocasião, além de ter vínculos com o PCB. Tanto a expulsão pelo Decreto Lei 228 como a prisão tinham ocorrido em função da militância política, o que a nota não explicava. Acredita-se que essa nota tenha sido determinante para a derrota.

de segurança nacional, com prefeituras nomeadas indiretamente, terra natal de Médici. Afora o fato de ser município localizado na Campanha, região afastada dos grandes centros e base do latifúndio do estado do RS.

Outro município em que a esquerda demorou para conseguir conquistar o DCE, e que a direita do movimento estudantil era bastante atuante, inclusive com homenagens a Médici e Geisel, era Rio Grande, também mapeada como cidade de segurança nacional e onde as relações entre DCE, Reitoria, Prefeitura e administração do Porto eram muito próximas, muitas vezes envolvendo laços de parentesco entre os representantes dessas entidades e/ou órgãos públicos.

Também não é por acaso que UCS, PUC, UFRGS e posteriormente UNISINOS tenham sido as universidades “pioneiras” nas lutas estudantis no estado, pois se observarmos estas, além de grande contingente de alunos, estão localizadas no setor mais dinâmico da economia de nosso estado.

Por fim, entendemos que os dados obtidos por esse trabalho remetem a outras possibilidades de estudos futuros. De forma exploratória, pessoalmente entendo que três questões chamam a atenção para posteriores estudos.

Um primeiro trabalho estaria no campo do estudo de carreiras políticas. Se formos analisar os nomes que aparecem como ex presidentes de DCEs no Estado do RS e ou como componentes de chapas que disputaram a UEE<sup>247</sup>, veremos uma grande quantidade de pessoas que posteriormente tornaram-se vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. Além disso, muitos exerceram cargos técnicos mas com funções políticas como dirigentes de empresas públicas.

Um outro estudo pertinente seria uma análise comparativa do papel que os partidos cumpriram junto ao movimento estudantil naquele período e a relação existente hoje entre os partidos políticos e os movimentos sociais, notadamente o M.E. Na medida em que são contextos muito diversos e a própria perspectiva dos partidos parece ser um pouco diferente em função da não existência de um regime político autoritário, provavelmente chegaremos a conclusão de que as relações tem um conteúdo bastante diferenciado.

---

<sup>247</sup> Citamos a UEE e não a UNE porque é mais fácil identificarmos regionalmente os nomes. Um estudo nacional poderia ser feito e até acreditamos que o resultado seja o mesmo. Apenas por não conhecermos os nomes, não temos a certeza imediata de que um número expressivo também tenha seguido a carreira política.

Como terceira possibilidade de estudo, talvez com maior dificuldade para dimensionarmos, seria interessante analisar os elementos que compunham o discurso político da época, seja das tendências, seja dos militantes, que proclamavam uma linguagem claramente revolucionária. Bem como a comparação com o que restou dessas concepções e qual o rumo que os antigos militantes tomaram no que diz respeito às suas antigas posições políticas e ideológicas.

Além de buscar contribuir para o resgate da história do movimento estudantil gaúcho no período abordado, esperamos também que as questões aqui abordadas sirvam de subsídio para o questionamento e a análise do movimento estudantil na atualidade.

Entendo que, além das diferenças decorrentes do período histórico diferenciado que estamos vivendo hoje, e portanto da nova configuração e peso político que os partidos e outros movimentos sociais passaram a ocupar, outros fatores contribuem para que o padrão de disputa política dentro do movimento estudantil tenha sido modificado de forma significativa.

Na medida em que havia capacidade de mobilização por parte do M.E., havia também um controle maior sobre as entidades e seus dirigentes. Nesse sentido a fraude, mesmo que existisse, era residual. Quando algum caso surgia, não só era imediatamente percebida como denunciada nacionalmente em boletins, jornais e outros instrumentos do próprio movimento.

Um segundo fator é a questão do financiamento do movimento. No passado era feito quase que exclusivamente de carteiras estudantis e de atividades (festas) organizadas pelas entidades. Hoje, nas universidades públicas os recursos vem das reitorias (pagamento de sede, telefone, etc) e nas privadas de um valor acrescido à mensalidade que normalmente é cobrado pela reitoria e repassado aos DCEs (independente de carteiras estudantis). No caso das universidades públicas esse modelo cria uma dependência desnecessária, pois a “relação” com as reitorias pode proporcionar mais ou menos recursos, na medida em que não existe um orçamento específico, dependendo da vontade de cada administração. Assim, a existência de um orçamento fixo independente da existência de um movimento real, permite que recursos que deveriam pertencer a DAs fiquem com os DCEs (na medida em que muitos estão desarticulados), bem como abre possibilidade de corrupção e

de diretorias que se eternizam sem prestar contas<sup>248</sup>. No plano nacional, na medida em que a UNE não é mais sustentada pelas demais entidades, mas sim por recursos públicos; além da dependência política (cooptação) visto que governos podem ser mais ou menos “generosos” com a entidade, também criou uma “burocracia” de estudantes profissionais que vivem a partir desses recursos.

A partir de um determinado momento, foi constituído como método de organização da direção da UNE o critério da proporcionalidade na direção. Cada força política, respeitado o mínimo de 10%, teria tantos diretores da entidade quanto fosse sua votação. Acredito que para instâncias de caráter legislativo o critério de proporcionalidade seja não só possível como necessário. No entanto, a adoção da proporcionalidade para instâncias executivas, sob o argumento que é um método mais democrático de gerenciar uma entidade, entendo como incorreto. Primeiro porque não é a existência de diversas forças na direção de uma entidade que a caracteriza como democrática. Pode acontecer de uma entidade ter na direção diversos agrupamentos e não ter capacidade de acionar de forma periódica e democrática as suas instâncias de base, transformando-as apenas em espaços de homologação. Além disso, um programa que seja fruto de uma enormidade de posições distintas, ou é tão amplo que dificilmente consegue contentar ao conjunto do movimento, ou caso seja o programa da maioria da direção, provavelmente terá dificuldades no encaminhamento pelas demais forças que não concordam com as propostas. Entendo que instâncias executivas, para que tenham capacidade de gestão, precisam também ter algum grau de unidade sobre um programa e, portanto, controle sobre os agentes responsáveis pelo encaminhamento do mesmo.

A adoção de um critério de composição da diretoria da UNE pela proporcionalidade criou uma nova dinâmica no movimento (dentre as principais forças que disputam a entidade); como cada força política (partido) tem mais ou menos o mesmo peso entre um Congresso e outro da entidade (as oscilações de percentuais são pequenas), os dirigentes da UNE que estão

---

<sup>248</sup> Vide caso do DCE da PUC/RS onde já houve 2 assassinatos de ex-dirigentes da entidade a poucos anos atrás e que a própria polícia na época suspeitou de “queima de arquivo”. Também houve denúncias de corrupção por parte de estudantes que chegaram a montar um acampamento dentro da Universidade para chamar a atenção para o fato. Notícias essas amplamente divulgadas na época pela imprensa gaúcha.

profissionalizados tendem a permanecer nessa condição (a menos que sejam “desbancados” internamente no seu grupo, o que é difícil de acontecer). Essa condição de uma certa “estabilidade” é responsável pelo fato de os agrupamento não se arriscarem a fazer “movimentos bruscos”, tentativas de dar uma “guinada” no processo. Em função dessa condição, propostas que poderiam “oxigenar” a entidade, como eleições diretas; fim da proporcionalidade nas direções; incentivo à autonomia das instâncias de direção da entidade (CONEBs e CONEGs); como até mesmo a organização de chapas capazes de “ganhar” a entidade não são efetivadas em função dos interesses de pequenos grupos profissionalizados.

As questões problematizadas acima indicam os impasses e os desafios que se colocam à organização e representação dos estudantes nos dias de hoje. Acreditamos que este trabalho, ao sistematizar e analisar informações relativas à história do movimento estudantil, possa contribuir para uma reflexão sobre a sua dinâmica e seu papel. Buscamos, de forma especial, evidenciar a importância das tendências estudantis no processo de reorganização e de sustentação do movimento estudantil universitário do Rio Grande do Sul no período de redemocratização. Outras questões foram abordadas no trabalho sem um estudo mais aprofundado. Nesses casos optamos em manter em aberto essas informações e hipóteses para que futuros trabalhos possam se defrontar melhor com esses temas.

## REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq e .EVANS, Phil. *Conheça Trotski*. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977.
- ALVES, Mário. “A burguesia nacional e a crise brasileira”. In: Estudos Sociais nº 15. Dezembro de 1962.
- ANGELO, Vitor Amorim de. *História e Memória dos trotskistas brasileiros nas páginas de Em Tempo*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, setembro de 2008. Cd-Rom.
- ANTUNES, Américo. *Movimento Estudantil: crise e perspectiva para uma Prática revolucionária*. São Paulo. Editora Aparte, 1983.
- BAQUERO, Marcelo (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.
- BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República. 4º Volume*. São Paulo. Editora Alfa-ômega, 1961.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.
- BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas. Editora Papyrus, 1984.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCIO, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Editora UnB: Brasília, 1994
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo. Editora UNESP, 2001.
- BORTOT, Ivanir José e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre. Editora Libretos, 2007.

- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo. Editora Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. “*O Tempo e o Espaço no Mundo Estudantil*”. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude, IV. Os Movimentos Juvenis*. Textos Básicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena Sonhar*. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1997.
- CENTRO DE ESTUDOS EVERARDO DIAS. *Revista Cara a Cara*. Ano 1, Nº 1, Maio de 1978.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *Memória de Militantes do Movimento Estudantil em Passo Fundo (1978-1985)*. São Leopoldo. Anais do IX Encontro Nacional de História Oral – 22 a 25/04/2008. Unisinos, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro. Função Getúlio Vargas, 1997.
- DCE UNISINOS. *Movimento Estudantil é o seguinte*. *Gestão Travessia*, abril/1983.
- DEUTSCHER Isaac. *Trotsky – O Profeta Armado*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.
- DIRETORIA UEE/RS. *Cadernos da UEE/RS*. Porto Alegre. Assembléia Legislativa do RS, 1983.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis. Editora Vozes, 1981.
- EISENSTADT, S. N. *Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas*. In: BRITTO, Sulamita de. (organ.) *Sociologia da Juventude*. Volume IV. Os Movimentos Juvenis. Textos Básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1968.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1995.
- FICO, Carlos. *O grande irmão – da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou Reformas ? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro. São Paulo. Paz e Terra, 1993.

- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.
- FORACCHI, Marialice M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo. Editora da USP, 1972
- FORACCHI, Marialice M. *O Estudante e a transformação da Sociedade Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo. Edições Loyola, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo. Editora Ática, 1998 – 2ª ed.
- GORENDER, Jacob. “Era o Golpe de 64 inevitável?”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformismo no Populismo*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1997.
- GRISSET, Antoine e KRAVETZ, Marx. *Sindicalismo e Movimento Revolucionário nos Movimentos Estudantis*. In: BRITTO, Sulamita de. (organ.) *Sociologia da Juventude*. Volume IV. Os Movimentos Juvenis. Textos Básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1968.
- GURGEL, Antonio de Padua. *A Rebelião dos Estudantes: Brasília, 1968*. Brasília. Editora UNB, 2002.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de Viagem*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.
- IANNI, Otávio. *O Jovem Radical*. In: In BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: Da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Vol. I. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.
- KANTORSKI, Leonardo Prado. *O Controle Ideológico do Movimento Estudantil Na Ditadura Civil-Militar Brasileira: Registros do DCE FURG (1972 -1977)*. Rio Grande. FURG, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso de História.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB (1966/1979)*. História Eleitoral no Brasil. São Paulo. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1988.
- LÊNIN, V.I. *Obras Escolhidas nº 3*. Editora São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1980.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo. Editora Hucitec, 1987.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1984.

- LINZ, Juan. "Regimes Autoritários". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.
- LIPSET, Seymour Martin. *Alternativa para as atividades estudantis*. In: BRITTO, Sulamita de. (organ.) *Sociologia da Juventude*. Volume IV. Os Movimentos Juvenis. Textos Básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1968.
- MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo. Editora Xamã, 2004.
- MANGARIELO, Fernando. *A UNE contra o SNI*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1987.
- MANNHEIM, Karl. *O Problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITTO, Sulamita de. (organ.) *Sociologia da Juventude*. Volume IV. Os Movimentos Juvenis. Textos Básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1968.
- MARTINS FI. João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas. Editora Papirus, 1987.
- MARX, Karl. In: IANNI, Octávio (coord). *Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 10*. Editora Ática: São Paulo, 1982.
- MENDES Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.
- MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Cap. 3: Estado e Economia no pós-64 (p. 83 – 111).
- NUNES, Geraldo. *Calabouço*. Caderno. Mimeo. São Paulo. Editora Avante, 1980.
- O'DONNELL, Guillerme; SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (orgs.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. Edições Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guillerme; SCHMITTER, Philippe (orgs.) *Transições do Regime Autoritário. Primeiras Conclusões*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. Edições Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64". In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964 Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformismo no Populismo*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: organização e ideologia*. In: Caderno de

Opinião nº 12, julho de 1979.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *As Revoluções Utópicas: A Revolução Política na Igreja, A Revolução Estudantil*. Petrópolis. Editora Vozes, 1979

PESSOA, Reynaldo X. Carneiro. *PCB: Vinte Anos de Política: 1958-1979*. (Documentos). A Questão Social no Brasil. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

POERNER, José Artur. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1979.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977.

RAMAGNOLI, Luis Henrique e GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1979.

REIS FI. Daniel Aarão, MORAES, Pedro de. *68: Abaixo a Ditadura: A Paixão de Uma Utopia*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1968.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

SAES, Décio. *Raízes Sociais e o Caráter do Movimento Estudantil*. IN: Cara a Cara. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias. Ano 1. Número 2. Julho a dezembro de 1978. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1978.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo. Editora UNESP, 1999.

SALLUM JR., Brasília. *Transição Política e Crise de Estado*. In Revista Lua Nova, nº 32. CEDEC, 1994.

SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes*. Coleção História Presente Nº 4. São Paulo. Editora Livramento, Setembro 1980.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo. Edições Loyola, 1993.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, tortura e justiça Social na Ditadura*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2001.

SERRA, José. *As Desventuras do Economicismo: "Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento"*. In: COLLIER, David. *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A Resistência ao Golpe e a Ditadura*

*Militar em Pelotas*. Pelotas. UFPEL, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História

- SILVA, Antono Ozai da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo. Dag gráfica e editorial (s/ano)
- SINGER, Paul. A crise do milagre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 86-87. *Apud* MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. *Historia do Brasil recente (1964-1985)*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- SINGER, Paul. "O Significado do Conflito Distributivo no golpe de 64". In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) *1964: Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformismo no Populismo*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1997.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis. Editora Vozes Ltda em co-edição com CEBRAP, 1980.
- SOUZA, Herbert José de. *Memórias do Exílio*. São Paulo. Editora Livramento, 1976.
- TOURAINÉ, Alain. Movimentos Sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.) *Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à Sociologia)*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 11ª tiragem, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Campinas. Trajetória Cultural e Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O Diálogo é a Violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou: A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1998.
- WEBER, MAX. *Economia y Sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva*. México. Fondo de Cultura Económica, 13ª reimpresión, 1999.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que Democracia ?*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.
- ZANETTI, Hermes. *Juventude e Revolução. Uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil*. Brasília. Editora da UNB, 2001.

## FONTES PRIMÁRIAS: JORNAIS E DOCUMENTOS

A Razão (26/09/79)

Jornal O Minuano, ano III, nº 9, março/abril de 1977

Jornal Nossa Voz, ano V, nº 6, outubro de 84

Jornal Correio do Sul – 06/06/82 e 11/12/81

Jornal A Razão - 13/10/79 e 26/06/79

Jornal O Nacional – 18/10/79

Zero Hora (31/05/79), pg. 14

Folha da Tarde (17/04/80), pg. 26

Em Tempo (19/05/83), pg. 12

O Trabalho (27/10/80), pg. 05

LIVRO de atas do Diretório Central de Estudantes da UFPEL, Pelotas, 1973-1979

LIVRO de atas do Diretório Central de Estudantes da FURG, Rio Grande, 1972 a 1980

LIVRO de atas da Federação dos Acadêmicos de Pelotas, Pelotas, 1971-1973

RESISTÊNCIA/RS. Programa para o III Congresso da UEE/RS. Mimeo, 1982.

REVISTA CARA A CARA, 1978

VIRAÇÃO/RS. Balanço da proposta de Greve da UNE. Mimeo, abril 1981.

VÁRIOS AUTORES. *Ibiúna*. Revista de uma corrente socialista do movimento estudantil. Nº 0, Ano 1, assinada por 19 tendências

VÁRIOS AUTORES. *O Problema da Universidade Brasileira*. Cadernos de O Trabalho. Palavra Editora. São Paulo, 1984.

VÁRIOS AUTORES. Brasil Revolucionário. Nº 1, março/abril/1983

Programa para o III Congresso da UEE RS – Resistência

Panfleto chapa Gênese – eleição DCE UCPEL 1980

Relatório de prestação de contas do DCE FURG gestão 1978/1979

## LOCAIS PESQUISADOS

Arquivo Público de Caxias do Sul	- CAXIAS DO SUL
Arquivo Público Municipal de Santa Maria	- SANTA MARIA
Arquivo Municipal de Rio Grande	- RIO GRANDE
Arquivo Público Municipal de Bagé	- BAGÉ
Bibliotheca Municipal de Pelotas	- PELOTAS
Biblioteca UNISINOS	- SÃO LEOPOLDO
Biblioteca UCS	- CAXIAS DO SUL
DCE FURG	- RIO GRANDE
Jornal A Razão de Santa Maria	- SANTA MARIA
Jornal O Pioneiro de Caxias do Sul	- CAXIAS DO SUL
Jornal O Nacional de Passo Fundo	- PASSO FUNDO
Jornal O Diário Popular de Pelotas	- PELOTAS
Jornal Diário da Manhã de Pelotas	- PELOTAS
Jornal O Correio do Sul de Bagé	- BAGÉ
Núcleo de Documentação do ICH/UFPEL	- PELOTAS
Instituto de Estudos Políticos Mário Alves	- PELOTAS

## RELAÇÃO DOS ARTIGOS PESQUISADOS

<http://josekuller.wordpress.com/15-edson-luis-ano-1968/>

**RELAÇÃO DE NOMES CONSULTADOS/ENTREVISTADOS<sup>249</sup>**

ABNER JANDIR PÍFERO GOMES

ABRÃO MOREIRA BLUMBERG

ADRIANA EDVIGES DE ARAÚJO CORTE (NANA)

ADRIANO BESSA

ALDO FORNAZIERI

ÁLVARO HIPÓLITO

ANTÔNIO CASTRO

ARI VICENTE REAL

BEATRIZ LONNER

CARLOS BARBIERI

CARLOS HUMBERTO DELEVATTI

CLAUDIO MEDINA

CLÓVIS MADUREIRA RAMOS

DANIEL AQUINI

DENNIS RUSSOWSKY

DUCA LESSA

ÉDIO ELOI FRIZZO

ELIANE LÚCIA COLUSSI

FERNANDO GRASSI

FLÁVIO SCHIFINO

FLÁVIO SILVEIRA

GETÚLIO MATTOS

GLADIMIRO MACHADO

HELENARA FAGUNDES

---

<sup>249</sup> A maioria dos nomes consultados foi através de email. Não houve propriamente um questionário, mas sim a elaboração de algumas questões que pudessem dar resposta às questões que estava trabalhando no momento, normalmente questões específicas sobre determinado período ou região. Muitos responderam apenas que não tinham lembranças sobre o período ou especificamente sobre as questões solicitadas.

INDIAN HOEWELL  
INÊS HIPÓLITO  
JAMESON HOEWELL  
JARBAS DOS SANTOS VIEIRA  
JOÃO CARLOS GASTAL JUNIOR  
JOÃO MOTTA  
JORGE GARCIA  
JORGE B. VIEIRA  
JUARÊS JOSÉ AUMOND  
JUSSARA DUTRA  
JUCELINO ROSA DOS SANTOS  
LENI COLLARES  
LÉO G. VENZON  
LÉONARDO KANTORSKI  
LÓRI NELSON NOGUEIRA DIAS  
LÚCIA ANELLO  
LÚCIO FLÁVIO PEREIRA VAZ  
LUIS CARLOS GASTAL  
LUIZ FERNANDO FLECK  
MARCEL POWER  
MÁRCIA ONDINA VIEIRA  
MARCOS ROLIM  
NANA CORTÊS  
NARA MAGALHÃES  
NIVALDO VENÂNCIO DA CUNHA  
NORTON DORNELLES  
PAULO BRUM  
PAULO CÉSAR DA ROSA  
PAULO MARIANTE  
PAULO NOGUEIRA

PEPE VARGAS

RICARDO FRAGA

RICARDO MARQUES ALMEIDA

RICARDO NOGUEIRA

ROGÉRIO DORNELLES

RONALD DUTRA

RONALDO ZULKE

RUBENS PASIN

SCHEILA MARIA AGOSTINI

VALÉRIO DE PATTA PILLAR

VALTER FREITAS

WALBERTO CHUVAS

## **ANEXOS**

**DELEGAÇÕES ESTADUAIS DE ESTUDANTES AO CONGRESSO DE  
RECONSTRUÇÃO DA UNE EM 1979 – SALVADOR**

ESTADO DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE DELEGADOS
AMAZONAS	013
ALAGOAS	046
BAHIA	251
CEARÁ	061
DISTRITO FEDERAL	038
MINAS GERAIS	281
MATO GROSSO (NORTE E SUL)	042
MARANHÃO	023
PERNAMBUCO	122
PARAÍBA	103
PARANÁ	035
PARÁ	054
PIAUI	023
GOIÁS	032
RIO DE JANEIRO	317
RIO GRANDE DO SUL	116
RIO GRANDE DO NORTE	029
SANTA CATARINA	024
SÃO PAULO	597
SERGIPE	023
ESPÍRITO SANTO	074
<b>TOTAL</b>	<b>2.304</b>

**CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1980-81)<sup>250</sup>**

---

<sup>250</sup> A única nominata que não conseguimos identificar nessa eleição é a chapa da Libelu. Embora fossem feitos diversos contatos com ex militantes, ninguém lembrava a composição da mesma

**CHAPA VIRAÇÃO UEE – 1980/81 (VITORIOSA)**

RESIDENTE	- DAVID FIALKOW SOBRINHO (UFRGS)
VICE	- ROGÉRIO DORNELLES (UFRGS)
SECRETÁRIO GERAL	- ALDO FORNAZIERI (UFSM)
TESOUREIRO	- LUIZ PASSARINHO
REGIONAL CENTRO	- MARCOS ROLIM (UFSM)
REGIONAL SUL	- RICARDO NOGUEIRA (UFPEL)
REGIONAL SERRA	- ÉLOI FRIZO (UCS)
REGIONAL METROPOLITANA	- JOSÉ REALI (Rudi) - MEP
REGIONAL PLANALTO	- ISABEL DA SILVA
REGIONAL MISSÕES	- JOÃO DALAFLORA
REGIONAL FRONTEIRA	- ADAUTO DE OLIVEIRA (BAGÉ ?)
SECRETARIA DE ESPORTES	- EMANUEL TEIXEIRA (CORVO - UCPEL)
SECRETARIA DE CULTURA	- JOÃO BATISTA MEDEIROS (CASALHO – FURG)
SECRETARIA DE ENSINO	- NEILA DOS SANTOS (ped. Unisinos- MEP)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: MEP (COMPANHEIRO) E VIRAÇÃO, SENDO QUE NO MEIO DA GESTÃO UM GRUPO IRÁ ROMPER E FORMAR A RESISTÊNCIA (ALDO, ROLIM, RICARDO NOGUEIRA, EMANUEL).

**CHAPA UNIDADE - 1980/81**

PRESIDENTE	- NIVALDO VENÂNCIO DA CUNHA (PUC POA)
VICE-PRESIDENTE	- MIGUEL BOEIRA DA SILVA (UCS)
SECRETÁRIO GERAL	- PAULO EMILIO LOVATO (UFRGS)
TESOUREIRO	- LEDA D'AGOSTINI (UFRGS)
SECRETARIA DE CULTURA	- ISABEL CRISTINA BARCAROLO (UCS)
SECRETARIA DE ENSINO	- JORGE LUIZ GARCIA DE SOUZA (UFRGS)
SECRETARIA DE IMPRENSA	- EUGÊNIO RODRIGO NEVES (UFRGS)
SECRETARIA DE ESPORTES	- MARCELO CABEDA (FURG)
REGIONAL GRANDE POA	- ANDRÉ DE ALEXANDRI (UNISINOS)
REGIONAL SUL	- GETÚLIO MATTOS (UCPEL)
REGIONAL PLAN. MÉDIO	- LADI SOLIMAN (EREXIM)
REGIONAL CENTRAL	- JOSÉ CARLOS MARTINS DA SILVA (TAQUARA – C. ALTA)
REGIONAL DA SERRA	- JOÃO FONTANA (UCS)
REGIONAL DAS MISSÕES	- JOSÉ LIMA GONÇALVE – SANTO ÂNGELO
REGIONAL DA FRONTEIRA	- JOSÉ ERNESTO ALVES GRISA (PUC – URUGUAIANA)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: PCB (UNIDADE), SENDO QUE ALGUNS  
POSTERIORMENTE IRÃO FORMAR O GRUPO PRESTISTA

**CHAPA NOVAÇÃO – 1980/81**

PRESIDENTE	- LUIS MARQUES (pres. DCE UFRGS)
VICE-PRESIDENTE	- ADALBERTO (eng. UCS)
SECRETÁRIO GERAL	- FERNANDO (pres. CEUE eng. UFRGS)
TESOUREIRO	- MÁRCIA (comunicação PUC)
SEC. IMPRENSA	- ELVIO (comunicação PUC)
SEC. ENSINO	- SONECA (diretor DCE UFRGS)
SEC. ESPORTES	- ANA CRISTINA (letras UNISINOS)
REGIONAL GRANDE POA	- MARCO (diretor DCE UNISINOS)
REGIONAL SERRA	- GENÉSIO (CACO) - UCS
REGIONAL CENTRO	- VALÉRIO PILLAR (agron. UFSM)
REGIONAL SUL	- ANDRÉ HIPÓLITO (medicina UFPEL)
REGIONAL PLANALTO	- BIBI (estudos sociais UPF)
REGIONAL MISSÕES	- BECKER (psicologia UFRGS)
REGIONAL FRONTEIRA	- VALDECIR (direito UFPEL)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: PELEIA, NOVO RUMO, AVANÇAR A LUTA, RENOVAÇÃO (CAXIAS)

**CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1981-82)**

**CHAPA TRAVESSIA – 1981/82**

PRESIDENTE	- ALDO FORNAZIERI (SEC. GERAL UEE – FIL. UFRGS)
VICE PRESIDENTE	- RONALDO ZULKE (PRES. DCE UNISINOS)
SECRETÁRIO GERAL	- LUIZ ALBERTO RODRIGUES (BETO– DIR. DCE UFRGS 79/80)
TESOUREIRO	- RENATO DELLA VECHIA (DA CIENCIAS SOCIAIS UCPEL)
REGIONAL CENTRO	- MARCOS ROLIM (SEC. GERAL DCE UFSM – COM. SOCIAL)
REGIONAL SUL	- PAULO DOS SANTOS (PAULINHO – DANVUFPEL)
REGIONAL SERRA	- ANTÔNIO CLÁUDIO KIELING (DIRETOR CCET/UCS)
REGIONAL METROPOLITANA	- ARNO AUGUSTIN Fº (ECONOMIA UFRGS)
REGIONAL PLANALTO	- CARLOS ALBERTO FAUTH (AGRONOMIA UPF)
REGIONAL MISSÕES	- LUIZ CARLOS PIES (DIRETOR DAJAPA – ST. ROSA)
REGIONAL CAMPANHA	- JOSÉ LUIS BRAGANÇA (POETA – DIREITO FUNBA)
SECRETARIA DE ESPORTES	- MAGDA (DIRETORA DCE UNISINOS – PSICO)
SECRETARIA DE CULTURA	- JUSSARA BORDIN (DIR. CULTURA DCE UFSM – COMUN.)
SECRETARIA DE IMPRENSA	- SANDRA JOVCHELOVITCH (DAIP PUC79/80 - PSICO)
SECRETARIA DE ENSINO	- PAULO CÉSAR DA ROSA (SONECA – DIREITO PUC)
SUPLENTES:	
	- RICARDO ALMEIDA (VAGAREZA – ARQ. UFPEL)
	- JOÃO MOTTA (DIREITO FUNBA)
	- CARLOS AQUISTAPASSE (VICE PRES. DCE UFSM – ENG.)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: RESISTÊNCIA E DS (EM TEMPO)

**CHAPA PASSO FIRME****- 1981/82**

PRESIDENTE	- ÉDIO ELÓI FRIZZO (ECONOMIA UCS – VICE SERRA UEE)
VICE-PRESIDENTE	- PAULO RICARDO PETRY (DIREITO PUC)
SECRETÁRIO GERAL	- LUIZ FERNANDO GROSS (NANDO – COMUN. UNISINOS)
TESOUREIRO	- FLÁVIO SCHIFINO (AGRON. UFRGS)
SEC. IMPRENSA	- MARIA BEATRIZ CARVALHO (BIA – DIR UFRGS)
SEC. ENSINO	- ANDRÔNICO VITOR ÁVILA (KIKO– ENG. PUC – DCE PUC)
SEC. CULTURA	- ABRÃO BERTOLO RODRIGUES (ENG. FURG – DCE FURG)
SEC. ESPORTES	- ANTONIO GOMES (ENG. UNISINOS)
REGIONAL GRANDE POA	- ERNANI GALVÃO INÁCIO (MEDICINA CATÓLICA POA)
REGIONAL SERRA	- DELMIR BORTOLAN (FILOSOFIA UCS)
REGIONLA CENTRO	- JORGE FARIAS (ENG. FLORESTAL UFSM)
REGIONAL SUL	- CARLOS R. GONZALES (BETÃO – SEC. GERAL DCE UFPEL)
REGIONAL PLANALTO	- ADROALDO SOUTO (DIR. E ECON. – Sec. Geral DCE UPF)
REGIONAL MISSÕES	- NELSON THESING (FILOSOFIA FIDENE/IJUI)
REGIONAL FRONTEIRA	- VILMAR BONHERT (AGRON. URUGUAIANA)
SUPLENTES	- WERNER REMPEL (MED. UFSM)
	- VICENTE BOGO (DOM BOSCO – ST. ROSA)
	- PAULO PINHEIRO MACHADO (HISTÓRIA UFRGS)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: PC do B (VIRAÇÃO) E PRESTISTAS

**CHAPA MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL - 1981/82**

PRESIDENTE	- VALTER FREITAS (HIST. UFRGS)
VICE-PRESIDENTE	- ANTÔNIO AUGUSTO (CIÊNCIAS/PUC)
SECRETÁRIO GERAL	- CARLOS BARBIERI (ENGENHARIA UFRGS)
TESOUREIRO	- FRANGO (ARQUITETURA/UNISINOS)
SEC. IMPRENSA	- JÚLIO (CIÊNCIAS - FIS-PUC)
SEC. ENSINO	- MERIANE (CIÊNCIAS PUC)
- SEC. CULTURA	- JONATAS (ENGENHARIA FURG)
- SEC. ESPORTES	- LÚCIA ANELLO (ESEF UCS)
- REGIONAL GRANDE POA	- CELSO (RITTER DOS REIS)
- REGIONAL SERRA	- ADRIANA EDVIGES DE ARAÚJO CORTE (NANA UCS)
- REGIONAL CENTRO	- FOGAÇA (MEDICINA UFSM)
- REGIONAL SUL	- CLAUDIO (ARQUITETURA UFPEL)
- REGIONAL PLANALTO	- CÍCERO (BIBI – C SOCIAIS – UPF)
- REGIONAL MISSÕES	- DANIEL (DIREITO PUC)
- REGIONAL FRONTEIRA	- CLARICE (UCPEL)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: LIBELU E CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

## **CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1982-83)<sup>251</sup>**

---

<sup>251</sup> Não conseguimos localizar todas as nominatas. Os nomes de Travessia foram lembrados por ex-militantes. A chapa que disputou as eleições com a Travessia foi a Alicerce, (que também não conseguimos os nomes que participaram da mesma). Era ligada à Convergência Socialista e teve uma votação muito baixa no estado.

**CHAPA TRAVESSIA****- 1982/83**

- PRESIDENTE: - FLÁVIO SILVEIRA (CACO – EX. PRES. DCE UFRGS)
- VICE: - JOSÉ EDUARDO UTZIG (EX PRES. DCE UFPEL)
- SEC. GERAL: - NARA MAGALHÃES (EX PRES. DCE UFMS) ou RENATO  
AZAMBUJA (MEDICINA UFRGS)<sup>252</sup>
- TESOUREIRO: -
- SECRETÁRIO DE IMPRENSA - VALTER DE ALMEIDA FREITAS (UFRGS)
- REGIONAL SERRA: - GILBERTO VARGAS – (PEPE - MED. - UCS)
- REGIONAL SUL: - RICARDO ALMEIDA (VAGAREZA – C. SOCIAIS - UCPEL)
- REGIONAL FRONTEIRA - JOÃO MOTA (DIREITO – FUNBA)  
- RICARDO PORTUGAL
- SUPLENTE: - DANIEL AQUINI

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: RESISTÊNCIA, DS (EM TEMPO), LIBELU, MEP (COMPANHEIRO) E TALVEZ AVALU.

---

<sup>252</sup> Existem informações desencontradas. Para Flávio Silveira o Secretário Geral era o Renato. Em um material de divulgação da Resistência aparece o nome de Nara. Possivelmente um desses nomes tenha sido tesoureiro e o outro Secretário Geral.

**CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1983-84)**

**CHAPA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO – 1983/84**

PRESIDENTE	- CLAUDIO RITTER ALVES (UFSM - RESISTÊNCIA)
VICE-PRESIDENTE	- RUALDO MENEGAT (UFRGS - DS)
SECRETÁRIO GERAL	- ADRIANO (UNISINOS - DS)
TESOUREIRO	- CARLOS BARBIERI (UFRGS)
SEC. IMPRENSA	- MARCO A. AZEVEDO (UFRGS)
SEC. ENSINO	- JOÃO MOTTA (FUNBA - RESISTÊNCIA)
SEC. CULTURA	- DIRCEU (UFSM)
SEC. ESPORTES	- RUBENS PAZIN (UFSM – RESISTÊNCIA)
REGIONAL POA	- MILTON PANTALEÃO (UFRGS - DS)
REGIONAL GRANDE POA	- RICARDO PORTUGAL (PUC)
REGIONAL SERRA	- GILBERTO VARGAS (PEPE – UCS - DS)
REGIONAL CENTRO	- ROBERTO CHAMIS (NEGRO – UFSM)
REGIONAL SUL	- JOSÉ M. MARTINS (ZÉ – UFPEL – RESISTÊNCIA)
REGIONAL PLANALTO	- PAULO ZÍLIO ( PRES. DCE UPF – RESISTÊNCIA)
REGIONAL MISSÕES	- CARLOS GRIEBELER (ST. ROSA)
REGIONAL FRONTEIRA SUL	- ONEIDER VARGAS (FUNBA)
REGIONAL FRONTEIRA OESTE-	ADROALDO (URUGUAIANA)
SUPLENTE	- HILTON FAGUNDES (PINGUIM – UFSM)
	- MÁRIO KAPP (UFPEL) (RESISTÊNCIA)
	- FERNANDO GUARAGNA (UFRGS)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: RESISTÊNCIA, DS (EM TEMPO); CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E TALVEZ AVALU E MEP (COMPANHEIRO).

**CHAPA NADA SERÁ COMO ANTES (APESAR DE TUDO) – 1983/84**

PRESIDENTE	- MÁRIO WERLANG (UCS)
VICE-PRESIDENTE	- HUMBERTO KASPER (PUC)
SECRETÁRIO GERAL	- VÁLTER DE ALMEIDA FREITAS (UFRGS)
TESOUREIRO	- ROBERTO CATALDI (UFPEL)
SEC. IMPRENSA	- MOEMA CABRAL DA SILVEIRA (CANOENSE)
SEC. ENSINO	- CLEIONIR VELLEDA TEIXEIRA (PUC)
SEC. CULTURA	- MARIA CRISTINA DA COSTA CASTRO (UFRGS)
SEC. ESPORTES	- JOSÉ FRANCISCO THORMMAN (RITTER – CANOAS)
VICE POA	- MARA GIRON GAZOLA (UNISINOS)
VICE GRANDE POA	- RUBEM LUCIANO PINTO LOPES (CANOENSE)
VICE SERRA	- EDUARDO DAROIT (UNISINOS)
VICE CENTRO	- HÉLIO RICARDO COUTO ALVES (UFRGS)
VICE SUL	- SÉRGIO ANTÔNIO NETO (FURG)
VICE PLANALTO	- NARA MEMMEN (UFP)
VICE MISSÕES	- DANIEL GODOY JUNIOR (PUC) (PUC)
VICE FRONTEIRA OESTE	- LUCIANO CHITOLINA (URUGUAIANA)
VICE FRONTEIRA	- CÉLIA REGINA SULCHER (RITTER DOS REIS – CANOAS)
SUPLENTE	- GÉRSO DE OLIVEIRA FORTUNA (PUC)
	- HELENA EHLERS FAILLACE (PUC)
	- ALFREDO LEGUISAMO LUCAS (PUC)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: LIBELU

## **CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1984-85)<sup>253</sup>**

---

<sup>253</sup> Não conseguimos identificar a chapa que disputou com a chapa Muda Brasil. Esta foi a última eleição direta para a UEE, sendo que posteriormente (com uma única exceção, as demais eleições foram congressuais).

**CHAPA MUDA BRASIL (ELEITA) – 1984/85**

PRESIDENTE	- DOUGLAS MATTOS (UNISINOS)
VICE-PRESIDENTE	- EDSON VEIGA
SECRETÁRIO GERAL	- JOSÉ EDUARDO GIRAURO (PATO)
TESOUREIRO	- LEDA MENEGUZZO (UCS)
SEC. IMPRENSA	- MARCIA CAMARANO
SEC. ENSINO	- JORGE BRUM (UFPEL)
SEC. CULTURA	- PAULO MELLO
SEC. ESPORTES	- CARLOS A. SANTOS (UFPEL)
SOLID. INTERNACIONAL	- SÉRGIO PRIEB
SEC. EXATAS	- EUBIRATAM MEDEIROS
SEC. BIOMÉDICAS	- TATIANA FEIJÓ (TATI)
SEC. HUMANAS	- CLAIRTON CORRÊA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- JOÃO CLAUDIO SILVA (JOCA)
REGIONAL POA	- PAULO WUNSCH
REGIONAL GRANDE POA	- ZILMA CHAVES
REGIONAL NORDESTE	- JOÃO CARLOS FONTANA
REGIONAL CENTRO	- GUIOMAR PEREIRA
REGIONAL SUL	- JÚLIO MARTINS (FURG)
REGIONAL PLANALTO	- JORGE OLIVEIRA
REGIONAL MISSÕES	- ALCEU BAN DER SAND (UNIJUI)
REGIONAL FRONTEIRA	- GILMAR MARTINS

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: VIRAÇÃO (PC do B) E UNIDADE (PCB)

## UEE – LUTA E DEMOCRACIA JÁ 1984/85

ELEIÇÃO 13 e 14 de novembro de 1984 (perdeu eleições)

PRESIDENTE	- JUSSARA PEREIRA DUTRA (P. DCE UFSM)
VICE-PRESIDENTE	- MILTON PANTALEÃO (DIR. UEE/UFRGS)
SECRETÁRIO GERAL	- ADRIANE SILVEIRA (EX. DCE/UFRGS)
TESOUREIRO	- ASSIS (DIR. DCE PUC – CIÊNCIAS SOCIAIS)
SEC. IMPRENSA	- SÉRGIO O. DE CARVALHO (DCE UFSM)
SEC. ENSINO	- GIOVANY LIZARDO (EX. DIR. DCE PUC)
SEC. CULTURA	- GORETE LOZADA (DA. MAT. UFRGS)
SEC. ESPORTES	- MÁRCIA BANER (EDUC. FIS. IPA)
RELAÇÕES. INTERNACIONAIS	- RUALDO MENEGAT (UFRGS)
SEC. EXATAS	- CARLOS RENNER DA SILVA (BOZÓ/UFSM)
SEC. BIOMÉDICAS	- CLÓVIS (EX. DIR. ODONTO UPF)
SEC. HUMANAS	- IVAN DUARTE (PSICO UCPEL)
REGIONAL POA	- MARCO A. DE AZEVEDO (DIR. UEE/UFRGS)
REGIONAL GRANDE POA	- MAURO RIGGO (EX. DIR. DCE UFRGS /DIR.)
REGIONAL SERRA	- MÁRIO (EX. DIR. DCE UCS)
REGIONAL CENTRO	- VERA FLORES
REGIONAL SUL	- VITOR ALBERTO SIMÃO
REGIONAL PLANALTO	- JOÃO ROBERTO RADALLE
REGIONAL MISSÕES	- CLAUDIMIR OLIVEIRA
REGIONAL FRONTEIRA	- GLADIMIR MACHADO
REGIONAL FRONT. OESTE	- ZOÉ SILVEIRA (FUND. DE ALEGRETE)
SUPLENTES	- ARMANDO DE NEGRI FL. (MED. UFRGS)
	- VERA DREWS GUIMARÃES (C. S. UFRGS)
	- ADRIANO (EX. DIR. DCE UNISINOS – PSI.)

**CHAPAS QUE CONCORRERAM ÀS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A UEE/RS**

**(1985-86)**

CHAPA PRÁ SAIR DESSA MARÉ<sup>254</sup>

PRESIDENTE	- JOSÉ MIGUEL QUEDI MARTINS
VICE-PRESIDENTE	- MILTON PANTALEÃO
SECRETÁRIO GERAL	- JULIANO CORBELINI
TESOUREIRO	-
SEC. IMPRENSA	- JOÃO FERRER
SEC. ENSINO	-
SEC. CULTURA	-
SEC. ESPORTES	-
SOLID. INTERNACIONAL	-
SEC. EXATAS	-
SEC. BIOMÉDICAS	- MARCOS (MEP)
SEC. HUMANAS	- ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	-
REGIONAL POA	- AMARILDO MENEGAT
REGIONAL GRANDE POA	-
REGIONAL NORDESTE	-
REGIONAL CENTRO	- PAULO PIMENTA
REGIONAL SUL	- SALVADOR MANDAGARÁ (?)
REGIONAL PLANALTO	-
REGIONAL MISSÕES	-
REGIONAL FRONTEIRA	-

RICARDO ZAMORA – CEPIK – EDGARDO – LUCIANA

---

<sup>254</sup> Chapa que venceu as eleições.

CHAPA UEE LIVRE<sup>255</sup>

PRESIDENTE	- LEDA MENEGUZZO (TES. UEE – PSICO)
VICE-PRESIDENTE	- ALEXANDRE RODRIGUES (EX PRES DCE UPF)
SECRETÁRIO GERAL	- FERES UEQUED (PRES. DCE UNISINOS)
1º SECRETÁRIO	- PAULO CÉSAR MARQUES (SÃO GABRIEL)
TESOUREIRO	- FLÁVIO TADEU DA SILVA (LETRAS FAPA)
2º TESOUREIRO	- JORGE BARRIOR (APROCRUZ/CRUZ ALTA)
SEC. IMPRENSA	- LUIZ GUSTAVO PAIVA DE FREITAS (DIREITO UNISINOS)
SEC. ENSINO	- JOÃO NELSON LINN NUNES (LIVRAMENTO)
SEC. CULTURA	- CLAUDIA SCHIAVON (FEVALE)
SEC. ESPORTES	- JACÉIA NETZ (EDUC. FIS. UFSM)
REL. INTERNACIONAIS	- ACREANO MENEGHELO (ENG. PUC)
SEC. EXATAS	- RUBENSVAL FÉLIZ TREVISAN (CIENC. PUC)
SEC. BIOMÉDICAS	- CLAUDIA B. BOTELHO (MED. FFFCMPA)
SEC. HUMANAS	- MOISÉS GIACOMELLI (P. DA DIR. UNISINOS)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- LUIZ G. F. TARMO (ADM. CONT. FURG)
REGIONAL POA	- MILTON CORRÊA (CIENC. SOC./DIREITO PUC)
REGIONAL GRANDE POA	- FRANCISCO DEQUI FILHO (DIR. UNISINOS)
REGIONAL SERRA	- ERCI SABEDOT (DIR. UCS)
REGIONAL CENTRO	- ANDRÉ LUIZ BECK (FILOSOFIA FISC)
REGIONAL SUL	- FÉLIX DA CUNHA PENEDO (EST. SOC. UFPEL)
REGIONAL PLANALTO	- LUIZ ROBERTO ALBUQUERQUE (P. DCE UPF)
REGIONAL MISSÕES	- VALDORION KLEIN (CONTÁBEIS UNIJUI)
REGIONAL FRONTEIRA	- ARISTIDES DE PIETRO NETTO (FUNBA)

---

<sup>255</sup> A chapa apresentada possui uma estrutura um pouco diferente da tradicional, com a introdução de funções (1º secretário, 2º tesoureiro), além da apresentação de comissões de apoio com 36 nomes além da diretoria formal (23). Provavelmente a apresentação de uma nominata total de 59 nomes de diversos municípios, (principalmente municípios menores), tivesse o objetivo de ampliar a votação. Os 36 nomes de apoio não serão apresentados na medida em que não fazem parte da estrutura formal da chapa.

**CHAPAS QUE CONCORRERAM À DIREÇÃO DA UNE EM ELEIÇÕES  
DIRETAS**

**(1979/80)**

**NOVAÇÃO 1979/80**

PRESIDENTE	- EDUARDO ALBUQUERQUE (DUDA – DIR. DCE UFMG)
VICE PRESIDENTE	- JOSÉ AUGUSTO (GUTO – CIÊNCIAS SOCIAIS – UFRJ)
SEC. GERAL	- FERNANDO PEREGRINO (EX DIRETOR UEE/SP)
DIR. DE FINANÇAS	- IVAN (HISTÓRIA - GAMA FILHO/RJ)
VICE PRES. NORTE	- SIDNEY DOURADO (SIDOCA – UFPA)
VICE PRES. NORDESTE	- JARBAS JR. (PRES. D.A. SAÚDE UFPE)
VICE PRES. SUDESTE	- ZÉ AFONSO (MEDICINA - UFMG)
VICE PRES. SUL	- LUIZ CARLOS (MANCHA – EX PRES. UMESC)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- NÃO FOI PREENCHIDO NA NOMINATA
SEC. EXATAS	- MARCOS BERNARDINO (GEOLOGIA – USP)
SEC. HUMANAS	- MARLOWA (CIÊNCIAS SOCIAIS – UFBA)
SEC. BIOMÉDICAS	- SABINHO (MEDICINA – UFJF/MG)
DIRETOR DE IMPRENSA	- LUIZ ALBERTO RODRIGUES (BETO – DIR. DCE UFRGS)
DIRETOR DE CULTURA	- RENATO (EX PRES. DCE PUC/MG)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- MANECO (JORNALISMO PUC/RS)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: TRAVESSIA/PE; COMBATE BA; CENTELHA/PARTICIPAÇÃO/MG; PONTO DE PARTIDA/ORGANIZANDO/RJ; NOVO RUMO/RESISTÊNCIA/SP; PONTEIO/NOVO RUMO/RS (PELEIA).

**MUTIRÃO (CHAPA VENCEDORA) 1979/80**

PRESIDENTE	- RUI CÉSAR COSTA E SILVA (UFBA)
VICE PRESIDENTE	- MARCELO BARBIERI (FGV/SP)
SEC. GERAL	- ALDO REBELO (Alagoas)
DIR. DE FINANÇAS	- WLADIR OLIVEIRA
VICE PRES. NORTE	- SÉRGIO MARTINS
VICE PRES. NORDESTE	- LUIS ALENCAR FALCÃO (LULA)
VICE PRES. SUDESTE	- JOSÉ PIMENTA
VICE PRES. SUL	- ALON FEUERWEKER
VICE PRES. CENTRO OESTE	- IVANECK PEREZ
SEC. EXATAS	- PEDRO LAURENTINO
SEC. HUMANAS	- FRANCISCA ALVES DE SOUZA <sup>256</sup>
SEC. BIOMÉDICAS	- GILBERTO MARTINS
DIRETOR DE IMPRENSA	- CANDIDO VACAREZA
DIRETOR DE CULTURA	- FREDO EBLING (UFRGS)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- JOSÉ PIMENTA

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: VIRAÇÃO (PC DO B), SENDO QUE UM GRUPO IRÁ ROMPER E CONSTITUIR A RESISTÊNCIA (RS) E CAMINHANDO (MESMO GRUPO MAS COM OUTRA DENOMINAÇÃO EM OUTROS ESTADOS).

---

<sup>256</sup> Em outro momento aparece o nome de Maria Francisca de Souza.

**LIBERDADE E LUTA                    1979/80**

PRESIDENTE	- JOSIMAR MOREIRA DE MELO FILHO (ARQ. USP)
VICE PRESIDENTE	- CÉSAR ALVAREZ (ECONOMIA UFRGS)
SEC. GERAL	- JACKSON TAVARES (MED. UFMG)
DIR. DE FINANÇAS	- ALBERTO NOBRE MENDES (ECON. UNB)
VICE PRES. NORTE	- ANTONIO MANOEL RODRIGUES (UFAC-AC)
VICE PRES. NORDESTE	- EDUARDO JOSÉ BARRETO (ECON. UFBA)
VICE PRES. SUDESTE	- SÉRGIO MASCARENHAS (SOCIOLOGIA PUC/RJ)
VICE PRES. SUL	- RICARDO LIMA (ARQ. UNISINOS)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- PAULO HENRIQUE VEIGA (ARQ. CATÓLICA GOIAS)
SEC. EXATAS	- TEOTÔNIO (ENG. DE MINAS - FED. OURO PRETO/MG)
SEC. HUMANAS	- ANGELO CARLOS VANHONI (FIL. CATÓLICA/PR)
SEC. BIOMÉDICAS	- MARIA JOSÉ NEVES (FARMÁCIA/USP/RIBEIRÃO PRETO)
DIRETOR DE IMPRENSA	- MARCO ANTONIO TABET (ARQ. USP)
DIRETOR DE CULTURA	- LUIS ARANTES (ENG. ELET. UFES/ES)
DIRETOR DE ESP. E LAZER	- LUIS PEREIRA JUNIOR (CIENCIAS SOCIAIS PUC/SP)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: LIBELU

<b>UNIDADE</b>	<b>1979/80</b>
PRESIDENTE	- PAULO ROBERTO MASSOCA (USP/SP)
VICE PRESIDENTE	- JOSÉ HUMBERTO (ZÉ BETO – PUC/RJ)
SEC. GERAL	- ARNALDO BUCCIOLI FILHO (PUC/SOROCABA/SP)
DIR. DE FINANÇAS	- MOYSES CORREIA (UFRJ)
VICE PRES. NORTE	- JOÃO CARLOS BATISTA (UFPA-PARÁ)
VICE PRES. NORDESTE	- ANTONIO FILINTO NETO (POMBAL – UFPB)
VICE PRES. SUDESTE	- MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA (UFMG)
VICE PRES. SUL	- CARLOS ALBERTO GONZAGA (UFPR)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- ELIAS RASSI NETO (UFGO)
SEC. EXATAS	- EDUARDO AUGUSTO QUINTÃO (PUC/MG)
SEC. HUMANAS	- VALDECK CAPIBARIBA FILHO (UFCE)
SEC. BIOMÉDICAS	- ERNESTO NEGRIS NETO (UFES)
DIRETOR DE IMPR.	- GERALDO BARBOSA (UFSC)
DIRETOR DE CULTURA	- EDIVALDO MENDES ARAÚJO (ZULU – UFBA)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- LUIS FERNANDO SCHILP (UFRGS)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: UNIDADE (PC DO B)

<b>MAIORIA</b>	<b>1979/80</b>
PRESIDENTE	- MARCOS MARTINS PAULINO – USP/SP
VICE PRESIDENTE	- CIRO FERREIRA GOMES – UFC/CE
SEC. GERAL	- EDGAR PINHEIRO – UGF/RJ
DIR. DE FINANÇAS	- PEDRO VASCONCELOS – UFMA/MA
VICE PRES. NORTE	- RAUL CHUCAIR DO COUTO – FCAP/PA
VICE PRES. NORDESTE	- GUTENBERG NATAL TINOCO – UFRN/RN
VICE PRES. SUDESTE	- JAIR BISPO EVANGELISTA – UFJF/MG
VICE PRES. SUL	- JOÃO VILANOVA GALHARDO – FACAU/RS
VICE PRES. CENTRO OESTE	- PETRÔNIO BRAZ – CEUB/DF
SEC. EXATAS	- IVALDINO XAVIER DA SILVA – FUMS/MS
SEC. HUMANAS	- LÉLIO ROSA DE ANDRADE – UFSC/SC
SEC. BIOMÉDICAS	- MARCOS VITOR PEREIRA DE CARVALHO – CCS/PI
DIRETOR DE IMPRENSA	- ALDO MEDEIROS – UCPR/PR
DIRETOR DE CULTURA	- TANIA NASCIMENTO DE MORAES – UFMA/MA
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- CLAUDIONOR ARAÚJO – CESMAC/AL

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: POSSIVELMENTE NÃO EXISTAM GRUPOS ORGANIZADOS. ESSA CHAPA REPRESENTAVA OS SETORES DA DIREITA DO M.E. NO RIO GRANDE DO SUL O NOME INDICADO (GALHARDO) ERA PRESIDENTE DO DEE. CHAMA ATENÇÃO O NOME DO CANDIDATO A VICE, CIRO GOMES, QUE POSTERIORMENTE SERÁ CANDIDATO Á PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELO PSB.

**CHAPAS QUE CONCORRERAM À DIREÇÃO DA UNE EM ELEIÇÕES  
DIRETAS<sup>257</sup>**

**(1980/81)**

---

<sup>257</sup> A chapa Unidade e Democracia, ligada à UNIDADE (PCB), foi a única desta eleição que não conseguimos identificar a nominata.

<b>VIRAÇÃO</b>	<b>1980/81 (VENCEDORA)</b>
PRESIDENTE	- ALDO REBELO (SEC. GERAL UNE/AL)
VICE PRESIDENTE	- LUIZ MARIANO (VICE PRES. UEE/RJ)
SEC. GERAL	- LUIZ ALENCAR FALCÃO (LULA) (VICE NORD. UNE/PE)
DIR. DE FINANÇAS	- JAIME PENTEADO (PRES. DO C.A. ECA/SP)
VICE PRES. NORTE	- JOÃO PEDRO GONÇALVES (PRES. DCE FUA/AM)
VICE PRES. NORDESTE	- ALZIRA MINDELO (EX-PRES. DCE UFPE/PE)
VICE PRES. SUDESTE	- JOSÉ PIMENTA (SEC. ESPORTES UNE/MG)
VICE PRES. SUL	- ADELMO ALVES LINDO (BAIANO) (PRES. DCE UNIMEP/SP)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- LUIS CARLOS FREITAS (PRES. D.A. HUMANAS, UFGO)
SEC. EXATAS	- ADELARTH GREAFF (VICE REGIONAL UCE/SC)
SEC. HUMANAS	- LUIS FERNANDES (PRES. C.A. HISTÓRIA PUC RJ)
SEC. BIOMÉDICAS	- VITOR MORESCHI FILHO (MEDICINA UFPR)
DIRETOR DE IMPRENSA	- FREDO EBLING (EX-PRES. DCE UFRGS)
DIRETOR DE CULTURA	- FRANCISCO JAVIER ALFAYA (PRES. DCE UFBA)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- ARNALDO ZORBI (EX-SEC. GERAL CESEP-BA.) <sup>258</sup>
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- DANILO FORTES (SEC. GERAL DCE UFC/CE.)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- MARCELO BARBIERI (VICE-NACIONAL UNE - SP)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: VIRAÇÃO (PC DO B) E POSSIVELMENTE MR-8.

---

<sup>258</sup> Em outras fontes aparece Arnaldo Jordy.

**CHAPA NOSSO TEMPO****1980/81**

PRESIDENTE	- LÍDIA M. MATTA MACHADO (COORD. GERAL DCE UFMG)
VICE PRESIDENTE	- JARBAS (COORD. GERAL DCE UFPE)
SEC. GERAL	- LUIS MARQUES (EX-PRES. DCE UFRGS)
DIR. DE FINANÇAS	- AGOSTINHO (DIRETOR DCE-LIVRE DA UFRU/RJ)
VICE PRES. NORTE	- JOMAR FERNANDES (PRES. DCE UFMA)
VICE PRES. NORDESTE	- FERNANDO (DIRETOR UFPE)
VICE PRES. SUDESTE	- CARLOS ALBERTO (DIRETOR DCE UFES)
VICE PRES. SUL	- JAIME (DIR. C.A. ESC. DE SOC. E POLÍTICA/SP)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- CRISTINA BEATRICE (DIR. C.A. MEDICINA DA UNB)
SEC. EXATAS	- RICARDO (PIRLITO – DIR. C.A. ENG. GAMA FILHO/RJ)
SEC. HUMANAS	- CARLOS (DIR. C.A. HIST. UNIV. ST. ÚRSULA/RJ)
SEC. BIOMÉDICAS	- RAFAEL (DIR. C.A. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS UFAM/AM)
DIRETOR DE IMPRENSA	- PAULO CÉSAR DA ROSA (SONECA – DIR. PUC-RS)
DIRETOR DE CULTURA	- FLÁVIO (COORD. GERAL DCE UFJF/MG)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- FLÁVIO (EX-DIR. C.A. ECONOMIA PUC/SP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- EDUARDO (DUDA – EX-DIR. DCE UFMG)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: PELEIA/RS E CENTELHA MG

<b>CHAPA VOZ ATIVA</b>	<b>1980/81</b>
PRESIDENTE	- MARCOS T. GALVÃO (KALOI – EX-VICE PRES. UEE/SP)
VICE PRESIDENTE	- PAULO MAGNONI (PABLO – EX-DIR. UNIÃO PAULISTA DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA)
SEC. GERAL	- JAMES LEWIS JR. (VICE-PRES. DCE PUC RJ)
DIR. DE FINANÇAS	- JOSÉ AUGUSTO PIRES (GUTO – INST. DE FIL. E CIENC. ECON. E SOC. /UFRJ)
VICE PRES. NORTE	- RÔMULO PAES DE SOUZA (EX. DIR. DCE UFPA)
VICE PRES. NORDESTE	- BERTÔNIO JOB E MEINA (PRES.. DCE U. F. PARAÍBA)
VICE PRES. SUDESTE	- HEITOR SIQUEIRA SAYEG (VICE-PRES. DA. ENG. UFOP/MG)
VICE PRES. SUL	- ANTÔNIO ODILON MACEDO (SEC. GERAL DA U.C.E/SC)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- FRANCISCO ASSIS DANTAS (CHICO FLORESTA (DCE UNB)
SEC. EXATAS	- ARTUR ORTIZ (EX DIR. DO C..A. DA POLI-USP)
SEC. HUMANAS	- EDNA GUIZELLINE (DIR. DCE DE LONDRINA)
SEC. BIOMÉDICAS	- SARA RODRIGUES PERES (SEC. GERAL DCE UFES)
DIRETOR DE IMPRENSA	- PAULINHO MAMEDE (DIR. DCE UNIV. DE FORTALEZA)
DIRETOR DE CULTURA	- MÁRIO CEZAR FRAGA (VICE PRES. DCE UFBA)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- JOSÉ LUIS AZEVEDO (COORD. GERAL DCE CAT. DE MG)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- ALDO FORNAZIERI (SECR. GERAL UEE/RS)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- ELSON LUCIANO (JACARÉ – EX. COORD. GERAL DCE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: BASICAMENTE OS SETORES QUE COMPUNHAM A ALA ESQUERDA DO PC DO B E QUE NO MOMENTO ESTAVAM ORGANIZANDO UMA OUTRA CORRENTE. NO MOVIMENTO ESTUDANTIL RESISTÊNCIA NO RS E CAMINHANDO NO RESTO DO PAIS. POSSIVELMENTE ALGUM GRUPO REGIONAL ESTEJA NA CHAPA.

**CHAPA MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL - 1980/81**

PRESIDENTE	- RICARDO MELO (EX DIRETOR DCE USP)
VICE PRESIDENTE	- VALÉRIO ARCARY (HISTÓRIA PUC/SP)
SEC. GERAL	- PAULO FERNANDES BAIA (DIR. C.A. VLADIMIR HERZOG – CÁSPER LÍBERO/SP)
DIR. DE FINANÇAS	- MARIA TEREZA (BAIXINHA – C. HUMANAS/UNICAMP/SP)
VICE PRES. NORTE	- ANTONIO MANOEL RODRIGUES (HIST. UFAC – AC)
VICE PRES. NORDESTE	- TÚLIO (PUC PERNAMBUCO – UNICAP)
VICE PRES. SUDESTE	- EUGÊNIO SANTOS (DIR. DA MED. FAC BELO HORIZONTE)
VICE PRES. SUL	- SALVIO BOTELHO (DIR. DCE UFPEL)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- BOAVENTURA (VICE PRES. DA MEDICINA UNB)
SEC. EXATAS	- LUIS ARANTES (ENG. UFES – ES)
SEC. HUMANAS	- CARLOS CRUZ (HIST. UFMG)
SEC. BIOMÉDICAS	- MAÍSA (DIR. DAFES (MTS))
DIRETOR DE IMPRENSA	- ÉLVIO (PUC/RS)
DIRETOR DE CULTURA	- LÍDIA VARGAS (UFRJ)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- SERGE GOULART PISCO (UFSC)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- NEY MACHADO (DIR. PUC SP)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- JOSÉ ALCÂNTARA JR. (UFCE – CE)

GRUPOS QUE COMPUNHAM A CHAPA: LIBELU E CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

CHAPAS QUE CONCORRERAM À UNE EM ELEIÇÕES DIRETAS

1985/86

## ARREBENTAR A BOCA DO BALÃO – (PCB)

PRESIDENTE	- ARI DECKER (PRES. UPE/PR)
VICE PRESIDENTE	- RAFAEL PIMENTA (PRES. UEE/MG – 84/85)
SEC. GERAL	- ADELSON PAULO DE ARAÚJO (UFRJ)
DIR. DE FINANÇAS	- PAULA MARINA SARNO (UFF)
VICE PRES. NORTE	- LUIS CARLOS GOMES DE HOLANDA (UAP/PA)
VICE PRES. NORDESTE	- HERMÍNIO PORITO (SEC.G. DCE UFRN 84/85)
VICE PRES. SUDESTE	- ROSA COLOMBRINI (1ª SEC. UEE/SP)
VICE PRES. SUL	- CLAUDIO DUTRA (UFRGS)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- ADILON JOSÉ FERREIRA (DIR. UEE/GO)
SEC. EXATAS	- MIGUEL ARRUDA (DIR. ESP. UNE 84/85)
SEC. HUMANAS	- ALMIR ELIAS DE OLIVEIRA (DCE FAHUPE/RJ)
SEC. BIOMÉDICAS	- AIRTON COSTA SANTOS (UFSE)
DIRETOR DE IMPRENSA	- MARGARETH DIAS MENDONÇA (P. DCE UCG)
DIRETOR DE CULTURA	- ADEMIR ISMERIM (UC/SALVADOR)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- SÉRGIO RUI BARBOSA (FAC. HÉLIO ALONSO)
DEP. FEMININO	- ZILMA CHAVES (UNISINOS – DIR. UEE/RS)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- SILVIO FRANCISCO BRILHANTINO (RJ)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- LUIS EDUARDO GIRAUDO (PATO – UCS - SEC. GERAL UEE/RS)

## PRA SAIR DESSA MARÉ

PRESIDENTE	- JEFFERSON CALAÇA (UFPE) <b>PRC</b>
VICE PRESIDENTE	- RUBEN BELTRÃO (USP)
SEC. GERAL	- FÁBIO PEREIRA (USP)
DIR. DE FINANÇAS	- JOSÉ EDUARDO (UERJ)
2º TESOUREIRO	- VALMIR (UFPA)
VICE PRES. NORTE	- ANIBAL (UFMA)
VICE PRES. NORDESTE	- OSMAR (UFCE)
VICE PRES. SUDESTE	- AURÉLIO (UERJ)
VICE PRES. SUL	- ALEXANDRE (UFSCAR)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- HELDER MOLINA (UFMT)
SEC. EXATAS	- EDGARDO (UFRGS) <b>CS</b>
SEC. HUMANAS	- FLÁVIO PANCHO (PUC/CAMPINAS)
SEC. BIOMÉDICAS	- ARMANDO (UFRGS) <b>MEP</b>
DIRETOR DE IMPRENSA	- MILTON (UFRGS) <b>DS</b>
DIRETOR DE CULTURA	- MARCO (UFBA)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- EUGÊNIO (UFBA)
DEP. FEMININO	- TERESA (UFV)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- JORGE HENRIQUE (CEUB/DF)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- JOÃO FERRER (UFMS) <b>PRC</b>

UNE LIVRE <sup>259</sup>

PRESIDENTE	- GISELE MENDONÇA (UFMG)
VICE PRESIDENTE	- ORIDES MEZZAROBBA (CAT. PR)
SEC. GERAL	- RAIMUNDO DOS SANTOS (MACKENZIE SP)
DIR. DE FINANÇAS	- VÍTOR PALMEIRA (FED. ALAGOAS)
2º TESOUREIRO	- ROBERTO UCHÔA (UFRGS)
VICE PRES. NORTE	- JORGE LUIZ PINGARILHO (PARÁ)
VICE PRES. NORDESTE	- CARLOS ANDRADE (UFBA)
VICE PRES. SUDESTE	- ALTEMAR LIMA (CAST. BRANCO – RJ)
VICE PRES. SUL	- DOUGLAS MATOS (UNISINOS)
VICE PRES. CENTRO OESTE	- GILVANE FELIPE (CAT. GOIÁS)
SEC. EXATAS	- HELTON ALVES (TILT) (UFMG)
SEC. HUMANAS	- ÂNGELA SOARES (UNB)
SEC. BIOMÉDICAS	- ADRIANA SAKER (CAT. CAMPINAS)
DIRETOR DE IMPRENSA	- ROBERTO BURNS (UNIFOR – CE)
DIRETOR DE CULTURA	- JAILSON AYRES (UFF/RJ)
DIR. DE ESPORTE E LAZER	- JAIRO PASSOS (CAST. BRANCO – RJ)
DEPARTAMENTO FEMININO	- JEANINE PIRES (UFSC)
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	- GÁBIO DE OLIVEIRA (FED. PARAIBA)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- AUGUSTO MADEIRA (FED. PERNAMBUCO)

---

<sup>259</sup> Ainda havia mais duas chapas na disputa. *Borduna Democrática e Tem que dar certo*. No entanto, pelos dados oficiais estas duas chapas juntas somaram apenas 106 votos no RS, menos do que os votos brancos no estado (112). Na realidade não houve campanha organizada no RS, o que dificulta a identificação (nominata) das mesmas. A Chapa UNE LIVRE foi a vencedora, apesar de inúmeras denúncias de fraude apresentadas pelas principais chapas.

**LEIS E DECRETOS LEIS RELACIONADOS ÀS ENTIDADES ESTUDANTIS**

Lei nº 4.464, de 9 de Novembro de 1964

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. /Há veto/

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- c) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- d) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- e) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- f) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado,
- c) Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

*Parágrafo único* - VETADO.

Art. 3º. Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo docente;  
designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento
- b) constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade;

§ 1º. A representação a que se refere a alínea *b* deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2º. A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho-Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

Art. 4º Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não

comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4º. O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6º A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

- registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o
- a) estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;
  - b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
  - c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;
  - d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
  - e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados a possibilidade de apresentação de recurso;
  - f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;

*Parágrafo único.* A mudança para regime parcelado, trancamento da matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7º O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º e seu parágrafo único.

Art. 9º A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação Estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser

aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15. Parágrafo único O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de freqüência.

Art. 10. O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preconceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art. 11. Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.

Art. 12. As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de reconhecimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda

dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regulamente o pagamento das contribuições que lhe competem.

§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso internacional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13. Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhadas de parecer.

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15. A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

*Parágrafo único.* O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou escola e estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos

deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

*Parágrafo único.* Quando a matéria for relativa ao previsto no § 2º do artigo 73, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá acorrer:

- a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícios;
- b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não comparecimento de, pelo menos, três, quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

*Parágrafo único.* As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento .

Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

*Parágrafo único.* Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República  
H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1964 , Página 10169 (Publicação)
- Coleção de Leis do Brasil - 1964 , Página 75 Vol. 7 (Publicação)

**DECRETO LEI 228**

Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979

Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

Citado por 10

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, DECRETA:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

Art. 3º Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;

c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acordo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de determinado curso ou secção.

§ 3º No caso da representação, a que se refere o item c, a Congregação decidirá:

- 1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;
- 2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 4º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de fôrça maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

Art. 6º A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;
- b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;
- d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

Art. 8º Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º o exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência.

Art. 9º Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos poderes públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos Estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento destes.

Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Poderes Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à

entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento deste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Uni Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

Art. 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de

cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a esse número.

Art. 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Art. 21. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.2.1967 e Retificado no DOU de 9.3.1967

**DECRETO-LEI Nº 477 - de 26 de fevereiro de 1969**

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1o do Art. 2o do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV - Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza pelo prazo de cinco anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-Lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instalação de inquérito policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá as diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indicado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou

emprego, ou, se for estudante, proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no item I do § 1º do Art. 1º deste Decreto-Lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos atos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-Lei.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**LEI No 6.680, DE 16 DE AGOSTO DE 1979.**

(Revogada pela Lei nº 7.395, de 1985).

Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior será representado nos órgãos colegiados acadêmicos com direito a voz e voto.

Parágrafo único. A representação terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária.

Art. 2º São órgãos da representação estudantil, com atribuições definidas nos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino superior:

- a) o Diretório Central dos Estudantes da Universidade, da Federação de Escolas e de estabelecimentos isolados de ensino superior;
- b) os Diretórios acadêmicos em unidades de ensino dos estabelecimentos mencionados na letra a.

Parágrafo único. Aos Diretórios é vedada a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados.

Art. 3º Na forma dos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino, caberá ao Diretório indicar a representação estudantil.

Parágrafo único. Na forma desses documentos, os Diretórios serão mantidos por contribuições de seus associados e por doações a eles destinados, através dos estabelecimento ao qual estejam vinculados.

Art. 4º Serão estabelecidos nos estatutos e regimentos de cada instituição os processos de escolha dos membros dos Diretórios e demais dispositivos que regulem suas atividades.

Art. 5º Ficam revogados os artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura baixará normas que orientarão os regimentos disciplinares dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 6º O Ministério da Educação e Cultura baixará, no prazo de cento e vinte dias, normas que regulamentarão as atividades da representação estudantil, nos termos da presente Lei.

Art. 7º É assegurada a legitimidade da representação estudantil exercida nos moldes da legislação ora revogada, enquanto não forem constituídos os órgãos de representação de acordo com as normas previstas no artigo 6º desta Lei.

Art. 8º Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

E. Portella

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. De 17.8.1979

**LEI Nº 7.395, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985.**

Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art . 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art . 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art . 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art . 4º - Fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.

Art . 5º - A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.

Art . 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, e na Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.

Brasília, em 31 de outubro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

*Marco Maciel*

Este texto não substitui o publicado no DOu de 4.11.1985

## **REGIMENTO DO DEE**

## REGIMENTO DO DIRETÓRIO ESTADUAL DE ESTUDANTES/RS

A rápida transformação que vem se operando na sociedade brasileira, exige que os jovens universitários assumam o seu devido lugar na elaboração da política nacional. Com este espírito e atento ao momento histórico que atravessamos, o DEE oferece a comunidade acadêmica esta declaração de princípios, para que depois de amplo debate, possa ser ampliada e transformada em programa.

Caberá a todos nós estudantes, com idealismo, entusiasmo e o impulso indispensáveis, discuti-la e difundi-la, para que possamos assumir a condição de móvel democratizante do país.

### INTRODUÇÃO

Apresentamos nossa visão de mundo à luz do personalismo ético-cristão, nossa ideologia básica, substancialmente unitária em seus princípios doutrinários e em seus fundamentos históricos, ideologia sobre a qual hoje se articulam os grupos e os partidos que estão situados no centro do amplo espectro político que caracteriza as sociedades avançadas nas últimas décadas. Nos encontramos equidistantes das posições tradicionais e conservadoras que não absorveram as transformações do mundo; e dos coletivismos utópicos de alguns socialismos que só podem ser efetivados com imensos sacrifícios da perda das liberdades individuais.

### PRINCIPIOS GERAIS

- 1- Considerando a pessoa como a mais alta expressão da liberdade.
- 2- A prioridade do Bem Comum da sociedade sobre o bem individual ou de grupos.

3- Aplicação harmônica dos dois princípios anteriores pela clara conceituação de Bem Comum como conjunto de recursos espirituais e matérias necessários ao sustento da comunidade e principalmente para propiciar aos seus membros meios de realização pessoal.

4- Concepção liberal e pluralista da vida e da cultura como extensão da liberdade individual.

5- Respeito aos direitos naturais da pessoa, e o reconhecimento dos valores que emanam diretamente da dignidade humana: liberdade, igualdade, justiça social e solidariedade. Valores indispensáveis para a construção de uma sociedade igualitária, justa e solidária.

6- Ao Estado cabe promover o Bem Comum, a sua política será conduzida dentro da ética cristã, sua ação estará voltada para o homem e não para classes, ou qualquer outro conceito genérico ou abstrato.

A democracia é decorrente dos direitos naturais da pessoa, direitos que expressos, constituem o império da Lei que se sobrepõe a ordem jurídico-positiva do Estado.

O Estado de direito vigorará em sua plenitude, entendemos ser esta a única maneira de efetivar-se plenamente a liberdade.

O Estado de direito pressupõe uma constituição legítima; elaboração democrática das leis, através de um Parlamento livremente eleito; a existência de um poder judiciário independente; e principalmente o respeito aos direitos da pessoa.

O fortalecimento da Nação em oposição ao "Estado-Governo", vigente, como meio de se obter uma sociedade civil forte e a tão desejada estabilidade política.

A democracia política só se afetiva com a participação do povo nas responsabilidades do governo, para qual é imprescindível a liberdade de pregação e organização político-partidária.

## CAMPO SOCIAL

A ordem social deve embasar-se na justiça, na fraternidade e no trabalho.

Será promovida a efetiva aproximação das classes econômicas e sociais pela participação de todos na riqueza e na cultura da nação.

É função do Estado promover e defender o direito de livre associação, em sindicatos, cooperativas, grupos de bairros, associações de consumidores, etc.

Esta política social não buscará uniformizar a sociedade mas sim, respeitando as diversidades unir e fraternizar.

## CAMPO ECONOMICO

A valorização do trabalho em todos os seus aspectos, como direito, dever e elemento básico da democracia humanista.

O sistema econômico será dirigido para o interesse do homem e da coletividade; e não pelas exigências do lucro, do desenvolvimento ou do interesse de grupos.

A política econômica será coordenada com a política social, ambas voltadas primordialmente para o aumento do padrão de vida, distribuição de renda e a difusão da propriedade.

O direito à propriedade, como direito natural e como fundamento da personalidade humana, com as restrições requeridas pela sua função social.

A empresa privada, o esforço e a capacidade pessoal valorizados e usados conscientemente pela sua incontestada eficiência, e, pela valorização da sociedade civil.

A economia de mercado, corrigida, forma de garantir justiça social e igualdade de oportunidades.

Proteção, apoio e estímulo a micro e a média empresa, como fator de mobilidade social e desenvolvimento do espírito empresarial e principalmente como absorvedoras de mão-de-obra.

Controle e supressão de monopólios e oligopólios em quaisquer setores da economia. Controle rígido da verticalização da produção nas grandes empresas.

Uma política agropecuária séria, que liberte o homem do campo do jugo da economia de subsistência, criando um setor primário forte e moderno, gerador de alimentos, capital e divisas.

Aplicação imediata e efetiva da Lei 4504/64 de 10.11.64, o Estatuto da Terra.

Um sistema fiscal progressivo na taxação e distributivo da aplicação como principal instrumento de promoção da justiça social.

#### VIDA UNIVERSITÁRIA

A Universidade existe como centro de pensamento independente, para esclarecer e reinterpretar as idéias fundamentais,

Devemos encará-las como o cérebro vivo e orgânico de nossa sociedade onde professores e acadêmicos questionam, analisam e discutem a própria sociedade, questionamento embasado em todo o cabedal cultural que lhe é próprio. A universidade é primordialmente criadora de consciências, talvez, sua função mais importante. E como pólo irradiador de cultura, em essência, cuja valorização irá se dar na medida em que participa e tem fluidez no seio social.

A Universidade autêntica não é uma fonte de conflitos, mas é aquela que se harmoniza com os anseios e as necessidades fundamentais do povo a que serve, refletindo as suas aspirações mais altas na medida de suas possibilidades.

Descortinando uma visão mais ampla e mais profunda dos problemas com que o homem se defronta todos os dias a Universidade poderá ordenar a cultura e a sociedade. Uma cultura autêntica e uma sociedade mais humana.

Este documento foi elaborado pela  
Secretaria de Coordenação Acadêmica  
e Secretaria de Divulgação da GESTÃO  
78/79 e aprovado em reunião de  
executiva em 19.04.79.

**NOTAS E OFICIOS EMITIDOS POR ALGUMAS DIRETORIAS DE DCEs**

### **NOTA OFICIAL (nota do DCE UCPEL)**

Através da presente nota, o DCE da UCPEL vem manifestar a sua desconformidade com a posição de boicote tomada pelo Comitê Centralizador. Entendemos que ao assumir tal posição, está o referido comitê se arvorando como órgão representativo, desconhecendo a posição hierárquica que coloca o DCE como órgão de representação máxima dos estudantes da UCPEL, porquanto eleito pelo voto livre e direto dos alunos da Universidade.

O DCE continua reafirmando a sua posição contrária ao aumento de anuidades e nesse sentido quer colocar-se como defensor de todos os estudantes da UCPEL. Apesar disso, discorda frontalmente do boicote, por ser uma solução extremista e sem nenhuma chance de obter os fins desejados.

Por outro lado, lamentamos profundamente que, em meio ao recém criado Comitê, a que já nos referimos, existam interesses outros, alheios à solução do problema universitário, comprometidos com aspectos de natureza ideológica e que visam desvirtuar a luta que este DCE vem realizando por melhores condições para todos.

Queremos enfatizar, por fim, que somos totalmente contrários à proposta de greve e entendemos que a questão das anuidades da UCPEL está emersa num problema mais amplo, do qual a Universidade não é causa, mas efeito.

Diante disso, sugerimos a formação de uma Comissão Bilateral – constituída pela Reitoria e por representantes discentes – a fim de, conjuntamente, reivindicar junto aos órgãos de direito, uma solução viável e harmônica para o equacionamento da questão.

**DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

## **DCE-UCPEL defende o diálogo e a negociação com a Universidade**

(nota Diário Popular)

O DCE da UCPEL protestou veementemente contra o que qualificou como “ação ativista e irresponsável de alguns colegas sem qualquer representatividade nomeio estudantil que procuram fechar os canais de negociação e diálogo com a Universidade”.

Em reunião de diretoria, o presidente do DCE, acadêmico Mauro Marchetti, denunciou “interesses alheios aos estudantes da UCPEL” e reafirmou que a representatividade estudantil cabe somente ao Diretório Central. Segundo ele “a legitimidade para falar e agir em nome dos estudantes cabe a nós, e, inclusive por dever de lealdade para com aqueles que nos elegeram pelo voto direto, não admitimos o comportamento divisiionista de alguns colegas preocupados tão somente em fazer vedetismo pessoal e autopropaganda política”.

O presidente do DCE considerou “ridícula e incrivelmente fantasiosa” a alegação de que o DCE está se colocando contra os estudantes. Segundo Machetti, o DCE procura dialogar e negociar com a Reitoria e o MEC: “nós somente não negociamos com forças alheias ao meio estudantil, o que, aliás, nos distingue claramente de alguns colegas que só fazem proselitismo ideológico”.

O DCE da Universidade Católica de Pelotas distribuiu 4.000 exemplares de uma nota repudiando a ação de grupos radicais de “escassa representatividade” e “sem qualquer compromisso com os interesses dos estudantes”. O DCE condenou a proposta de boicote e reafirmou “nossa disposição de nos manter incondicionalmente ao lado dos estudantes, defendendo seus interesses e propugnando por suas reivindicações”. Negou-se, entretanto, a participar de “atitudes como esse proposto boicote porque isto não leva a nada de positivo e produtivo na medida em que cria atritos e dificuldades para uma maior abertura de diálogo entre estudantes, órgãos de reivindicação e a Universidade”.

Mauro Marchetti ratificou as declarações da acadêmica Lia Dummer, vice-presidente do DCE UCPEL, no sentido de ser formada uma comissão representativa de todas as tendências e forças estudantis com a finalidade de desmobilizar atitudes divisionistas que procuram contestar a posição do DCE como órgão centralizador das lutas dos estudantes.

**CARTA DO DCE UCPEL ÀO PRES. DA LIGA DE DEFESA NACIONAL  
DESCULPANDO-SE POR NÃO PARTICIPAR DE ATIVIDADE CÍVICA**

Pelotas, 8 de setembro de 1977.

Ilmo. Sr.

Dr. Apody Almeida de Oliveira

DD. Presidente da Liga de Defesa Nacional

Nesta Cidade

Senhor Presidente

Com surpresa recebemos nesta data repreensão do Magnífico Reitor desta universidade, alegando o nosso não comparecimento à solenidade que teria sido marcada para este Diretório Central dos Estudantes junto ao Altar da Pátria, ao ensejo dos festejos da Semana da Pátria.

A esse respeito cabe-nos informar-lhe que lamentavelmente não fomos informados e nenhuma correspondência a esse respeito. Não é, Senhor Presidente, nosso feitiço faltar a compromissos assumidos; sobretudo aqueles que dizem respeito à solenidades que marcam comemorações da Pátria. Creia, pois, tivéssemos recebido o convite em questão, teríamos comparecido com o maior prazer. Neste sentido, aliás, estamos enviando cópia dessa correspondência ao Magnífico Reitor Dom Antonio Zattera para que o mesmo tome ciência desse lamentável impasse.

Sem outro particular subscrevemo-nos com apreço e consideração, enviando nossas cordiais

Saudações Universitárias

Assinado por Gilberto Luis Canela

Presidente DCE UCPEL

## **CRONOLOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL GAÚCHO**

### **1972**

– em 09/06/72, o presidente do DEE era Máximo E. Antunes e o secretário geral Hermes Pereira Dutra;

- em novembro de 72 o presidente do DCE UFSM era Adalberto Caino Silveira Netto;

- 3 a 5/11/72 – 2º Encontro DCEs e DAs das Faculdades Isoladas do RS. A confirmação da participação deveria ser enviada ao DCE da Unisinos. No entanto no ofício mandado às entidades não aparece o município onde será realizado, possivelmente por uma questão de segurança. O critério era 2 representantes por DCEs e 1 por DA. O presidente do DCE Unisinos na época era Raimundo Kroth.

### **1973**

-1973 - encontro de DCEs e DAs em Porto Alegre – tiram um documento síntese pedindo o fim do decreto lei 477 entre outras reivindicações. Presentes DCE UFRGS, DCE UNISINOS, DCE UCS, DCE UFSM, DCE FURG, DCE UPF, além de DAs. A PUC e Pelotas não tiveram DCEs presentes. Apenas DA medicina em Pelotas e dois DAs da PUC;

- 7 a 9/9/73 – Encontro de DCEs e DAs do estado em Caxias do Sul

- o presidente do DCE UFRGS é Pedro Bisch Neto, na época ligado ao PC do B.

**1974**

- Palestra de Nestor Jost, candidato ao Senado pela ARENA na UFPEL. Os ônibus foram trancados no campus para que os estudantes não pudessem voltar à cidade. Um grupo de uns 400 alunos organizou uma marcha e voltou à pé;

- abril de 1974 – empossada chapa DCE UCPEL – pres. Jorge A. Lorenzoni

**1975**

- DCE FURG – pres. Paulo Renato Cuchiara, vice pres. Marie Morcum Halal, sec. Geral Renato Tubino Lempek (informe de 27/08/75);

- 21 a 23/03/75 – Projeto Minuano I em Santo Ângelo (Movimento Intermunicipal Universitário de Arte Nova), sendo convidado o Ministro da Educação, Ney Braga para uma das falas Atividade do DEE;

- Abril de 75 – O jornal do DCE UCS (Ano 4, nº 4) anuncia que houve uma modificação de nome. De DUE (Diretório Universitário Estudantil) passaria a se denominar novamente de DCE (Diretório Central de Estudantes);

- 30/04/75 – Eleição para os representantes de Departamentos. Estes (ao total 28) constituirão também o colégio eleitoral responsável por eleger a diretoria do DCE da UCS;

- 06/05/75 – Eleição (indireta) para o DCE UCS. Será eleito Lauri José Guerra, após 3 anos da gestão do Sartori. No jornal do DCE UCS existe uma explicação e uma crítica ao fato de não haver renovação (eleições) de 72 a 75;

- 23 a 25/05/75 – realização do Fórum de Debates sobre a Realidade Brasileira e Rio Grandense. Atividade do DEE realizada em Cruz Alta. Na gestão 74/75 o presidente era Valnir Soares e Adolfo Fetter (UFPEL) vice do DEE;

12/06/75 - DCE UFRGS – prévias na UFRGS, onde saiu vitoriosa (que será confirmada por eleições indiretas). Nesta prévia votaram 3.566 estudantes e Jorge de Souza (Jorjão) foi eleito presidente;

- agosto – DCE UCS (presidente Lauri Guerra) manda carta ao ministro da educação pedindo a federalização da UCS.

## **1976**

- a 11/04/76 – Projeto Minuano III em Santa Cruz do Sul (3 representantes por DA ou DCEs – inicialmente estava previsto para março – promoção DEE – presidente do DEE na época era José Ubiratan de Oliveira;

- 03/04/76 – DCE UNISINOS manda ofício para os DCEs do estado em nome do D. A. Jackson de Figueiredo (direito Ijuí) que estava sediando o VI Encontro Estadual de DAs e DCEs nos dias 24 e 25 de abril de 76. O referido encontro tinha como pauta o Balanço das atividades da Semana de Liberdades Democráticas; Movimento estudantil em âmbito estadual e nacional e reorganização do CEDE. Na época o presidente do DCE UNISINOS era Élbio de Freitas Flores, e o secretário Edmar Belmonte;

- 24 e 25/04/76 – IV Congresso de Estudantes de DCEs e DAs – Ijuí. Participação de 28 entidades. Definiram como apoio a realização da Semana Regional pelas Liberdades Democráticas (SRLD) que irá se realizar na UFRGS, PUC e talvez alguma outra no estado;

- 01 a 07/05/76 – Semana Regional Pelas Liberdades Democráticas realizada na UFRGS. Grande quantidade de alunos participando. Reitoria manda fechar salas em que as atividades seriam realizadas, sendo que os estudantes

precisam improvisar e buscar outros locais na universidade. No terceiro dia toda a universidade foi fechada e os estudantes tiveram de recorrer à Assembléia Legislativa para a realização das atividades agendadas. As Semanas Regionais Pelas Liberdades Democráticas é uma definição nacional de alguns DCEs que foi proposto pela chamada Comissão Organizadora de Encontros. A PUC também conseguiu mobilizar os estudantes em um ato em frente ao DCE;

- 06/05/76 – Manifestação (dentro das atividades da SRLD). Dia de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos (inclusive com arrecadação financeira para destinar aos parentes de presos políticos);

12/06/75 - DCE UFRGS – prévias na UFRGS, onde saiu vitoriosa (que será confirmada por eleições indiretas). Nesta prévia votaram 3.566 estudantes e Jorge de Souza (Jorjão) foi eleito presidente;

- Data ??? – Boicote ao R.U. da UFRGS. Mobilização contra o aumento das refeições. Concentração de aproximadamente 500 estudantes que irão se dirigir à reitoria da universidade que receberá apenas uma comissão do DCE;

- 09/06/76 – Prévia para DCE da UFRGS;

- 25/06/76 – Assume nova direção do DCE UFRGS – Grupo identificado com a Nova Proposta – presidente Renato Oliveira;

- 24/07/76 – prazo final para inscrição no I Concurso fotográfico sobre Meio Ambiente Natural – atividade do DEE – o Secretário de Proteção do Meio Ambiente do DEE era Guert Schink,<sup>260</sup>

- 08 a 10/10/76 – II Seminário Universitário de Estudos sobre Liderança – Porto Alegre (DEE).

---

<sup>260</sup> Alguns anos depois será eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre.

**1977**

- 18/05/77 – Renato Oliveira pede demissão da presidência do DCE UFRGS por discordar da mobilização do dia seguinte. Assume Henrique Finco, que juntamente com os outros 3 membros da diretoria reafirma a mobilização juntamente com o apoio dos grupos Perspectiva e Unidade e Liberdade;
  
- 19/05/77 – Dia Nacional de Lutas;
  
- 19/05/77 - ato público em frente ao Direito UFPEL – prisão de João Carlos Gastal Junior;
  
- 21/05/77 – DEE lança notas nos jornais contra a mobilização;
  
- 04/06/77 – 3º Encontro Nacional de Estudantes (ENE) – UFMG. O mesmo não chegará a acontecer em função da violenta repressão e prisões de estudantes;
  
- 13/07/77 – Dia Nacional de Lutas;
  
- final de junho – eleição (indireta) DCE FURG, assumiu Clóvis Renato Numa Peixoto Primo (direita);
  
- 23/08/77 – Dia Nacional de Lutas;
  
- 22 e 23/09/77 – 3º Encontro Nacional Estudantes – PUC SP – Repressão Policial;
  
- 24/09/77 – Édio Elói Frizzo ganhou as eleições para o DCE no básico na UCS. (Zaluar Toni para vice e João José Bastos para terceiro vice) Chapa somou 1135 votos, contra 758 da outra chapa (Francisco Quadros). Deixaram de votar 426 alunos, 13 brancos e 26 anulados;

- 18/10/77 – eleito indiretamente Vinicius Becker Costa presidente DCE UCPEL;
  
- 11 a 13/11/77 – Encontro Estadual DEE na FURG – apoiada pelo DCE FURG. A estimativa do DOPS/RS era de 250 estudantes de 27 cidades. Foi eleito Darcy Rocha Martins Mano presidente do DEE para o período 78/79;
  
- 18/11/79 – Primeira reunião Comissão Nacional pró-UNE, no RJ. Participaram o DCE Livre da USP, DCE Livre da PUC SP, DCE PUC RS, DCE UFF, DCE PUC RJ, DCE UFMG, DCE UCMG, DCE UFRJ, DCE UFJF, DCE UFPE, DCE UFPB e outros;

## **1978**

- manifestações em março pelos 10 anos da morte de Edson Luiz e seis anos da morte de Alexandre Vanucci Leme. Chamado pela Comissão Pró-UNE;
  
- 22/04/78 – Reunião Pró-UNE no Rio;
  
- data ? – eleito indiretamente José Fernando Kuhn Adames pres. DCE UCPEL;
  
- JULHO DE 78 – Lançamento oficial da Liberdade e Luta (LIBELU), tendência estudantil ligado à O.S.I.;
  
- 26/08/78 – eleição direta para DCE UFPEL. Eleito Luiz Fernando Fleck (chapa Construção), Secretário Roberto da med. e tesoureiro Mahfuz da veterinária. Embora o Conselho de DAs tivesse referendado o processo de prévias por maioria, a reitoria (reitor Ibsen Wetzel Stephan), baixou uma portaria suspendendo a ratificação pelo Conselho de DAs, alegando que havia ocorrido fraude na eleição e que diversos membros da chapa Construção seriam inelegíveis. A posição da reitoria gerou uma concentração no centro da

cidade e uma carta aberta ao Ministro da Educação e à população. A reitoria decretou uma intervenção no DCE determinando que os DAs encaminhassem uma lista sêxtupla, de onde ele escolheria um interventor, o que não foi aceito pelos estudantes. Mesmo assim a reitoria coloca José Antônio Voltan Adamoli como interventor, o que fará com que os estudantes criem o DCE Livre da UFPEL.

Resultado da eleição direta na UFPEL:

Construção	- 1.225
Eclosão	- 1.183
Caminhando -	- 226
Total	- 2.683

Total de estudantes matriculados na UFPEL - 4.500;

- 1978 em Santa Maria surge o MOE (Movimento de Oposição Estudantil, embrião da Resistência, tendência estudantil gaúcha vinculada nacionalmente à Caminhando;

- missa 10º ano da morte de Edson Luis – em Pelotas missa rezada pelo padre Régis, semi clandestina.

## 1979

- 19,20 e 21/01/79 – Realizaram-se reuniões nacionais de estudantes Pró-UNE em três locais:

- Rio de Janeiro – Comissão Pró-UNE
- São Paulo – Comissão pró-executiva de administração
- Belo Horizonte – reunião da área de assistência social;

- 20/01/79 – DCE UCS lança nota acusando reitoria de reajustar anuidades acima dos índices oficiais, defendendo ensino público e federalização

- 15/03/79 – M.E. articulou o Dia Nacional de Luto em repúdio à posse de Figueiredo;
  
- 24 e 25/03/79 – Reunião da Comissão Pró-UNE em Brasília;
  
- 18/04/79 – Manifestação dos Estudantes em frente ao RU – St. Maria (aproximadamente 400 estudantes). Encaminham abaixo assinado com mais de 4.300 assinaturas à Reitoria. Contra o preço das refeições. Segundo o jornal A Razão do dia 19, “a questão da alimentação do estudante, principal objetivo da concentração não impediu que paralelamente alguns estudantes falassem com respeito a situação do estudante brasileiro, questionando a forma de representação estudantil, reivindicando, ainda que por alto a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes) e a revogação dos decretos de repressão aos movimentos estudantis”.
  
- 29/04 a 31/5/79 – Congresso em Salvador de reconstrução da UNE – É tirada uma direção provisória, composta pelos DCEs da UFRGS, UFMG, UFBA, UFPE, UNB, UFPA, PUC-RJ e pela UEE/RJ e UEE/SP;
  
- 23/05/79 – Cai Decreto Lei 228 e 477 (sob protesto DCE UFSM);
  
- 24/05/79 – Estudantes da UFSM aceitam proposta da reitoria de baixar o preço das refeições para 12 cruzeiros apenas para moradores das Casas de Estudantes;
  
- 28/05/79 – 1º Encontro Estadual de Estudantes – POA. Presentes UFRGS, PUC, Med. Católica, Unisinos, UCS e UFPEL. Criou-se a Comissão Pró-UEE;
  
- 31/05/79 – Vigília pela Reorganização da UNE promovida pelo DCE UFRGS. A oposição estudantil em St. Maria organizou o Dia da Conquista, que irá tratar dos seguintes assuntos? “queda dos decretos 477 e 228, reorganização da UNE, ante-projeto do Regimento interno da Universidade, problema dos RUs e a intenção do governo de tirar a passagem para os estudantes”;

- 14 a 17/07/79 – CONEB em Fortaleza, Ceará;
- 07/79 – Estudantes se vinculam à campanha de arrecadação de auxílios para a Nicarágua (St. Maria). Atividade apoiada pela Cáritas e CNBB;
- 31/07/79 – Reitor da UFSM, Derblay Galvão, retornando de reunião com demais reitores, informa que eleições estudantis serão diretas a partir de agora (definição da 29ª Reunião do CRUB);
- 10 a 12/08/79 – Simpósio de Formação de Chapa da UNE, realizado na PUC RJ. Chama a atenção que no documento do DOPS, consta que “chamou a atenção o grande número de mulheres presentes ao simpósio, na ordem de 40% dos presentes e também que eram bonitas e fugiam ao normal das militantes do ME”;
- 14/08/79 – Passeata dos estudantes da UFSM pelo congelamento dos preços do R.U, melhoria no atendimento médico odontológico e mais verbas para a educação;
- 16/08/79 – Greve de estudantes UFSM (da área da saúde) Contra o projeto dos Biomédicos – que permitia a técnicos biomédicos direitos iguais aos farmacêuticos;
- 28/08/79 – Paralisação nacional dos estudantes da saúde contra o projeto dos biomédicos;
- data ? – eleito diretamente Mauro Marchetti presidente DCE UCPEL, vinculado ao DEE;
- 1 e 2/09/79 - Congresso Pró UEE Livre – Medicina UFRGS (Sarmiento Leite) – Comissão Organizadora: DCE UFRGS/DCE PUC/DCE UCS/ DCE LIVRE UFPEL/PRÓ DCE UNISINOS. Criada a UEE RS e é eleita uma diretoria provisória;

- 3 e 4/09/79 – Reunião da diretoria provisória da UNE em Porto Alegre. Preparação para as eleições da UNE;

- 06/09/79 – Reitoria UFSM comunica que eleições discentes serão diretas de acordo com nova Regulamentação;

- 7 a 10/09/79 – CONEG na USP – Inscrição de chapas para concorrer à direção da UNE;

- 08 a 12/09/79 – Greve de professores da UFSM, sendo que os estudantes também paralisaram em apoio;

- 15/09/79 – Reunião diretoria provisória da UEE – Ijuí;

- 29/09/79 – Reunião diretoria provisória da UEE na UCS. Presentes: DCE UCS; UFRGS; UNISINOS; UFSM; UPF; UNIJUÍ;

- 3 e 4/10/79 - Eleição direta para direção da UNE

- 04/10/79 - Resultado da eleição para a UNE na UFSM

Mutirão - 1.613

Liberdade e Luta - 62

Maioria - 415

Unidade - 281

Novação - 107

Branco e Nulos - 87

Total de votantes - 2.565 (aproximadamente 38% dos alunos matriculados);

- No Brasil vence a chapa Mutirão, com Rui Cezar da Costa e Silva como presidente;

- 14 a 16/10/79 – CONEG e Encontro Nacional de Casas de Estudantes;

- 17/10/79 – Manifestação de estudantes em Brasília pela Anistia;

- 18/10/79 – Primeira eleição direta DCE UPF. Ganhou a chapa Renovação, de situação liderada por Olvir Favaretto (1.632 votos). Surge uma chapa de oposição (Rever) que consegue 1574 votos;

- 20 e 21/10/79 – CEE em POA (PAUTA: Filiação política e simbólica das entidades à UEE Livre; Eleição para a primeira diretoria definitiva da UEE; Regimento eleitoral; Congresso Estadual; data eleições, etc.);

- 29/10/79 – Ida de Rui Cezar da Costa e Silva (pres. UNE) a Santa Maria para o lançamento das eleições diretas para o DCE UFSM;

- 08/11/79 – Eleição para DCE UFPEL – Vence a chapa de Elói Tramontim (chapa META). O outro candidato era Elemar Wohjan (agronomia) (quem sabe faz a hora)Vice Ivanir da Vet; Sec. Geral Jouberto da med; e Tesoureiro Toniasso da odonto. Também houve a tentativa de lançamento da chapa Novação (mesma composição para a UEE e UNE, com a presença dos nomes de André Hipólito e Valdecir no início da nominata (sem estabelecer cargos). No entanto não pode se inscrever a tempo. Novação lança uma nota publica criticando que houve manipulação na informação sobre a data (horários) das inscrições das chapas. Também acusa Quem Sabe Faz a Hora por não defender a prorrogação do prazo para inscrição de chapas;

- 09/11/79 – Eleição DCE UFSM e DAs – vence Gilberto Lang (Resistência) e a vice é Nádia Pesce da Silveira. Com quase 70% dos votos;

- eleição UCS ? – eleito João Bastos;

- 29/11/79 – Posse de Eloi Tramontin como presidente do DCE UFPEL

## 1980

- 12/03/80 – Mobilização pelo congelamento de preços do RU – UFSM;

- 12/03/80 – estudantes da UCPEL e ADUCPEL criticam publicamente reitoria e pedem uma posição por parte do bispo Dom Jaime Chemello (por ocasião de uma palestra intitulada “A posição da Igreja diante do Ensino Superior”), com presença de umas 300 pessoas;
- 13/03/80 – Paralisação e protestos na UFPEL em função dos transportes e reitoria atende reivindicações;
- 16/03/80 – Estudantes de enfermagem da UFPEL se mobilizam por prédio próprio;
- 28,29 e 30/03/80 – Congresso UEE Livre em Santa Maria com a participação de 308 delegados, de acordo com a regulamentação abaixo para a escolha dos mesmos: 3 delegados até 500 estudantes, mais 1 por fração de 500 – assembléia geral ou urna, legitimados pela Comissão da UEE;
- abril de 80 – eleições DCE FURG – data ?;
- 11/04/80 – DCE UFPEL promove baile com escolha da Rainha dos Calouros 1980. Gestão Elói Tramontin;
- 12/04/80 – Reunião DAs da UCPEL para pressionar DCE no que diz respeito ao repasse de verbas e reconhecimento do Conselho de DAs;
- 12 e 13/04/80 - CEE – pauta: regulamentação eleições UEE;
- 16/04/80- Lançamento da chapa “Novação” em Pelotas. Presença na chapa de Valdecir Mascarella e André Hipólito. Na mesma noite foram presos 8 estudantes em Pelotas que estavam pichando em função das eleições da UEE. Foram detidos: Carlos Roberto Gonzales; Luis Carlos Pinto Gastal; Ricardo Augusto Pereira; Claudio Sieburguer Medina; Boaneger Vieira de Medeiros; Urubatan Alberton e Georg Carlos Durr da UFPEL e Ricardo Pereira da UCPEL. A Maioria apoiava a chapa Unidade e Urubatan e Georg Carlos Durr apoiavam a Viração;

- **CONEG – delibera pelo não reconhecimento eleições UEE/RS – data ?;**
  
- 17/04/80 – Dia Nacional de luta contra o ensino pago. Estudantes da UFSM se solidarizam com os estudantes da UCS. Ato público com cerca de 500 estudantes na UFSM;
  
- 17/04/80 – Início Boicote às anuidades na UCS. O DCE organizou três assembléias (nos três turnos) e entregou à reitoria um abaixo assinado com mais de 4.500 assinaturas propondo ajuste zero, isenção de multa de 10% e maior parcelamento das anuidades. A UCS contava na época com aproximadamente 10.000 alunos, sendo que segundo o próprio reitor, 40% não pagou a segunda parcela das anuidades (declaração dia 30/04 em audiência na Câmara de Vereadores);
  
- 23/04/80 – Dia Nacional de Protesto contra as multinacionais que atuam na área da saúde. O curso de medicina da UFSM paralisou durante o dia, com apoio de outros centros da UFSM;
  
- 28,29 e 30/03/80 – Congresso UEE Livre em Santa Maria com a participação de 308 delegados, de acordo com a regulamentação abaixo para a escolha dos mesmos: 3 delegados até 500 estudantes, mais 1 por fração de 500 – assembléia geral ou urna, legitimados pela Comissão da UEE;
  
- 23/04/80 – DCE UFSM lança nota para a direção da UNE (com cópias para todo o ME do estado) solicitando que a UNE reconheça as deliberações do Congresso da UEE;
  
- 29/04/80 – estudantes ligados ao jornal Hora do Povo fazem colagem em Santa Maria chamando o boicote às eleições da UEE em função da não participação do DEE;
  
- 29/04/80 – Dia Nacional de Luta pela Moradia Estudantil – Visitas femininas na Casa do Estudante da UFRGS (que era proibido na época);
  
- 29 e 30/04/80 – Eleição direta UEE Livre.

- RESULTADOS ELEIÇÃO UEE:

Viração	- 12.698 votos (vencedora)
Novação	- 11.857 votos (candidato Luis Marques/UFRGS)
Unidade	- 6.856 votos (maioria dos votos na PUC – candidato à presidência Nivaldo Venâncio da Cunha, da PUC)
Liberdade e Luta	- 2.043 votos
Branco	- 1.263 votos
Nulos	- 760 votos
TOTAL	- mais de 37 mil votos;

- Em **Pelotas** (UCPEL e UFPEL) o resultado foi:

Viração	- 1.843
Novação	- 910
Unidade	- 570
Liberdade e Luta	- 161;

- Em **Santa Maria**, 3.790 estudantes votaram, e destes 2.077 votaram na Viração, apesar do movimento pelo boicote nas eleições. Em Cruz Alta o DA de filosofia, filiado ao DEE chamou a polícia que impediu as eleições. Em Santo Angelo a polícia tentou apreender as urnas, e em Santiago a eleição teve de ser realizada fora da faculdade por proibição da direção;

- 12 a 16/05/80 – Círculo de Debates sobre a Reforma Política. Organizado pelos DCEs da UCPEL e UFPEL, além de Consensus – Centro de Estudos Políticos. Palestrantes: Dalmo Dallari, Senadores Gilvan Rocha e Tarso Dutra; Cezar Saldanha Souza Jr.; Carlos Alberto Chiarelli e diversos outros nomes;

- 27/05/80 – Mobilização estudantes UFSM – buscaram debater regimento da UFSM;

- 07/06/80 – eleição direta DCE PUC (prévia) sendo referendada no Conselho de DAs por apenas 1 voto. A chapa vencedora (União e Luta) obteve mais de 5 mil votos (pg. 232 de Abaixo a Ditadura);

- 11/06/80 – Ato público contra o ensino pago na frente da UCPEL;
- 14/06/80 - DCE UFPEL (Elói Tramontin) anuncia que chegou a aparelhagem necessária para o DCE montar um consultório dentário na Casa do Estudante com apoio da reitoria;
- 20/06/80 – Show de Belchior – promoção conjunta DCE UFPEL e DCE UCPEL (ainda nas gestões de direita);
- 02 a 06/07/80 – CONEB no Rio de Janeiro;<sup>261</sup>
- 25/07/80 – Início Boicote às anuidades na UCPEL;
- 09/08/80 – Ocupação e vandalismo no DADECA na UFSM.;
- 11/08/80 – Assembléia no pátio da UCPEL e posterior ocupação à sede do DCE (disputa em torno do documento que o DCE existia e que os DAs teriam solicitado á reitoria a colocação da Semana Acadêmica justamente nos dias que a UNE estava chamando uma paralisação nacional (10 a 12 de setembro);
- 14/08/80 – Passeata Campus UFSM – congelamento preços RU;
- 28/08/80 – Paralisação Nacional estudantes Saúde – equivalente lei do ato médico;
- 22/08/80 – Manifestação contra ida de Rafael Videla (ditador argentino) à Porto Alegre – estudantes presos – pg.; - UFRGS
- 09/09/80 – impasse negociação reitoria e estudantes sobre preço RU na UFSM;

---

<sup>261</sup> Em outro documento aparece a data de 10 a 12/07. Possivelmente tenha sido adiado em relação à data inicial.

- 10 a 12/09/80 – Greve Geral de estudantes – país inteiro. Algumas universidades iniciaram antes a paralisação;
- 22/09/80 – César Thompsen, secretário de finanças do DCE UCPEL pede demissão. Irá articular chapa de oposição ao DCE UCPEL, mas dentro do mesmo campo político da direita;
- 27/28/09/80 – Mobilização nacional de estudantes contra lei 5524/68 que equiparava técnicos a engenheiros em diversas áreas (material UFSM);
- 13/10/80 – Eleição DCE UCS;

#### RESULTADOS ELEIÇÃO DCE UCS

Unidos	- 1.180 (Valmir Francisco dos Santos/Luciano Fedozzi)
Mutirão	- 681 (Delmir Sérgio Portolan/Wanda Marchioro)
Renovação	- 511 (Osni Nevio Alessi/Luciano Picolli)
Branco	- 33
Nulos	- 31;

- 13 a 16/10/80 – 32º Congresso da UNE em Piracicaba;
- 20/11/80 – greve nacional de docentes com apoio de estudantes (material UFSM);
- 22/10/80 – eleito Louri Bertinetti presidente DCE UCPEL (vice Gildomar Gomes);

#### RESULTADO ELEIÇÃO DCE UCPEL

RECONSTRUÇÃO	- 971 (Louri Bertinetti/Gildomar Gomes)
VEZ E VOZ	- 852 (Getúlio Matos/Elifas Marion K. Simas)
GÊNESIS	- 532 (Claudio Dornelles/Vitório Ardizzoni)
NOVO TEMPO	- 590 (João Penso Netto/Galeano Tadeu Proença)
CORRENTE	- 142 (Alcides José s. Vergara/Helena Alves dos Santos)
Branco	- 020
Nulos	- 017;

- 22/10/80 – eleito Eduardo Safons Soares (Duda) presidente DCE UFPEL. Chapa Construção (única) que obteve 1.600 votos, contra 125 brancos e 68 nulos. Também houve eleição para DAs da Agronomia (Segalin); Veterinária (Marcos de Souza); Medicina (Zildo Machado); Arquitetura (Maurício selbach). Todas chapas de esquerda;

- 24/10/80 – Dia nacional de mobilização dos estudantes de Comunicação Social por melhores currículos e contra fechamentos de cursos;

- 05/11/80 – Eleição DCE UPF – Votaram aproximadamente 4.800 estudantes, sendo a chapa Construção eleita e Luis André Agostini (Dedé) eleito presidente. Também disputaram à eleição a chapa Reação, com a candidatura de Álvaro Luis Correa e Novos Rumos com Cícero Marcolan. A primeira representava a direita e a segunda era ligada à Convergência Socialista;

- 13/11/80 – Eleição DCE UFSM e DAs da UFSM. Vence a chapa Resistência com Augusto César Pereira. A outra chapa (Levante) foi impugnada em função de diversas assinaturas falsificadas e de tentar inscrever a chapa fora do prazo. Entrou com recurso solicitando impugnação da chapa Resistência mas foi rejeitado por unanimidade no Conselho Universitário da UFSM;

#### RESULTADO ELEIÇÃO DCE UFSM

Resistência - 3.521  
 Brancos - 1.567  
 Nulos - 307  
 Total - 5.395;

- 12 e 13/11/80 – Eleição para a UNE

Concorreram 5 chapas:

Unidade e Democracia (PCB)

Nosso Tempo (Peleia/Em Tempo)

Mobilização Estudantil (Libelu/Trabalho)

Viração (PC do B)

Voz Ativa (racha do PC do B/Refazendo – Kaloi/Aldo)

Eleita nacionalmente a chapa Viração, com Aldo Rebelo como presidente;

- 20/11/80 – Greve professores UFSM;

## 1981

- 24 e 25/01/81 – CEE em Porto Alegre (CEUE-UFRGS) (Calouradas Unificadas; Congresso UEE; Finanças; CONEG);

- 12 a 15 de fevereiro – VII CONEG – Diretoria da UNE propôs e foi aprovada proposta de greve geral por tempo indeterminado nas universidades brasileiras a partir do dia 7 de abril – Curitiba;

- 16/02/81 – Ato Público contra o enquadramento dos estudantes catarinenses<sup>262</sup> na L.S.N. (em Curitiba);

- 10/03/81 – Reunião da diretoria da UEE na FURG – preparar o CEE e avaliar a relação da UEE com o DCE da FURG;

- 14 e 15/03/81 - CEE ( LOCAL ???<sup>263</sup> . Presentes 9 DCEs e 77 Diretórios). Além da discussão da greve, também foi discutido o Congresso da UEE;

- 15/03/81 – Início greve estudantes UFPEL (pela volta dos subsídios para o transporte e contra o ensino pago);

- 20/03/81 – Definido no CEE como dia de manifestações nas escolas pelo atendimento das reivindicações estudantis (deliberadas no CONEG);

---

<sup>262</sup> Foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por terem vaiado o presidente da República (Figueiredo) em uma solenidade pública em Florianópolis.

<sup>263</sup> Possivelmente em Porto Alegre.

- 20/03/81 – Nota do DCE UCPEL criticando reitoria pela proibição de colar cartazes e ao mesmo tempo se solidarizando com o DA da Odontologia da UFPEL que sofreu o mesmo tipo de coação por parte da direção;
- 22/03/81 – Nova nota pública dos DAs da UCPEL repudiando reitoria que proibiu colagem de cartazes da UNE e UEE na universidade (assinada por 15 DAs e pelo DCE UCPEL);
- 25/03/81 – Dia estadual de luta pelo atendimento das reivindicações e pela volta dos 12% para a educação;
- 25/03/81 – Assembléia Geral UCPEL, encaminha reivindicações à reitoria;
- 26/03/81 – DCE UFPEL encaminha um conjunto de reivindicações à reitoria (RU, transporte, Casa do Estudante e turno único). A reitoria responde dia 28/3/81;
- 27/03/81 – DCE UCPEL encaminha um conjunto de reivindicações à reitoria (qualidade de ensino, democratização e aumentos). A reitoria manifesta-se dia 4/4/81;
- 28/03/81 – CEE em Santa Maria para avaliar proposta de greve geral tirada do VII CONEG em Curitiba;
- 30/03/81 – Início da IIª Calourada Unificada (DCE UCPEL e DCE UFPEL). A mesma vai até dia 05 de abril. Palestras, apresentação do filme Actas de Marusia, mostra de quadros, fotografias, e poesias. Mostra de música e teatro. Recital de Vinicius de Moraes, almoço (carreteiro no ginásio da Agremiação Pelotense) e competições esportivas;
- 31/03/81 – Ocupação Casa dos Estudantes UFPEL pelas mulheres;
- 31/03/81 – Dia de luta contra a ditadura militar;

- 4 e 5/04/81 – CONEG. Por 59 votos contra 19, o CONEG não aprova a proposta de greve geral das universidades. Brasília;

- 6/04/81 – Assembléia Geral na UFPEL e UCPEL, sendo que as duas universidades entram em greve. Assembléia Geral UFPEL tira moção de repúdio ao reitor da UCPEL por ameaçar punir o DCE UCPEL e seu presidente pela paralisação. A greve coincidiu com a paralisação chamada pela UNE para os dias 8 e 9, no entanto nas duas universidades foi estabelecido que a greve seria por tempo indeterminado. A greve da UCPEL durou 15 dias e as reivindicações principais eram congelamento das anuidades e eleições diretas para os dirigentes das universidades, dentro de uma pauta de 19 itens;

- 7/04/81 – CEE de Santa Maria;

- 08/04/81 – Assembléia dos estudantes da UFPEL no estádio Bento Freitas, com mais de dois mil alunos. É mandado um pelotão de choque da Brigada Militar que se desloca de Porto Alegre para impedir a passeata programada até a praça Coronel Pedro Osório. Os estudantes cantaram o hino da independência antes de saírem em pequenos grupos da assembléia;

- 8 e 9/04/81 – Paralisação Nacional UNE;

- 9/04/81 – Passeata dos estudantes da UFPEL pela cidade. No mesmo dia à noite os estudantes da UCPEL realizam assembléia massiva no Ginásio João Carlos Gastal onde definem a continuidade do movimento, agora com a intermediação de um grupo de professores nas negociações;

- 15 a 17/5/81 – 3º Congresso da UEE em Pelotas;

- 20/05/81 – Eleição para os DAs de Bagé. Edital chamando eleições partiu da reitoria da Funba. No Direito venceu chapa Resistência (Marco Antonio Accorsi Lisboa presidente; Carlos Umberto Delevati vice e Luis Fernando Mainardi primeiro secretário). Início da retomada das entidades estudantis por parte da esquerda. DEE comandava DCE da Funba;

- 16/06/81 – Anúncio no jornal de Bagé de uma solenidade onde o prefeito (AZAMBUJA) CEDE AO DCE UM TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE ESTUDANTES PARA CAPACIDADE DE 180 PESSOAS NA RUA 24 DE MAIO. O VICE PRESIDENTE DO DCE, GRACIANO ARISTIMUNHA É O RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DO PROJETO, PREVISTO PARA INICIAR IMEDIATAMENTE, COM O PROJETO JÁ PRONTO. O PRESIDENTE DO DCE NA ÉPOCA ERA PAULO CESAR CAMARGO TEIXEIRA. UM DOS DIRETORES DO DCE (VALTER CALDEIRA) TAMBÉM ERA VICE PRESIDENTE DO DEE;

- 29/07 a 01/08/81 – II CONEB em Campinas;

- 29/08/81 – Alunos da arquitetura UNISINOS entram em greve pela entrega da nova sede do DA que a reitoria não quer entregar porque os alunos não aceitam mudar o estatuto da entidade e retirar o reconhecimento da UNE e UEE/RS;

- 7 e 8/10/81 – Eleição UEE – eleita chapa Travessia. Concorreu ainda Passo Firme e Mobilização Estudantil. Na UFSM um estudante é detido por participar de pichações;

#### RESIULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A UEE

Travessia	- 18.961
Passo Firme	- 11.184
Mobilização Estudantil	- 3.966
Total	- 37.103

#### Resultado de St. Maria:

Travessia	- 1889
Passo Firme	- 883
Mobilização Estudantil	- 175

Na região das Missões, em Santa Rosa, a chapa Travessia fez 359 votos e Passo Firme 191; em Santo Ângelo, Travessia alcançou 146 votos e Passo Firme 96; em Cruz Alta, Travessia fez 136 votos e Passo Firme 86.

Em Ijuí, Santiago, Bagé e Pelotas Travessia alcançou 1851 votos, enquanto Passo Firme fez apenas 940;

- 7 e 8/10/81 – Eleição DCE UCS

#### RESULTADO ELEIÇÕES DCE UCS

Unidos/Unidade	- 1.439	(Nivaldo Menegon)
Mutirão	- 504	(Ben-Hur Claus)
Decisão	- 568	
Renovação/Travessia	- 859	(Gilberto Vargas - Pepe Vargas) <sup>264</sup>

- Na mesma data da eleição da UEE ocorreram outras eleições para alguns DCEs. Segundo boletim do DCE da UFRGS, os resultados foram:

UNIVERSIDADE/CHAPA	VOTAÇÃO
--------------------	---------

#### UFRGS

TRAVESSIA	2.089
MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	0813
ROUPA DE BRIGA	0783
TODO MUNDO NO DCE	0597
QUALQUER COISA NÃO	0398
ORTODOXA	
NULOS E BRANCOS	0501
<b>TOTAL</b>	<b>5.181</b>

#### UNISINOS

TRAVESSIA	3.576
SANGUE NOVO	1,250
LEVANTE <sup>265</sup>	0940

---

<sup>264</sup> A chapa Unidos acrescentou Unidade e a chapa Renovação acrescentou Travessia para melhor identificar com as chapas estaduais e nacionais para a UEE e UNE. Nessa eleição, para alguns centros também concorreu a chapa Decisão, nitidamente de direita, criticando o radicalismo e reivindicações utópicas. Afirmando que “o nosso trabalho é a nível local, pois entendemos que na atual situação é injusto defendermos siglas estaduais ou nacionais, deixando de lado nossa verdadeira missão” (jornal O Pioneiro, 07/10/81, pg. 5).

REALIDADE	0686
MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	0606
ESQUERDA MACHISTA	0083
NULOS E BRANCOS	SEM INFORMAÇÕES
<b>TOTAL</b>	<b>7.141</b>

#### **UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL<sup>266</sup>**

UNIDOS	1.482
TRAVESSIA	0869
DECISÃO	0592
MUTIRÃO	0510
BRANCOS E NULOS	SEM INFORMAÇÕES
<b>TOTAL</b>	<b>3.453</b>

- 28/10/81 – eleição DCE UCPEL – venceu a chapa Manifesto com Ronald Dutra como presidente e Nilton (medicina) para vice (1263 votos). A outra chapa, *Transição* tinha Marco Antônio Generoso da Silva (Marcão) como candidato à presidência e Sérgio Stifelmann como candidato à vice, fazendo 960 votos e perdendo com as eleições. Ainda teve 26 votos nulos e 39 brancos, totalizando 2.288 votantes;

- 04/11/81 –Participação da UEE junto com mais 17 entidades na formação de um Comitê Estadual de Defesa da Lagoa dos Patos (contra a instalação do pólo petroquímico), juntamente com a organização de um movimento de solidariedade aos Colonos sem terra nas universidades, ampliando a campanha junto ao movimento estudantil;

- 05/11/81 – Posse diretoria UEE Assembléia legislativa;

---

<sup>265</sup> O grupo Levante, que atuava em Santa Maria e na Unisinos é ligado ao DEE, conforme matéria intitulada Liderar é Preciso, publicada no jornal O Minuano, ano III, número 9, março/abril de 1977.

<sup>266</sup> Pelos dados disponibilizados pelo boletim do DCE UFRGS existe uma pequena diferença em relação aos números publicados pelo jornal O Pioneiro de Caxias do Sul. Provavelmente votos em separado contabilizados posteriormente ao resultado.

- 07/11/81 – CEE – organização nova gestão e encaminhamentos para o Congresso da UNE, inclusive com a proposta de uma caravana unitária do RS/Porto Alegre;

- 10/11/81 – eleito José Eduardo Utzig presidente DCE UFPEL. O vice era Luis Fernando Recuero (Fefa). Concorreu contra a chapa Nascente (de direita) – nome da chapa PONTEIO;

- 11 e 12/11/81 - eleição de Nara Maria Emanuelli Magalhães (eng. Civil) para presidente DCE UFSM. O vice era Cesar Augusto Bitencour de Medeiros (agronomia) e o secretário geral Claudio Ritter Alves (medicina) que posteriormente será eleito presidente do DCE;

- 12 a 15/11/81 – 33º Congresso da UNE em Cabo Frio – eleito Javier Alfaya (secretário de cultura da UNE) presidente e Lula (que era Secretário geral da UNE) como vice. A oposição unificada lançou uma outra chapa, que tinha Américo Antunes (presidente da UEE/MG como presidente, Edilsa (presidente DCE da UFPA) como vice e Clausa Turra (presidente DCE USP e da Convergência Socialista) como secretária geral. A delegação gaúcha, majoritariamente oposicionista à direção da UNE, não teve alojamento, sendo que a maioria dos delegados teve de dormir ao relento nas arquibancadas de cimento do estádio de futebol onde se realizava o congresso. A direção da UEE fez uma nota de denúncia que não foi permitida ser lida pela direção do Congresso. Presença de 1.653 delegados. Criação do Departamento Feminino da UNE e apoio à unidade das oposições (leia-se apoio ao PMDB);

- 19/11/81 – Reunião Regional Sul UEE para avaliação Congresso da UNE, campanha de arrecadação para dívidas com ida ao congresso da UNE e show musical (Noel Guarani) como atividade da UEE RS;

- Primeira eleição indireta pós reconstrução da UNE;

- eleição da chapa Canto Geral, liderada por Ana Lúcia Escobar, da Resistência em Passo Fundo. Também participaram Consciência (Arno Buhler

– de direita) e outra através da candidatura de Luiz Muller Fogaça, ligada a grupos trotskistas. –

- 23/11/81 - Posse da chapa Canto Geral na UPF

## **1982**

### **ANO DA RETOMADA DA SEDE DA UEE – DIVULGAÇÃO EM MATERIAIS DE DCEs SOBRE A RETOMADA**

- 11/03/82 – alunos da UFPEL aprovam indicativo de greve contra portaria do MEC que aumentava preços do RU;

- 13/03/82 – Reunião UEE com DCEs – unificação das lutas dos RUs;

- 14/03/82 – CEE em Porto Alegre;

- 10/11/81 – eleito José Eduardo Utzig presidente DCE UFPEL. O vice era Luis Fernando Recuero (Fefa). Concorreu contra a chapa Nascente (de direita) – nome da chapa PONTEIO;

- 11/03/82 – alunos da UFPEL aprovam indicativo de greve contra portaria do MEC que aumentava preços do RU;

- 17/03/82 – Passeata dos estudantes da UFPEL contra aumentos do RU (divisão entre alunos carentes e não carentes). A mesma foi barrada pelo pelotão de choque, fortemente armados e com bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes pararam a passeata, sentaram na rua onde leram uma Carta Aberta à comunidade e cantaram o hino nacional;

- 19/03/82 – Estudantes da UFPEL e UCPEL fundam cooperativa de estudantes de Pelotas (COOPEL);

- 22 a 29/03/82 – paralisação da UFPEL e ocupação do RU e passam a gerenciar o RU, fazendo a comida e servindo aos demais estudantes. (contra a portaria 03/82 que dividia os usuários de RU em carentes e não carentes). Ficou conhecido o movimento como Greve dos Bandeijões;

- 24/03/82 – Assembléia UFPEL – continuidade da greve;

- 29/03/82 – Assembléia UFPEL – final da greve. Conquistaram a garantia da construção de um novo RU no centro da cidade (ainda não foi construído);

- 14/04/82 – Encontro Sul Regional da UEE – preparatório Seminário Estadual de Ensino;

- 09/05/82 - CEE em Caxias do Sul;

- 11/05/82 – Nota dos Diretórios Acadêmicos da UCPEL no jornal Diário da Manhã atacando o DEE e defendendo o DCE, que não permitiu que em Jaguarão (extensão da UCPEL) fossem distribuídas carteiras estudantis do DEE;

- 10,14 e 15/05/82 - Encontro Municipal de Ensino (DCE UCPEL/ DCE UFPEL, ADUCPEL/ ADUFPEL/CPERS) – (com participação Gadotti)

PAUTA:

- 1) Autonomia da Universidade
- 2) A Estrutura de poder nas instituições de ensino
- 3) Metodologia e conteúdo de ensino
- 4) Gratuidade do Ensino

- 21 a 23/05/82 - Seminário Estadual de Ensino UEE – UFRGS (presenças de Paulo Freire/Maurício Tragtenberg/Gadotti);

- 24/05/82 – Prisão domiciliar de Javier Alfaya, presidente da UNE enquadrado na Lei dos Estrangeiros (estrangeiros no Brasil não poderiam se manifestar politicamente).

- 29 a 30/05/82 – CONEG na Bahia (campanha contra expulsão de Javier)
- 01/06/82 – Ato público contra a expulsão de Javier em frente UCPEL
- 03/06/82 – Encontro Regional Sul UEE na Odonto – lançamento do Cio da Terra. Festão no pátio da Odonto com mais de mil estudantes
- 06/06/82 – Diretoria do DEE se desloca para Bagé para apoiar a chapa de situação do DCE Funba
- 08/06/82 – Eleição DCE Funba. Concorrem 3 chapas e a chapa vencedora é Travessia, Com Carlos Humberto Dellevati como presidente e Carlos Comasseto como vice.

#### RESULTADO ELEIÇÕES DCE FUNBA

Travessia	- 853	(Carlos Humberto Delevatti
Atuação	- 509	(Paulo Cesar Camargo Teixeira – concorrendo à reeleição e candidato a vereador pelo PDS)
Viração	- 267	(André Paranhos)
Branco	- 033	
Nulos	- 013	
Total	-1.675;	

- 11/06/82 – Ato público na UCPEL contra o ensino pago com mais de mil alunos. Criado um Comitê centralizador das lutas e marcado uma reunião com a reitoria para dia 26 de junho e encaminhamento por uma mobilização pelo boicote;
- 12 e 13/06/82 – Encontro das Escolas Pagas na UFRGS – organizado pela UEE;
- 16 a 19/07/82 – III CONEB em Belo Horizonte. O CONEB marca o Congresso da UNE para os dias 24 a 26 de setembro. A diretoria da UNE não marcou o CONEG previsto para preparar o Congresso e remarcou a data para uma semana após (1 a 3 de outubro, justamente os dias em que estava marcado a realização do CIO DA TERRA). Sem o chamamento do CONEG, as entidades

ficam sem a opção de ter uma instância que pudesse reverter a data e a diretoria da UEE teve de remarcar a data do CIO DA TERRA com muitos prejuízos, pois muitos contratos já estavam assinados;

- 25/07/82 - Definido aumento de 25% nas anuidades. Comitê da UCPEL inicia mobilização pelo boicote. Inicialmente o mesmo seria realizado até dia 11, quando haverá nova assembléia geral que definirá pela continuidade ou não. Caso não haja, ainda haveria o prazo do dia 12 para os alunos pagarem seus carnês;

- 31/07/82 – DCE UCPEL e Comando de Mobilização lança nota acusando que reitoria está proibindo colocação de cartazes sobre o boicote às anuidades e proibindo a constituição de bancas de esclarecimento dentro da universidade;

- 11/08/82 – Assembléia Geral UCPEL para definir rumos do boicote;

- **DATA ??? (SÁBADO)** – CEE em St. Maria;

- 02/09/82 – Enterro simbólico do MEC em frente ao RU UFPEL;

- 11/09/82 – Concurso de poesia universitária promovida pela Regional Sul da UEE RS;

- 25 a 27/09/82 - 4º Congresso da UEE RS PUC POA. Como realizou-se uma semana antes do Congresso da UNE, os processos de tiradas de delegados e atas foram as mesmas para a UEE e UNE, apenas preservando os diferentes critérios de participação;

- 30/09 a 03/10 – 34º Congresso em Piracicaba – eleita Clara Araújo (primeira mulher);

- 04/10/82 – Eleição DCE UCS. Vence Abelardo Lopes, da Unidos Unidade.

Unidos Unidade - 1.882

Decisão - 762

Nada Será Como Antes - 1.474

Vertente - (só concorreu para DAs);

- 20 e 21/10/82 – eleições DCE UFSM – Vence a chapa Caminhando, com Claudio Ritter Alves. Também concorre a chapa Levante (direita) e Mutirão (concorre à presidência Mauro Gaglietti, PC do B). Até esse momento Nara Magalhães era a presidente do DCE UFSM;

- 20 e 21/10/82 – eleições DCE UPF – Paulo R. Zildo (ou Zílio ?) (chapa Nossa Voz, da Resistência com 2057 votos). Concorreu contra a chapa Unidade (1206 votos) (Ricardo Pedra). A chapa Despertar a Luta foi retirada para apoiar Nossa Voz, buscando unificar a esquerda;

- 20 E 21/10/82 - eleições DCE UFPEL – Gerson da S. Madruga (Resistência) - Chapa única. Votaram 2041 estudantes, sendo 311 em branco e 18 nulos;

- 20 e 21/10/82 - eleição UEE – Chapa Travessia teve 5.234 votos em Santa Maria. A chapa Travessia foi eleita, tendo Flávio Silveira como presidente, José Eduardo Utzig como vice e Nara Magalhães como Secretária Geral. A outra chapa que concorreu foi a chapa Alicerce;

#### O RESULTADO PARA A UEE EM PELOTAS:

Travessia	- 2.196
Alicerce	- 364
Branco	- 178
Nulos	- 45;

25 e 26/10/82 - eleições DCE UCPEL – Marco Antônio Generoso da Silva (Marcão) (chapa única);

- eleições DCE FUNBA – eleito Carlos Humberto Delevatti;

- 29 a 31/10/82 – Cio da Terra em Caxias do Sul (inicialmente estava marcado para 1 a 3, mesma data que a diretoria da UNE remarcou a data, alegando que a data anterior não dava mais. A intenção era ou esvaziar o evento, ou o RS não levar muitos delegados ao Congresso);

- 04/12/82 – Posse da nova diretoria da UEE na UFRGS

## 1983

- 28 a 30/01/83 – CONEG em Goiânia;

- 15/03/83 – Início greve da UFPEL em função dos transportes. Greve durou 62 dias. Presidente do DCE UFPEL era Gerson Madruga. Secretário Geral Paulo Cesar Etchichury. Na época o reitor era José Emílio Araújo e a principal reivindicação era a não divisão entre carentes e não carentes, vista como um instrumento para gradativamente implantar o ensino pago nas universidades federais;

- 22/03/83 – Passeata, invasão da reitoria e pulo da roleta em UFSM. O eixo da mobilização era conclusão da moradia estudantil, conclusão da creche universitária, melhores condições de transporte e pelo não fechamento dos RUs, ameaçando com greve geral;

- 21 a 26/03/83 – Calourada Unificada UCPEL e UFPEL (Noel Guarani, filme Linha de Montagem, etc.);

- 27 a 29/04/83 – Ciclo de Debates sobre Educação – DCE UCPEL;

- 07/05/83 – II Encontro Estadual das Escolas Pagas em Bagé – Atividade da UEE;

- 17/05/83 – fim da greve da UFPEL;

- 30/05/83 – Reunião no DCE UCPEL. Início da mobilização contra o fim da meia entrada nos cinemas, sendo Pelotas a única cidade no país com mais de 200 mil habitantes que conseguiu manter a meia entrada (Lei do Concine);

- 02/07/83 – Encontro Regional de Entidades Estudantis em Pelotas – (encontro da UEE Regional Sul) – pauta preparação do CONEB (Ricardo Almeida coordenador Regional);
- 06 e 07/07/83 – paralisações nacionais;
- 09 e 10/07/83 – CEE em Santa Maria;
- 21/07/83 – Greve Geral no país;
- 28 a 31/07/83 – IV CONEB – São Caetano, São Paulo (inicialmente estava marcado para dia 21 a 24, possivelmente tenha sido desmarcado);
- 27/08/83 – CEE em Porto Alegre (na pauta, entre outros itens, constava data do congresso e forma de eleição da diretoria, além do Seminário Nacional da UNE;
- 30/08/83 – mobilização na UCPEL reúne 4.027 assinaturas de estudantes contra o aumento das anuidades;
- 3/10/83 – Eleição DCE UCS  
RESULTADO ELEIÇÕES DCE UCS  
Chapa Unido - 992 (Tânia Scur de vice)<sup>267</sup>  
Ação estudantil - 2.156 (Vitor Mário Zandolmeneghi/Luciano Roque Piccoli)  
31 nulos e 42 brancos;
- 7 a 9/10/83 – 5º Congresso UEE – Santa Maria. Um dos grandes temas do Congresso foi a manutenção ou não de eleições diretas para a entidade. Mais de 500 delegados;

---

<sup>267</sup> A chapa Unidos Unidade perde as eleições após 12 anos de gestões consecutivas.

- 18 E 19/10/83 – Eleição para o DCE UNISINOS. Concorreram 2 chapas. Chamada Geral (DS) e Mutação (candidato   presidência Douglas Sebastião E. Mattos). A chapa Mutação venceu as eleições;

- 20 a 23/10/83 – 35  Congresso da UNE – São Bernardo do Campo – eleito Acildon Pae e José Eduardo Utzig ( da UFPEL, como vice);

- 25/10/83 – Greve Geral;

- 16 e 17/11/83 – Eleita chapa Semeadura (Cacau) – de direita – para a presidência do DCE UCPEL. A chapa de esquerda Sem Trégua (Gilse Pedroso/Renato Della Vechia) perdeu as eleições;

- Eleito Neomir Alcântara como presidente DCE UFPEL (chapa única);

- Eleita a chapa Caminhando (Jussara Dutra) para o DCE UFSM. Possivelmente a data da eleição da UFPEL e UFSM tenha sido a mesma da UEE;

- 9 e 10/11/83 - Eleição UEE. Eleita a chapa Novo Tempo  
RESULTADO ELEIÇÕES UEE (PARCIAL)

<b>Faculdades universidades</b>	<b>Novo Tempo</b>	<b>Nada como antes</b>	<b>Será</b>	<b>Branco</b>	<b>Nulos</b>	
UFSM	2.743	693		867	91	4.394
UFRGS	1.208	644		331	151	2.334
UPF	1.324	459		242	36	2.061
UFPEL	783	318		297	53	1.451
UCS	754	630		88	36	1.508
PUC/RS	484	351		101	51	987
UNISINOS	340	176		58	38	612
CANOENSE	17	407		01	03	428
FUNBA	371	20		08	04	403
FURG	52	269		23	18	362
RITTER	15	229		03	01	248
FAPA	151	50		03	02	206

ST. ANGELO	61	42	22	05	130
CAT. POA	42	11	09	05	67
TOTAIS	8.345	4.299			15.191

Falta informações de: UCPEL, Erechim, Cruz Alta, St. Rosa, Uruguaiana, Alegrete, talvez somando uns mil a dois mil votos em conjunto.

A Furg teve 41 entre brancos e nulos, a divisão que fiz foi aleatória para poder somar resultados em separados.

- Em junho de 83 o presidente do DCE PUC era Jorge Euzébio Assumpção

- Gladimiro Machado – eleito presidente DCE FUNBA –

## 1984

- 15/03/84 – CONEG no Rio (Mobilização nacional pelas diretas – e luta contra a portaria 62/84 onde o MEC passaria a pagar apenas a mão de obra nos RUs, o resto seria por conta dos estudantes);

- 28/03/84 – Plebiscito sobre eleições diretas para presidente. Diversas manifestações no estado, com participação direta dos estudantes, enfrentamento com a polícia;

- 14/04/84 – Comício pelas Diretas Já em Pelotas;

- 25/04/84 – Votação Emenda Dante de Oliveira. Praticamente todas as universidades no estado paralisaram as aulas. Em Pelotas apenas a UCPEL paralisa;

- 19/05/84 – CEE em Porto Alegre. Gilse e Dagoberto, do DA da comunicação da UCPEL, morrem em um acidente (carro que estavam de carona bate e explode);

- CEE em Caxias –

- 23/6/84 - III Encontro das Escolas Pagas – Passo Fundo (MÊS ? – antes de julho);

- 9 e 10/06/84 – CONEG – Rio de Janeiro;

- 3 a 5/08/84 – V CONEB em Vitória da Conquista, na Bahia – (maior da história – 620 entidades) definiu pelo boicote ao colégio eleitoral - diretoria da UNE não reconheceu. Desmarcou um CONEG e no lugar chamou uma reunião de diretoria (com apenas uma semana de antecedência) em que muitos não puderam comparecer porque já tinham compromisso agendados. Nesta reunião remarca a data do Congresso (proposta que já tinha sido derrotada no CONEB) e aprova a publicação de 400 mil jornais NOSSA VOZ com a posição da maioria da entidade com o apoio à Tancredo no Colégio Eleitoral. A edição desse jornal Nossa Voz é 40 vezes maior do que a posição que circulou com as resoluções do CONEB;

- 19 a 21/10/84 - 6º Congresso da UEE – UFRGS POA;

- 21 e 22/10/84 – Eleição DCE UCPEL – Eleito Gilmar Pedreira e Mário Almeida como vice. Chapa Organização e Luta Já (chapa da situação, Beto Viana, perdeu). Na campanha divulgaram os resultados do boicote: fim do número mínimo de créditos; parcelamento da dívida dos estudantes em atraso; garantia de matrícula mesmo estando em atraso; protelação dos juros em 16 dias;

- 25 a 28/10/84 – 36º Congresso da UNE – Rio de Janeiro – eleito Renildo Calheiros;

- em Santa Maria o presidente eleito é José Joney Reis da Silva (PC do B?);

- 13 e 14/11/84 - Eleição DCE UFPEL – eleito Todeschini (chapa Carlinhos PC do B perdeu);

- 13 e 14/11/84 - Eleição da UEE – ganha a chapa Muda Brasil, ligada ao PCB/PC do B (Douglas Mattos). Um dos elementos centrais da chapa era o apoio dado ao governo da Nova República, José Sarney;

- 14/12/84 – Posse da chapa Muda Brasil;

## **1985**

- CONGRESSO UNE – Abril – eleita Gisela Mendonça

- 29 e 30/07 – VI CONEB – São Paulo;

- 7º CONGRESSO DA UEE - IJUI – 25 A 27 DE OUTUBRO DE 1985 – CRISE NA UEE

Devido ao grande número de denúncias de fraude, tanto por parte da diretoria, quanto da oposição, houve uma reunião entre as forças políticas presentes, que deliberou pela não entrega dos crachás aos delegados, transformação do Congresso em não-deliberativo. Aprovado também eleições diretas para a UEE no primeiro semestre de 1986 e permanência da atual diretoria até a próxima eleição;

13 e 14/11 – Eleição direta para a UNE;

11 E 12/12 – Eleição para o DCE UFPEL – eleita Ângela Amaral;

VII CONEB – Curitiba (fevereiro);